

Cândida Emília Borges Lemos

A imprensa e as constituintes

A Imprensa como fenómeno cultural, ideológico e histórico, nas assembleias constituintes, de 1975/76 e 1987/88, em perspectiva comparada.

Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais

Faculdade de Letras

Universidade do Porto

2008

A imprensa e as constituintes

A Imprensa como fenómeno cultural, ideológico e histórico, nas assembleias constituintes, de 1975/76 e 1987/88, em perspectiva comparada.

De

Cândida Emília Borges Lemos

Orientador

Doutor Jorge Fernandes Alves

Tese de Doutoramento em História

Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais

Faculdade de Letras

Universidade do Porto

Dezembro de 2008

Dedico este trabalho

Aos meus pais, Remilda e Antônio, e aos meus sobrinhos e sobrinhas: Carolina, David, Gabriela, João Gabriel e Thomaz.

In memoriam

Aos Jornalistas Cáceres Monteiro e Jorge Batista Filho, que foram das equipes fundadoras de *O Jornal* e de *Istoé*, respectivamente;

Aos meus avós, tios, tias e primos, pois não há limite entre o céu e a terra.

Agradecimentos

Ao **Professor Doutor Eugénio Francisco dos Santos**, orientador inicial deste trabalho, por ter me acolhido e acreditado em mim e neste trabalho, que me deu a certeza de que tinha um amigo do outro lado do oceano;

Ao meu orientador **Professor Doutor Jorge Fernandes Alves**, pela dedicação, sabedoria, sensibilidade e respeito;

Ao **Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, que aprovou o projeto e, portanto, concedeu-me a oportunidade de desenvolvê-lo;

à minha prima **Cecília**, que revisou estas páginas;

ao designer **Nezir Araújo**, que fez a formatação final deste trabalho e **Eliane Lopes**, que digitalizou os anexos.

ao meu irmão **Rêmulo** e minha cunhada **Fátima**, pelo incentivo;

à minha irmã **Celina**, pelo incentivo e leitura crítica dos originais;

Às funcionárias **Paula Oliveira, Ana Paula Pereira, Isabel Ventura, e Professora Helena Lima**, do Curso de Jornalismo e Ciências da Comunicação da UP; às Senhoras **Maria José Ferreira e Idalina Azeredo**, funcionárias da FLUP;

Ao Senhor **João Carvalho**, responsável pelo SASUP;

Aos funcionários das Bibliotecas Públicas do Porto e de Belo Horizonte, pela boa vontade e simpatia como me acolheram;

Ao **Carlos Sérgio**, um amigo certo das horas incertas;

Aos entrevistados, que gentilmente abriram “suas memórias”, para se lembrarem do passado: **Aluisio Marques, Ariosto Teixeira, José Carlos de Vasconcelos, José Rebelo, Paulo Moreira Leite e Virgílio Guimarães**.

Ao **Paulo**.

A **todos**, obrigada, do fundo do coração!

A imprensa e as constituintes

A Imprensa como fenómeno cultural, ideológico e histórico, nas assembleias constituintes, de 1975/76 e 1987/88, em perspectiva comparada.

Resumo

Este trabalho analisa o desempenho jornalístico dos semanários portugueses *Expresso* e *O Jornal* e das revistas semanais brasileiras *Istoé* e *Veja* no período das Assembleias Constituintes, de 1975/76 e de 1987/88, em Portugal e no Brasil, respectivamente. A imprensa é concebida como integrante da cultura política e social dos países. Nesta perspectiva, é geradora de opiniões e visões de mundo, porém, ao mesmo tempo, reflete a dinâmica social e política. Portanto, é a síntese de um determinado tempo histórico, como também contribui para a formação desse mesmo momento histórico, ao criar referenciais de ideologias e de mentalidades na opinião pública. Tal estudo apresenta-se em perspectiva comparada entre os periódicos em cada país, em um primeiro momento; e, depois, há o comparativo entre os quatro periódicos, analisados sob o ponto de vista das culturas políticas e históricas dos dois países. Por conseguinte, aborda as características dos processos de democratização em Portugal e no Brasil, nos ambientes em que floresceram os marcos constitucionais das democracias nos anos setenta e oitenta.

Palavras-chave: imprensa, opinião pública, democratização, política comparada e história contemporânea de Portugal e do Brasil.

The press and the constituents

The Press as a cultural phenomenon, ideological and history, the constituent assemblies of 1975-76 and 1987-88, in comparative perspective.

Abstract

This study examines the performance of weekly Portuguese newspaper *Expresso* and *O Jornal* and the Brazilian weekly magazines *Istoé* and *Veja*. This is the period of Constituent Assembly in 1975-76 and 1987-88, Portugal and Brazil respectively. The press is designed as part of the political and social culture of the countries. From this perspective, is giving rise to opinions and views of the world, but at the same time, reflects the social and political dynamics. So is the synthesis of a particular historical time, but also contributes to the formation of that historic moment, to create benchmarks of ideologies and attitudes in public opinion. This study comes in comparative perspective between the journals in each country, it at first, and then there is a comparison between the four journals, analyzed from the point of view of political cultures and histories of the two countries. Therefore, it addresses the characteristics of the processes of democratization in Portugal and Brazil, in environments in which flourished the landmarks of constitutional democracies in the seventies and eighties.

Keywords: press, public opinion, democratization, comparative politics and contemporary history of Portugal and Brazil.

La presse et les constituantes

La presse en tant que phénomène culturel, idéologique et historique, dans les assemblées constituantes, de 1975/76 et 1987/88, en perspective comparée.

Résumé

Ce travail analyse l'action journalistique des hebdomadaires portugais *Expresso* et *O Jornal* et des revues hebdomadaires brésiliennes *Istoé* et *Veja* pendant la période des Assemblées Constituantes, de 1975/76 et de 1987/88, au Portugal et au Brésil, respectivement. La presse est conçue comme partie intégrante de la culture politique et sociale des pays. Dans cette perspective, elle est génératrice d'opinions et de visions du monde, néanmoins, en même temps, elle reflète la dynamique sociale et politique. Donc, elle est la synthèse d'un moment historique déterminé, en même temps qu'elle apporte sa contribution à la formation de ce moment historique, en créant des références d'idéologies et de mentalités dans l'opinion publique. Cette étude se présente en perspective comparée entre les périodiques de chaque pays, dans un premier lieu; puis, après présente un comparatif entre les quatre périodiques, analysés sous le point de vue des cultures politiques et historiques des deux pays. Par conséquent, elle aborde les caractéristiques des processus de démocratisation au Portugal et au Brésil, dans des environnements où ont fleuri les jalons constitutionnels des démocraties dans les années soixante-dix et quatre-vingt.

Mots-clés: presse, opinion publique, démocratisation, politique comparée et histoire contemporaine du Portugal et du Brésil.

Abreviaturas e Siglas

Brasil

Periódicos

JB – Jornal do Brasil

IE – Isto É

VE – Veja

DANC: Diário da Assembléia Nacional Constituinte

Partidos e Organizações Políticas

ALN: Aliança Libertadora Nacional

Arena: Aliança Renovadora Nacional

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PDC: Partido Democrata Cristão

PDS: Partido Social Democrático

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PFL: Partido da Frente Liberal

PMD: Partido da Mobilização Democrática

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

Instituições:

ANC: Assembleia Nacional Constituinte

ANJ: Associação Nacional dos Jornais

CEB: Comunidade Eclesial de Base

CGT: Central Geral dos Trabalhadores

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DOI-Codi: Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna

Dops: Departamento de Ordem Política e Social

Fenaj: Federação Nacional dos Jornalistas

Fiesp: Federação da Indústria do Estado de São Paulo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibope: Instituto Brasileiro de Opinião Pública

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

SDC/Câmara: Seção de Documentação Parlamentar da Câmara Federal

UDR: União Democrata Ruralista

Diversas

AI Nº 2: Ato Institucional número 2

AI Nº 5: Ato Institucional número 5

EC: Emenda Constitucional

BA: Bahia

CE: Ceará

MG: Minas Gerais

PA: Pará

PB: Paraíba

PR: Paraná

RJ: Rio de Janeiro

SE: Sergipe

SP: São Paulo

JK: Juscelino Kubsticheck

Comuns a ambos países

CEE: Comunidade Económica Européia

EUA: Estados Unidos da América

PIB: Produto Interno Bruto

EC: Emenda Constitucional

FMI: Fundo Monetário Internacional

Interpol: Internacional Criminal Police Organization

OCDE: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU: Organização das Nações Unidas

PEA: População Economicamente Ativa

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PCI: Partido Comunista Italiano

Nato: Organização do Tratado do Atlântico Norte (North Atlantic Treaty Organization)

Portugal

Periódicos

DA: Diário da Assembleia

DAC: Diário da Assembleia Constituinte

EX: Expresso

LP: Luta Popular

OJ: O Jornal

RE: República

Partidos e organizações Políticas

CDS: Centro Democrático Social

FEC: Frente Eleitoral de Comunistas Marxista-Leninista

FSP: Frente Socialista Popular

LCI: Liga Comunista Internacional

MDP/CDE: Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais

MES: Movimento da Esquerda Socialista

MPLA: Movimento Popular pela Libertação de Angola

MRPP: Movimento de Reorganização do Proletariado Português

PAIGG: Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde

PCP: Partido Comunista Português

PPD: Partido Português Democrático

PPM: Partido Popular Monárquico

PSP: Partido Socialista Português

PUP: Partido de Unidade Popular

UDP: União Democrática Popular

UR: Unidade Revolucionária

Instituições:

AC: Assembleia Constituinte

AMFA: Assembleia do Movimento das Forças Armadas

BAT: Brigadas Anti-Totalitárias

Carp: Comissão de Apoio aos Revolucionários Presos

CCT: Comissão Coordenadora dos Trabalhadores

CD25AUC: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

CI: Comissão de Imprensa

Copcon: Comando Operacional do Continente

CR: Conselho da Revolução

EMFA: Estado Maior das Forças Armadas

EMGFA: Estado Maior General das Forças Armadas

FA: Forças Armadas

GP: Governo Provisório

JSN: Junta de Salvação Nacional

MCS: Ministério da Comunicação Social

MFA: Movimento das Forças Armadas

Sedes: Associação para o Desenvolvimento Económico Social

MDLP: Movimento Democrático de Libertação de Portugal

PAC: Plano de Acção Política

PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado

RTP: Radiotelevisão Portuguesa

Índice

Dedicatória » » » 4

Agradecimentos » » » 5

Resumo» » » 6

Siglas e abreviaturas » » » 10

Introdução » » » 18

A imprensa e a esfera pública » » » 19

As regras » » » 24

Processos constituintes » » » 26

Nos temas gerais deste trabalho, desenvolvem-se os seguintes tópicos » » » 31

Capítulo I

Um tempo e um lugar onde chamam socialistas de fascistas e comunistas de moderados » » » 37

I.I Crise Máxima » » » 38

I.II: Apoio imediato e espontâneo » » » 43

I.III: Atores sobem ao palco » » » 44

I.IV: Serviço mal acabado » » » 51

I.V: O Acerto de contas » » » 57

I.VI: Irrequietos e revoltosos » » » 63

I.VII: Liberdade de expressão na ordem do dia » » » 67

I.VIII: Comisa de Força aos Civis » » » 70

I.IX: Campanha eleitoral em 12 frentes » » » 74

Capítulo II

A longa e turbulenta travessia à outra margem do rio » » » 82

- II.I: Saída pela porta dos fundos » » » 83**
- II.II: O Verão Cívico » » » 89**
- II.III: Classes populares entram em cena » » » 104**
- II.IV: Abertura e conflitos no bloco do poder » » » 106**
- II. V: O apagar das luzes » » » 111**

Capítulo III

**Uma partícula voava ao socialismo, mas havia uma pedra no caminho
» » » 122**

- III.I Referenciais à opinião pública » » » 123**
- III.II Clivagens ideológicas expressas nas urnas » » » 135**
- III.III Unidade é apenas retórica » » » 141**
- III.IV Fim das concordâncias aparentes » » » 147**
- III.V Tecnocratas do Direito? » » » 153**
- III.VI Mas qual socialismo? » » » 167**
- III. VII Partículas soltas ao ar » » » 177**
- III.VIII Onde nasce o poder? » » » 179**
- III. IX A imprensa será livre? » » » 191**
- III.X A escola será livre? » » » 204**
- III. XI O eclipse do MFA » » » 209**
- III.XII Enfim, Constituição » » » 214**

Capítulo IV

**Na constituinte cidadã, o eco de milhões de pedidos e desejos
» » » 220**

- IV.I: Os *media* como instituição de poder na democracia nascente » » » 221**
- IV.II: A formação da Pólis brasileira » » » 226**
- IV.III: Época frenética e turbulenta » » » 235**

IV.IV: Legisladores chegam a Praça dos Três Poderes » » » 238

IV: V: O oculto vem à luz » » » 250

IV.VI: Interesses Paroquiais » » » 263

IV.VII: Em batalhas ferozes, legisladores votam » » » 277

Capítulo V

A liberdade saiu do esconderijo e subiu ao palco da política » » » 297

V.I: Diferentes olhares sobre uma mesma realidade » » » 298

V.II: Uma mesma onda em um mesmo oceano » » » 300

V.III: A cruz e seus seguidores » » » 308

V: IV: O peso do Dólar » » » 314

V.V: Nadando contra a corrente? » » » 322

V.VI: Palavras cortadas » » » 332

V.VII: Coro de vozes dissonantes » » » 336

V.VIII: Porta de entrada do texto » » » 344

Conclusão

Constituinte pode ser notícia? » » » 360

Bibliografia » » » 374

Introdução

Apesar de você

"Hoje você é quem manda

Falou tá falado

Não tem discussão

A minha gente hoje anda

Falando de lado

E olhando pro chão, viu

Você que inventou este estado

E inventou de inventar

Toda a escuridão

Você que inventou o pecado

Esqueceu-se de inventar

O perdão

Apesar de você

Amanhã vai ser outro dia"

*Chico Buarque de Hollanda*¹

¹ 1970

A Imprensa e a esfera pública: Este estudo analisa factos, comportamentos, conteúdos e valores veiculados em jornais e revistas nos processos de elaboração das Constituições Democráticas de Portugal (1975/76) e do Brasil (1987/88). Esses registros e mensagens dos *media* se inscrevem enquanto fenómenos culturais, ideológicos e históricos, nos quais os meios de comunicação de massa são integrantes, como formadores e orientadores da opinião pública.

Como parte da memória das culturas políticas e como instituição que registra os factos históricos, a imprensa o faz ao definir enfoques, hierarquia de importância dos acontecimentos, enfim, estabelece o que será notícia, o que deverá ser registrado ou esquecido. A imprensa faz um recorte da realidade, por meio do qual emite opiniões e ideias.

O objetivo deste trabalho é contribuir para a compreensão histórica do desempenho institucional dos *media* e de sua inserção para a formação de vontades e de tendências políticas na construção e na consolidação das esferas democráticas das sociedades em tela.

Delimita-se, como estudo de caso comparativo, a história de quatro periódicos em sua cobertura jornalística dos processos constituintes de 1975/76 em Portugal e de 1987/88 no Brasil, que marcaram e consolidaram o fim de uma era política autoritária e a formação de um Estado Democrático nos dois países.

Portanto, de Portugal, são analisados os jornais semanais *Expresso* e *O Jornal*, que se propunham independentes dos principais agrupamentos políticos/partidários e dos governos provisórios que se sucederam no período em estudo. Já no Brasil, são analisadas as revistas semanais *Istoé* e *Veja*, as mais conceituadas no país à época.

O segmento revistas é uma tradição dos *media* brasileiros, com nítida inspiração do jornalismo norte-americano. Ao contrário, os jornais semanários são uma tradição em Portugal, como em toda a Europa Ocidental e o segmento revista só ganhou impulso nos anos 90.

Os meios de comunicação fazem parte do domínio da esfera pública, que caminham em direção à esfera privada, invadem o “intimo” e “devastam individualidades”. Quebram as barreiras entre necessidades individuais e sociais.

A esfera pública na sociedade inglesa do século XVIII apresentava-se como esfera do poder público, na qual se localizavam o Estado e a política e a esfera pública literária (clubes, imprensa). E é esta que irá mediar as relações com a sociedade civil e com o espaço íntimo da família. Uma primeira esfera pública literária encontrava as suas instituições nos *coffee houses* londrinos, nos *saloons* e nas comunidades dos comensais. Esta é a gênese do que futuramente iriam ser chamados de opinião pública e de esfera social (Habermas, 1984: 42-74) .

Os meios de comunicação são partes da esfera pública. Na Inglaterra do século XVIII, as funções políticas, jurídicas e administrativas foram reunidas no poder público. Na luta entre forças sociais em busca de poder, com a posterior instalação dos governos de gabinetes, que fortaleceu o Parlamento, desenvolveu-se a imprensa, que passou a ser chamada de “4º Poder”.

Os debates parlamentares buscaram garantir à esfera pública sua influência e manter o vínculo entre os deputados e a massa eleitoral como parte de um mesmo universo público. Isto só foi possível por meio da publicidade e do 4º Poder.

A opinião é um fator histórico, que diz respeito a conjunturas específicas e a discordâncias. Assim, Matteucci (2001) irá dizer que a opinião expressa mais juízos de

valor do que juízos de facto. A terminologia “pública” diz respeito à esfera política. Ele observa que a Opinião Pública não necessariamente é coincidente com a verdade, uma vez que é *doxa* (opinião) e não *episteme* (ciência). Assim, ela se forma e se fortalece no debate, ao expressar uma atitude racional, crítica e bem informada. Entretanto, John Locke² (1987A) falava em lei da opinião, definida como norma das ações, que serviria para julgar se elas seriam virtuosas ou viciosas, portanto, dizem respeito a ideias morais, que são julgadas “por longas deduções, e a intervenção de outras várias idéias complexas” (Idem: 281). Para Locke, entretanto, a opinião é o “recebimento de qualquer proposição por verdade, com base, sem um conhecimento seguro ou provas que são descobertas para nos persuadir a recebê-la como verdade, com base em argumentos, sem um conhecimento seguro do que é” (Ibidem: 324). Os homens, ao entrarem em sociedade política, pelo pacto social, e criarem um Estado que teria o monopólio do uso da força, não perderam o poder de julgar a virtude, o vício, a bondade, a maldade das ações humanas. Assim, esse juízo expresso pelos cidadãos, apoiado em oculto e tácito consenso, toda a sociedade, de acordo com seus costumes, estabelecerá leis de opinião, que serão diversas de acordo com países e culturas. Matteucci (2001:844) pondera que há uma distinção básica entre as leis civis - elaboradas pelo Parlamento - e as leis morais expressas na opinião pública, formuladas por Locke.

Outro pensador que apresentou ingredientes para se entender a gênese do conceito de Opinião Pública foi Rousseau. Ao propor a Vontade Geral (Rousseau, 1978 A), ele ultrapassava a distinção entre política e moral. Para ele, a Opinião Pública seria a verdadeira constituição do Estado. Porém, como observa Matteucci, pelo motivo de

² O II Tratado de Governo de Locke foi publicado entre 1689 e 1690.

Rousseau não ter visto uma tensão latente entre público e sociedade, entre cidadão e Estado, ele desenvolvera pouco o conceito de opinião pública.

Emmanuel Kant avançara de forma significativa o conceito de Opinião Pública em um Estado democrático/liberal, que abordava a “publicidade” ou o “público”. Para Kant, há o uso público da razão. Após a Revolução Francesa, esses conceitos ficaram mais nítidos, segundo Matteucci “Quem deve esclarecer o povo sobre os seus direitos e deveres não deverão ser pessoas oficiais designadas pelo Estado, mas livres cultores do direito, filósofos: aqui, na desconfiança para com o Governo, pronto sempre a dominar, fica clara a distinção entre política e moral, para superá-lo pelo ideal do direito, o único que pode alicerçar a paz” (2001:843).

Vamos direto a Kant³: “A verdadeira política não pode, pois, dar um passo sem antes ter rendido preito à moral, e embora a política seja por si mesma uma arte difícil, não constitui no entanto arte alguma a união da mesma; pois esta corta os nós que aquela não pode desatar, quando surgem discrepâncias”(Kant, 2002: 163-164).

A partir dessas premissas, é possível chegar ao conceito de Opinião Pública. A publicidade, o tornar público é o elemento que possibilita o constrangimento da política e a faz “dobrar de joelhos diante da moral” (Idem: 170). Nesta perspectiva, a opinião pública funciona como mediadora entre política e moral, entre Estado e Sociedade, e se torna assim “um espaço institucionalizado e organizado no âmbito do Estado de Direito Liberal, onde os indivíduos autônomos e racionais procedem, pelo debate público, à auto-compreensão e ao entendimento” (Mateucci, 2001: 843)

Lawrence Lowell, no princípio do Século XX, em sua pesquisa *Public Opinion and Popular Government* (Lowell, 1953) realizada em Nova York, já enfatizava que a Opinião Pública,

³ A paz perpétua e outros opúsculos, de Kant foi publicada em 1775

para ser digna desse nome, para ser a própria força motriz de uma democracia, precisava ser genuinamente uma expressão do público, em contrapartida, um governo popular para ser caracterizado como tal, precisaria assumir-se uma opinião pública dessa espécie.

Claro está que para a Opinião Pública desempenhar sua função, ela precisa que se tornem públicos os embates e os atos dos poderes Legislativo e Executivo. Vinculada à opinião pública está a premissa de livre expressão de opiniões e de ideias, como um dos sustentáculos da democracia representativa moderna. A liberdade de imprensa adquire especial destaque neste contexto.

Sartori acredita que os meios de comunicação desempenham o papel mais amplo e mais central na formação da Opinião Pública: “A noção de vigilância, de formulação da ordem do dia, da função de cão de guarda, de refração prismática e/ou distorção e coisas do gênero aplica-se basicamente à atuação dos meios de comunicação de massa e a seu impacto” (1994:133).

Stuart Mill, ao analisar as sociedades do século XIX, apontava que na vida da Esfera Pública (Estado) tornou-se um lugar-comum que a opinião pública rege o mundo. Para ele, “a verdade, nos grandes interesse práticos da vida, consiste de tal maneira em uma questão de conciliar e combinar opostos” (Mill, 1963: 54).

Mais além, apenas por intermédio da “diversidade de opinar, no estágio atual da inteligência humana, será possível fazer justiça a todos os lados da verdade” (Idem).

Importante ponderar que, quanto à veracidade das informações transmitidas pela mídia, o cidadão não é amorfo, e embora seja muito influenciado pela mídia, poderá chegar às suas próprias opiniões: “Os formadores de opiniões locais podem bloquear ou reforçar, desviar ou amplificar as mensagens dos meios de comunicação. Isso implica, em primeiro lugar, que ocorre uma outra reorganização global entre a mensagem emitida e a

mensagem recebida; e em segundo lugar, que o público em geral não é, em sua forma de absorver as mensagens dos meios de comunicação, um público atomizado e inteiramente desestruturado” (Sartori, 1994:133).

Ao mesmo tempo, aos meios de comunicação de massa estaria reservada a criação de espaços de diálogo, entre sociedade e Estado, para que a verdadeira “publicidade”, no sentido Kantiano, viesse à tona. Seria o verdadeiro diálogo da razão, o qual buscavam Kant e os iluministas. Assim, Matteucci acredita que seria preciso “reinventar soluções institucionais que devolvam à publicidade o elemento que a distingue: seu poder de crítica” (2001:843).

As regras: Os universos políticos desenhados nas Constituições de 1976 e de 1988 estabeleceram as regras formais da democracia e os atributos das instituições na arena política. Há três pilares que orientam uma Carta Magna. O primeiro baliza-se na distribuição do poder em seus diversos níveis, em que se destaca o estabelecimento das regras e critérios para a escolha dos governantes e quais atribuições lhes serão pertinentes; as definições da forma de governo, a duração dos mandatos legislativos e executivos, a organização dos sistemas partidário e eleitoral; e as relações entre os três poderes (Silva, 1986). No segundo pilar de uma Constituinte, situam-se os mecanismos de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, no qual há que se estabelecerem os graus de organização e expressão da esfera social.

O terceiro pilar versa sobre os direitos do cidadão em quatro níveis: os individuais, os sociais, os humanos e os políticos. No primeiro nível, estão, fundamentalmente, os direitos à vida, à integridade, à propriedade, à honra, à segurança, à liberdade e à igualdade jurídica e política. Já no segundo nível, os direitos sociais estão associados à justiça distributiva preconizada por Platão, “pela qual justo é distribuir os cargos e funções

na sociedade segundo o mérito de cada um avaliado pela sua capacidade” (Salgado, 1986: 23) Neste contexto, os direitos sociais orientam-se para o direito ao trabalho, à justa remuneração, à greve, à saúde, à educação, entre outros.

Quanto aos direitos humanos, estes são entendidos como fundamentais, dos quais se originam todos os demais e a eles sintetiza: “são direitos que dão fundamento a todos os demais. Ora, como todo direito de uma pessoa tem de estar garantido por uma lei, os direitos fundamentais têm de estar garantidos por uma lei” (Idem: 9).

Os direitos políticos, por sua vez, resumem-se na faculdade de o cidadão de votar e ser votado. A cidadania estaria vinculada à participação, aos direitos políticos e à ação coletiva. A cidadania tem sido uma instituição em evolução desde o século XVIII na Europa Ocidental, e esta evolução coincide com o desenvolvimento do Capitalismo que é, por definição, um sistema que tem por base a desigualdade. Assim, a cidadania viria para corrigir distorções sociais e económicas. Ela se desenvolveu em três vias fundamentais: os direitos civis (direitos necessários à liberdade individual), os direitos sociais (direito a um mínimo bem-estar económico, sistema educacional e serviços sociais) e direitos políticos (direito a participar do exercício do poder).⁴

O ordenamento jurídico proposto em uma constituição, nesse contexto, apresenta-se como limitador da liberdade de cada indivíduo isoladamente de acordo com a liberdade do conjunto social. O Direito público “é o conjunto das leis exteriores que tornam possível semelhante acordo universal” (Kant, 2002:74). De acordo com essa premissa, o estado civil funda-se nos princípios de liberdade de cada membro da sociedade, como homem;

⁴ Sobre cidadania ver BENDIX, R. (1964). *Nation-Building and Citizenship*, John Wilwy: New York, e MARSHALL, T. H. (1967). Cidadania e Classe Social. In *Cidadania Classe Social e Status*, Zahar Editora: Rio de Janeiro.

da igualdade de cada um em relação aos demais, como súdito; e da independência de cada membro de uma comunidade, como cidadão (Idem).

Relevante pontuar que este trabalho não pretende analisar o ordenamento jurídico, fruto dos trabalhos constituintes, pois este mérito cabe às ciências jurídicas. Mas o que aqui se pretende é analisar como a imprensa retratou, analisou e interferiu nos processos constituintes em questão.

Este estudo trabalha em perspectiva comparada, pedra angular na construção analítica, pois a partir dela torna-se possível a criação de conceitos e categorias de tipos ideais que reflitam parcialmente a realidade (Weber,1993). Mais do que procurar semelhanças entre os processos busca-se entender as diferenças observadas no desempenho institucional que os cercam e como elas se explicam.

Coube a verificação dos pontos temáticos sobre os quais foi possível acordar os objetivos que puderam ser claramente majoritários ou consensuais e aqueles assuntos que requereram mais debates e esclarecimentos. Estes temas estiveram presentes nos veículos de imprensa em análise; então se focou como estes apresentaram os debates, as diversas visões e enfoque dos partidos, organizações e entidades da sociedade civil em torno das Assembleias Constituintes.

Processos constituintes: O ofício do historiador reside no eterno diálogo da contemporaneidade com o passado, com o objetivo de iluminar as possibilidades do futuro (Hobsbawm, 2001). Neste contexto, fica claro que os processos constituintes no Brasil (1987/88) e em Portugal (1975/76) continuam sendo um desafio para historiadores e pesquisadores, sob seus diversos enfoques.

Para o atendimento e a análise do tema proposto, foram necessários revisitar o passado e examinar a multiplicidade de fatores e atores em ação, pois é esta interconexão entre passado e presente que contribuirá à pesquisa histórica, ao estudo e à percepção do tema.

Em processos constituintes, busca-se a formação de um pacto social, expresso na formação de blocos parlamentares de partidos políticos, que se deveriam consolidar no tecido social, sobretudo, de seus setores organizados, tanto de entidades de trabalhadores, como de empresários. Em Portugal, com a queda do Regime Salazarista/Marcellista, nasceu, no processo revolucionário, a Assembleia Constituinte. Coube, pois, verificar se a construção do novo Estado, em última instância, refletiu as vontades e os interesses sociais, e como eles foram capazes ou não de transformar em ordenamento jurídico suas vontades e ainda como a imprensa refletiu e/ou impulsionou e/ou dirigiu este processo.

Ao longo de quase 200 anos, Portugal traz uma tradição em processos constituintes. "Existe em Portugal uma relação constante entre a história política e a história constitucional" (Miranda, 2005: 229). Após a revolução Liberal de 1820, foram convocadas eleições para a eleição dos deputados às Cortes, com poderes constituintes. A Carta, que estabelecia uma Monarquia Constitucional, vigeu até 1826, quando da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV. Com a revolução de 1837, a Carta foi abolida e procederam-se às eleições às futuras Cortes e a nova Constituição foi assinada em 1838. Abolida a Monarquia e proclamada a República, convoca-se uma Assembleia Nacional Constituinte em 1911. Porém, Salazar elabora nova Constituição, que passa a ser o documento fundador do Estado Novo, por meio de um "constitucionalismo corporativo e autoritário" (Idem).

Já no Brasil, o fim da Ditadura não foi fruto de uma revolução. A transição para a democracia começou ainda no Regime Autoritário e a nova ordem institucional nasceu em um quadro de heterogeneidades e profundas desigualdades regionais, sociais, políticas e econômicas. Assim, o país buscou estabilidade política no *presidencialismo de coalisão*, que organiza o Estado ao combinar proporcionalidade eleitoral, multipartidarismo e presidencialismo imperial (Abranches, 1988: 12).

A Constituição brasileira de 1988 foi a sétima na história do País. As Cartas de 1824, 1937, 1967 foram outorgadas pelo Poder Executivo; e as de 1891, 1934 e 1946 foram elaboradas em assembleias constituintes eleitas pelo povo para este fim.

As organizações não-governamentais, trabalhistas e patronais não são instrumentos, *per se*, imunes a problemas nem capazes de ampliar a participação popular simetricamente. Elas geralmente defendem interesses particularistas e pode criar uma desigualdade no sistema político, ao não contemplar os interesses e preferências daqueles segmentos sociais não-organizados (Przerworski, 2002: 81).

As Assembleias Constituintes trouxeram consigo uma rede institucionalizada de relações do poder que se inscreveram na busca de formar-se uma coalizão social capaz de facilitar o seu diálogo com os representantes de interesses ali presentes.

Um novo texto constitucional traz a proposta de um contrato social, envolvendo os diversos setores da sociedade, em busca do consenso sobre metas para atingir o bem comum. O processo constituinte é um dos mais privilegiados do exercício da democracia. Do ponto de vista jurídico e político, a convocação de uma assembleia constituinte inscreve-se na busca de restaurar a legalidade e a legitimidade do poder e de suas bases.

Para Rousseau⁵ o Estado não é definido como uma associação de interesses individuais, com equilíbrio dos interesses de vontades particulares; mas a forma na qual a vontade, como vontade ética, realmente existe. Assim, somente com base no interesse comum é que a sociedade poderia ser governada (1978A:33). O momento constituinte é a condição mais pura de vontade geral rousseaneana. É o momento de debates, de ideias, de discursos, de convencimentos, de retórica que caminha para os marcos do poder soberano.

Platão⁶ (1954: 22) afirmava que a sua República existia apenas em sua mente, posto que não estava em parte alguma da Terra, pelo menos nos moldes como a imaginava. Também, para Rousseau⁷, estava por vir a sua ‘República’, onde haveria “uma sociedade de tamanho limitado, onde todos se conhecessem entre si. Um país no qual o soberano e o povo pudessem alimentar senão um único e mesmo interesse, a fim de que todos os movimentos da máquina tendessem somente para a felicidade comum.(...) Teria desejado viver e morrer livre, de tal modo submetido às leis (...) Teria desejado que ninguém no Estado pudesse considerar-se acima da lei” (Rousseau, 1978B: 218).

Para Rousseau, a sociedade unitária se expressaria pela Vontade Geral por meio da formulação de leis, e estas evitariam a opressão social pelo Estado: A Soberania é indivisível pela mesma razão por que é inalienável, pois a vontade ou é geral, ou não o é; ou é do corpo do povo, ou somente de uma parte. No primeiro caso, essa vontade declarada é um ato de soberania e faz lei (...) (Rousseau, 1978A: 44).

A problemática rousseaneana de como é possível que o homem mantenha a sua liberdade quando está submetido ao poder vem se tornando mais aguda na sociedade

⁵ Do contrato social, de Rousseau foi publicado em 1757.

⁶ República de Platão foi concebida no período entre 380 a 365 a.c.

⁷ Discurso sobre a origem os fundamentos da desigualdade entre os homens é de 1755.

moderna contemporânea. As aptidões intelectuais e materiais da sociedade são incomensuravelmente maiores do que em épocas anteriores. Isso significa que hoje o alcance da dominação da sociedade sobre o indivíduo é incomparavelmente maior.

Se a liberdade na Cidade-Estado grega da antiguidade clássica localizava-se na esfera pública, na Pólis – quando só era livre o cidadão em seu exercício político –, na Idade Média, a política justificava-se na esfera da fé de seus seguidores; o pacto hobbesiano sentenciava a renúncia da liberdade pelos indivíduos em favor do Estado-Leviatã para a própria sobrevivência de cada um; na constituição dos estados modernos, Locke irá defender a sociedade dos proprietários via Estado. A liberdade, assim, não mais diz respeito à esfera política, e sim, a contrapõe na esfera social. E a primeira definiu-se como o monopólio do exercício da força e da violência.

Esta tendência de esvaziamento das esferas pública e privada é ainda mais aguda nas sociedades de massa contemporâneas, retirando o indivíduo não apenas de seu lugar no mundo, mas também de seu lar particular, que já foi seu refúgio frente ao mundo exterior. Arendt avalia que os vários grupos sociais tendem a ser absorvido, assim como anteriormente as unidades familiares foram absorvidas e substituídas pelos grupos sociais. A esfera social adquire cada vez mais importância, controlando os membros da sociedade com igual força: “Esta igualdade, baseada no conformismo inerente à sociedade e que só foi possível porque o comportamento substitui a ação como principal forma de relação humana difere, em todos os seus aspectos, da igualdade dos tempos antigos, e especialmente da igualdade na Cidade-Estado grega” (Arendt, 1981:50).

De acordo com esta autora, a “liberdade não é apenas um dos inúmeros problemas e fenômenos da esfera política, tais como a justiça, o poder e a igualdade; ela é motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal

seria destruída de significado” (Idem:192). A *raison d’être* da política é a liberdade; e seu domínio de experiência é a ação. Liberdade e ação, neste sentido, passam a ser semelhantes.

O funcionamento das instituições políticas nas complexas sociedades democráticas contemporâneas é decisivo nos processos de mediação e de agregação entre, de um lado, fatores estruturais e, de outro, pessoas e diversos agrupamentos nos quais a sociedade organiza seus múltiplos interesses e identidades (O’Donnel, 1999).

Ao desempenho institucional relacionam-se as demandas sociais, a interação política, o governo, as opções políticas e sua implementação (Putnam, 1996). Neste contexto, cabe a reflexão de que as instituições das sociedades em estudo foram moldadas pela história.

Nos temas gerais deste trabalho, desenvolvem-se os seguintes tópicos:

No capítulo I, há a abordagem dos aspectos e das teorias conceituais nos enfoques culturais, Ideológicos e políticos nos períodos próximos e durante os processos de elaboração dos textos constitucionais. Assim, caminhou-se para a reflexão histórica sobre o peso das tradições; os Estados Autoritários, os factos políticos mais importantes e suas particularidades nos dois países e no período em tela; os países nos momentos de transição democrática frente ao contexto mundial; a memória cultural; os movimentos sociais – os sindicatos, as elites -, a distribuição geográfica da população e o desequilíbrio urbano e rural; as características de modernização presentes em Portugal e no Brasil, onde se vislumbram as assimetrias e as diferenças entre os países em estudo nesses aspectos pontuados.

Sobre o Brasil, ao abordar os aspectos políticos, sociais, culturais e económicos no período pré-constituente, fez-se necessário voltar a alguns factos e ao ambiente político

dos governos militares Geisel (1974- 1979) e Figueiredo (1979-1985), uma vez que foram neste período que se operaram a descompressão do regime e o reviver da sociedade civil então adormecida. A grande dificuldade de trabalhar a transição brasileira reside na elasticidade do tempo, uma vez que ela começou com a abertura do regime militar e adentrou-se pelo governo civil de José Sarney (1985-1990). A Constituinte, seus embates, impasses, limites, avanços, é a expressão do conturbado período em que foi concebida. Além dos aspectos políticos e sociais, marcou o período a crise económica crónica, pontuada pela escalada da inflação e das dívidas externa e interna.

Cabe ressaltar que este estudo está longe de esgotar o tema e revisitar a bibliografia existente sobre o tema. São incontáveis trabalhos que abordam esses períodos históricos, principalmente na literatura portuguesa. No Brasil, ainda há uma pequena literatura científica sobre o tema. Claro que há uma busca em privilegiar certos aspectos históricos do período. Neste contexto, são pertinentes as observações de Weber, segundo as quais o historiador se propõe a “compreender por si própria a época de que fala e que, por outro lado, também avaliá-la, sentindo assim a necessidade de obter os padrões dos seus juízos a partir da própria matéria do seu estudo” (Weber, 1993:143). Busco apenas enfatizar aspectos e recortes que possam subsidiar as discussões que se seguem nos capítulos subsequentes.

Especificamente sobre a análise da imprensa no processo revolucionário português, a grande maioria da produção académica que aborda o período 1974/1976 versa sobre os veículos que foram estatizados e os que estavam organicamente alinhados aos principais partidos. A *media* independente ainda é pouco analisada e problematizada. Daí o interesse em debruçar-me nas páginas de *Expresso* e de *O jornal*. O objetivo é procurar

“criar algo novo através da referência de certos fatos conhecidos a determinados pontos de vista, igualmente conhecidos” (Weber,1993: 153).

No capítulo III, há o recorte de como os jornais *Expresso* e *O Jornal* abordaram o processo constituinte. Para tanto, pesquisei os originais dos semanários *Expresso* e *O Jornal* (acervo da Biblioteca Pública do Porto), nos processos pré-revolucionário (em *Expresso*, pois *O Jornal* surgiu apenas no período de instalação da Assembleia); revolucionário, até a promulgação da nova Constituição, em Abril de 1976. Os dois semanários objetivavam a elaboração de um jornalismo investigativo e interpretativo e se proclamavam independentes frente ao poder político e aos governos provisórios que se sucederam no período revolucionário. O *Expresso*, criado um ano e quatro meses antes da Revolução dos Cravos por Francisco Pinto Balsemão – pertencente ao Grupo Edimpresa - propôs-se interlocutor da sociedade civil e defensor das liberdades de expressão e de opinião. Este periódico nasceu sob a censura do Regime Autoritário. Portanto, é testemunha e protagonista da Revolução. Em suas páginas observa-se todo o debate em torno da instalação da Democracia.

Por sua vez, *O Jornal*, lançado em Maio de 1975 e, desta forma, é fruto da própria Revolução e da pluralidade ideológica que emergiu no Portugal revolucionário, sob a marca da liberdade de expressão. A publicação foi fundada pela editora Projornal, composta por grupo de jornalistas e colocava-se à esquerda de o *Expresso*, embora se afirmava não-alinhado aos partidos e aos agrupamentos partidários.

Busca-se aferir até que ponto estes dois *media* conseguiram retratar o momento político, dar voz à multiplicidade de opiniões circulantes no tecido social e na própria Assembleia Constituinte. Para tanto, fez-se necessário o estudo comparativo entre as notícias e

artigos e os Anais Legislativos acerca de temas que resultaram mais polêmicos e mereceram aprofundamento.

No capítulo IV, encontra-se a análise das revistas brasileiras *Veja* e *Istoé*, sobretudo, no período da Constituinte. A promulgação do novo texto constitucional deu-se em 5 de Outubro de 1988, quando se estabeleceram as regras democráticas da sociedade brasileira. A revista *Veja*, da Editora Abril, de nítida inspiração das revistas norte-americanas *Time* e *Newsweek*, propunha fazer um jornalismo investigativo e analítico dos factos. Foi lançada durante o período mais autoritário da Ditadura Militar Brasileira, 1968. Assim, nasceu sob a marca da censura governamental e foi um de seus destacados alvos.

Por sua vez, *Istoé*⁸ nasceu no processo de abertura política, livre, portanto, da censura ostensiva governamental, e buscou apresentar aos seus leitores uma visão mais à esquerda do que *Veja*, mas com semelhantes propostas jornalísticas: a de pluralidade ideológica e a de realização de um jornalismo interpretativo.

Para tanto, houve pesquisa aos originais das revistas, realizada na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Busca-se aferir em que medida estas revistas refletiram com profundidade, com pluralidade e imparcialidade os debates travados pelos diversos partidos presentes na Assembleia. Assim, se fez necessário o estudo comparativo entre as notícias e artigos e os Anais Legislativos acerca de temas que resultaram mais polêmicos e mereceram aprofundamento.

Ressalto que este estudo não se propôs a construir a história completa dos quatro periódicos em tela. Procurou-se localizar e analisar historicamente estes *media* em um

⁸ A revista *Istoé* pertenceu a vários grupos empresariais, desde a sua origem. Isso será mais bem detalhado no Capítulo IV deste trabalho.

dado momento histórico dos países e como foi a inserção deles na construção de tais conjunturas.

No capítulo V, há a análise comparativa entre os processos de transição democrática. Nele está também a análise comparativa entre os dois órgãos informativos portugueses – *Expresso* e *O Jornal* – e as duas revistas brasileiras – *Veja* e *Istoé* - nos períodos em estudo. Busca-se aferir até que ponto foram estes *media* capazes de dar voz aos diferentes perfis ideológicos da sociedade civil e, ao mesmo tempo, em que medida foram capazes de esclarecer a opinião pública sobre os debates em curso nas Assembleias Constituintes. Em perspectiva comparada, verifica-se se esses veículos conseguiram ser realmente independentes das forças presentes na arena política e abriram suas páginas para que a sociedade conhecesse as diferenças em jogo, ou apenas deram destaque aos partidos políticos em detrimento das vozes da sociedade civil. Busca-se estabelecer as diferenças de abordagens e de linguagens dos quatro *media*.

No Capítulo VI, estão as conclusões gerais deste estudo, de como historicamente esses jornais e revistas estiveram inseridos no processo político em discussão.

Os anexos estão em DVD assim agregados: Anexo I: *Expresso*, Anexo II: *O Jornal*; Anexo III: *Istoé*; Anexo IV: *Veja*; e Anexo V: Entrevistas. Os documentos que estão disponíveis com acesso pela Rede Mundial dos Computadores são constam dos anexos, pelo seu fácil manuseio pela Rede, como os Diários Constituintes de Portugal e do Brasil. Cabe registrar que relativos aos semanários portugueses os originais foram selecionados e microfilmados pela Biblioteca Pública do Porto. Porém, os originais, passados mais de 30 anos de produção, sofreram com o desgaste do tempo. O *Expresso*, em formato standard, ao ser microfilmado perdeu muita qualidade, o que dificulta a leitura. Assim, todo o trabalho de pesquisa precisou ser refeito e as citações foram extraídas dos

originais, em sua grande maioria. Pelas normas da Biblioteca, os originais não puderem ser fotocopiados nem digitalizados por *scanner*. Quanto à *Veja* e à *Istoé*, os originais foram fotocopiados e depois digitalizados pela autora deste trabalho.

Os anexos somam 1866 lâminas digitalizadas assim organizadas: *Expresso*: 237 lâminas; *O Jornal*, 247; *Istoé*, 560; *Veja*, 791; Entrevistas, 31 páginas. Os cinco estão em formato PDF.

Capítulo I

Um tempo e um lugar onde chamam socialistas de fascistas e comunistas de moderados

Roda Viva

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu...

A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino pra lá....

Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir

Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a roseira pra lá...

A roda da saia mulata
Não quer mais rodar, não senhor
Não posso fazer serenata
A roda de samba acabou

A gente toma iniciativa
Viola na rua a cantar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a viola pra lá...

O samba, a viola, a roseira
Que um dia a fogueira queimou

Foi tudo ilusão passageira
Que a brisa primeira levou...

No peito a saudade cativa
Faz força pro tempo parar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a saudade pra lá...

Chico Buarque de Hollanda⁹

⁹ 1967

I.I - Crise máxima - A primavera chegava, mas o inverno insistia em ficar. O presidente do Conselho Marcello Caetano fora à Assembleia Nacional apresentar a situação ultramar e, com seu discurso, objetivava que houvesse mais firmeza no apoio político ao governo. Tal facto era analisado pelo jornal *Expresso* como um gesto “sem precedentes” na vigência da Constituição de 1933”(EX Revita N63, 9/3/74: p. 17).

Caetano disse: “Nenhuma dúvida pode haver de que o mais grave problema que presentemente se põe à Nação Portuguesa é o ultramar (...) Uma pressão que encontrou nas assembleias constitucionais ou dependentes das Nações Unidas o ambiente propício de formação, de ampliação e de aplicação (...) a mais incrível campanha contra o nosso país” (DA, N35: p. 706). E continuava a descortinar as medidas necessárias para vencer as guerras na África: “o nosso dever é castigar os agressores (...) as populações de Guiné, de Angola e de Moçambique não se sublevaram contra Portugal. São, pelo contrário, vítimas dos ataques terroristas.”Sobre a autodeterminação dos povos africanos e a possibilidade de se instalar a democracia nos territórios africanos, ressaltou: “Para povos que na sua maioria não ultrapassaram o estado de

Cronologia dos factos

1974

5 de março: discurso de Marcello Caetano na Assembleia da República, onde reafirma a política em relação às colónias africanas.
Abril

25: Golpe de Estado. Lei N 1/74 depõe Marcello Caetano e todo o governo; dissolve a Assembleia Nacional e o Conselho do Estado. Todos os poderes instituídos destes órgãos passam para a Junta de Salvação Nacional.

26: Libertados os presos políticos. Spínola é designado Presidente da República.

Maio

16: Posse do I Governo Provisório, com Adelino de Palma Carlos como Primeiro-Ministro. Integram o I GP Mário Soares, Álvaro Cunhal e Sá Carneiro, entre outros.

20: Américo Tomás e Marcello Caetano partem para o exílio no Brasil.

20 de junho: Publicado decreto-lei que autoriza a JSN a nomear a comissão ad hoc prevista na Programa do MFA. Comissão tem sete oficiais das Forças Armadas.

Julho

9: Demissão do Primeiro - Ministro Palma Carlos.

12: Posse do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves.

17: Lei Constitucional n 7/74, na qual o governo português reafirma as suas obrigações quanto ao

organização tribal, essa democracia não tem sentido. E menos sentido reveste a consulta popular segundo a fórmula individualista – um homem (ou uma mulher), um voto” (idem: p. 707). O foco sempre era os inimigos: “E tudo no meio de cada vez mais ensurdecadora orquestração publicitária no Mundo a apoiar o terrorismo e seus agentes e com a ajuda moral e pecuniária de governos com quem mantemos relações diplomáticas e de Igrejas cujos cultos facultamos e protegemos”. O presidente da Assembleia, Miranda Neto, propôs uma moção de apoio ao governo, o que foi votado dois dias depois. Nos debates parlamentares que se seguiram ao discurso de Caetano, todos os discursos eram favoráveis ao governo, e as intervenções ganhavam uma tonalidade abstrata e irreal. O Deputado Gonçalves de Abreu, por exemplo, sobre o colonialismo português, entendia ser este um destino do país a que havia sido “confiado essa extraordinária missão”. E detalhou: “Portugal deu provas de estar à altura do desempenho desse honroso mandato e de continuidade dessa notável missão que a história nos confiou” (Idem, N36: p. 727).

Era a crise máxima. A ditadura fascista dava seus últimos suspiros. Nas colónias africanas a batalha se intensificava. Em especial em Angola, onde a guerra anticolonialista já

capítulo XI da Carta das Nações Unidas e, assim, reafirma o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência de todos os territórios ultramarinos sob sua administração.

Agosto

4: Visita do secretário-geral da ONU, Kart Waldheim, a Lisboa. São tratadas com o Ministro de Negócios Estrangeiros, Mario Soares, e com o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, as modalidades possíveis de assistência da ONU no processo de descolonização.

30: Acordo entre o Governo Português e o- PAIGC.

Setembro

6: Acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique celebrado em Lusaca.

9: Reconhecimento pelo Governo Português do Governo da Guiné Bissau.

27: PC, MDP, Intersindical e mesmo militantes socialistas montam barricadas nos acessos a Lisboa para impedir o afluxo de armas que militantes da direita poderiam trazer à capital.

28: Estava marcada a manifestação da maioria silenciosa em apoio a Spínola. Na madrugada, o Copcon prende várias pessoas de extrema-direita. A manifestação não se realiza.

30: Posse do III Governo Provisório, com Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro. Na sequência da

durava 13 anos. Moçambique já havia declarado independência no ano anterior, com largo reconhecimento pela comunidade internacional, por 80 países (Correia, 1992: 133). Um em quatro homens portugueses servia as tropas regulares do país. Eram 170 mil homens, para um país com pouco mais de 8 milhões de pessoas. Os homens jovens tinham de cumprir de quatro a seis anos de serviço militar. Cerca de 7% do Produto Interno Bruto – PIB – era destinado à guerra para se manter o império colonial. Agravada pela crise internacional do petróleo, que teve início em 1973, a economia estava em ruína.

O golpe militar se gestava nas fileiras portuguesas na África. Caetano afirmara ao General Spínola que admitia as chances de derrota, mas que as tropas deveriam lutar até o fim. Assim, as tropas combatiam na África sem qualquer convicção, ao contrário dos movimentos anticolonialistas, encantados por um horizonte de perspectivas novas.

Um oficial, depois do 25 de Abril, comentara: “A revolução veio da esquerda. Depois de 50 anos de ditadura de direita, de onde mais poderia ter vindo?” (Maxwell, 2006: 64). Mas o que fora esta revolução? Os jovens militares que tomaram o país em 25 de Abril não poderiam e não saberiam prever o que viria em decorrência daquela madrugada da primavera.

renúncia do General Spínola, assume o cargo de presidente o General Costa Gomes.

Outubro

17: Discurso do presidente Costa Gomes na ONU, onde afirma que “O Governo Português tem intenção e capacidade para cumprir”, na letra e no espírito, a Carta da ONU e todos os compromissos internacionais, políticos, comerciais e financeiros a que se encontra vinculado”.

27: Início das campanhas de dinamização cultural pela V Divisão do EME.

15 de novembro: Publicada a Lei Eleitoral que consagra o voto aos 18 anos, o recenseamento eleitoral e a fiscalização do ato eleitoral.

Dezembro

9: Início do recadastramento eleitoral.

17: Assinado protocolo de acordo entre o Governo Português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

30: O Ministro de Comunicação Social, Vítor Alves, cria o Conselho de Informação para assessorar o Ministério na definição da política de informação.

1975

15 de janeiro: Assinados os acordos de Alvor entre os movimentos de libertação de Angola e o Governo Português. A data da independência daquele país estava prevista para 11 de Novembro daquele ano.

O fim dos regimes ditatoriais no sul da Europa, que começou em Portugal, estendeu-se à Grécia e chegou à Espanha. Esse fenómeno inscreve-se, segundo Hobsbawm, nas transformações que podiam ser consideradas como a “liquidação de um serviço deixado inacabado desde a era do fascismo europeu e da Segunda Guerra Mundial” (Hobsbawm,2001:424). Mas cabe questionar: por que o 'serviço estava inacabado' ?

A história nos ensina que o fim de uma ditadura não traz em si o selo de garantia de que ali se instalará uma democracia estável. A democratização envolve variáveis dependentes e interpostas, que vão se delineando ao curso do processo de transição. No Portugal de 1974, houve um emaranhado de variáveis que pode elucidar o por que da queda do Salazarismo/Marcellismo naquele momento e daquela forma. E nenhuma das variáveis pode ser descartada; também é impossível estabelecer uma hierarquia de importância entre elas. Foram fatores culturais, políticos, religiosos, do próprio país, emoldurados pelas guerras na África, que, de forma direta, afetavam todas as variáveis internas, em uma ordem internacional fruto do pós-guerra. Destaca-se, porém, que o processo revolucionário português, bem como qualquer outro vivido em outro país, não fora feito e trilhado por tendências e

Fevereiro

2: Início da reforma agrária no Sul do país.

26: Publicada a Lei de Imprensa.

Março

11: A partir da Base Aérea de Tancos dá-se a articulação do golpe à direita. Uma unidade de tropas pára-quedistas ataca o Regimento de Artilharia Leveira N 1 – Ral 1 -, que depois passou a ser chamado de Ralis. Contra-golpe à esquerda, liderado pelo Copcon. O General Spínola, idealizador do Golpe, e os comandantes Alpoim Galvão e Rebordão de Brito e outros fogem para a Espanha.

14: Lei n 5/75 – Instituição do Conselho da Revolução e da Assembleia do MFA e extinção da Junta de Salvação Nacional. Decreto Lei N 132A/75 – Nacionalização da Banca Privatização do sistema bancário e das companhias de seguro.

26: Posse do IV Governo Provisório. Vasco Gonçalves permanece como Primeiro-Ministro.

Abril

3: Decreto-lei N 184-A/75, que versa a respeito da composição da Assembleia do MFA, com 240 representantes dos três ramos das Forças Armadas, sendo 120, 60 e 60, do Exército, Armada e Força Aérea, respectivamente.

condições dadas: “Um regime democrático não se instaura pelas tendências, mas pelo povo. As democracias não são criadas pelas causas, mas pelos causadores” (Huntington, 1994: 112).

O 25 de Abril marcou o “começo implausível de um amplo movimento mundial na direção da democracia, porque é mais frequente os golpes de Estado derrubarem do que iniciarem os regimes democráticos. Foi involuntário porque

não passava pela cabeça dos líderes do golpe implantar a democracia, muito menos iniciar um movimento democrático global. A morte da ditadura não garantia o nascimento da democracia. Entretanto, liberou um enorme conjunto de forças populares, sociais e políticas que a ditadura havia reprimido”(Idem: 14/15). O descontentamento da Armada frente a uma guerra na qual, de antemão, sabia-se derrotada, levava à politização dos oficiais, embora isso fosse algo difuso, sem uma coloração ideológica clara e definida. Nesta perspectiva, é elucidativo o depoimento de Vasco Gonçalves, em sua última entrevista, na qual ele reconhece que a guerra na África, para grande parte do quadro permanente dos oficiais, teria sido “uma verdadeira escola de educação política, uma escola de conscientização política, de percepção e de conhecimento das relações económico-sociais que conduziam à guerra que o governo fascista-colonialista fazia aos movimentos de libertação” (Teles, 2005). O próprio documento do Movimento das Forças Armadas – MFA – trouxera esse 'algo difuso' do ponto de vista ideológico e político, em especial quanto às colónias, onde dizia sobre “o lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz” (CD25AUC/ 25/4/74). Como é conhecido pela história, o programa recebeu alterações quando foi lido na noite do 26 de Abril, na TV, por

10: Assinada a Plataforma Constitucional fruto do pacto entre partidos e o MFA.

Fontes: CD25AUC;
Expresso; Medina, 1993;
Mesquita, 1993; Reis, 1993;
Santos, 1997.

Spínola. Na versão original, estava o “claro reconhecimento do direito à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos” (Correia, 1992:125). E a descolonização assumiu o primeiro plano nos grandes desafios do novo Portugal.

Nas guerras do ultramar, morreram 5.797 portugueses, e o número de feridos beirou os 15 mil homens. Uma sondagem de opinião pública revelava que 53% dos portugueses consideravam a paz o objetivo principal (Matos, 2001: 517).

Os enormes custos da guerra e a incapacidade do governo e das forças militares portuguesas de vencer suas guerras coloniais foram a causa por trás da formação do MFA e do golpe de Abril (Huntington, 1994: 63). “A sociedade portuguesa, ela mesma, percebeu sobretudo confrontada com a 'evolução na continuidade' de Marcello Caetano – que a vitória militar era impossível, e que portanto a guerra se eternizaria até que fosse encontrada uma solução política ou que fosse derrubado o regime que a mantinha” (Matos, 2001: 517). Embora, sem planejar o golpe e dele participar - pois a sociedade não estava mobilizada para gesto de tal envergadura -, o apoio popular ao golpe foi imediato e espontâneo. Os partidos vieram na sequência do 25 de Abril.

I.II.- Apoio imediato e espontâneo: Os acontecimentos foram tão vigorosos, tão inesperados e tão originais na história política mundial contemporânea, que jamais os seus desdobramentos poderiam ser previstos. Entravam em cena atores de diferentes colorações, inspirações, táticas e estratégias. Em um caleidoscópio, atiravam-se vários em busca de prevalecer seus ideais e conteúdos. Historiadores e observadores iriam comparar o Portugal pós 25 de Abril à revolução bolchevique de 1917; outros a

compararam à revolução francesa de 1789. Muitas comparações que, se levadas a cabo, obscurecem a originalidade dos factos.

O próprio líder da revolução de 1917 na Rússia alertava para as particularidades que são reservadas aos processos revolucionários, os perigos das comparações levianas e as interpretações fugazes: “Nem a natureza nem a história conhecem milagres: mas cada mudança brusca da história, e notadamente cada revolução oferece uma tal riqueza de conteúdo, coloca em jogo combinações tão inesperadas e tão originais de formas de luta e de relações entre as forças em presença que, para um espírito vulgar, muitas coisas devem parecer milagrosas” (Lenine A, 1979: 1).

A jornalista norte-americana Kamer escrevia no *The New Yorker*, em Setembro de 1974, esta pertinente observação: “Metade de Lisboa parece sofrer de laringite, e a outra metade de exaustão nervosa... Há algo de inocente numa revolução. É um pouco como a infância – um momento entre o despertar e a frustração, o gênero de momento que faz as pessoas sentirem-se ternas e protegidas. Quem tem vindo a Lisboa desde o 25 de abril é isso que sente” (Antunes, 1986: 328).

I.III - Atores sobem ao palco: A Igreja Católica atuou como protagonista de proa na oposição ao regime fascista, bem como durante o processo revolucionário, para barrar o avanço das forças comunistas. Há que se recordar que as supostas revelações de Nossa Senhora aos pequenos camponeses, em 1917, renovaram a fé portuguesa: “Apesar da hostilidade das autoridades civis e das reservas iniciais na hierarquia católica, bem cedo as peregrinações populares fizeram de Fátima um importante lugar de culto nacional e internacional” (Ferreira, 2001: 499).

Na Assembleia Legislativa, no início de 1974, o tom das intervenções subira e a Igreja era um dos alvos. Discursou o Deputado Casal Ribeiro: “Com frequência assustadora se vão registrando aos domingos, em Lisboa, no Porto e na Província, em certas paróquias, a subversão pregada por certos padres” (EX, N 57, 5/1/74:p.1). Duas semanas depois, o *Expresso* publicou artigo de Tomás Oliveira Dias, da ala dos católicos progressistas, sobre os pronunciamentos dos deputados atacando a Igreja. Ele citou a doutrina do Concílio Vaticano II e a Carta Pastoral do Episcopado Português da Metrópole, de Maio de 1973, segundo a qual “nenhum povo sobreviverá, a longo prazo, se não proceder ao reconhecimento efectivo do pluralismo legítimo; isto é, do valor real da personalidade própria de cada homem, assegurando-lhe participação nas responsabilidades do conjunto social ” (EX, N 59, 19/1/74:p. 2).

À época, 12 católicos, entre eles o padre Antonio Correia, estavam detidos, desde finais de 1973, e o processo encontrava-se no Primeiro Juízo Criminal de Lisboa e seria enviado para o Tribunal Plenário, onde seria julgado (EX, N 60, 26/1/74: p. 1). Por sua vez, o discurso de Marcello Caetano, em meados de Fevereiro, colocava a Igreja como um dos alvos a serem combatidos pelo regime, ao lado dos sindicatos operários, dos grandes capitalistas e dos estudantes: sobre os eclesiásticos, Caetano disse que estes “desferem ataques à ordem social e às autoridades constituídas” (Idem: p. 6).

Novos ventos sopravam na fé católica após o Concílio Vaticano II, em 1964, que buscava trazer o evangelho e a Igreja para a *praxis* social em função dos menos favorecidos. Na 'Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja', a encíclica pregava a “nova aliança com o povo de Deus, na qual “os que crêem em Cristo, regenerados não pela força de germe corruptível mas incorruptível por meio da Palavra de Deus vivo (...) e

condição deste povo a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus (...)" (Paulo VI, 21/11/64).

Os conflitos entre Igreja e Estado Português adentravam nas colónias (Antunes, 2001: 519). Em 1971, os padres abandonaram Moçambique, dizendo que o colonialismo não lhes permitia cristianizarem (Matos, 2001: 516).

As organizações da sociedade civil, embora tímidas, gestavam durante a fase marcellista. No campo empresarial, foi sintomática a criação da Sedes – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social -, em Dezembro de 1970. Quanto à imprensa, foi um marco, no campo oposicionista, a criação do Jornal *Expresso*¹⁰, em 1973, como expoente na defesa dos ideais liberais e democráticos. Mesmo sob censura, buscava marcar a oposição ao regime. Em sua segunda edição, o seu editorial versava sobre a defesa do voto aos 18 anos (EX, N 2, 13/173: p. 2). Também nesta edição, divulgava os documentos ignorados ou esquecidos de José Pedro Pinto Leite, presidente da Câmara do Comércio e Indústria Luso-alemã e integrante da ala parlamentar liberal de Dezembro de 1969 e Abril de 1970, que morreu em acidente aéreo. *Expresso*, desta forma, apresentava as principais teses de Pinto Leite, de cunho liberal e desenvolvimentista, tais como a necessária aproximação com a Europa e defesa ao tratado com o Mercado Comum, em discurso proferido em Fevereiro de 70: "Se a paz passa em grande parte pelo desenvolvimento econômico, travemos então corajosamente a guerra que nos é importante pelo nosso subdesenvolvimento interno".

O artigo de Sá Carneiro, intitulado 'A política dos nossos dias', defendia a liberalização política: "Não se vê que doutro modo seja possível criar a consciência pública das

¹⁰ No capítulo III será abordada, em detalhe, a criação do jornal *Expresso*.

alterações necessárias, levar as pessoas a participar num processo evolutivo” (Idem: p. 8).

Também na primeira página estava a reportagem intitulada: “Os caminhos da direita portuguesa”, na qual o *Expresso* avaliava que “as tendências mais recentes da direita portuguesa ligam-se com a sua evolução nos últimos 40 anos, designadamente durante 50 e 60. ”Para o Jornal, os anos 60 conheceram nítidas distinções na direita portuguesa e a marginalização dos mais liberais. À época começavam a despontar tendências centristas, que anseavam por mais desenvolvimento económico e pela democratização da vida política. Por outro lado, setores mais ortodoxos pediam o retorno à pureza do regime salazarista dos velhos tempos (EX, N8, 10/3/73: p.1). A partir de 1968, houve o reajustamento da base de sustentação do regime, com a defesa da evolução política e repúdio a qualquer solução de abandono dos territórios ultramarinos.

Em princípios de Abril de 1973, realizava-se o Congresso de Aveiro da oposição democrática, o que representou um passo importante para uma frente ampla.

Os organizadores alertavam que a autorização para a realização do Congresso não deverá ser considerada como generosa dádiva do governo. Desde 70, liberais pleiteavam autorização governamental para a sua realização. Os temas em debate foram eleições livres, nova lei de imprensa, crítica à política económica, a questão agrária e o pouco poder de consumo da população. O Jornal *Expresso* fez ampla cobertura sobre o III Congresso (quatro páginas), com a apresentação dos programas e as teses mais significativas.

O presidente do congresso, Ruy Luís Gomes, afirmava: “Esperamos que em 73 poderemos festejar todos juntos um Portugal restituído às suas liberdades fundamentais” (EX. N 16,3/5/73).

Na crítica ao regime, a oposição liberal agia no limite do possível para driblar a censura, como bem exemplifica o artigo de Francisco Pinto Balsemão: “Uma terceira força: a tão citada política de avestruz tem os dias contados em qualquer sítio do mundo (...) quando a palavra democracia é proferida por um número crescente de vozes, trata-se mais de reconhecimento da necessidade empírica de equilíbrio razoável entre liberdade e igualdade, do que da expressão oral e teórica de conceitos da Ciência Política” (EX. 73, N1710/5/73: p. 8).

No Estado Novo, os meios de comunicação haviam “estado espartilhados por inúmeras medidas repressivas. As suas audiências haviam sido encolhidas pelos magros limites do crescimento económico e pela intenção, aparentemente consciente em Salazar, de manter vastos segmentos da população sem opinião” (Agee e Traquina, 1987:33).

Acredita-se que nos 48 anos de autoritarismo, houve poucas alterações na censura do regime: “Apenas estreitou os seus critérios ou diminuiu um pouco a sua inflexibilidade, conforme a evolução da conjuntura política” (Crato, 1992: 205).

Para Salazar, “a imprensa não tinha um papel decisivo na política do Estado ”(Idem:206). Porém, para Caetano, a imprensa passava a ter importância crescente em virtude das críticas internacionais ao regime e às guerras nas colónias. Na tentativa de vestir uma roupagem democrática, a questão da censura colocava a nu o regime. Assim, o regime de censura é declarado transitório, com a palavra de aboli-la. Na prática, contudo, “as alterações são pouco visíveis” e buscou-se o apoio dos *media* em busca de moldar a opinião pública (Ibidem: 207).

Com o tempo, as práticas de autocensura enraizavam-se, e o jornalista começa a tentar furar a vigilância dos censores (ibidem: 207). Ao mesmo tempo, brotava a imprensa clandestina e semiclandestina. A essa imprensa “múltipla, penetrante e mobilizadora se

deve, em grande parte, a preparação da opinião pública para o derrube do regime” (Crato: 210).

Nos anos 50 e 60, o movimento de controle de jornais acentuou-se rapidamente e, no princípio da era marcellista, muitos jornais foram comprados e tornaram-se órgãos de expressão dos grupos económicos. De tal forma que o 25 de Abril “vem encontrar nas mãos da banca a maioria das grandes empresas informativas” (Idem: 177).

“Desmotivada e estrangulada, a imprensa portuguesa foi virtualmente ignorada pelos grupos económicos até finais dos anos 60. Nessa altura, os jornalistas passaram a ser vistos como instrumentos ideológicos importantes e úteis para o exercício dos fazedores de opiniões durante o apaixonado debate sobre o destino de Portugal”(Agee e Traquina, 1987: 33). Europa ou África?

Na área editorial, livros dos mais conceituados intelectuais da época tinham circulação vigiada. Assim, obras que pudessem ser interpretadas como subversivas, prejudiciais aos princípios do Estado e aos bons costumes eram confiscadas (Crato, 1992:204).

Na área cinematográfica, entre 1964 a 1967, 1.301 filmes foram apresentados à censura; destes, 11% foram proibidos e 53% cortados. Já em 1971/72, 304 submeteram-se ao crivo da censura e, destes, proibiram 18% e cortaram parte da obra de outros 44%. Em 1973, das 568 obras analisadas pela censura, 12% foram proibidas e 44% foram cortadas (Geada: 1976: 210). Nos espetáculos públicos, os filmes eram vistos e mutilados antes de sua exibição, traduzindo um puritanismo cultural e uma vigilância política que muitas vezes deturpa completamente o sentido e intenção das obras (Costa, 1998).

Depois do início da guerra colonial e da remodelação de 1962, “a censura se assanhou mais do que nunca e as obras mais exemplares só no estrangeiro podiam ser vistas. Na

década da *nouvelle vague*, só aqui chegaram borrifos de Truffaut e de Chabrol ou o Pierrot Le Fou” (Idem: 65).

Os anos 60 experimentaram o fenómeno da urbanização e litoralização do país. No final da Segunda Guerra, apenas 15% da população viviam nas cidades (Martins, 1998: 23). A partir da década de 60, houve forte emigração para países da Comunidade Económica Européia: novecentos mil portugueses emigraram entre 1960 e 1971, a maioria na faixa de 18 a 35 anos. Em 1975, 1,5 milhões de portugueses residiam no exterior. Além disso, duas de cada três pessoas que deixaram o campo estavam fora do país (Maxwell, 2006:44). Isso “sangrou o país e contribuiu para a alteração de expectativas políticas e sociais, e consequentemente para a mudança da sociedade – facto que, para Braga Cruz, foi determinante na evolução dos anos 60 e 70” (Martins, 1998: 23).

As taxas de analfabetismo da população portuguesa eram de 26% em 1970 e as despesas do PIB com a educação eram de apenas 1,7%; e saltaram para 3,8% em 75. As despesas públicas com proteção social - saúde, educação e segurança - somavam 8,5%, em 70, e 17% em 75 (Idem: 32).

A renda *per capita* em Portugal em 1974 era de US\$ 1463, enquanto que na França era de US\$ 5639, e na Suíça US\$ 7818. Os números de telefones por mil habitantes em Portugal era 128, enquanto na França era de 372, e na Itália 301. O consumo de quilo de papel de jornal por habitante em 1975 era de 3,1, ao passo que na França era 7,6, e nos EUA 38,7 (Crato, 1992: 248¹¹).

Na década de 1960, Portugal recebera vultuosos investimentos estrangeiros (Maxwell, 2006:47). Mas há que se ponderar que os fatores internos e externos foram decisivos

⁶ De acordo - ONU. Statistical Yearbook, e OCDE, Main Indicators

para o desenvolvimento económico, estabilidade macroeconómica e abertura económica, , 1980 experimentados nas décadas de 50 e 60 (Lains, 2005: 120). Entre 1960 a 1973, o peso do comércio exterior no PIB aumentou de 17 para 30% (Idem: 130). Porém, a economia desacelerou porque a produtividade do trabalho e do capital adicionalmente empregue era inferior à média (Ibidem: 132).

Os relatórios da organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em Portugal alertavam, no início dos anos 70, que a base económica da produção agrícola estava sendo destruída. O governo praticamente não se moveu para sanar o problema. O descaso relativo à agricultura teve consequências políticas importantes, pois prejudicou até o ponto de ruptura uma das principais fontes de apoio ao antigo sistema (Maxwell, 2006:50).

No início da década de 1970, as safras foram excepcionalmente pequenas. A produção de trigo não chegou à metade da média europeia; a de centeio foi três vezes menor; e a de cevada, quatro vezes inferior. Havia escassez de mão-de-obra, facto que não redundou na mecanização, mas levou à queda da produção.

Como observa Huntington, o desenvolvimento económico rápido dos anos 60 cria a base económica para a democracia de longo prazo; porém, ao “curto prazo, o crescimento económico muito rápido e as crises económicas podem solapar os regimes autoritários... mas sua substituição por regimes democráticos duradouros é altamente problemática” (Huntington,1994: 80). No caso português, o boicote do petróleo e os custos da guerra podem ser circunscritos nesse panorama de crises rápidas que resvalam rapidamente para o campo político.

I.IV - Serviço mal acabado: O mundo não vivia em paz quando eclodiu o 25 de Abril em Portugal. A História das relações internacionais nos últimos 500 anos foi de guerras ou de

sua preparação. Kennedy acredita que qualquer que tenha sido a fase de desenvolvimento económico e científico, cada século testemunhou um debate sobre as proporções em que a riqueza de cada país deve ser utilizada para fins militares. Assim, “a maioria dos estudos históricos supõe que ‘guerra’ e sistema de grandes potências andam de mãos dadas” (Kennedy, 1989: 510)

A insistência do governo fascista português em manter 'a ferro e a fogo' as colónias na África gerava problemas de ordem internacional. O 'serviço mal acabado' na Europa pós-II Guerra fora mantido muito em função da base aérea de Açores, o que tornava os EUA complacente com o fascismo português na segunda metade do século XX. Assim, por exemplo, em 13 de outubro de 1973, Marcello Caetano autorizou a utilização de Açores pelos aviões americanos rumo ao Oriente Médio em socorro a Israel, em mensagem enviada ao Presidente Nixon (Antunes, 1986: 387).

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas - ONU - apertava o cerco a Portugal, desde os anos 50 (Teixeira, 2005: 106). Em Dezembro de 1960, a Assembleia Geral declara não autónomos os territórios administrados por Portugal no além mar, por meio da resolução 1542 (XV) (Correia, 1992: 125; Teixeira, 2005: 108). Pois o colonialismo fora condenado na Carta da ONU, em seu artigo 73. A campanha internacional contra o regime português ganhava fôlego. Em Maio de 1971, Portugal retirava-se da Unesco, por acreditar que o organismo apoiava os “movimentos terroristas” (Matos, 2001: 517).

Os movimentos de libertação que se processavam na África estavam inseridos na ideologia terceiro mundista; isto é, não se ligavam diretamente a nenhuma corrente de esquerda internacional, em especial, ao Bloco Soviético, e buscava a emancipação nacional em moldes socialistas, com a estatização da riqueza e dos meios de produção.

Claro que, como recebiam fartas ajudas de Moscovo, tais movimentos tendiam a se ingressar no bloco socialista.

Na África, o exército português mobilizava quase 170 mil homens, e ainda assim estava sendo derrotado na Guiné-Bissau, sofrendo graves pressões em Moçambique e se atolando em Angola. Com o tempo e a experiência, o conteúdo ideológico da luta anticolonial refinou-se, passando do nacionalismo para uma crítica marxista mais explícita da dependência e seus mecanismos (Maxwell, 2006:40). Ao mesmo tempo, os EUA destilavam suas últimas bombas no sudeste asiático, já que a derrota final seria no ano seguinte, 1975. A URSS, apesar de apoiar os movimentos terceiro mundistas, optou por não intervir fisicamente nos conflitos.

A doutrina norte-americana de dividir as Nações e povos entre o ‘bem’ o ‘mal’ e ser intolerante ao que fosse diferente de sua cultura e conjunto de valores, floresceu no Pós-Guerra, quando as diversas nações foram se agrupando em torno das duas superpotências vencedoras do conflito: o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética. Como observa Kennedy (1989: 371), o elemento importante e decisivo nessa rivalidade foi a criação, tanto pela União Soviética como pelo Ocidente, de alianças através do globo, e a competição para se encontrar novos aliados, ou pelo menos para se evitar que países se juntassem ao outro bloco.

A Doutrina Truman, Presidente dos EUA de 1945 a 1952, que definiu a política externa dos EUA e marcou o início da guerra fria, não deixa margens para dúvidas quanto à reivindicação americana de estar lutando pelo bem da humanidade, contra os inimigos dos valores democráticos e éticos. Disse Truman: “Um modo baseia-se na vontade da maioria, distinguindo-se pelas instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias de liberdade individual, liberdade de palavra e religião, e ausência de opressão

política. O segundo modo de vida baseia-se na vontade da minoria imposta pela força à maioria. Vale-se do terror e da opressão, da imprensa controlada, de eleições forjadas e da supressão da liberdade pessoal” (Truman, 1947).

Nessa mesma esteira ideológica, no curso da Guerra Fria, Eisenhower, Presidente dos EUA, de 1953 a 1960, do Partido Republicano, aprofunda e sedimenta a Doutrina Truman dos democratas, ao se referir às ideologias e políticas dos blocos americano e soviético: “As forças do bem e do mal estão reunidas e armadas em oposição como raramente aconteceu antes na História. A liberdade está em oposição à escravidão, a luz em oposição às trevas” (Dallek, 1983: 170).

O fracasso dos EUA na Indochina reforçou o avanço do comunismo. “Os EUA viam-se como o lado perdedor das revoluções” (Hobsbawm, 2001: 439). Na Guiné Bissau, o PAIGC, liderado por Amílcar Cabral e Aristides Pereira, buscava acertar o passo da “teoria revolucionária europeia com a experiência revolucionária asiática para criar um partido deliberadamente adaptado às condições geográficas, sociais e económicas especiais da Guiné-Bissau (...) Em Angola, Agostinho Neto, presidente do MPLA, falava em “uma dupla revolução”, contra estruturas tradicionais que já não nos podem servir e contra o domínio colonial” (Maxwell, 2006: 41).

Durante a Guerra Fria, a postura soviética foi a de não intervenção direta nos conflitos e menos ainda a da não provocação. Assim, foi, por exemplo, na revolução cubana de 1959, quando o movimento de Castro e Guevara foi vitorioso; não havia um alinhamento ao regime da URSS. “Os acréscimos posteriores ao ‘campo socialista’, a começar por Cuba, abriram seu próprio caminho até lá, embora os movimentos guerrilheiros de libertação na África pudessem contar com sério apoio do bloco soviético” (Hobsbawm, 2001: 385).

A URSS mantinha uma relação pragmática no contexto dos movimentos revolucionários e de libertação do Terceiro Mundo, pois “não pretendia nem esperava aumentar a região sob governo comunista além da extensão da ocupação soviética no Ocidente ou da intervenção chinesa no Oriente (...) A descolonização africana também levou ao poder líderes que não pediam nada melhor que o título de antiimperialista, socialistas e amigos da União Soviética, sobretudo quando esta levava ajuda técnica e outras não maculadas pelo velho colonialismo” (Idem: 423).

Na América Latina, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro mantinha-se longe da luta armada de esquerda na virada dos anos 60 e defendia uma aliança com a burguesia para derrubar o regime militar. Em essência, a “estratégia de Moscou para os países do Terceiro Mundo era de “estudada moderação” (Ibidem: 424). Na questão das guerras coloniais na África, a URSS manteve a regra: “Nem fizera, nem controlava essas revoluções, mas visivelmente as acolhia, com certa alacridade, como aliadas” (Ibidem: 440)

Sobre os movimentos revolucionários na África, havia uma adesão formal deles ao comunismo, no sentido marxista-leninista. Porém, a lógica das mobilizações baseava-se em “lealdades tribais, uma situação que ia possibilitar aos imperialistas mobilizar outras tribos contra novos regimes - como notadamente em Angola. A única importância do marxismo-leninismo para esses países foi uma receita para formar partidos de quadros disciplinados e governos autoritários” (Ibidem: 438).

A revolução portuguesa colocava em jogo as relações entre Washington e Moscovo e a *detén*te, especificamente. Nessa perspectiva, o jornalista polonês Tad Szulc, durante 30 anos, foi correspondente do *The New York Times*, à época considerado referência mundial em termos da temática internacional (OJ, N43, 20/2/76), e acreditava que

Moscovo não fez “esforços desmedidos para correr em socorro de Cunhal. Os soviétólogos, assim como os seus colegas europeus, julgam que Moscou decidiu fazer um ‘investimento de risco reduzido (...) Portugal interessava aos soviéticos, mas eles preferiram agir com prudência. Pode-se perguntar como teria reagido, se Cunhal, com o apoio de Vasco Gonçalves, tivesse triunfado. Os soviéticos sem dúvida seriam obrigados a dar a Lisboa o mesmo tipo de ajuda a Cuba há 15 anos” (Idem:p. 17).

Em entrevista a Freire Antunes, o major Melo Antunes disse ao autor: “Os americanos, tendo sido colhidos de surpresa pelo 25 de Abril, tiveram dificuldade, por falta de pessoal qualificado ou por serem uma máquina demasiado pesada para agir com flexibilidade a novas situações, em diagnosticar a situação em Portugal. A minha idéia é que eles não sabiam como agir.” (Antunes,1986: 334/335). Nessa mesma direção, Szulc colocou em dúvida, ao *O Jornal*, sobre a eficácia da política dos EUA em Portugal, que, para ele, foi “desordenada e confusa”. Em traços gerais, no pós 25 de Abril, eram três propostas em tela sobre a questão das colónias africanas: a visão federalista de Spínola, bem expressa em seu livro “Portugal e o futuro”; a segunda procurava a constituição de eixo neutralista, não-alinhado e terceiro-mundista, inspirada no Major Melo Antunes (Teixeira: 2005:112) e a visão pró-soviética, vislumbrada pelo PCP, na arena civil, e pelo General Vasco Gonçalves, na Armada.

Do ponto de vista de ações concretas, apenas com a Lei nº 7/74, já no II Governo Provisório, a descolonização assumiu a visibilidade que merecia, com a entrada em cena de Melo Antunes. A Lei reconhecia o direito das colónias à autodeterminação e à independência, o que, no fundo, era a aplicação das resoluções da ONU de quase 20 anos atrás (Correia, 1992:127).

I.V - O acerto de contas: Eram duas ondas que navegavam no Atlântico Norte em 1974. Distante 3.904 quilômetros da capital da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Moscovo, e distante 5.742 quilômetros da capital dos Estados Unidos, Washington, em meio à Guerra Fria, essas duas ondas iriam se confrontar, confundir-se e até mesmo se mesclar por, no mínimo, dois anos que se seguiram. Nas duas, estava explícita a preeminente demolição do regime que vigorou por 48 anos. Mas, o que substituiria o antigo regime? Uma democracia parlamentar, nos moldes liberais norte-americanos? Uma democracia parlamentar, nos moldes europeus do Estado de Bem-Estar Social? Ou um regime socialista aos moldes da URSS e dos seus países satélites, onde prevalecia uma ditadura partidária, e os direitos democráticos eram negados? Ou ainda, um novo tipo de socialismo, que buscaria conjugar socialismo e democracia?

Antes de tudo, cabe questionar: os eventos e factos experimentados pelo país a partir de 25 de Abril até a promulgação da nova Constituição se enquadrariam nos conceitos clássicos da História Política e da Ciência Política de golpe e ou de revolução?

O Golpe de Estado circunscreve-se na tentativa de substituição dos ocupantes do poder dentro do quadro institucional já existente, e “sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e socioeconômicos (...) é tipicamente levado a afeito por escasso número de homens já pertencentes às elites, por conseguinte, de caráter essencialmente cimeiro...a participação popular é escassa, a duração da luta é breve e o nível de violência é bastante baixo” (Pasquino, 2001: 1121).

Por sua vez, a revolução verifica-se quando os insurretos objetivam a mudança, em profundidade, das esferas política, social e econômica: “Há uma grande participação popular, a duração da luta é longa e a incidência da violência interna torna-se sumamente

elevada (...) toda revolução, vitoriosa ou não, há momentos de guerra civil” (Idem: 1122) . Caro que, em Portugal, houve características de golpe e ao mesmo tempo de revolução.

“Uma mudança no Homem e no curso da Existência”. Assim o filósofo francês Jean Paul Sartre definiu a revolução portuguesa para os estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP -, onde visitou (RE, 3/4/77: p. 24).

Nessa 'mudança no homem', a que se referiu Sartre, o serviço de censura foi um dos primeiros alvos escolhidos pela população após o 25 de Abril. Dia seguinte, populares ocuparam a sede de Lisboa dos serviços de censura, que desde a véspera estavam reduzidos a inatividade (Crato,1992:210). Nos cinemas lisboetas, menos de um mês depois do Golpe, estreava o filme 'O Encouraçado Potenkin', dirigido pelo russo Sergei Eisenstein. A primeira edição portuguesa do Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, circulava livremente, em 1975, com uma tiragem de 50 mil exemplares (Chitas, 2000: 163).

O jornalista português José Rebelo, que trabalhava no parisiense *Le Monde*, cobriu grande parte do período revolucionário, pois este jornal foi o que mais noticiou a revolução em termos da *media* mundial. Para ele, a revolução portuguesa foi muito importante nesses termos. A guerra do Vietname estava no fim. Maio de 68 era uma lembrança, Allende já havia sido deposto no Chile. Enfim, "havia um *déficit* de causas, um vazio de grandes causas. Por seu lado, em Portugal havia a ditadura mais antiga da Europa, com algumas características muito próprias: era o último regime colonial que caía. A revolução foi feita por militares, foi pacífica com toda a carga poética, com a

colocação de cravos nos tanques, houve a união do povo e das forças armadas. Então, toda a esquerda europeia nostálgica voltou-se para Portugal¹²”.

Vai ao encontro dessa pertinente observação de Rebelo a narrativa épica e saudosista das notícias veiculadas nos dias subsequentes ao 25 de Abril nos jornais *Journal de Genève*, *Le Soir*, *Le Monde* e até mesmo no considerado ‘direitista’ *Le Figaro*: “Em 1974, os portugueses aspiravam a concluir , finalmente, a sua Revolução de 1979”, “Jornadas que fazem sonhar com a libertação ou com Maio de 68”, “Um Maio de 68 à beira do Tejo” e “Portugal acaba de viver um 13 de Março” (Mesquita e Rebelo,1994:34), em uma alusão à revolta militar da Argélia, em 1958.

Do turismo no litoral sul nos tempos do salazarismo/marcellismo, a rota mudou: surgia o turismo político. Era gente dos quatro cantos da Europa, que queria ver 'com os próprios olhos' os factos, ou mesmo participar das actividades revolucionárias, por entre eles jornalistas. A bela e acolhedora Lisboa tornava-se o teatro da esquerda mundial. As pequenas agremiações brotavam. Afloravam-se as divergências nascidas na II Internacional Comunista, no início do século, quando Lenine e seus seguidores cunhavam de “chauvinistas sociais-democratas” os que defendiam a via parlamentar para se alcançar o socialismo. Posições que levaram à formação da III Internacional, logo após a revolução de 1917. Depois vieram Staline versus Trotsky, Kruchev e o revisionismo da era stalinista e Mao-Tsé-Tung. Em Portugal, era como se toda a esquerda mundial se reunisse para um 'acerto de contas' histórico. Poucos meses depois do 25 de Abril, Portugal estabelecia relações diplomáticas com o Leste Europeu e com a URSS, em Junho de 1974.

¹² Depoimento concedido à autora deste trabalho, em Lisboa, janeiro de 2006. A integra está no Anexo V.I. Todas as citações deste jonalistas neste trabalho estão na referida entrevista.

O francês *Le Monde* montou uma autêntica redacção para cobrir a revolução portuguesa. Eram cerca de quatro páginas diárias; seis jornalistas eram responsáveis pelas reportagens locais, repercussões em outros países e na própria França, e também a edição do material. Rebelo, autor de mais de 700 artigos publicados pelo *Le Monde* sobre a revolução portuguesa, detalha a cobertura: “Além dos correspondentes em outros países, como na União Soviética e Estados Unidos que sempre buscavam reflectir a situação portuguesa nestes países, havia dois profissionais responsáveis pela edição. Não havia ligação telefónica directa entre Lisboa e Paris. Há uma hora a mais no fuso horário, em Paris. Então eu tinha que pedir à telefonista a chamada para a redacção, o que poderia demorar muito. Às oito horas da manhã eu deveria enviar o material, mas nem sempre era possível. Estava sempre atento ao tempo”. O cotidiano era intenso no *front* jornalístico: “Durante o dia, ia às manifestações, fazia as entrevistas. Nos períodos mais duros da revolução, por volta das duas horas da manhã, fazia uma ronda pela cidade, para ver se tudo estava em ordem”.

O fim da censura constava do documento do MFA, mas “não houve necessidade de lei nenhuma para declarar o fim da censura, embora os velhos hábitos não tenham morrido de um dia para outro” (Agee e Traquina, 1987: 20). Após o 25 de Abril, 20 novos jornais da esquerda são criados (Idem: 36). O órgão oficial do PCP, *Avante!*, circulava livremente em 17 Maio de 1974, pela primeira vez.

Na tradição da esquerda mundial, o tema de uma imprensa comunista sempre esteve em foco. No *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Frederic Engels e Karl Marx já alertavam para tal tarefa comunista. Foi Lenine, porém, quem avançou sobre o tema (1902) (...) “Infelizmente, para educar pessoas para formar organizações políticas fortes não há outro meio senão um jornal para toda a Rússia (...) Não se pode começar o

‘trabalho político vivo’ senão através de uma agitação política viva, o que é impossível sem um jornal para toda Rússia, que aparecera frequentemente e seja difundido de forma regular. Esse jornal seria parte de um gigantesco fole de urna forja que atija cada fagulha da luta de classes e da indignação popular, para daí fazer surgir um grande incêndio (...) É com isso que precisamos sonhar. É preciso sonhar”.

Em Portugal, essa estratégia leninista se confirmou nas mais diversas tendências da esquerda, em um espectro que fora dos stalinistas aos trotskistas. Colocar o *Avante!* nas ruas, que circulou clandestinamente por 43 anos, foi uma das primeiras ações do PCP no processo revolucionário. A primeira edição remontava o golpe militar de 1926. Na sua primeira edição na legalidade, *Avante!* dizia: “Ao longo de mais de 43 anos, o *Avante* clandestino foi uma arma valiosa na luta contra a exploração capitalista, a opressão fascista, a guerra colonial, a dominação imperialista. Cabe-lhe impulsionar a luta pela democracia, pela independência nacional, pelo fim da guerra colonial, pelo socialismo” (17/5/74: p.1).

Por conseguinte, a imprensa, de forma inequívoca, entrava em cena como um ator de destaque no palco dos acontecimentos revolucionários. Mais do que atuar na formação de ideais e mentalidades da opinião pública, a imprensa era protagonista dos factos; ela mesma era a notícia.

Na luta pelo poder político, que se operacionalizou tanto entre as organizações da sociedade civil, nas quais figuravam os partidos políticos, quanto entre os militares vitoriosos, o controle dos *media* despontava como um dos fatores decisivos. Além de terem seus próprios veículos de imprensa, a esquerda procurou influir nos periódicos, seja nas redações, seja na base de trabalhadores do setor. Dessa forma, os *media* foram parte do processo revolucionário, ao ser a ‘ponta de lança’ das idéias e vontades políticas que

se gestavam (Agee e Traquina, 1987; Mesquita, 1994). A população, pelo menos na primeira fase da revolução, procurou nos órgãos de informação “pontos de referência e rumos de orientação. Em contrapartida, recebeu um banho lustral de ideologia e propaganda política” (Mesquita, 1994: 361). Claro que os quadros de jornalistas e técnicos aumentaram substancialmente após o 25 de Abril, com o maior interesse dos leitores pelos noticiosos, mas “os critérios partidários sobrepuseram-se a qualquer referência de outro tipo. A admissão de novos jornalistas, regra geral, processou-se segundo os trâmites da militância política, relegando-se para segundo plano a perspectiva profissional” (Os autores, N3, 2004), recorda Mário Mesquita, deputado Constituinte e diretor-adjunto de o *Diário de Notícias*, a partir de Dezembro de 1975.

Agee e Traquina acreditam que a influência das teorias leninistas pode ser explicada, em parte, pelo “facto de muitos trabalhadores da informação terem entrado para a profissão após o golpe de 1974. Só no ano de 1975, 157 novos jornalistas obtiveram as suas credenciais de imprensa; dos 1600 jornalistas credenciados hoje, 1000 entraram em atividade após 1974” (1987:38).

Na guerra informativa dos grupos de pressão e de partidos, “a capacidade de análise e selecção era diminuta” na imprensa. “A informação era servida ‘em bruto’, mal digerida, tal como saía dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas políticas” (Mesquita, 1994: 363).

Em 20 de Junho de 1974, era publicado o decreto-lei que autorizava a Junta de Salvação Nacional a nomear a comissão *Ad Hoc*, em cumprimento ao programa do MFA (CD25AUC, 20/6/74). Esta comissão tinha poderes para aplicar multas e sanções à imprensa que cometesse infrações ao programa. Em agosto, fora formada a comissão encarregada de elaborar o projeto de Lei de Imprensa.

A Comissão *Ad Hoc* interveio 41 vezes, impondo na maioria das vezes penas leves; o jornal *Comércio de Funchal* foi suspenso por 30 dias. Muitas de suas ações foram dirigidas para publicações da extrema-esquerda, como o maoísta *Luta Popular*, ou direitistas ou religiosas (Agee e Traquina, 1987: 36).

Sobre a Comissão *Ad Hoc*, esta viveu dois períodos distintos. O primeiro, nos dois primeiros meses de sua promulgação, Junho e Julho de 1974, quando o General Spínola buscava frear a esquerda, principalmente no tocante às colónias. Com a perda da influência do General, com a tentativa de golpe da direita e contragolpe à esquerda no 11 de Março, e com a sua ascensão, as ações da *Ad Hoc* dirigiram-se para a imprensa conservadora no interior do país (Mesquita, 1994: 367).

Crato acredita que a *Ad Hoc* tentava pôr um controle no processo “a partir de cima, reprimindo tanto a propaganda reaccionária, como as iniciativas populares que ultrapassassem as decisões da Junta de Salvação Nacional” (Crato, 1992: 212).

I.VI - Irrequietos e revoltosos: As divergências entre PS e PC acirraram-se quando da discussão sobre a unidade ou pluralidade sindical. O projeto de lei que estabelecia a unidade sindical, tese defendida pelo PC, foi elaborado pelo Secretário de Estado do Trabalho Carlos Carvalhais, na altura do III Governo Provisório, em Janeiro de 1975. Com o veemente desacordo do PS e do PPD, o debate ganhou as ruas. Num dia, a manifestação da Intersindical defendia a lei. Dia seguinte, o PS ia às ruas em seu “maior comício desde então”(Reis, 1992:36). O porta-voz do Conselho dos 20, Vasco Lourenço, revelava que o grupo era unânime no apoio à unicidade. O PS, mais uma vez, criticou, e “pela primeira vez marca a sua autonomia em relação ao próprio MFA” (Idem).

A notícia em primeira mão sobre os acontecimentos do 11 de Março, 'o furo de reportagem', não couberam aos jornais portugueses, mas ao *Le Monde*, embora feita por um jornalista português. José Rebelo recorda aquele dia: “Estava, por volta das 11h30, na Biblioteca Nacional de Lisboa. Houve uma linha cruzada no telefone em que falava. Uma senhora, que eu conseguia ouvir com nitidez, embora nunca soube quem fosse, falava de aviões que estavam a sobrevoar a região do Ralis. Fui para lá e vi que alguma coisa de muito estranho estava a acontecer, pois havia uma movimentação intensa de tropas, bem diferente do normal. Percebi que algo importante ocorria. Passei a notícia para o *Le Monde*, que colocou uma notinha na primeira página. A primeira edição saiu em Paris às 13h30, e em Portugal ninguém havia divulgado nada a respeito da tentativa de golpe”.

Ao 11 de Março, seguiu-se uma sincronizada cadeia de medidas do MFA: Instituição do Conselho da Revolução e da Assembleia do MFA, as nacionalizações, a reforma agrária, o IV Governo Provisório. As bases populares estavam inquietas e revoltas. Eram transformações da “sociedade portuguesa de profundidade nunca antes atingida, revelando-se uma inesperada capacidade de participação dos cidadãos (...) quer através de movimentos espontâneos motivados por problemas imediatos, relacionados com as mais diversas carências, quer mobilizados em grandes manifestações de massas resultantes do seu enquadramento sindical ou partidário” (Medina,1993:193).

O PCP buscava dar evasão à radicalização de suas bases, de olho, é claro, nos pequenos agrupamentos à sua esquerda, que se alçavam para assumir a vanguarda do processo e roubar-lhe a cena, ao mesmo tempo em que buscava adentrar-se nas fileiras do MFA, acobertado pelo slogan “aliança, povo e MFA”.

Sobre a manifestação do 12 de Março, em Lisboa, o *Avante!* estampava em manchete: “MFA e o movimento popular barraram o caminho à reacção.” (*Avante!*, 20/3/75: p. 1). Na

foto-legenda, tomada pelo mar de gente, dizia: “oito horas depois dos primeiros tiros da intentona fascista, milhares de pessoas desciam pela avenida da Liberdade, manifestando o seu apoio ao MFA. ”No meio da tarde, na sua edição especial, o *Avante!* afirmara: “A reacção não passará, porque é de aço a muralha que o povo e os soldados erguem face ao fascismo e à ditadura.” Na avaliação do Comitê Central do PCP, “a contra-revolução tem encontrado terreno particularmente favorável para o próprio desenvolvimento em certas contradições, hesitações e debilidades na política do Governo e no funcionamento de departamentos aos quais cabe a sua aplicação” (Idem,N 47: p. 3).

Um mês depois, o almirante Rosa Coutinho isentou os civis do golpe e do contra-golpe: “Não há provas de que mais algum partido estivesse envolvido nos acontecimentos contra-revolucionários. Há, evidentemente, ações suspeitas de alguns elementos pertencentes a partidos, mas isto não quer dizer que o partido o esteja... O golpe foi essencialmente militar. É por isso que há 4 a 5 vezes mais militares presos do que civis” (RE, 11/4/75: pp. 1 e 24).

No cenário internacional, os rumos à esquerda da revolução causavam inquietação (OJ, N 43, 20/2/76, p. 16). O presidente americano Gerald Ford recebia, dias após o 11 de Março, o relatório da CIA sobre os factos e os seus prognósticos. Os destaques eram a formação do Conselho da Revolução, as nacionalizações da banca e das companhias de seguro, o adiamento das eleições constituintes para 25 de Abril - ao contrário do previsto, 12 de Abril . O documento destacava dois nomes: Otelo Saraiva de Carvalho e o primeiro-ministro Vasco Gonçalves: “*both are describe as susceptible to communist influence*” (CD25AUC, 22/11/75).

Para Kissinger, um “Portugal comunista seria como a “fibra moral do ocidente que se desfiava (...) e acreditava que era demasiado tarde para salvar Portugal” (OJ, N43 ,

20/2/76, p. 17). Afinal, o momento era de pouco otimismo, uma vez que a política externa do Pentágono presenciava momentos de reveses: vivia-se o desastre dela na Indochina, e no Oriente Médio acirrava-se o conflito Israel e o mundo árabe, sem contar a ressaca do escândalo interno de Watergate.

Kissinger designou Carlucci para substituir Scott na embaixada americana em Lisboa, pois o anterior era considerado demasiado 'mole'. Carlucci tentou levar Kissinger a ter uma visão mais otimista e incitar o apoio ao novo regime. "Em Janeiro de 1975, a Comissão do Departamento de Estado de Washington que visitou Portugal dissera a Kissinger que este podia ter confiança em Mário Soares" (idem).

O governo americano não concebia o facto de os comunistas participarem dos governos provisórios em Portugal. Kissinger teria dito ao embaixador dos EUA: "Mesmo se o PCP tivesse seguido o modelo italiano, nós oporíamos. Não é só porque Cunhal é um stalinista que nós somos contra. Até mesmo um impacto de um PC italiano que parecesse governar efectivamente seria devastador – na França e na Nato" (Antunes, 1986: 351/352).

Por sua vez, O Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, eleito presidente em Maio de 1974, acompanhou bem de perto a revolução portuguesa. Mais de 30 anos depois, revelou que em encontro com o líder da URSS, Leonid Brejnev, em 1975, este revelaria não apostar no socialismo português aos moldes da União Soviética e não poder acreditar num país em que os militares andam de barba e cabelo compridos e não saúdam seus superiores hierárquicos. Para d'Estaing, seria impossível Portugal se tornar socialista, pois "os americanos jamais teriam deixado" (EX, N1829,17/11/2007: p.12).

I.VII - Liberdade de expressão na ordem do dia: No inverno de 1975, estava no auge o debate sobre a Lei de Imprensa. O *Expresso* avaliava que dois aspectos estavam a entravar a sua aprovação. O Conselho de Ministros era favorável à realização de eleições para o Conselho de redação dos jornais e polémico à permanência ou não da Comissão *Ad-hoc* para a imprensa, rádio e TV, mesmo após a Lei de Imprensa.

O Ministro Magalhães Mota propôs a adoção de um sistema proporcional de listas nos jornais, como análogo ao sistema adotado pela Lei Eleitoral já votada em Conselho de Ministros. O PCP defendia de forma “intransigente” a permanência da Comissão. Por sua vez, o PS e o PPD eram contrários. Na opinião de O *Expresso*, “no limite o PS poderia admitir a *Ad Hoc*, com possibilidade de recurso das suas deliberações” (EX, N 106, 11/1/75).

A Lei de Imprensa foi promulgada em fevereiro do ano seguinte, quando consagrava o “direito de informar e ser informado” e “a liberdade de expressão do pensamento pela imprensa”. Os abusos da liberdade de imprensa apenas poderiam ser apreciados pelos tribunais, o que impedia a punição por organismos administrativos, como a Lei *Ad Hoc*, que na prática deixava de existir, mas que do ponto de vista da lei, ainda sobreviveria até 29 de novembro de 1975 (Mesquita, 1994:365). Outras tentativas vieram, no sentido de bloquear a liberdade de imprensa no decurso revolucionário.

Na Lei de Imprensa estava bem explícito que o diretor do periódico seria designado “pela empresa proprietária, com voto favorável do conselho de redação, quando existe, cabendo recurso para o Conselho de Imprensa” (CD25AUC, 26/2/75). Ao diretor, caberiam a “orientação, superintendência e determinação do conteúdo.” Porém, ao se definir as funções dos Conselhos de Redação, a Lei era evasiva, pois a eles se reservava o direito, ou mesmo o dever de “cooperar com o director nas linhas de orientação”. Mas o

que seria essa cooperação? E se não se chegasse a um acordo, quem decidiria? Era uma questão crucial.

Merece destaque o facto de a Lei não mencionar a relação política e administrativa da direção e do corpo redacional com os demais sectores envolvidos na produção jornalística, como os publicitários, gráficos e administrativos. Dois meses depois, o documento do Conselho da Revolução 'Via de transição para o socialismo', de 11 de Abril, afirmava o "princípio de controle organizado de produção e eficiência" (CD25AUC, 11/4/75; Medina,1993: 204). Assim, estava fincada a pedra angular da autogestão para todas as atividades.

Já nos primeiros meses do processo revolucionário, "multiplicaram-se os conflitos entre as administrações e as direcções com as comissões de trabalhadores e os conselhos de redacção entretanto eleitos" (Mesquita, 1994: 362). O ápice desses conflitos e o mais emblemático deles, sem dúvida, foi o que veio a ser denominado como 'Caso República', no primeiro semestre de 1975, que redundou na crise do IV Governo Provisório, com a subsequente saída do PS. O 'Caso República' ilustrou bem a luta ideológica que se estabeleceu nas frentes de esquerda, que abarcavam do PS aos grupos mais extremados, entrincheirados principalmente entre os gráficos¹³.

Após o 11 de Março, com a derrota da direita militar e a consequente partida do General Spínola para a Espanha, os alinhados aos comunistas e às esquerdas avançavam na

O "caso República" será abordado no próximo capítulo nacionalizados, enquanto o socialismo se tornava a meta societária declarada" (Agee e

¹ . linha de poder. "A banca, os seguros e muitos outros sectores-chave da economia foram Traquina, 1987:37) Assim, passaram a ser propriedade do Estado: *Diário Popular*,

o *Jornal do Comércio*, *A capital*, o *Comércio do Porto*, o *Século*, e, em parte, o *Diário de Lisboa*. O *Diário de Notícias* já era dependente do Estado antes da revolução.

A autogestão dos trabalhadores estava em pauta, e o limite da autogestão para atividades intelectuais, entre as quais o jornalismo, era um campo nebuloso. A autogestão insere-se na esfera da democracia direta e é um dos temas mais caros da literatura no campo das esquerdas¹⁴. Questionava-se: quem imprime o jornal teria o mesmo poder decisório de quem o redige? Era a velha discussão entre trabalho manual versus trabalho intelectual. E a esquerda revolucionária fazia uma leitura rasa sobre o tema, o que redundou em uma visão mais próxima do anarquismo libertário, como se as divisões entre trabalho intelectual e manual pudessem ser diluídas da noite para o dia.

O Ministro de Comunicação Social, comandante Correia Jesuíno, sobre os órgãos estatizados, estava longe de ter uma posição clara. Disse que veria com “muita simpatia se existisse uma certa diversidade de tendências entre eles, mas não no sentido de ligações partidárias. Os órgãos de informação estatizados não devem submeter-se a partidos, mas isso não impede que possa haver um determinado periódico orientado por pessoas com uma visão mais esquerdista do mundo e da vida, enquanto o possa ser por pessoa com uma visão mais conservadora (...) Não estou a ver a necessidade de que as administrações sejam mudadas automaticamente, quando há governos que caiam e novos governos se implantam (...) Há alguns grupos de trabalhadores que, pelas funções que desempenham, não deveriam interferir na política editorial, mas que, todavia, o

¹⁴ Um dos marxistas que mais se distinguiram na análise desse tema foi Antonio Gramsci, segundo o qual “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de atividade intelectual criado (...) não se pode separar *Homo Faber* do *Homo Sapiens*”. A concepção dialética da história (1987). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro:7,8). Porém, estava longe de se afirmar que esta separação cultural e histórica que remonta antigas civilizações seria resolvida de forma simples.

fazem. Considero que é um problema grave e terá de ser resolvido, mas reconheço que essas situações se têm verificado” (RE, 1/4/75: p.12).

Por sua vez, em finais de Abril, o Sindicato dos Jornalistas aprovou documento no qual “se mostra claramente até que ponto os próprios jornalistas tinham se envolvido na cada vez mais aberta luta pelo poder. Ilustrava também o peso das teorias leninistas da imprensa nos círculos ligados à profissão.”E, mais além, fora o documento: “os jornais devem definir-se como órgãos de combate antifascistas, anticolonialistas e antiimperialistas, colocando-se assim intransigentemente ao serviço dos interesses e das lutas dos trabalhadores, operários, camponeses, massas populares e explorados” (Agee e Traquina, 1986: 38)

I.VIII - Camisa de força aos civis: Em finais de Fevereiro, já alcançavam as negociações sobre o pacto entre MFA e partidos. Na segunda fase das negociações, estavam em pauta a duração do regime de exceção e outros detalhes. O *Expresso* lançava suas preocupações sobre o contrato a ser firmado, que se esperava que a “Constituição estivesse influenciada pelo mesmo espírito do MFA em 25 de Abril, e o Programa Económico e Social fosse interpretado de forma progressista, que definisse irreversivelmente uma visão socializante – que teria que ser consagrada na Constituição, que seria uma Constituição Programática (1/3)”. Relatava que o PCP e o MDP praticamente não tinham objeções sobre a proposta apresentada pelo CR, mas que o PPD estava preocupado com a necessidade de se definir com clareza o tempo do período de transição.

Entre as campanhas nas ruas e a busca dos votos, estava o debate sobre o papel do MFA no processo de constituição do novo Estado. Havia duas hipóteses: ou o MFA participaria diretamente dos trabalhos da AC em São Bento, ou seria criado a partir de uma comissão que, em contacto com os partidos que viessem a assinar o pacto, acompanharia os trabalhos (RE,10/4/75: p. 7).

Naquele mesmo dia, representantes de seis partidos assinaram o pacto com o MFA, no Palácio de Belém: CDS, FSP, MDP, PCP, PPD e PS (RE, 11/4/75: p. 1). No conjunto dos 12 partidos, de todas as colorações e matizes, a palavra democracia foi a mais utilizada por todos eles (Gaspar e Vitorino, 1976:198).

De acordo com a reportagem de *República*, na oportunidade, o chefe de Estado, general Costa Gomes, disse “em nome dos soldados, marinheiros, guardas, sargentos e oficiais das forças armadas e militarizadas os 'propósitos da mais firme serenidade na salvaguarda da ordem eleitoral e no desenvolvimento do MFA.”E adentrou com a declaração do Almirante Rosa Coutinho: “O acordo está aberto a todos os partidos que o queiram assinar” (RE, 11/4/75: p.24).

Quando do anúncio do pacto entre os partidos e o MFA, o presidente Costa Gomes afirmou: “Considerando a expressão dos partidos aqui presentes, estamos seguros de que os parâmetros da plataforma do acordo assinado seriam sempre ratificados pela maioria do Povo Português, muitos destes parâmetros viriam por certo surgir espontaneamente (sic) na assembleia eleita (...) Mesmo considerados como limitações desta primeira assembleia com poderes constitucionais, haveremos de lhes reconhecer larga contrapartida na segurança, enquadramento e dinamismo que garantem a uma revolução projectada em noites de insónia clandestina a pensarmos mais pobres, nos

mais fracos e desprotegidos...terminemos convidando os partidos que não firmaram este acordo a aproveitarem a oportunidade de o requererem em qualquer momento.”

Segundo o pacto, a Constituição seria submetida ao Conselho da Revolução e, posteriormente, promulgada pelo Presidente da República. O documento releva que o Conselho da Revolução passava a ter poderes para definir a política interna e externa, julgar da constitucionalidade dos diplomas legislativos, sancionar as leis que respeitem todas as principais matérias da vida política, económica e social, legislar sobre matéria militar. Mais além, o pacto criou uma comissão do FMA, que, em 'colaboração com os partidos', acompanharia os trabalhos Constituintes, de 'forma a facilitar a cooperação entre os partidos e a impulsionar o andamento dos trabalhos, dentro do espírito do Programa do MFA e da presente plataforma”(CD25AUC, 11/4/75). Ao mesmo tempo, o pacto reafirmava os poderes amplos já institucionalizados nas funções do Conselho da Revolução, estabelecidas no mês anterior.

O pacto colocava uma 'camisa de força' na Assembleia Constituinte e, por conseguinte, no poder civil: “As próximas eleições se destinam unicamente à designação de uma Assembleia Constituinte, cuja missão exclusiva será elaborar e aprovar a Constituição”; destacava que à AC não caberia governar e influir no governo: “As eventuais alterações à composição do Governo Provisório, até à eleição da Assembleia Legislativa e à consequente formação do Governo, competirão, somente, à iniciativa do Presidente da República, ouvido o Primeiro Ministro e o Conselho da Revolução (Idem). E, o que era mais importante: o Conselho da Revolução e a Assembleia do MFA teriam carácter permanente, pelo menos até a revisão constitucional prevista para dentro de três a cinco anos, com total autonomia frente aos civis; e o documento concluía com aquela frase que viria a se tornar uma figura de retórica nos meses mais radicais da revolução: “As forças

armadas serão a garantia e o motor do processo revolucionário, condizente à construção de uma verdadeira democracia política, económica e social”.

A exatos 10 dias antes de os portugueses irem às urnas, o Conselho dos Ministros decide nacionalizar as empresas Sacor, Petrosul, Sonap, Cidla, Siderúrgica Nacional, CP, ACNN, TAP, a parte portuguesa da Soponata e 14 empresas de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica. *Republica* colocava em manchete: “Passo em frente no caminho do socialismo” (RE,16/4/75: p. 1). No mesmo 'pacote' de decisões do governo, os preços foram congelados até 31 de Dezembro: pão, açúcar, azeite, farinha, frango, bacalhau e margarina; e anunciou-se o aumento para o produtor de 10% no preço do leite e da carne bovina, sem repasse ao consumidor. *Expresso* colocava em manchete: “Conselho Superior da Revolução define novos rumos para a economia: início da reforma agrária e nacionalização de 24 empresas, nos setores de navegação, petróleo, transportes, eletricidade e siderurgia” (EX, N120, 19/4/75: p. 1).

Os conflitos entre as regras democráticas e a ação revolucionária, entre a fonte do poder e a legitimidade, estavam à flor da pele, tanto no *front* militar quanto entre as organizações civis. O documento da Comissão Nacional de Eleições mostrava claramente o impasse e o poder dual em marcha, que iria se acentuar nos meses vindouros. Afinal, quais as tarefas e quais limites eram impostos à AC? Ao mesmo tempo, o documento reconhecia que “as eleições para uma Assembleia Constituinte representam, por parte do MFA, a efectiva realização de um compromisso perante o povo, e integravam-se no processo de democratização da vida política dos portugueses; porém, fazia a ressalva: “terão que corresponder às exigências revolucionárias e ao objectivo de institucionalizar uma nova legalidade (...) sabemos que a nova ordem constitucional democrática terá que consagrar as conquistas políticas, económicas e sociais já alcançadas pelo 25 de Abril e

após o 25 de Abril. Sabemos também que aos representantes livremente eleitos do povo cabem discutir o texto de uma nova Constituição que ofereça às Portuguesas e aos Portugueses um estatuto nacional, pluralista e progressista, para a tarefa comum de reedificar Portugal.... Será um pacto de trabalho e de progresso entre o MFA e as forças políticas”(RE, N15707,4/4/75). Ou seja, a AC, antes de nascer, estava longe de gozar soberania; e, se a quisesse, haveria de conquistá-la.

I.IX - Campanha eleitoral em 12 frentes: Nas fileiras da V Divisão do Estado Maior das Forças Armadas propagavam-se os adeptos do voto em branco. Lá estava a base mais radical da esquerda do MFA e, que assumiu, após o 11 de Março, a tarefa de “dinamização cultural das massas”.

O MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado – organização de inspiração maoista/stalinista - havia sido proibido de participar das eleições para a Constituinte. O Comité Central, em Novembro de 74, havia definido participar do pleito. Após a suspensão, em conferência de imprensa, seus dirigentes disseram no editorial de A Luta Popular - órgão do MRPP - intitulado “Uma caricatura de eleições”, não mediu palavras para definir o pleito que se avizinhava: “Começa (...) nova farsa eleitoral, na essência em tudo semelhante às suas congéneres anteriores, salazaristas e marcelistas (...) Uma confabulação de oportunistas e reaccionários, sem sequer respeitar as aparências de democracia, feita nas costas do povo e destinada apenas a justificar a repressão contra o povo (...) Mas o “vencido” - a classe operária e o povo, uma vez que é contra eles que se dirige a constituição que se procura fazer - estão longe de estar vencidos; e essa é a razão essencial dos sucessivos adiamentos, bem como de mais de 99% dos golpes e falcatuas que os novos órgãos do poder foram cometendo desde o 25

de Abril, nesta matéria também. A vitória da burguesia, que a constituição deveria consagrar, é cada vez mais problemática” (LP, N 52, 1/4/75: p. 1).

O alvo do MRPP era sempre o PCP. Apesar das origens comuns, as duas agremiações divergiam em todos os pontos. O mais lendário deles era quanto ao uso da marca “foice e martelo”, símbolo da internacional comunista. E dizia o MRPP sobre o PCP: “Eles são os agentes da repressão que acham que todavia a bitola empregada foi um pouco alta, mas na verdade eles são nossos inimigos”(Idem: p. 11). A Lei Eleitoral havia proibido o MRPP de usar a foice e o martelo em suas peças de propaganda e, consternados, acusavam: “Proibir o MRPP de usar o símbolo que lhe pertence, a foice e o martelo consagrando o seu uso exclusivo dos autores da lei: o partido traidor e social-fascista de Barreirinhas Cunhal” (LP, N51,25/3/75: p. 2).

Se nos jornais impressos as afinidades ideológicas destes e as partidárias eram explícitas, de acordo com a Lei eleitoral estava proibida a publicação de sondagens, filmes, slides e material de vídeo fornecidos pelos partidos para serem veiculados na TV, “para garantir maior igualdade de tratamento entre os partidos”, de acordo com decisão da Comissão Nacional de Eleições, de 19 de Março”.

O *Expresso* inicia a publicação de um suplemento de quatro páginas sobre o momento político: as eleições para a AC. Abriu-se para os 12 partidos concorrentes, como obrigava a Lei, apresentados por ordem alfabética, e os textos eram de responsabilidade das agremiações partidárias (N 118, 5/4/75). Eram: CDS (Partido do Centro Democrático Social), FEC (Frente Eleitoral de Comunistas), FSP (Frente Socialista Popular), LCI (Liga Comunista Internacional), MDP/CDE (Movimento Democrático Português/ Comissões Eleitorais Democráticas), MES (Movimento da Esquerda Socialista), PCP, PPD (Partido

Popular Democrático), PPM – PUP, UDP. Como bem expressou um título de *Expresso*: “Nunca tantos procuram influir em tão poucos” (EX. N 121, 25/4/75).

A UDP foi criada em Dezembro de 1974, em uma fusão do Carp e da UR, numa frente de inspiração maoísta, e chamava a eleição para a Constituinte de “processo eleitoral burguês”. O PUP também se inspirava na China de Mao-Tse-Tung e foi criado na mesma época da UDP. Era uma dissidência do PCP, conhecida como “Facção Mendes” (CD25AUC). Ainda na linhagem maoísta, situava-se a FEC, que teve seu primeiro congresso em Janeiro de 1975. Sua bandeira era o “combate ao imperialismo norte-americano e ao soviético”.

O MDP/CED foi fundado em 1969 para concorrer às eleições daquele ano. Participou do Congresso de Aveiro, em 1973; estava a participar dos Governos Provisórios. Para as eleições constituintes, formou a Aliança Portuguesa Unitária com o PCP.

O PCP, após o 25 de Abril, foi extremamente ágil para se estabelecer na legalidade que nunca conhecera. Em início de Julho, contava com 65 sedes e estas se somaram 95 em finais de Agosto. Em Setembro, o partido estava “apetrechado com um sistema nervoso com ramificações praticamente através de todo o país, numa altura em que os outros partidos, nomeadamente os representados na coligação governamental ainda têm dificuldades em constituir centros regionais ao próprio nível distrital.” (Ferreira, 1990: 89/90). Depois de um bem sucedido VII Congresso em Outubro, da vitória em Setembro, na contenção de um golpe à direita e do apoio directo do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, o PC ganhava desenvoltura política. No Congresso, foi retirada a expressão ‘Ditadura do Proletariado’ do seu programa (Chitas, 2000: 169). Em *Avante!*, estava a justificativa: “Não se deve atribuir ao facto qualquer significado ideológico (...) entretanto, a expressão ditadura, utilizada agora em Portugal depois de 50 anos de ditadura fascista,

numa situação muito particular como a que atravessamos, não facilitaria a compreensão da política do partido nem facilitaria a realização de suas tarefas.” (Ferreira, 1990: 92).

A inflexão rumo a assumir o controlo do poder teria sido orientada a Álvaro Cunhal por Boris Panomariov, responsável soviético pelas relações com os partidos comunistas no mundo. Assim, os cinco conselhos seriam: necessidade de rapidez nas nacionalizações, neutralização dos inimigos de classe na media, formação de aliança tática com as Forças Armadas, controle do movimento sindical, ênfase nas formas de organização social de base, em busca do controlo das autarquias locais (Idem: 93).

O PC já tinha bases no Alentejo e, com a revolução, elas foram ampliadas significativamente: “Assentou no operariado da margem sul do Tejo, com forte implantação, caldeando os seus aderentes numa cultura obreirista fortemente sindicalizada, garantindo ainda nos meios urbanos uma boa penetração entre o funcionalismo público e o proletariado grupo dos professores e funcionários administrativos” (Ferreira, 1993:258). Em Setembro de 1974, contava com 29.140 filiados, e, na primavera de 1975, cerca de 100 mil (idem: 241). Mas como manter a férrea disciplina leninista do partido a 100 mil militantes, muitos dos quais sem formação política? Afinal, o PC sobreviveu ao fascismo circunscrito em pequeno grupo de militantes fieis e disciplinados, e estes se multiplicaram. O controle de suas bases fora um dos desafios colocados a Cunhal e ao Comitê Central no processo revolucionário.

A fidelidade de Cunhal a Moscovo sempre foi ostensiva, e o apoio veio ao encontro do PC. Mesmo que a URSS olhasse os acontecimentos portugueses com cautela, era óbvio o apoio logístico e financeiro ao PCP, para que este fincasse suas bases onde não as tinha, ampliasse o seu raio de ação onde já estabelecera bases nas décadas da clandestinidade. “Entre Abril e Dezembro de 1974, o PC teria recebido da União Soviética

e outras nações do Leste – via Holanda e Suíça – mais de 50 milhões de libras esterlinas” (Antunes,1986:123). Szulc revelou que o Departamento de Estado norte-americano acreditava que o governo soviético enviara nos quase dois anos de revolução cerca de US\$ 2 a 3 milhões mensais ao PCP, e que os partidos socialistas e social-democratas da Europa teriam enviado quantia semelhante ao PSP, e, em menor escala, ao PPD (OJ, N43, 20/2/76: p. 16)

A LCI nasceu um ano antes do 25 de Abril e era vinculada à IV Internacional de Leon Trotsky, que se reivindicava como herdeira do marxismo-leninismo. Era crítica ao bloco soviético, a quem chamava de “Estados Burocráticos Operários”, e à linha chinesa, pois esta fora forte e incontestável aliada de Staline, seu maior desafeto.

O MES nasceu oficialmente em Maio de 1974, mas tinha raízes em 1970, quando grupos de católicos progressistas e socialistas abandonaram o MDP e se juntaram com elementos dissidentes do PS. Por sua vez, a FSP também tivera origem no PS; após o Congresso desse partido, em Dezembro de 1974, partiu para uma agremiação própria. Era herdeira do Movimento Socialista do líder cristão Manuel Serra. Reivindicava sua formação marxista (CD25AUC).

O PS foi criado na República Federal da Alemanha, em 1973, e agregava “algumas centenas de militantes, quadros da oposição democrática, boa parte exilados” (Reis, 1992:25). Teve origem na Ação Socialista Portuguesa, que havia escolhido Mário Soares como secretário-geral. Então, quando do 25 de Abril, o partido já existia formalmente. Soares já há três anos era membro da Internacional Socialista. De volta do exílio, ele fora o “primeiro dirigente político que joga a sua reputação de democrata ao apadrinhar o golpe dos militares (...) e logo parte para a Europa para defender a revolução dos militares”(Ferreira, 1990:99). Cabe ressaltar que o partido era aberto a grupos autônomos,

sendo que o mais significativo deles fora o liderado por Manuel Serra. Muitos notáveis aderiram ao partido; estes trouxeram ao PS “uma multidão de aderentes que, na sua maior parte, ficarão a engrossar as fileiras, mesmo quando os dirigentes iniciais entram em ruptura com Soares” (Idem:100). No Congresso de finais de 1974, Soares venceu, com tranquilidade, o grupo de Manuel Serra, e se testava, assim, a sua popularidade em suas bases. O PS, ao participar de todos os governos provisórios, pautou sua conduta pela moderação e assumiu posturas firmes frente à radicalidade das esquerdas, tais como na discussão sobre a unidade sindical. Ferreira acredita que o artigo de Salgado Zenha na defesa do pluralismo sindical, no *Diário de Notícias*, à época, tenha sido decisivo para o crescimento do PS nas bases sindicais: “Desencadeia a adesão dos trabalhadores ao PS, já não pela via do populismo inorgânico, mas antes como reflexo de defesa de interesses próprios no mundo plural do trabalho” (Ibidem: 102), o que levou, em consequência, ao confronto direto com o PC.

Numa clara opção pelo PS, o jornal *República*, em plena campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, colocava Mário Soares na capa, seguido de foto e grande reportagem sobre o comício do PS, em Faro (RE, 2/4/75:p. 1)

Ao nível internacional, Soares e seu partido eram a saída visível dentro do contexto. Na Europa, o partido estava em 'casa', pelo prestígio de Soares entre os líderes social-democratas e socialistas, tais como Willy Brant e François Mitterrand que, inclusive, visitaram Portugal à época. Do ponto de vista dos americanos, Soares era a única solução viável para se ver Portugal livre da influência do Leste. Afinal, os bons relacionamentos dos EUA com o salazarismo/marcellismo afastaram a aproximação de seus opositores. Os vencedores de Abril eram desconhecidos do Pentágono. Vale recordar o famoso diálogo em Setembro de 1974, entre Mário Soares, então Ministro do

Exterior do Governo Provisório, e o secretário de Estado Henry Kissinger, em Washington. Kissinger repreendeu a Soares e a outros moderados por não agirem com maior firmeza para afastar uma ditadura marxista-leninista:

“Você é um Kerenski [...] Acredito em sua sinceridade, mas você é ingênuo – disse Kissinger a Soares.

Posso garantir que não quero ser Karenski – replicou Soares.

- Kerenski também não” (Huntington,1991: 14/15 e Maxwell, 2006: 136).

O PPD foi criado por Francisco de Sá Carneiro e pelos também ex-deputados chamados da ala liberal (Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão), em 6 de Maio, no Porto. Carneiro foi ministro sem pasta no I Governo Provisório. Apesar do General Spínola querer que o PPD se firmasse como sua base política civil de apoio, esse acentuou a sua autonomia. Na conferência de imprensa, na qual se anunciou a formação da agremiação, Sá Carneiro a definiu como de 'vocação social-democrata' e de 'centro-esquerda', e afirmou o princípio da 'vocação europeia de Portugal', bem como a negociação do cessar fogo na África (Ferreira, 1990: 109). Participava dos governos provisórios e, na tentativa de voltar à direita no 24 de Setembro, posicionou-se contrário àquele movimento. O PPD, porém, estava longe de ter o prestígio de Mário Soares junto aos dirigentes socialistas e social-democratas europeus. O partido alertava para o crescente papel político desempenhado pelo MFA e os riscos que isso poderia acarretar à democracia. Em Fevereiro de 1975, Sá Carneiro, no Congresso de Aveiro, ressaltava, em seu discurso: “Existência livre de actuação dos partidos é essencial tanto à democracia como à sua preparação. Mas hoje assistimos à sua minimização, consequência do papel crescente que o MFA vai tomando na vida política do País e entre os louvores e aplausos de partidos e movimentos revolucionários” (Idem: 110).

O CDS, fundado por Diogo de Freitas Amaral e Adelino Amaro da Costa, apresentou-se como opção da direita liberal, de acordo com os princípios ideológicos do liberalismo e com a doutrina social da Igreja. Segundo o próprio Amaral, ele procurou “situar o CDS na área geral da Democracia Cristã e da doutrina social da Igreja, mas como uma forte componente social, algo necessário no conturbado período de seu nascimento” (Telo, 2007: 186). O autor observa que as bases do partido estavam mais à direita do que à sua direção (idem: 186). Não participava dos governos provisórios de coalizão.

O PPM tem sua origem nos setores monárquicos ativos desde 1951 e em oposição ao Estado Novo. Quando fundado, em Maio de 1974, era a fusão de três grupos: Movimento Popular Monárquico, Liga Popular Monárquica e Renovação Portuguesa.

Em resumo, esse era o caleidoscópio eleitoral. Da revista *New Yorker*, Jane Kramer, com todo o sotaque da cultura americana envolto pela democracia liberal, estava incrédula, e assim expressou a guerra ideológica travada em Portugal: “É um lugar onde socialistas são chamados de fascistas, marxistas são chamados de moderados e marxista-leninista passou a ser rótulo para tudo o que for barulhento e tumultuoso, é um lugar onde conservadores classificam toda a esquerda de comunista, onde comunistas categorizam o resto da esquerda como conservadora e a imprensa estrangeira faz a festa” (Maxwell, 2006: 152).

A revolução seguia a galope. Ao mesmo tempo, as forças de Fidel Castro já estavam em Angola em apoio ao MPLA, que solicitou ajuda a Moscovo; mas o Kremilin mandou armamentos, e não tropas (idem: 201). A radicalidade estava ao Sul e ao Norte do Atlântico.

Capítulo II

A longa e turbulenta travessia à outra margem do rio

Tanto Mar

"Foi bonita a festa, pá
Fiquei contente
E inda guardo, renitente, um velho cravo para mim
Já murcharam tua festa, pá
Mas certamente
Esqueceram uma semente nalgum canto do jardim
Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei, também, quanto é preciso, pá
Navegar, navegar
Canta a primavera, pá
Cá estou carente
Manda, novamente, algum cheirinho de alecrim"

Composição: Chico Buarque de Hollanda¹⁵

¹⁵ 1975

II.I: Saída pela porta dos fundos: A canção melancólica de Chico Buarque de Hollanda, homenagem à Revolução Portuguesa de 1974, embora sem intencionalidade, faz uma correta previsão histórica sobre o Brasil. Muito mar seria navegado até que a Nação brasileira respirasse em ambiente democrático. Mais precisamente: o primeiro governo civil, após 21 anos, fora instituído em 1985, ainda eleito de forma indireta. A nova Carta Constitucional, marco jurídico da democracia, fora promulgada em 5 de Outubro de 1988.

O verão de 1985 ainda não terminara e o país foi às lágrimas: o presidente eleito indiretamente Tancredo de Almeida Neves adoecera e não tomaria posse em 15 de Março de 1985. O vice José Sarney assumiu. Tancredo faleceu em 21 de Abril – por ironia da história, a data da morte do mártir da independência brasileira, Francisco José da Silva Xavier, o Tiradentes, que também nasceu em São João Del Rey, cidade do estado de Minas Gerais. O país traumatizou-se. Chorou-se por três dias a morte do símbolo de sua esperança. Os partidos da Aliança Democrática – PFL e PMDB – deram todo apoio ao vice Sarney. Nascia a Nova República.

À véspera da posse do primeiro civil na Presidência da República Federativa do Brasil, desde que uma junta militar

Cronologia dos factos

1984

25 de Abril: Congresso Nacional derrota a Emenda Constitucional que estabeleceria a volta das eleições diretas para Presidente.

1985

15 de Janeiro: A chapa de Tancredo e Sarney é eleita pelo Colégio Eleitoral, forma indireta, é vitoriosa. Março

14: Tancredo Neves, na véspera de sua posse à Presidência do Brasil, é internado no Hospital de Base de Brasília.

15: O Vice, José Sarney, é empossado Presidente da República.

21 de Abril: Morre Tancredo de Almeida Neves.

15 de Maio: Aprovada pelo Congresso Nacional – Câmara e Senado - a Emenda Constitucional Nº 25, que exterminava o “entulho autoritário”. Instala-se a liberdade partidária e é extinto o Conselho Nacional de Censura.

1986

27 de Fevereiro: Por Decreto-Lei, é criado o Plano Cruzado de Estabilidade Econômica.

15 de Novembro: Eleições para renovação de dois terços do

derrubou o governo democrático em 31 de Março de 1964, Tancredo de Almeida Neves foi levado às pressas para o Hospital de Base de Brasília para uma cirurgia no abdome.

Senado, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas Estaduais e Governadores dos Estados.

Houve dúvidas quanto à condição legal do vice assumir a presidência. Para alguns, ele só deveria assumir se o impedimento do presidente ocorresse depois que ambos os eleitos fossem empossados; assim, existiria uma vacância do poder, que daria lugar ao Presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães (VE, N 863, 20/3/85: pp. 45-46).

O Procurador-Geral da República, Ministro Sepúlveda Pertence, deu um parecer positivo à posse de Sarney. Bem como o mais respeitado jurista do país, referência nacional na luta pelo Estado de Direito, Afonso Arinos de Melo Franco aconselhou ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, sobre o impasse. Leu ao Deputado o artigo 78 da Constituição. Por sua vez, o ministro do Exército, General Leônidas Pires, que tomaria posse como Ministro do Exército da Nova República, no dia seguinte, declarou na porta do Hospital de Base onde convalescera Tancredo Neves: “As Forças Armadas só querem uma solução que respeite a Constituição” (Idem: 46).

Vinte anos depois, o ex-presidente José Sarney recordou suas conversas com Ulysses Guimarães naquela noite: “Logo depois de minha chegada ao hospital, Ulysses disse: ‘O vice-presidente tem de assumir’. Eu: ‘Não, Ulysses, não desejo assumir a presidência’. E ele: ‘Nós estamos atravessando um problema sério esta noite, neste momento. Temos de decidir. Devemos deixar de lado os assuntos pessoais. O País necessita que tenhamos condições de assegurar uma transição de governo pacífica” (Moraes Neto, 2005: 49-50).

As conversas adentraram-se pela madrugada: “Eram entre duas e três horas da manhã, o senador José Fragelli me telefona: ‘Sarney, tudo resolvido! Tivemos uma reunião agora. O Supremo Tribunal Federal se reuniu: contra o voto dos juizes Luiz Gallotti e Sydney

Sanches, todos acham que quem tem de assumir a presidência é, realmente, o vice-presidente. Nós fizemos uma reunião agora, aqui, no Congresso. Resolvemos que quem vai assumir é você. Prepara-se para assumir às 10 de manhã” (Idem: 48).

A grande festa preparada para ocupar o extenso gramado que cobre a Praça dos Três Poderes, em Brasília, perdeu o brilho. Discreto, Sarney fez o juramento na Câmara dos Deputados. Já no Palácio do Planalto, recebeu a faixa presidencial do ministro da Casa Civil do último governo militar, Leitão de Abreu. O General presidente João Baptista Figueiredo saiu pelos fundos do Palácio do Planalto (VE, N 863; IE, N 430: 20/3/85). Em seguida, o presidente empossou o seu Ministério.

O quadro clínico de Tancredo Neves agravara-se, e ele foi levado ao Instituto do Coração, em São Paulo, uma semana depois da cirurgia em Brasília. No país, incertezas pairavam no ar. Tancredo voltaria para assumir a presidência? Se não, Sarney seria presidente? Havia legitimidade para tal? Os militares continuariam distantes da cena política? E a democracia, tão sonhada pela Nação, nasceria, enfim?

Forjou-se um consenso na sociedade brasileira, da esquerda à direita; a transição para a democracia se faria com Sarney à presidência. Um dos mais respeitados cronistas políticos do País, Carlos Castello Branco, do *Jornal do Brasil* e da *Istoé*, destacava: “Há um consenso civil e militar no sentido de preservar a legalidade constitucional e o poder civil, encarnado em Tancredo Neves e interinamente em José Sarney. Se a situação der caráter definitivo à missão de Sarney, será ele o próprio poder civil” (IE, N 434, 17/4/85: p. 42).

Por sua vez, no campo da esquerda, o sociólogo Francisco Weffort, da direção do Partido dos Trabalhadores, também legitimava o governo Sarney: “Na ausência do doutor Tancredo, o vice-presidente José Sarney tem que ser reconhecido, por todos, como o

presidente. Está aí, gostemos ou não, um dado da realidade política que pode agradar a uns e desagradar outros, mas sobre o qual não se pode tergiversar, sob pena de começarmos aplainar o caminho para o recrudescimento do golpismo” (Idem: p. 43).

Em sua cruzada pela democracia, Tancredo Neves conquistara a simpatia e a confiança do povo. Com a sua doença, foi mitificado e amado. Nos 38 dias que se estenderam à sua internação até a sua morte (14 de Março a 21 de Abril), houve uma explosão de fé, de Norte ao Sul do Brasil. Segundo a revista *Veja*, foi a “maior corrente de orações já presenciada no país” (VE, N 869, 1/5/85: pp. 66-71).

Em frente ao Instituto do Coração, São Paulo, a vigília cívica atravessava as madrugadas, os dias e as noites, quando o Brasil de muitas raças e credos se encontrou. As pessoas colocavam imagens de santos, terços, flores, afixavam faixas, entoavam canções religiosas. Entre as estampas, estavam as de Francisco e Jacinta, dois dos três videntes de Nossa Senhora de Fátima, levadas por um grupo de imigrantes portugueses: “As calçadas e a rua, sempre apinhadas, foram transformadas num grande templo multirreligioso: a ele compareceram católicos, protestantes, espíritas, judeus, mulçumanos, umbandistas e adeptos de dezenas de outras religiões, ritos e seitas. As preces se faziam em linguagem variável, conforme o credo de cada um; mas a esperança no milagre que não veio era a mesma – e escorria dali para templos de todo o Brasil” (Idem: p. 67).

Passava-se das dez horas da noite do dia 21 de Abril, feriado nacional em homenagem à morte de Tiradentes, em 1792, quando oficialmente anunciava-se a morte de Tancredo. O presidente José Sarney, pouco mais de duas horas depois, estava em cadeia nacional de Rádio e TV para seu pronunciamento à Nação: “Preciso ser ajudado por todos e a

todos peço ajuda”. O discurso do Presidente foi bem recebido pela imprensa (VE N 868 ; IE, N 435, 24/4/85).

Em editorial, a revista *Istoé*, na primeira edição após a morte de Tancredo, ao traçar um quadro dos rumos políticos que se desenhavam no país, não citou uma só vez o nome do Presidente Sarney, mas afirmava os compromissos dos governantes com a democracia e com a justiça social: “O nosso país democrático deve fazer, no tempo previsto, uma Constituição discutida por todos e votada por representantes eleitos para este fim (..) O Brasil tem demonstrado que resiste à pior crise da história e continua de pé. O doutor Tancredo acreditou nisso, mesmo nos piores instantes de seu meio século de carreira política. Sua fé terminou por unir o país. Seria uma grande estupidez decepcioná-lo, jogando fora tudo o que se conquistou nesta longa, patriótica jornada rumo à luz.” (IE, N436, 1/5/85: p. 3).

Referente aos rumos que a vida política deveria seguir, após a morte do líder da Nova República, o Ministro da Justiça Fernando Lyra foi enfático ao falar dos compromissos do presidente falecido: “Não existe uma carta-testamento, mas o programa do doutor Tancredo foi muito explícito na defesa de dois pontos: a Constituinte, em 1986, no campo constitucional, e o combate ao desemprego e a melhoria das condições de vida do trabalhador, no campo social” (VE, N 869, 1/5/85: p. 4).

Na comoção nacional em que se mergulhou o país após a morte de Tancredo, havia um pensamento em comum: o caminho certo para o Brasil era a democracia, mas não se sabia exatamente qual seria a trajetória. A imprensa, por sua vez, cobrava dos governantes as mudanças, que não poderiam mais ser tão lentas. A revista *Veja*, que à época imprimia 750 mil exemplares semanalmente, na *Carta ao Leitor*, anunciou o seu incondicional apoio à Nova República e ao seu arquiteto: “A ação por ele desenvolvida

neste período permitiu que o Brasil vivesse algo freqüentemente descrito como impossível: a mudança pacífica e ordeira de um regime para outro....o país tem o direito de exigir, agora, o cumprimento da promessa central de Tancredo: a de transformar o Estado brasileiro num ente a serviço de seus cidadãos” (Idem: p. 3).

Delineavam-se duas propostas no *front* político: setores da Aliança Democrática – formada pelos partidos PMDB e PFL – que propunham a antecipação das eleições diretas para a Presidência, fazendo-as coincidir com a eleição do novo Congresso, em Novembro de 1986; a proposta também contemplava a intenção de fazer a eleição do Congresso coincidir com a constituinte. A OAB – Ordem dos Advogados do Brasil -, a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - e o PT – Partido dos Trabalhadores - propunham, por sua vez, que a Constituinte se instalasse em princípios de 1986, e as eleições de Novembro de 1986 seriam realizadas já dentro das novas regras da Constituição. Assim, haveria duas eleições em um mesmo ano (IE, N 434, 17/4/85: p. 31). Sarney garantiria seu propósito de acelerar o processo de execução das reformas, sobretudo as políticas, com as quais o PMDB se comprometeu em praça pública durante a campanha das diretas e mais tarde na campanha eleitoral dos candidatos ao Colégio Eleitoral.

A Nova República herdara dos regimes militares uma inflação anual de 230% , uma dívida pública de CR\$ 90,3 milhões e uma dívida externa na casa dos US\$ 100 bilhões (Skidmore, 2004:16). Ao mesmo tempo, as profundas desigualdades sociais, regionais e econômicas aprofundaram nos 21 anos de ditadura. Saltava-se aos olhos uma nação exausta. Tancredo Neves, filiado ao PMDB, que se pautou pela oposição moderada aos militares, encarnava a esperança. Por sua vez, Sarney vinha do PDS, partido que apoiava o regime militar.

Enfileirou-se na marcha democrática já ao apagar das luzes do regime militar, quando deixou a presidência do PDS às vésperas de se tornar vice de Tancredo na Aliança Democrática (Moraes Neto, 2005: 20; Skidmore, 2004). Cumpriu um governo de cinco anos, quando entregou a faixa de presidente a Fernando Collor de Mello, em 15 de Março de 1990, eleito diretamente pelo povo.

Cabe destacar que a quase paralisia do sistema político brasileiro, por 21 anos, fez com que não houvesse a renovação dos quadros políticos. Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Sarney e outros tantos que se enfileiravam na Aliança Democrática eram conhecidos atores do regime democrático que vigorou entre 1946/1964. Houve o resgate de uma geração.

Ao mesmo tempo, emergiu durante o militarismo uma nova geração, sob novas bases e experiências. Eram os jovens que nos anos 1960 e 1970 lutaram contra o regime; muitos deles passaram longo período de exílio fora do país e se ingressaram na arena política, que reencontraram um novo patamar de ação na criação do Partido dos Trabalhadores. Este, por sua vez, trazia um novo ator à cena nacional, bem diferente de qualquer antecessor: um operário e líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva. Estas experiências organizacionais significativamente diferentes geraram “tensões entre os primeiros dirigentes e a geração imediatamente posterior” (Huntington, 1975: 26). As divergências intra geracionais das lideranças que fizeram a transição política brasileira evidenciam-se em toda a transição. Uma marca deste fenómeno foi a recusa do PT de participar da eleição indireta, via Colégio Eleitoral, que escolheu Tancredo Neves, como técnica para se alcançar a democracia.

II.II - O Verão Cívico: No fervilhar de crises política e económica, de movimentos sociais e de total descompasso entre o governo e a sociedade civil, o Brasil foi sacudido

pela campanha das “Diretas Já”, em 1984, o maior movimento de massas da história do país. Os comícios aglomeravam multidões, com a presença de artistas e intelectuais e de pessoas comuns de todas as classes sociais; reuniam as oposições das mais diversas matizes ideológicas: da esquerda de inspiração maoísta/stalinista, agrupada no PCdoB, passando pelo jovem PT, até o PMDB, de inspiração liberal/democrática, com o decisivo apoio da poderosa CNBB, das recém-criadas centrais sindicais, CUT e CGT, e centenas de outras organizações da sociedade civil, representativas de trabalhadores e profissionais liberais. Pesquisa do Instituto Gallup revelava que 81% dos entrevistados defendiam a realização de eleição direta para presidente (VE, N 804, 1/2/84:p.15). A última vez que os brasileiros foram às urnas para eleger um presidente foi em 3 de Outubro de 1960. A emenda Dante de Oliveira, em uma referência ao seu autor, um jovem deputado peemedebista do Estado de Mato Grosso, visava alterar o Artigo 74 da Constituição outorgada pelos militares, pela qual um Colégio Eleitoral elegia o presidente. Para tanto, a emenda constitucional precisava da aprovação de dois terços do Congresso Nacional – Câmara e Senado.

O movimento pelas diretas iria além da racionalidade política, pois tocava os corações e as mentes dos brasileiros. A campanha trazia, como estandarte, bandeiras verde-amarelas. O hino nacional era cantado em cada manifestação pública. Uma verdadeira onda nacionalista assolava o país. Os símbolos nacionais, como o Hino e a Bandeira, há 20 anos nas mãos das Forças Armadas, voltavam ao povo. “Nunca vi tanta gente junta fora de um estádio de futebol”, recordava um dos locutores esportivos mais populares à época no país, Osmar Santos, sobre o comício na cidade de São Paulo (Idem: p.5). Sobre o mesmo comício, o Ministro da Justiça do General Figueiredo, Ibrahim Abi-Ackel, buscou minimizar os factos: “É muito comum, numa cidade como São Paulo, uma multidão se

reunir para ver artistas contratados para um comício” (Ibidem: pp. 16-17). Na realidade, a participação de artistas era uma atitude espontânea, e alguns deles até contribuíam financeiramente para a realização dos comícios.

No dia 24 de Fevereiro de 1984, fora realizado um dos mais expressivos comícios pelas “Diretas Já”. Era noite, onde no palco instalado na Praça do Trabalhador, coração da cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, estavam lado a lado o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, o deputado paulista Ulysses Guimarães, o professor e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Eles entoavam o Hino Nacional, seguidos por mais de 200 mil mineiros, que lutavam para se tornar cidadãos.

O processo de redemocratização brasileiro coincide com o período de desilusão ideológica em relação ao projeto de socialismo em termos mundiais. Assistia-se ao xequê de desagregação dos regimes socialistas do Leste, ao desprestígio da ideologia marxista e ao fim das utopias de construção de um mundo socialista mais justo, mais igual, ao mesmo tempo em que havia “uma poderosa crítica neoliberal aos fundamentos do *welfare state* e da intervenção econômica do Estado” (Lattman-Weltman, 2003:148).

Assim, as novas esquerdas brasileiras, criadoras do Partido dos Trabalhadores, no início da década de 80, não apresentava em suas fileiras afinidades com os regimes da União Soviética ou da China. Apesar de constar do programa do PT a construção do socialismo, não há qualquer referência à derrubada do poder vigente pelas armas, e defende a via democrática para se alcançar o poder. A Convenção Nacional do PT, realizada em 1981, fruto da reforma partidária, criada pelo Governo do General Figueiredo em 1979¹⁶, que

¹⁶ Lei nº 6.767, de 20 de Dezembro de 1979, assinada pelo Presidente João Figueiredo. Documento disponível em http://6.senado.gov.br/lista_publicacoes.action?id=125767.

acabava com o bipartidarismo instituído em 1964, definiu em seu Art. 1º, do Capítulo 1, de seu Estatuto, os objetivos da agremiação: “Lutar pela democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com objetivo de construir o socialismo democrático” (Estatuto PT,11/3/01).

A partir de meados dos anos 1970, a esquerda brasileira distanciara-se das práticas e perspectivas militaristas que predominaram nos anos sessenta e início dos setenta, que tinham inspiração na Revolução Cubana, de 1959. Textos e documentos, embora perseguidos pelos agentes de segurança, circulavam nas rodas de esquerda. Eram críticas e algumas autocríticas sobre a atuação das esquerdas, desde o golpe de 1964. Muitas organizações desapareceram, como a ALN, de Carlos Marighela. Outras foram modificadas em suas ações, táticas e forma organizacional. A obra de Ruy Mauro Marini¹⁷ teve importante influência na definição de novos rumos para a esquerda latino-americana, inclusive no Brasil. Entre outros aspectos levantados sobre os caminhos ao socialismo estava a crítica ao trabalho isolado das *vanguardas revolucionárias* em relação às massas de trabalhadores, em sua luta contra o Regime Militar. Propunha-se uma nova militância, calcada nos movimentos sociais que começavam a brotar no país (Marini, 1991).

Que Brasil era aquele que se uniu pelas “Diretas Já”? Desde 1980, figurava-se entre as 10 maiores economias industriais do mundo, em termos de volume do produto industrial. Do país agrário até os anos cinqüenta, em que apenas 36.2% da população viviam em áreas urbanas, nos anos 80, 67,7% da população viviam em áreas consideradas urbanas. Trinta e cinco por cento da população, 42 milhões de pessoas viviam em 30

¹⁷ Os textos de Ruy Mauro Marini que circulavam no Brasil, na década de 70, eram cópias mimeografadas. Essas cópias eram destruídas após circularem um tempo entre militantes esquerdistas, em função da repressão política. Porém, os textos do autor, em grande parte, estão disponíveis em “Memórias”, na referida anuência ao autor, diz respeito ao texto ‘Sobre o socialismo. Disponível em www.marini.unam.m/001_memória.

aglomerações urbanas com mais de 250 mil habitantes. As ocupações ligadas à agropecuária representavam 31,08% do total da População Economicamente Ativa –PEA – que era de 57,81% em 1950 (Faria, 1983: 120-121).

“A evolução do sistema urbano caracterizou-se por crescente concentração das atividades urbano-industriais modernas em poucos centros, cujo porte se avolumou ao longo do período, nos quais se foram concentrando grandes contingentes populacionais de migrantes pobres e marginalizados, pela sua não absorção nos mercados de trabalho dos setores mais dinâmicos” (Idem: 123).

A indústria de bens duráveis de consumo cresceu à taxa média de 15,3% ao ano, atingindo taxas de crescimento superiores a 23% ao ano nos momentos expansivos dos ciclos que correram no período (1955-62 e 1967-73). Também os setores de bens intermediários e de bens de capital cresceram a taxas médias elevadas (10,5 e 12,8%, respectivamente).

O crescimento acelerado da economia brasileira, operado na periferia da economia capitalista mundial, cristalizou-se sobre profundas modificações quantitativas e qualitativas na estrutura espacial, demográfica e social do país e, ao mesmo tempo, observou-se “o agravamento de antigos e o surgimento de novos desequilíbrios setoriais, regionais e sociais” (Ibidem:122).

A política trabalhista adotada pela ditadura enfatizou o controle dos sindicatos dos trabalhadores. Por conseguinte, os salários reais caíram ao longo dos anos 60 e 70 e contribuíram para agravar a crítica situação da distribuição de renda, apesar do aumento vertiginoso do PIB *per capita* do Brasil, após a II Guerra Mundial (Smith, 1988: 20).

A transição do regime autoritário brasileiro foi a mais longa já verificada na América Latina. Em qualquer transição política, os elementos conflituosos são inerentes e, por

meios deles, é possível a mudança. A transição tem conteúdos concretos, mas não é possível antever cada passo que será firmado, pois os atores em cena e a convivência entre eles vão delinear os objetivos mais em longo prazo:

“Procura-se compreendê-la como um momento contraditório, de condensação, conflitos e busca decidida de uma solução, envolvendo os mais diversos interesses, nem sempre assimilador a uma única e exclusiva finalidade. Seu direcionamento é imprevisível, posto na dependência das hegemonias circunstancialmente estabelecidas e da capacidade organizativa dos segmentos ou classes envolvidas no conflito” (Oliveira, 2001:20-21).

O regime autoritário fomentara a modernização económica e administrativa, porém estabelecera firme controle sobre as relações sociais: “O Estado e os agentes do mercado tentaram criar uma sociedade moderna sem conhecer a identidade dos agentes sociais enquanto membros da sociedade económica, civil e política” (Avritzer, 2000:172-173).

As mobilizações sociais ocorreram em contextos fora da política partidária e dos políticos profissionais. Dessa forma, os novos atores sociais organizavam ações que estavam além das formas controladas pelo regime. Desde a segunda metade da década de 1970, despontaram três forças sociais que contestavam “a forma autoritária da modernização do regime autoritário” (Idem: 173).

Desde o seu início, o novo sindicalismo pregara uma nova institucionalidade, com sindicatos libertos do controle estatal, presentes às suas bases, nos locais de trabalho e contatando diretamente com o patronato, sem intermediários e mediadores governamentais. Pregara, também, um sindicalismo democrático, que permitisse ampla participação de massas (Almeida, 1983: 205-206).

Em 1978, houvera o despertar do movimento dos trabalhadores. O movimento dos operários do ABC paulista surgiu com vigor no coração do pólo mais dinâmico da indústria nacional (o automobilístico e metal mecânico), na região metropolitana de São Paulo. Lá ocorreram 75,9% dos movimentos de 1978 (Idem:204).

As características do movimento foram sua independência frente ao sindicalismo tradicional existente no Brasil e a democracia interna em suas decisões. Cada passo a ser dado era decidido em volumosas assembleias. O empresariado assustou-se com o poder que emanava das concentrações no Estádio Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. Alastraram-se outras greves: médicos, bancários, professores. Em Agosto de 1978, o governo baixou decreto-lei, que proibia greves nos setores essenciais, inclusive no setor bancário: “Os empresários aplaudiram a medida, mesmo aqueles que tanto haviam se queixado de exorbitância da intervenção estatal na economia. A alegação empresarial para o apoio à medida foi vazada nos mesmos termos de sua defesa pelo Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, ou seja, tratava-se de uma liberalização, pois se tirava da Lei de Segurança Nacional a punição dessas greves, remetendo-as à lei de greve” (Starling, 1984: 58).

Na esteira dos movimentos de paralisação, em 1981, os trabalhadores começaram a se aglutinar em duas centrais sindicais: CUT e CGT, que quebravam de cima a baixo a estrutura arcaica do sindicalismo brasileiro. A temperatura entre governo e trabalhadores subia na gestão Figueiredo. A revista *Istoé* assim definia a situação em Julho de 1983:

“Pela primeira vez, desde 1964, uma greve paralisou uma refinaria de petróleo do país. Mil e duzentos trabalhadores da refinaria de Paulínia, em São Paulo, cruzaram os braços na última terça-feira e armaram o cenário para um inquietante confronto com o governo. A esse processo de combustão política juntou-se na quinta-feira o Sindicato dos

Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ao deflagrar, também pela primeira vez desde 1964, uma greve política, um protesto à política econômica. A resposta do governo não tardou. Na sexta-feira, a intervenção já havia desabado sobre os sindicatos de Paulínia, São Bernardo e petroleiros de Mataripe, na Bahia, igualmente em greve. E se falava em decretar o ‘estado de emergência’” (IE, N 342, 13/7/83: p. 17). O Estado de Emergência substituiu o falecido Ato Institucional Nº5, instituído em Dezembro de 1968, quando se afirmou o período mais repressivo do Regime Autoritário (Skidmore, 2004).

As greves do ABC paulista desafiaram empresários e governo. Os trabalhadores buscavam-se afirmar como atores políticos: “Tornara-se claro que se tratava de um movimento pela cidadania. Os patrocinadores da modernização autoritária tiveram que tornar o seu poder tão visível que ele não surtiu efeito (...) Durante todo o período entre 1978 e 1981, quase todo trabalhador brasileiro resolveu mostrar que era um ator social empenhado em desafiar o veto do governo à autonomia da classe trabalhadora e em propor a criação de espaços livres de negociação entre diferentes atores sociais” (Avritzer, 2000: 176-177).

“Destaca-se que esses movimentos grevistas contaram com o importante apoio do clero católico. Capitaneado pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, o clero esquerdista cedeu locais de reuniões dentro das paróquias, organizou o apoio da sociedade, que se materializou com somas financeiras, bem como de alimentos às famílias dos trabalhadores em luta” (Skidmore, 2004: 415).

“A onda mobilizadora aberta pelo ABC paulista ampliara-se para outras categorias profissionais. As altas taxas da inflação do período (41% em 1978 e 77% em 1979) impulsionavam a insatisfação dos trabalhadores frente ao governo. Nos 10 primeiros meses de 1979, houve mais de 400 greves no país” (Idem:417).

De acordo com a legislação trabalhista então vigente, todas as negociações entre patrões e empregados passavam, via de regra, pelos tribunais do trabalho do governo. Os trabalhadores em suas ações pleiteavam a negociação direta com o patronato. Entre 1979 a 1982, proliferaram-se as negociações trabalhistas operadas diretamente entre as partes: “Os novos líderes sindicais e os empregadores viram que esse *by-passing* parcial do sistema corporativista atendia a seus interesses imediatos” (Ibidem: 417).

“Em 1979, houve 224 paralisações pelo país: 61 de trabalhadores industriais; 15 de trabalhadores da construção civil; 52 de trabalhadores dos setores de serviços; 66 de setores da classe média e 300 em setores não assalariados, como taxistas, caminhoneiros” (Almeida,1983:204).

As greves foram duramente reprimidas, mas a repressão apenas era intensificada após os tribunais do trabalho julgarem a ilegalidade do movimento, o que sempre ocorria. Um trabalhador da construção civil foi assassinado em Belo Horizonte, nos choques entre grevistas e policiais (*Revista Página*, 2004: p.17).

Outra característica desta vigorosa sociedade civil brasileira fora a participação crescente das classes médias, que se tornaram um fator político de oposição ao regime. As greves nas categorias nitidamente formadas por extratos médios da população, tais como médicos, professores e bancários, tornaram-se facto inédito na história das lutas sindicais no Brasil. Em 1980, as greves das categorias assalariadas de classe média representaram 34,4% do total de paralisações em 1980. No ano seguinte, esses mesmos extratos sociais foram responsáveis por 44,6% das paralisações (Almeida, 1983: 205).

As classes médias, já no Governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), distanciavam a passos largos do Regime Autoritário. Viam com desconfiança o projeto de distensão do Governo Geisel, que seguia cheio de marchas e contra-marchas (Skidmore,2004;

Gaspari,2004). O assassinato do jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975, nas dependências do Doi-Cod, colocava que ainda havia muitos empecilhos para a descompressão do regime. Em janeiro do ano seguinte, o operário Manoel Filho também fora assassinado pelo braço da repressão direta do Estado. Cresciam os movimentos de protestos. Parcelas das camadas médias abraçavam a luta pela anistia aos presos, perseguidos, cassados e exilados pelo regime. Ampliava-se e dinamizava-se a ação desses movimentos.

A primeira grande manifestação pública contra o regime nos anos setenta foi em 22 de Agosto de 1976, quando da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o JK, que fora cassado de seus direitos políticos pelo AI-2, 1965. Morto em um acidente de automóvel, na Via Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo, em condições nunca explicadas, que geraram e geram suspeitas sobre se tratasse de um assassinato, a morte de JK trouxe à tona a mítica de um dos presidentes mais amados pelos brasileiros. Os sinos das igrejas badalavam em luto. Panos pretos eram colocados nas janelas. Em várias cidades, missas eram celebradas *in memoriam*. No Rio Janeiro, cerca de três mil pessoas acompanharam o corpo até o aeroporto do Galeão, de onde seguiria para Brasília, a capital federal por ele idealizada e fundada em 1960. Lá, o cortejo estender-se-ia do aeroporto ao cemitério Campo da Esperança. Beirava à meia-noite quando o corpo foi sepultado (Gaspari, 2004: 308). A multidão cantava uma marchinha, predileta do ex-presidente, desde os seus tempos de governador de Minas Gerais:

"Como pode

O peixe vivo

Viver fora da água fria

Como poderei viver

Como poderei viver

Sem a tua, sem a tua,

Sem a tua companhia?”

O debate ideológico alcançava o campo da cultura e das artes. Os debates sobre as vanguardas, a arte engajada e a busca do eterno “*nacionalismo*” acompanharam toda a década de 70. O teatrólogo Fernando Peixoto assim define 1976: “Uma quase inesperada retomada do debate ideológico em cena e a volta de uma dramaturgia popular, ou pelo menos voltada essencialmente para a discussão da questão popular, surpreendeu o panorama teatral de São Paulo e Rio. Com excelente repercussão de público e crítica estavam em cartaz ‘Gota D’água’, de Chico Buarque e Paulo Pontes e ‘Ponto de Partida’, de Gianfrancesco Guarnieri. O teatro brasileiro assumia abertamente, conseguindo vencer circunstancialmente a censura, uma decisiva postura de recusa da omissão e da mentira. Mais que espetáculos de resistência, foram avanços” (JB, Caderno B, 18/1/87:p. 1).

Em meados da década de 1970, intelectuais e artistas se reuniam periodicamente no Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, para leituras dramáticas de peças censuradas e mesmo para debater uma atuação conjunta frente às dificuldades comuns. No Rio de Janeiro, intelectuais de diversas áreas se reuniam no Teatro Casa Grande. As artes e a cultura estavam em pauta. O grupo Casa Grande era formado por Max Haus, Moisés Ajaenblat, Paulo Pontes, Chico Buarque, Antonio Callado, Zuenir Ventura, Mary Ventura, Darwin Brandão, Bete Mendes e Fernando Peixoto. O objetivo era problematizar a realidade, e não mais apresentar soluções para ela, como se pensava no início dos anos 60. Para Fernando Peixoto, o Casa Grande foi: “um projeto fascinante e ambicioso que poucos sabem que existiu e só não deu resultados concretos, depois de três ou quatro meses de reuniões semanais, estudo e debate, por razões invencíveis. O grupo Casa

Grande se desfez sobretudo com a morte de dois de seus mais expressivos integrantes: Paulo Pontes e depois Darwin Brandão” (Idem).

Em início de 77, fora lançado o Manifesto dos Intelectuais e enviado ao então Ministro da Justiça Armando Falcão. Nele se pedia o fim da censura. O livro *Aracelli, meu amor*, de José Louzeiro, editado pela Civilização Brasileira, havia sido proibido em todo território nacional. Já o livro *Zero*, de Inácio de Loyola Brandão, foi liberado para publicação em Julho de 1975, nada menos que um ano depois que havia sido proibido e condenado, de acordo com o decreto lei nº 1077. *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, quando alcançava sua 10ª edição, fora proibido (IE, N 15, 13/4/77: p. 10). Parcelas expressivas das camadas médias se deliciavam com as singelas cartas que Henfil escrevia para sua mãe, semanalmente na revista *Istoé*. Com seu humor picante, as crônicas de Henfil falavam sobre os problemas do Brasil: “Fui olhar na gaveta pra conferir os impostos. Tá tudo pago e em dia! E aí pensei: será que andamos assistindo a certos filmes atentatórios como ‘Z’, ‘Último tango’? Ou será que andamos lendo certos livros como ‘Feliz Ano Novo’ ? Será , Deus do Céu, que alguém andou assistindo ao Bolshoi? Por tudo que é sagrado , mãe, ninguém no Brasil viu estes filmes, leu estes livros. Quero ver a senhora dura atrás da porta se eu vi o diabo do balé”, ironizava Henfil sobre a proibição de apresentação do balé soviético em solo brasileiro (IE, N 18, 4/5/77: p. 8).

Após um longo período de exílio, o poeta Thiago de Mello, bastante popular e conhecido como “*poeta da liberdade*”, foi preso em 1977, quando chegava no país. Do aeroporto foi direto para o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS - do Rio de Janeiro. (IE, N 46, 9/11/77: p. 63)

O ano de 1977 foi o do grito político dos estudantes brasileiros. Somavam mais de um milhão e meio de universitários, e a qualidade do ensino cresceu inversamente proporcional à quantidade.

“A escolha de reitores, diretores e chefes de departamentos não era democrática. As verbas eram escassas” (*Folha S. Paulo*, Folhetim, N18, 21/10/79: p.3). Apenas 5% do orçamento da União eram destinados à educação. As lutas estudantis ocuparam todo o cenário político do ano. Em Março, milhares de estudantes ocuparam as ruas para protestar contra prisões de militantes de esquerda em São Paulo e clamar pela anistia ampla, geral e irrestrita. As jornadas prosseguiram em dias nacionais de protesto por mais verbas e pela democracia universitária.

Em 4 de Junho de 1977, mais de um mil universitários, que representavam estudantes de todo país, foram presos em Belo Horizonte, onde tentavam reorganizar a proibida União Nacional dos Estudantes. A opinião pública apoiou os universitários. Mesmo contra as bombas e cassetetes, os estudantes não reagiram à atuação policial. As pedras e coquetéis *molotov* das manifestações de 1968 estavam arquivados. Na nova democracia dos jovens “*não se deviam aceitar provocações*”, ao contrário da geração estudantil dos anos 60.

Seguiu-se a invasão policial do campus da PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - em Setembro do mesmo ano, quando duas jovens ficaram gravemente feridas e 1700 estudantes foram detidos. O Decreto-Lei 477, criado pelos militares e específico para a repressão às universidades brasileiras, não foi aplicado desta vez para punir estudantes, pois não havia clima político para isso. As fotos dos universitários no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e outras capitais brasileiras ocuparam as páginas dos jornais e revistas (VE, N457 8/6/77: pp 22-24). As televisões registraram,

com discrição, os eventos. *“Pelas liberdades democráticas”* clamavam as faixas e cartazes pelas ruas e avenidas. Eram comuns, quando os estudantes eram atacados pela polícia, cantarem. A música de Geraldo Vandré *“Para não dizer que não falei das flores”* dava o tom e acreditava-se nas *“Flores que venceriam canhões”* (Gaspari, 2004; Skidmore, 2004; VE, N457).

Nos grupos universitários, a influência do PCB – Partido Comunista Brasileiro - era pequena, e esses segmentos, ao mesmo tempo, estavam distantes dos grupos da geração de 1968, que veio a praticar a frustrada guerrilha urbana para a derrubada do regime militar e conquistar o poder. Era uma outra esquerda que se gestava, para a qual a palavra democracia ganhava importância (Gaspari, 2004).

Outro foco do desgaste dos militares na nascente sociedade civil foi no segmento formado pela comunidade acadêmica, científica e intelectual. A reunião anual da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência -, que contava em 1977 com 12.500 sócios, estava marcada para Julho, em Fortaleza, região Nordeste. O ministro Goubery do Couto e Silva, braço direito e cérebro do governo do General Geisel, para esvaziar o fórum, decidiu cancelar verbas e apoio logístico. A comunidade acadêmica mobilizou-se e buscou alternativas para a realização do evento, e foi, com a colaboração ativa dos estudantes, às ruas pedir dinheiro à população. Dom Paulo Evaristo Arns, por sua vez, ofereceu para sediar a reunião da SBPC o campus da PUC de São Paulo (Idem: 422).

No mais conturbado ano da década de 70, a primeira dama dos Estados Unidos, Rosalynn Carter, visitou o Brasil, o que redundou em sérios problemas para o relacionamento diplomático entre os dois países. Após dois encontros constrangedores com o General Geisel, nos quais a questão dos direitos humanos veio à superfície (Ibidem: 394; VE, 458, 15/6/77: pp. 30-31), a senhora Carter foi ao Recife, Nordeste brasileiro, onde

recebeu no consulado dos EUA a visita de dois presos norte-americanos que realizavam trabalho religioso na cidade. Relataram à primeira dama as suas prisões e os maus tratos recebidos. Como a senhora Carter estava acompanhada de 27 jornalistas norte-americanos, que representavam os mais destacados órgãos de imprensa daquele país, dia seguinte, as redes televisivas dos EUA anunciavam o facto. A primeira página do *The New York Times* anunciava em manchete “*Mrs. Carter told buy 2 americans of Brasil Ordeal – Trated ‘like animals’, missionaries say.*” (citado por VE, N458, 15/6/77: pp 30-31). Em contraste à política de Washington para a América Latina no governo Nixon, o democrata Carter, ao assumir a Casa Branca, desfraldava a bandeira dos direitos humanos. Kissinger, por exemplo, defendera em relação à América Latina: “Se as violações de direitos humanos não forem tão ofensivas, a ponto de não podermos conviver com elas, vamos fazer o que pudermos para aumentar nossa influência no país” (Gaspari, 2004: 371).

Em uma entrevista, a presidente Carter não poupou sua crítica ao Brasil: “O Brasil não tem um governo democrático. É uma ditadura militar. Em muitos aspectos é altamente repressiva para os presos políticos. Nosso governo deve corresponder ao caráter e aos princípios morais do povo americano e nossa política externa não pode contorná-los em troca de vantagens temporárias.” (citado por Gaspari, 2004: 373)

Em 1976, oito países latino-americanos eram governados por militares de direita, escalada que teve seu início no Brasil, em 1964. Sob a liderança de Pinochet, surgiu em 1974 a Operação Condor, que reunia órgãos militares e bem como paramilitares do Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai; e o Brasil, na condição de colaborador. Com a missão de troca de informações, busca e mesmo prisão, o próprio ditador chileno explicou a missão

daquele organismo multilateral: “semelhante ao que a Interpol tem em Paris, mas dedicado à subversão” (Idem: 381).

A elite financeira nacional, no fervilhar da sociedade civil, teve papel muito tímido: “O autoritarismo brasileiro tornara tanto as instituições não elitistas quanto as elitistas da sociedade civil incapazes de ação autônoma importante. Seu medo e imobilidade refletiam o tipo de Brasil que os linhas-duras se esforçaram por criar” (Skidmore, 2004:356).

Pesquisa da Universidade de Princeton, EUA, nos anos 70, revelava que o que levou as elites a questionarem o regime militar foi que este havia levado o país a um terror, ilegalidade e arbítrio que ninguém estava a salvo, nem elas próprias (McDonough, 1981).

II.III -Classes Populares entram em cena: A terceira característica da nascente sociedade civil brasileira foi o movimento das classes populares. Como já assinalado, as grandes cidades brasileiras experimentaram uma explosão demográfica entre 1950 e 1980. A migração do campo para as cidades era intensa. As pessoas chegavam aos grandes centros sem trabalho, sem qualificação profissional e sem as condições mínimas de assistência à saúde e bases de sustentabilidade. Esta situação se traduzia à imensa periferia urbana em “educação ruim para seus filhos, várias horas por dia em transporte coletivo, enchentes, falta de saneamento público e falta de proteção policial” (Avritzer, 2000: 177). Os excluídos da modernização autoritária do regime encontraram acolhimento nas comunidades eclesiais de base – CEBs . Nestes centros, estabeleciam-se redes de solidariedade em busca de interação social:

“As CEBs tornaram-se uma fonte de reflexão sobre as condições a que tinham sido relegados os pobres das áreas urbanas no Brasil. Tornaram-se também um importante

meio de articulação dos pobres em sua luta para a melhoria de vida e serem conhecidos como grupo social” (Avritzer, 2000: 177).

A Igreja já no início dos anos setenta rompera seus laços com o regime militar, a quem dera apoio em 1964, e começava a clamar por uma por modificações no sistema organizativo da sociedade, para que nele estivesse a valorização do ser humano.

As paróquias passaram a abrigar as reuniões dos moradores dos bairros da periferia, e criava-se, assim, um espaço democrático para os debates, e também um mínimo de proteção frente ao aparato policial. Os movimentos da periferia passaram a contar também com o apoio de profissionais das camadas médias, como advogados, médicos, arquitetos.

Este fenómeno era inédito na história dos movimentos sociais brasileiros, como explica Ruth Cardoso: “A generalizada descrença nos partidos políticos e a valorização da prática política direta criaram entre os técnicos o desejo de oferecer seus conhecimentos para alargar o espaço de autonomia dos movimentos sociais” (Cardoso, 1983: 231).

Na esteira do trabalho das CEBs, observava-se também o surgimento das associações dos moradores de bairro. Entre 1979 e 1981, foram criadas 124 organizações desta modalidade no Rio de Janeiro. Em São Paulo, elas eram mais de 1.300, e em Belo Horizonte, mais de 200 (Avritzer, 2000: 178-179).

Esses movimentos, em suas reivindicações por melhores condições de moradia e de vida, iriam atuar no marco da legislação, também uma característica inovadora nos movimentos sociais brasileiros: “Trazidos para os movimentos sociais por agentes externos, o sistema jurídico foi incorporado à estratégia de ação social, transformando os movimentos sociais urbanos num enorme esforço pela conquista da cidadania” (Idem:179).

Em um duplo significado, os movimentos da periferia pretendiam, a partir da segunda metade dos setenta e meados dos oitenta, conquistar a inclusão social e, ao mesmo tempo, suprir suas carências imediatas que se estendiam aos serviços essenciais, como moradia, transporte, saúde e educação, nos marcos de uma cidadania inclusiva.

Se, aparentemente, os militares não podiam intervir diretamente nos movimentos pastorais da Igreja, os braços de repressão e seus grupos paramilitares se encarregaram dessa tarefa. Muitos desses grupos eram contrários à abertura política acenada pelo General Geisel, e queriam manter a marcha de revolução de 1964 a qualquer custo. O missionário alemão Padre Rodolfo Lunkenbein fora assassinado na Amazônia. Três meses depois, o Padre João Bosco Penido Burnier tivera o mesmo destino. O Bispo de Nova Iguaçu, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, fora sequestrado. A ação desses grupos levou a ala moderada da Igreja a unir-se à ala esquerdista, e fez com que a Igreja “se tornasse uma voz poderosa e agressiva em defesa da sociedade civil” (Skidmore, 2004: 36).

II.IV - Aberturas e conflitos no bloco do poder: Entre avanços e recuos, o governo Geisel é reconhecido pela distensão. A busca de institucionalização do regime militar, via abertura política, não foi inicialmente determinada “de fora para dentro”, isto é, não foi fruto do crescimento inusitado das pressões vindas da sociedade civil. Por meio de alguma mudança, o objetivo era solucionar certas contradições existentes no próprio sistema de poder, que diziam respeito ao papel das Forças Armadas enquanto “Poder Dirigente”. Ao mesmo tempo, a distensão não foi um projeto acabado desde o seu início, mas um objetivo estratégico definido, acompanhado de orientações institucionais táticas

gerais para alcançá-lo, esboçadas pelo núcleo que assumiu o governo em 1975 (Starling, 1984; Gaspari, 2003 e 2004).

No bipartidarismo criado pelos militares em 1965, o governo, pela primeira vez, apesar da censura aos meios de comunicação e a inexistência da liberdade de expressão e de organização da sociedade, foi derrotado nas urnas em 1974, com expressivas vitórias do MDB. Ainda em 1974, os empresários iniciavam a campanha contra a estatização, abrindo profundas frestas nas relações entre o regime e sua importante base de sustentação social. Ao mesmo tempo, a fase do “milagre econômico” do governo Médici, no qual o país experimentou crescimentos de cerca de 10% anual do Produto Interno Bruto – PIB -, caminhava para o fim. O governo Geisel colocava a causa central dos problemas da economia brasileira na crise internacional do petróleo.

Para Oliveira (1977:107-108), o modelo econômico entrou em crise, sobretudo pelo facto de que o padrão de acumulação, tendo por base os bens de consumo (Departamento III – que teria como condição de crescimento e expansão o mercado interno) e entra em contradição com o controle externo da propriedade do capital, utilizado no Departamento III, que queria continuamente o retorno de lucros, visando à circulação internacional do capital. O que estava colocado era quem iria financiar o processo de acumulação interna de capital, o que gerou outros impasses na economia: se o carro chefe passasse para o Departamento I (bens de capital e insumos), haveria necessidade de importações de tecnologias específicas, entre outras. Para isso, era preciso criar excedentes na balança comercial e, a essa altura, o endividamento externo era crescente.

Na política, o governo sofreu um forte desgaste perante a sociedade civil com o fechamento do Congresso Nacional, em 1º de Abril de 1977. Investido de plenos poderes, Geisel editou um conjunto de reformas institucionais que ficaram conhecidas como

“Pacote de abril”: “Foram eventos de outra ordem que também marcaram decisivamente a conjuntura dos dois últimos anos de seu governo, num sentido determinante para o processo de distensão. Seria um conjunto de manifestações que Martins e Cruz reconheceriam depois como ‘o verdadeiro despertar da sociedade civil’, colocando novos problemas para o núcleo no governo. Além disso, a surda luta nos bastidores do sistema de poder em torno da sucessão presidencial de que até então se tinha notícia mais por indícios do que por explicitações, mais por conjecturas do que por pleno conhecimento – também ela salta à luz do dia e passa a ser travada à vista de todos” (Starling, 1984: 52).

O governo Geisel confrontou-se desde o seu início com opositores internos alinhados com a extrema-direita militar, que geraram inúmeras crises dentro das Forças Armadas, revoltados com a proposta de abertura política acenada pelo presidente. Esses opositores atuavam com o respaldo de comandos – sobretudo, em São Paulo, área do II Exército – a repressão, ora voltada contra o PCB, seguia em sua mórbida batida, sem limites ou normas (Cruz e Martins, 1983: 53).

O ano de 1977 fora o ano chave no processo de transformação do regime (Idem: 54). Sobre o Pacote de Abril, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB - em unanimidade de seus conselheiros, reagira com veemência e, em nota de repúdio, classificava a medida palaciana de “crescente desfiguração do Estado de Direito” e reclamava o fim do AI-5, que deveria vir acompanhado de “ampla reforma constitucional a ser feita por assembléia constituinte eleita especialmente para esse fim” (Ibidem: 55-56).

A abertura começava a produzir efeitos positivos na imagem do governo e contribuir para que Geisel fizesse seu sucessor, João Baptista Figueiredo, sem a interferência dos grupos da extrema-direita militar:

“É em nome da abertura que a quase totalidade da grande imprensa vai aderir ao candidato oficial, denunciando como aventura golpista a hipótese de resistência militar. É a promessa de abertura que aplaina o caminho para o realismo dos segmentos ditos liberais do empresariado que, fugindo a qualquer contato com Euler, vão ao encontro de Figueiredo na qualidade de futuro presidente, expondo os seus pontos de vista, formulando suas demandas e propostas... os setores liberais que haviam fustigado o governo pouco tempo antes aplaudem o projeto de abertura, nele enxergando a saída possível e desejável para o impasse político em que se debatia o país” (Ibidem: 60).

Mesmo no final do governo Geisel, após a abolição do AI-5, aprovada em Dezembro de 1978, permaneceu a Lei de Segurança Nacional, que permitia a apreensão e a suspensão de jornais e revistas. No governo Figueiredo, foi sancionada a lei nº 7.170, que abolia a interferência da Lei de Segurança Nacional na legislação da imprensa. “Mas apenas com a promulgação da nova Constituição que a imprensa recuperou suas garantias de livre expressão” (Abreu, 2003: 64).

Na contraditória e nada linear tentativa de manter uma aparência democrática ao país, Geisel preservara a Lei de Segurança Nacional, mantivera dezenas de Atos Institucionais e Complementares, que perderiam apenas os dispositivos que contrariassem a Constituição; não revogava o Pacote de Abril, nem a Lei Falcão, e ainda criava o Estado de Emergência: “Esse instrumento que dispensava a aprovação do Congresso facultava ao presidente suspender todas as garantias individuais; suspender todas as liberdades públicas; intervir nos sindicatos; suspender imunidades parlamentares; atribuir às Forças Armadas todos os poderes de política e entregar ao julgamento de tribunais militares todos os que forem presos durante a sua vigência” (Cruz e Martins, 1983: 60). Sobre a

reforma partidária de 1979, houve uma grande surpresa no rol dos atores políticos. Surgia o Partido dos Trabalhadores. O PT fora o destaque.

O regime militar recorreu à fragmentação do sistema partidário para aumentar as chances de vitória do partido do governo. Os políticos, reforçando de bom grado essa tendência, aprovaram uma legislação eleitoral altamente permissiva, que levou ao Congresso com 19 partidos (Skidmore, 2000: 43).

Sobre o projeto de distensão de Geisel ressalta-se que “para que esse projeto se concretizasse, fazia-se necessário que o governo permitisse a livre manifestação do eleitorado, a revitalização do sistema partidário e a liberalização da imprensa, como instrumentos de recuperação da legitimidade política” (Abreu, 2003: 45).

A economia dava seus sinais de abalo: “A crise do petróleo serviu como importante fator de desnudamento do modelo econômico adotado pelo regime militar e foi o motor de aglutinação dos opositores e descontentes com a política dominante de repressão e censura” (Idem: 46).

Em sustentação ao projeto de abertura, o regime suspendeu a censura prévia do *O Estado de São Paulo*, o mais respeitável diário do país à época, em Janeiro de 1975; e da revista *Veja*, em Junho de 1976.

O empresariado nacional, com destaque aos reunidos na Federação da Indústria do Estado de São Paulo – Fiesp - recorrera à imprensa para veiculação de suas opiniões e ideias. Assim, os empresários participavam de debates promovidos pelos jornais, nos quais analisavam a economia e o então modelo de desenvolvimento (Ibidem).

O empresariado foi o último segmento social a alinhar-se nas trincheiras oposicionistas aos militares no poder, na gestão do pacto nacional que teve como elemento unificador a redemocratização do país, que uniu a esquerda e os setores liberais, que, alguns anos

depois iriam se aglutinar no movimento das “Diretas Já”. Os empresários ressentiam-se de retração da economia, do direcionamento dos investimentos estatais para as próprias empresas do Estado e para as multinacionais.

“A aproximação da imprensa com os empresários nacionais foi uma busca contra a desnacionalização da economia brasileira e contra a centralização do poder. Para ele, o empresariado nacional estava interessado na abertura política, na redemocratização do país, como meio de assumir maior poder de decisão em questão que afetavam a economia” (Ismar Cardona para Abreu, 2003: 55).

II.V - O apagar das luzes: De volta a 1984, ano notabilizado pelas manifestações populares pelo fim do Regime Militar, o Congresso Nacional derrotou a Emenda Constitucional que estabeleceria a volta das diretas para Presidente da República, que estavam suspensas desde a edição do Ato Institucional 2, o AI-Nº 2, de 1965 (tratava da extinção dos partidos políticos oriundos dos períodos pré-1964 e extensão do foro militar aos civis (Cruz e Martins, 1983: 22 ;Reis, 1983: 73-74).

Os ausentes, 112 parlamentares, derrotaram a emenda Dante de Oliveira, pois não se alcançou o número mínimo de votos para a sua aprovação em plenário. Embora a emenda das diretas estivesse frustrada, a Ditadura Militar entrou a partir de 25 de Abril em contagem regressiva. O PDS estava dividido, com dissidências no apoio aos militares. Diante da crise económica, social e política e diante da inflexibilidade demonstrada pelo governo – que insistia na manutenção da linha política económica defendida pelo Ministro do Planejamento, Delfim Neto, não obstante a oposição generalizada que suscitava – brotavam propostas alternativas para a resolução dos graves problemas que assolavam o país.

A temperatura do dia 25 de Abril estava assim: “Por todo país o povo reuniu-se nas praças para acompanhar a contagem de votos em painéis chamados de placares das diretas. Em alguns lugares, os votos dos parlamentares eram anunciados por sistemas de autofalantes. No ABC paulista, houve manifestações de trabalhadores em 40 empresas metalúrgicas e, na capital, o povo reuniu-se na Praça da Sé. Em Brasília, universitários e secundaristas, ao estilo dos atletas olímpicos, escreveram com seus corpos Diretas Já, nos gramados do Congresso. Motoristas que os viram, por volta do meio-dia, começaram a buzinar seus carros, o que provocou violenta reação do executor das medidas de emergência, General Newton Cruz. ‘Vai custar muito caro para alguém fazer isto’. Em seguida, o General desceu de seu gabinete e, bastão de comando em punho, apreendeu cerca de 100 automóveis e sete ônibus. Um dos carros teve os pneus furados a bala. Em Brasília, a violência da censura e das medidas de emergência recebeu duras críticas em vários discursos durante todo o dia” (JB, 26/4/84: p. 1).

O debate entre a sociedade civil que brotava passou a ser: ir ou não ir ao Colégio Eleitoral, formado pelo Congresso Nacional, mecanismo criado pelo regime de 1964 para dar uma coloração legalista ao governo. O PT fechou questão, seus deputados e senadores não votariam no Colégio. Brizola, então governador do Estado do Rio de Janeiro e líder do PDT – Partido Democrático Trabalhista - relutou até o final, mas aderiu. O PBMD escolheu Tancredo Neves para enfrentar o candidato Paulo Maluf, do PDS. A articulação política concentrou-se em cima das normas elaboradas pelos presidentes-militares e cada voto do Congresso Nacional era disputado pelas duas forças em tela. Neste contexto foi criado o Partido da Frente Liberal, o PFL, uma dissidência do governista PDS, que somou ao PMDB na formação da Frente Liberal (Lattman-Weltman, 2003; Melo, 2004).

Apesar de restrita ao Colégio eleitoral, contudo, a campanha sucessória seguiu mobilizando apoios na sociedade e, como não poderia deixar de ser, nos *media*. Alguns dos principais meios de comunicação do país não se furtaram a se posicionar no processo, com vantagem ao candidato opositorista. Mais uma vez, as eleições, mesmo indiretas, assumiram o caráter plebiscitário. No dia 15 de Janeiro Tancredo foi escolhido presidente. A Ditadura Militar dava seus últimos suspiros. O povo saiu às ruas para comemorar. Nascia um novo Brasil. Se as mudanças institucionais não foram tão profundas quanto se queria, elas começaram, pelo menos a ocorrer. Os militares em breve voltariam aos quartéis.

A escolha de Sarney como vice na chapa da Aliança Democrática, foi uma arquitetura política que visava não deixar margens para uma vitória do candidato dos militares, Paulo Maluf. A Aliança Democrática precisava de votos da bancada do PDS para se fazer vencedora, não bastariam os votos da oposição. O próprio Sarney, anos depois reconheceu: “O Tancredo político prático que era, tinha na cabeça o seguinte: eu, por ter sido presidente do PDS, teria o “mapa da mina” do Colégio Eleitoral, porque sabia quem eram os delegados que iriam votar. Eu teria uma maior facilidade” (Moraes Neto, 2005: 42).

Nesta transição em que a oposição roçava o desmoronamento do regime Militar com luva de pelica, o apoio tácito das Forças Armadas era crucial. O ex-presidente Sarney ao recordar a época de organização da chapa que disputaria o Colégio Eleitoral em Janeiro de 1985 revelou: “Como Tancredo julgava que, naquele momento, a única força organizada era o Exército nacional, Tancredo achava que nós não podíamos trombar de nenhuma maneira com eles. Por essa razão, estava numa grande dúvida para escolher o

ministro do Exército (o escolhido foi o general Leônidas Pires Gonçalves). Nossa articulação, portanto, não foi só política, mas também militar” (Idem: 44).

A chapa Tancredo-Sarney conquistou, no dia 15 de Janeiro de 1985, 480 votos do Colégio Eleitoral. A chapa Paulo Maluf - Flávio Marcílio ficou com 180 votos. Houve 26 abstenções (Ibidem: 18).

Com a morte do arquiteto da Nova República, como se daria continuidade à transição? Entre as bandeiras erguidas pela Aliança Democrática, estava a questão da reforma agrária. O ministro da Justiça do governo Sarney, logo após a morte de Tancredo, defendia que “o problema da reforma agrária não é ideológico. Trata-se de utilizar racionalmente o uso da terra para gerar mais empregos e, além disso, ampliar o mercado interno” (VE, N 869, 1/5/85: p. 4).

Por sua vez, o presidente Sarney era visto com desconfiança pela sociedade civil, por ter mudado de campo político no apagar das luzes da ditadura. Ele recorda aqueles dias: “Eu deveria me legitimar na presidência – e a legitimação viria através da abertura, já que eu não tinha condições de governar administrativamente o País” (Moraes Neto, 2005: 38).

Na transição democrática, os principais órgãos da imprensa tiveram um papel mediador entre os grupamentos representativos da sociedade civil e os militares, em defesa da redemocratização: “Os jornalistas exerceram uma influência política, expandindo as vozes dissonantes do regime, exerceram o papel de catalisadores das reivindicações dos diversos setores sociais emprenhados no volta à democracia” (Abreu, 2003:5).

O Congresso Nacional, já em 15 de Maio de 1985, sinalizava que as mudanças não eram apenas figura de retórica. Nas duas casas – Câmara e Senado – era aprovada a Emenda Constitucional Nº 25, que vinha ao encontro de exterminar no aspecto jurídico/constitucional o que veio a ser chamado pela imprensa e pela população em geral

como “entulho autoritário”. A EC estabelecia as eleições diretas para presidente da república, embora sem fixar a data; inclusão dos analfabetos nos pleitos; eleições diretas para prefeitos das capitais dos Estados e cidades consideradas de segurança nacional, que no regime autoritário foram privadas de elegerem seus governantes locais, marcadas para 15 de Novembro daquele ano; e, ainda, instituía-se a livre criação de partidos políticos, o que contemplava diretamente o Partido Comunista Brasileiro – PCB –, de inspiração soviética, e o Partido Comunista do Brasil – PCdoB, dissidência dos anos 60 do PCB e de inspiração maoísta (Senado Federal, 1985).

O Conselho Nacional de Censura fora extinto. Intelectuais e artistas reuniram-se no Rio de Janeiro, em grande festa de confraternização com o então ministro da Justiça Fernando Lyra. Mas a alegria foi abalada: em Outubro de 1985, o presidente Sarney, sob pressão da Conferência dos Bispos do Brasil – CNBB – proibiu em todo o território nacional o filme *Je vous salue Marie*, do cineasta francês Jean-Luc Godard. Até Setembro de 1986, a tesoura da Nova República, entre vetos totais e parciais, interferiu em 200 músicas (*Folha de S. Paulo*, Ilustrada, N 86, 16/9/86: p.1).

Em busca de governabilidade, o Governo Sarney manteve com o Congresso Nacional e com os partidos políticos uma política de barganhas e favores; uma prática tão em voga no Brasil de todos os tempos, o patrimonialismo, entendido aqui como um estilo de governança política que agrega elementos de cooptação política, no clientelismo, no populismo e no corporativismo do Estado. Parte do poder estatal é doado e transferido a agrupamentos particulares da sociedade em troca de apoio e fidelidade (Carvalho, 1997:241; Avritizer, 2000:168).

Nesse contexto, o governo Sarney fez enormes concessões políticas para se manter no poder, e deixou o governo federal em situação caótica. “Ele não conseguira governabilidade nem transparência. Foi um começo inglório de um governo civil” (Skidmore, 2000: 28).

A transição brasileira, dessa forma, reeditava fórmulas de governabilidade e ações políticas que o Brasil conhecia desde sua construção como Nação; uma política viciada e longe de procedimentos transparentes e democráticos: “Inclusive Sarney, na formação de uma rede patrimonialista de norte a sul do país, recorre a alianças com seus antigos correligionários que davam sustentação partidária aos militares na extinta Arena, partido criado pelo militares para a manutenção do frágil bipartidarismo implantado pelos militares em 1965 e parte importante do PMDB” (Rosenn e Downes, 2000: 20).

A corrupção veio à ordem do dia em vários momentos, como, por exemplo, na construção da Ferrovia Norte-Sul, que vislumbrava o superfaturamento das obras e favorecimentos políticos privados com os recursos públicos. Mas Sarney sobreviveu a todas as crises (Skidmore, 2000: 33).

Ainda sob a Constituição herdada pelos militares, o Executivo usou em larga medida do recurso do decreto-lei, pelo qual os projetos do executivo eram enviados ao Congresso com força de lei (Idem: 30).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – de 1984, detectava que 76.959.123 pessoas, 77% da população, viviam em estrita pobreza e extrema miséria (Folha de S. Paulo, 9/4/86¹⁸). Sarney encomendou a um grupo de intelectuais um projeto para diminuir tal cenário. O

¹⁸ Banco de Banco on-line de Folha de S. Paulo.

projeto “Brasil ano 2000” fora entregue pelo sociólogo Hélio Jaguaribe ao Presidente e versava sobre a implantação de um gigantesco programa social (Idem). Mas essas e outras iniciativas de inclusão social se perderam nas gavetas palacianas.

A transição democrática perdeu-se no emaranhado da ingovernabilidade, da falta de uma política económica consistente e da ausência de projetos viáveis que caminhassem para a resolução dos graves problemas nacionais.

Durante 1986, o país viveu a euforia do Plano Cruzado, que continha medidas económicas. No ano seguinte, frustrou-se quanto aos revezes do Plano. O Plano de Estabilização Monetária foi instituído por Decreto-Lei do Presidente da República em 27 de Fevereiro de 1986, com o objetivo de desmontar os mecanismos de indexação da economia que eram responsabilizados pela inflação latente. Dessa forma, foi extinta a moeda ‘Cruzeiro’, e criou-se uma nova, o Cruzado; terminou-se com a correção monetária em aplicações financeiras de curto e médio prazos, estabeleceu-se um câmbio fixo no qual equiparava-se o Dólar ao Cruzado; reajustou-se os salários, os aluguéis, as prestações da Casa Própria financiada pelo governo, e, enfim, houve o congelamento geral dos preços (Gontijo, 1987: 1-2).

No esteira do congelamento geral dos preços, alguns meses depois de implantado o Plano, o país passou a conviver com o desabastecimento de alguns géneros, principalmente dos originários da pecuária e da agricultura. Lemos e Nabuco já alertavam sobre o que estava por vir no cotidiano do brasileiro. “O tabelamento de preços internos e a atualmente elástica capacidade de importação reduzem a margem de variação dos preços de mercado, num momento em que alguns preços foram reajustados para baixo em termos reais, em relação aos do ano passado” (Lemos e Nabuco, 1987:145).

O Plano Cruzado teve um aspecto político importante. Na medida em que o comércio tentava burlar os preços congelados dos produtos, a população colocou-se na vigília permanente dos preços. Conheceu ali as primeiras noções de cidadania, que muitos brasileiros, até então, desconheciam.

Em 1986, o clima da Nação era o da Nova República, no culto dos símbolos nacionais, como o Hino e as cores da bandeira. O Plano Cruzado gozava de ampla simpatia popular, e uma onda de otimismo varria o país de norte a sul. De acordo com pesquisa realizada à época, com jovens entre 15 e 17 anos, 56,7% dos entrevistados consideraram como melhor medida para o país do presidente José Sarney a “decretação do pacote econômico, que inclui a criação da nova moeda, o Cruzado”. Para 19,4%, o mais importante foi a convocação da Assembleia Nacional Constituinte; 17,5% consideraram a “distribuição de um litro de leite para as crianças carentes” o fato mais importante. Esses dados permitem afirmar que a liberdade política pouco significado tem para os jovens pesquisados, apenas 5% deles escolheram a reforma partidária como melhor ação do Governo Sarney. E 0,62% afirmou a ser a proibição de “*Je vous salue Marie*”, de Godard, a melhor medida adotada pelo governo (Lemos, 1988: 109).

Houve uma mudança de consciência em que a transição se efetivou, quando a sociedade pretendeu “passar de objeto de manipulação do poder à condição de sujeito em exercício do poder, em busca de uma nova ordem política” (Abranches, 1982: 309). “A sociedade brasileira traz em si o autoritarismo desde o seu nascedouro, uma vez que os princípios de igualdade dos indivíduos são desrespeitados. As leis não visavam a eliminar diferenças, mas acentuá-las. O poder era, com frequência, privatizado: “A sociedade estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma de tutela e

favor (jamais de direito), e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominados)” (Chauí, 1986: 47-48).

O caráter autoritário da sociedade brasileira, das instituições e do Estado, foi sobremaneira reafirmado nos 21 anos de regime militar no país. O autoritarismo passou a ser parte integrante da vida nacional, entrou para a rotina; de exceção passou à regra.

A rotinização do autoritarismo consistiu em transformar toda e qualquer situação que poderia ser excepcional em situação regular e estabelecida. Segundo Abranches, esta rotinização “corresponde à eliminação de excepcionalidade e da transitoriedade originais, à alteração de sua justificação, à ampliação de seus objetivos e à formulação de um quadro legal e institucional que lhe seja apropriado” (Abranches, 1982: 319).

A organização da sociedade civil brasileira, portanto, se deu à margem da política partidária, longe do Congresso, embora com apoios isolados de parlamentares. Assim, o renascer da sociedade e a busca do cidadão em ser sujeito e não objeto nas decisões políticas se deram longe dos partidos políticos.

Por outro lado, quando da erosão do regime militar, momento em que se formou um consenso quanto à necessidade de uma nova ordem política, a transição foi um *affair* das elites, com a exclusão das amplas e diversificadas camadas e grupos de interesse da sociedade civil. Foi, portanto, um processo de transição autoritário: “A elite governante procurou transformar de dentro um regime autoritário, liberalizando-o progressivamente, mas de uma base voluntária e voluntarista, mantendo, com base na coerção e na manipulação dos mecanismos de dominação, o monopólio de iniciativa e decisão, e exercendo estrito controle sobre todo o processo” (Idem: 311).

A vigência do regime militar criou e reproduziu uma cultura autoritária específica. Neste processo, desenvolveu-se uma concepção de mundo, ligada ao pensamento dominante da sociedade, que passa a vincular-se às manifestações concretas na vida dos indivíduos e na convivência de homens, jovens, idosos, donas-de-casa e outros. Essa concepção autoritária de mundo tem como visão principal a integração dos indivíduos a um determinado sistema de conformidade, a um consenso da ordem. Porém, a adesão ao estabelecido e ao conformismo não é homogênea em todos os grupos sociais.

As diversas classes e segmentos sociais irão absorver de forma peculiar essa concepção autoritária, com graus diferenciados de adesão ou de repulsa. Nas classes dominadas, com menor acesso à informação, a um sistema educacional de melhor qualidade e expostas em um grau excessivo ao sistema repressivo, o conformismo passa a ser um dado e mescla-se com a passividade.

A cultura autoritária difundida no corpo social cumpre a função de evitar a ação coletiva. A passividade se expressa pela construção de um mundo da cultura centrado no princípio de autoridade e de hierarquia, com a compartimentalização de funções na vida social, no trabalho, na educação. O indivíduo é moldado para agir apenas dentro de sua função de hierarquia, a partir da qual a sociedade se organiza. Pensar, em si, não é um ato transgressor, mas a ação pressupõe o coletivo e pode levar a ser ou não transgressora. Na vida social atomizada, nada mais transgressor do que o coletivo.

A esfera pública é, constantemente, no país, privatizada. Ela é definida “sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado, de sorte que a vontade e o arbítrio são as marcas do governo e instituições públicas” (Chauí, 1986: 55).

Sem Tancredo ou qualquer “*cavaleiro da esperança*”, com o fracasso do Plano Cruzado, o Brasil partira para a elaboração da Carta, que ficou conhecida como a “Constituição

Cidadã”. E tantos desejos de mudança foram-se frustrando, perdidos na *transição democrática* que perpassou por mais de uma década.

Em busca de seu projeto de modernização e de formação de um Estado Democrático, a Assembleia Nacional Constituinte refletiria os embates entre as forças progressistas e as patrimoniais, perpassadas pela pluralidade e pela diversidade da sociedade brasileira.

Capítulo III

Uma partícula voava ao socialismo, mas havia uma pedra no caminho

Horizonte

O mar anterior a nós, teus medos
Tinham coral e praias e arvoredos.
Desvendadas a noite e a cerração,
As tormentas passadas e o mistério,
Abria em flor o Longe, e o Sul sidério
Splendia sobre as naus da iniciação.

Linha severa da longínqua costa ---
Quando a nau se aproxima ergue-se a encosta
Em árvores onde o Longe nada tinha;
Mais perto, abre-se a terra em sons e cores:
E, no desembarcar, há aves, flores,
Onde era só, de longe a abstracta linha.

O sonho é ver as formas invisíveis
Da distância imprecisa, e, com sensíveis
Movimentos da esperança e da vontade,
Buscar na linha fria do horizonte
A árvore, a praia, a flor, a ave, a fonte ---
Os beijos merecidos da Verdade

*Fernando Pessoa*¹⁹

¹⁹ 2000: 29

III.I - Referenciais à opinião pública - Um ano após o 25 de Abril, compareceram às urnas 5.665.707 portugueses, o que correspondia a 91,73% dos 6.176.559 eleitores inscritos, em 4.027 freguesias. Enquanto os votos eram apurados, uma foto, na qual um militante pintava no solo a convocação para os festejos do Dia Mundial do Trabalhador, ocupa cerca da metade da página, em formato tablóide, localizada acima da manchete “Capitães de Abril na festa de Maio”; e, ao lado de outra manchete, “O Conselho da Revolução decidiu: a Intersindical já é Confederação”. Era a primeira edição de *O Jornal* que chegava ao público português, em 1º de Maio de 1975²⁰.

A primeira página da publicação já mostra inovações de conteúdo e forma na imprensa portuguesa da época. Lembra um cartaz: foto bem aberta, títulos grandes e atrativos. Chamadas com textos curtos.

Nos Estatutos de Redação, explicava-se a que veio *O Jornal*: “(...) Semanário de jornalistas que para tal se constituíram em sociedade, decididos a trabalhar por uma informação objetiva e esclarecedora, desligada das pressões de sectores económicos e da influência de quaisquer forças políticas, económicas, culturais ou religiosas, adoptando perante os acontecimentos uma posição crítica progressista,

Cronologia dos factos

1975

Abril

22: Conselho de Imprensa é criado pelo Conselho de Ministros, de acordo com a Lei de Imprensa.

25: Eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Maio

1: Incidentes entre militantes do PS e PC. A primeira edição de *O Jornal* circula.

7: Iniciam-se os trabalhos da Comissão de Imprensa.

19: Comissão Coordenadora dos Trabalhadores do jornal *República*, em discordância à linha editorial do jornal, tenta forçar a renúncia do diretor Raúl Rego e do Diretor-Adjunto Citor Direito.

Jornalistas, em apoio à direção, são retidos na sede do diário. Circula edição de o *República*, patrocinada pela Comissão de Trabalhadores.

20: Forças do Copcon esvaziam o prédio de o *República* e o selam. O Conselho de Imprensa não se posiciona claramente sobre a questão.

Os ministros do PS deixam o Conselho de Ministros.

27: O Conselho de Imprensa aponta que houve infração da Lei de Imprensa no “Caso República”, mas considera a Lei insuficiente para o momento revolucionário.

²⁰ A data na capa é de 2 de Maio, mas *O Jornal* circulou na véspera.

norteada pelos princípios da isenção e de defesa do interesse público, que entendem ser impostos à sua função pelas regras deontológicas da Imprensa e pela sua ética profissional”. (OJ, N 1, 2/5/75, p. 12). Após o 25 de Abril, na redação de o *Diário de Notícias*, foi quando grande parte da futura equipe de *O Jornal* vislumbrou a possibilidade de ter o seu próprio periódico. O jornalista José Carlos de Vasconcelos, então diretor do *Diário de Notícias*, recorda de que foi lá que se encontrou com os colegas: “*O Jornal* era uma coisa especial, pois era dos próprios jornalistas. A criação de um jornal de jornalistas era um velho sonho. Buscamos a independência da equipe e do leitor, pois tudo deve depender da consciência de quem o faz e de quem o lê. Era um projeto jornalístico, cívico e cultural. O grupo não era filiado a nenhum partido, fazia a linha independente. Juntamos os melhores jornalistas da época!”

No editorial “Porquê *O Jornal*”, a publicação assumia que imputava seu apoio à “proposta socialista do MFA e dos partidos progressistas”, mas considerava que este apoio passava “por uma visão crítica e amplo debate de idéias”. (Idem: p. 27)

A equipe de 12 jornalistas que fundou *O Jornal* organizava-se de forma colegiada, com o diretor e chefe de redação eleitos por sufrágio para um mandato de um ano. No

Junho

2 : Abertura da ANC. CR determina a reabertura de o *República*, mas recomenda a revisão da Lei de Imprensa.

5: Eleição da Mesa da AC, com Henrique de Barros (PS) presidente.

17: Manifestação convocada pelos conselhos revolucionários dos trabalhadores, liderada pelo General Saraiva de Carvalho, desfila por Lisboa e clama pela ditadura do proletariado e pelas milícias armadas populares.

18: Lisboa é palco de duas manifestações. O foco é a *Rádio Renascença*. Em uma apoia-se a ocupação da Rádio pela Comissão dos Trabalhadores. Na outra, católicos solidarizam-se com o Cardeal-Patriarca.

21: Após sete dias de reuniões, CR repudia a ditadura do proletariado e aponta o caminho pluralista para o socialismo.

23: Manifestação do PS pela via pluralista. AC aprova Regimento Interno.

25: Independência de Moçambique.

Julho

4: Na AC, concluído o trabalho da Comissão de Sistematização, com proposta global do Diploma.

5: Independência de Cabo Verde.

8: MFA divulga documento “Aliança Povo/MFA – para a construção da sociedade socialista em Portugal”.

editorial, “Intérpretes da vontade colectiva”, explicita-se o que aquele grupo de jornalistas entendia como missão da imprensa: “Um poder entre os poderes tradicionais (...) vamos procurar sentir como todos, traduzindo dúvidas, pondo problemas, apontando caminhos – nesta tarefa em que apenas somos intermediários do Povo que nos lê e que nós ouvimos antes de escrever” (idem, p. 12). A estrutura organizativa de *O Jornal* inspirava-se no parisiense *Le Monde* que, em finais dos anos 40, lançou a centelha da sociedade de redatores para periódicos. Assim, os jornalistas do semanário lisboeta passaram a deter cerca de 60% do capital da publicação. Em artigo de José Silva Pinto, assumia-se tal inspiração. Ele definia a equipe de *O Jornal* como empenhada em exercer a profissão sem se limitar a vender a sua força de trabalho (Ibidem: p. 26).

Este sonho materializou-se com a formação de uma sociedade por cotas iguais, uma espécie de cooperativa. daquelas, 60% eram dos jornalistas e 40% do capital da Casa Jardim. Os salários eram iguais: cada um recebia 20 mil contos mensais²¹. “Então, alugamos uma sala, compramos as máquinas de escrever. *O jornal* era impresso em rotativa pela Lisgráfica. Para viabilizar o projeto, toda a

10: Ressurge o *República*, sob novas direção e orientação editorial, identificadas com as linhas da esquerda revolucionária. O Copcon permite ocupação prédio do jornal. O PS deixa o IV Governo. CR anuncia que iria devolver a *Rádio Renascença* à Igreja. Mas tal facto não se realiza.

16: Os ministros do PPD deixam o IV Governo Provisório.

17: Intersindical conclama bases para intensa ação de massas, sob a alegação de forças reacionárias em marcha, incluindo o PS. Cunhal conclama forças do PC para intervir em sítios decisivos. No Porto, Emídio Guerreiro diz: “vamos pôr fim a esta caricatura de revolução”. Os presentes clamam: “O povo não está com o MFA”.

18: Panfleto do PC: “necessário criar barragens para impedir marcha sobre Lisboa”. PS responde e acusa PC e satélites de tentar impedir comícios em Lisboa e Porto. Vasco Lourenço diz que PS não é reação, mas algumas situações que os socialistas estavam a criar são aproveitadas pela reação. Barricadas do PC nas estradas de acesso ao Porto são desmanteladas por militantes do PS.

²¹ José Carlos de Vasconcelos, quando atuou como advogado no Sindicato dos jornalistas havia conquistado um aumento de 100% em finais de 1973, e o salário do jornalista passou de 5500 escudos para 11 mil, mas o acordo ainda não havia sido homologado naquele ano. O que veio a acontecer após o 25 de Abril.

equipe ficou três meses sem ordenado”, recorda Vasconcelos.

O diretor Joaquim Letria foi eleito pelos jornalistas, pois tudo era decidido coletivamente. Letria tinha uma projeção muito grande na sociedade portuguesa da época, pois apresentava o programa de TV mais famoso da RTP, que ia ao ar aos domingos. Ele também fora da equipe do *Diário de Lisboa*. Dessa forma, “Letria era importante para a própria divulgação de *O Jornal*”²².

A necessária aceitação do periódico pela opinião pública fez a equipe de *O Jornal* investir na propaganda, o que era uma ousadia para a época, pois, de forma aberta, uma publicação veiculava em outra mídia para ser conhecida. Durante um mês, foi ao ar o anúncio de *O Jornal* na RTP. Toda a equipe de redação participava do VT. O grupo abria a gaveta de uma secretária e dela voavam pássaros. Ao mesmo tempo, havia o *slogan*: “não guardamos notícia na gaveta”. As metáforas eram diretas: pássaros são associados à liberdade e esta se liga à independência. A gaveta que se abria associa-se à revelação de verdades, de segredos. No caso, as notícias jornalísticas seriam investigadas e reveladas para quem as quisesse conhecê-las. Assim, estavam implícitas as idéias centrais do projeto.

Em Lisboa, simpatizantes socialistas incendiam pavilhões do PC e MDP. Ataque sede PS em Aveiro. **19:** Copcon pede fim das barricadas selvagens e substitui civis nas barricadas de acesso à Lisboa, mas militantes do PC/MDP ficam. Soares diz: novo GP não pode ter Vasco Gonçalves à frente. V Divisão do MFA critica o PS, apóia Gonçalves e não reconhece aos partidos legitimidade para se pronunciarem sobre o assunto. *Expresso* divulga texto de Vasco Gonçalves reservado, aprovado na AMFA.

20: Ataques às sedes do PC, MDP e MES, no Norte.

21: Novos ataques às sedes do PC são registrados. Isoladamente, várias organizações de esquerda divulgam apoio a Gonçalves.

22: Manifestação de apoio a Gonçalves Cunhal diz: os fascistas estão a levantar a cabeça e tenta colher o que o PS acaba de semear.

24: Definição das comissões temáticas da AC.

25: AMFA decide criar triunvirato formado por Saraiva Carvalho, Costa Gomes e Vasco Gonçalves, concentrando poder político do CR.

31: Apresentado pela 1ª Comissão parecer sobre ‘Princípios fundamentais’ da Carta.

²² Depoimento de José Carlos de Vasconcelos.

Uma vez que a própria mídia era notícia no Portugal revolucionário, o jornal *Expresso* bem pontuou sobre a imprensa estatizada e a dívida de 350 mil contos da imprensa escrita ao Estado: “A quebra da publicidade verificada nos últimos meses, bem como uma certa estagnação (ou até recessão) de tiragem, cria uma situação de grave crise económica nos diários portugueses”, alertava (EX, N125, 24/5/75, p.1). Em adicional, noticiou a chegada de novos veículos de comunicação: “Jornais de expressão nacional, financeiramente independente do Estado, avultam, além do *Expresso*, o *Jornal Novo* e o *Primeiro de Janeiro* (diários), e *O Jornal* e a *Nova Terra* (do Patriarcado) e no dia 29 terá o começo de *O Diário*” (Idem).

As publicações independentes contrastavam, sobremaneira, aos veículos estatizados, que se alinhavam às agremiações partidárias que disputavam o poder político, em especial, o PS, o PCP e as pequenas organizações que estavam à sua esquerda. Porém, não só os veículos estatizados eram alvo das disputas ideológicas, o *República* e a *Rádio Renascença*, ambos da iniciativa privada, foram emblemáticos nessa disputa. Mário Mesquita lembra-se de que tentou, após o 25 de Abril, junto aos quadros do PS, a defesa de que o periódico fosse um órgão de tendência socialista democrata, mas autónoma em relação ao partido:

Agosto

5: Conhecido ‘Projeto Jesuíno’ que pretendia impor sanções à imprensa.

6: Aprovado na generalidade parecer da 1ª Comissão sobre ‘Princípios fundamentais’.

8: *O Jornal* divulga “documento dos nove”, grupo liderado por Melo Antunes. Posse do V GP, que mantém o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves.

10: Melo Antunes e outros alinhados a ele são afastados do CR.

12: Documento do Copcon, em contraponto ao “documento dos nove”, com ênfase na democracia direta. Na AC, apresentado parecer 2ª Comissão sobre ‘Títulos 1º e 2º dos ‘Direitos e deveres Fundamentais’.

Aprovado na especialidade os ‘Princípios fundamentais’.

19: Aprovados os Títulos I e II dos Direitos e Deveres fundamentais da Carta.

27: Plenário dos trabalhadores do Diário de Notícias demite 24 jornalistas por estes terem criticado a direção do jornal.

28: AC debate a Comunicação Social e as liberdades de expressão e pensamento.

29: Costa Gomes indica Pinheiro de Azevedo para substituir Gonçalves.

30: Vasco Gonçalves é demitido do cargo.

“Era contra a ideia de transformar o jornal numa espécie de correia de transmissão, enquanto outras pessoas, entre as quais Mário Soares, não pensavam assim, herdeiros que eram da concepção de jornalismo de opinião da I República” (Revista Autores, n 3, 2004).

Era entre os gráficos e setores administrativos, impulsionados pela autogestão defendida pelo Conselho da Revolução, que a força comunista ganhava impulso. Vasconcelos lembra-se que quando era diretor de o *Diário de Notícias* havia uma pressão acerca do conteúdo a ser publicado: “As ameaças vinham dos gráficos, da comissão de trabalhadores”.

Nesse contexto, os periódicos independentes angariavam simpatias nos públicos diversos: “Se bem que tendesse para a hegemonia, a influência comunista nos meios de comunicação social não era de modo algum completa (...) Uma nova característica significativa da imprensa portuguesa foi o desenvolvimento dos semanários de influência. O independente *Expresso* tornou-se leitura obrigatória para todos aqueles empenhados em se manter a par da galopante vida política. A ele se juntaram, em Maio de 1975, dois novos semanários: *O Jornal*, da esquerda independente, lançado por uma mão cheia de jornalistas experientes numa operação cooperativista, algo semelhante

Setembro

1: PC sai da FUR. Chefe do EMFA é contra Gonçalves no MGFA. Manifestação, dos retornados em Lisboa.
4: Distribuição de panfletos no Centro e Norte do país pelo MDLP, liderado por Spínola, em que falavam da formação das BATs. PS exige presença do PPD e de Grupo dos Nove no VI GP em formação. PPD e PS condicionam sua entrada no VI Governo Provisório a não ida de Vasco Gonçalves para o EMFA.

8: Publicada a Lei/75, que ficou conhecida como “Lei da Censura Militar”, que concedia prerrogativas ao Conselho da Revolução interferir nos assuntos da mídia.

9: Plenário AC debate o parecer da 3ª comissão sobre ‘Direitos e Deveres Econômicos, Sociais e Culturais’.

11: Vasco Lourenço e Ramiro Correia reúnem-se com diretores dos órgãos de informação para discutir a “Lei de Censura Militar”, que a condenam.

12: Aprovado na generalidade Cap. ‘Direitos e Deveres Econômicos, Sociais e Culturais. Manifestação da FUR (FSP, LCI, Luar, MDP/CDE, MES e PRP-BR) clama pelo combate à social-democracia. Na formação do VI GP, PS exige a presença do PPD e a de membros do Grupo dos Nove.

à do *Le Monde* francês; e *O Tempo*, de centrodireita, fundado por Nuno Rocha” (Agee e Traquina, 1987: 41).

A respeito de o *Expresso*, é preciso regressar ao tempo, mais precisamente em 1973, para melhor situar o semanário no contexto revolucionário. Com o nítido caráter de oposição ao regime marcellista/salazarista, a primeira edição circulou em 6 de Janeiro de 1973, sob a direção de Francisco Pinto Balsemão, também seu principal acionista. A temática política assumiu o primeiro plano da publicação desde o seu início. A manchete era: “63% dos portugueses nunca votaram”; de acordo com pesquisa da Sete Lisboa, os números apontavam que 79%, em Lisboa, e 74%, no Porto, nunca tinham votado. A dúvida levantada pelo jornal era se esses expressivos números se deviam a uma despolitização acentuada ou a um abstencionismo propositado.

Um dos objetivos de *Expresso* era o de “fazer a cobertura o mais completa possível sobre as eleições”. E o editorial afirmava que o julgamento do trabalho proposto “será feito pelo público”. Ao mesmo tempo, havia a “rejeição à ligação com o poder político e económico: a imprensa só é atuante e só é verdadeira quando fala, com legitimidade, em nome da coletividade (...) luta pela liberdade de informação, de informar e ser informado” (EX. N 1, 6/1/73, p. 8).

Mas é inflexível a respeito da entrada do PPD.

15: O Conselho de Imprensa posiciona-se contrário à Lei da Censura Militar

16: Cunhal afirma que “adensa a conspiração e a ameaça contra-revolucionária” e critica o PPD.

17: Greve dos trabalhadores agrícolas no Alentejo, organizada pelo PC, com solidariedade dos trabalhadores urbanos da região.

19: O *Jornal* publica entrevista de Alpoim Galvão (MDLP), na Espanha, pelo repórter Hernani Santos. Galvão diz que não haveria uma invasão clássica a Portugal, pois “já lá estamos”.

20: VI GP toma posse - Quatro militares (Costa Almeida, Melo Antunes, Tomás Rosa e Vitor Alves), quatro socialistas, três independentes dois populares democratas e um comunista, nas 14 pastas.

24: Regresso de Sá Carneiro à vida política. Declara: “o povo está farto de desordem e que as FAs não têm legitimidade nem competência para governar e que não é essa a sua missão”.

26: O *jornal* coloca em manchete: “O governo (VI GP) aquece e o país escalda”, pois posições de direita e esquerda radicalizam-se, com uma série de atentados.

Ainda no mesmo mês de lançamento, *Expresso* estampava em manchete a morte do líder revolucionário do PAIGG; e uma das páginas internas trazia a repercussão de tal facto em Londres: “A quem aproveita a morte de Amílcar Cabral, em Bissau, assassinado em circunstâncias ainda não esclarecidas” (EX, N4, 27/1/73: p.1). Na mesma edição, batia novamente na tecla da relevância da liberdade de expressão: “O povo português tem o direito de ser informado dos problemas que condicionam o livre exercício da actividade jornalística, de modo a entender porque tem ou não uma imprensa livre” (Idem). De acordo com os nortes da oposição democrática, a segunda edição de o *Expresso* defendia o voto aos 18 anos (EX, N 2, 12/1/73).

Expresso, em seu aniversário de um ano, comemorava o seu sucesso junto à opinião pública, apesar do cerco da censura governamental aos seus textos: “O esperado era a tiragem de 35 mil exemplares, e as receitas publicitárias 120 contos brutos por edição (...) Tiragem e vendas duplicaram em um ano e a publicidade triplicou. Entre os anunciantes, estavam a fábrica de automóveis Toyota, que anunciava o seu modelo Corona 1800, e a marca Levis, em publicidade de página inteira que propagava: “Estas calças que entraram na História da América, inventadas em 1852 por Levi Strauss, são as que estão criando histórias hoje”. Detalhava

28: Dois confrontos MRPP e PC redundam em feridos dos dois grupos de militantes. Cunhal diz para bases: “Não confundir anarquia com revolução”.
29: Governo retira poderes do Copcon relativos a intervenção para restabelecimento da ordem pública. *Rádio Renascença* encerra suas atividades, por decisão do Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo. Sindicato dos Jornalistas afirma: “posição de força de sectores da burguesia no poder, para obter o domínio da máquina de propaganda, indispensável à governança”.

Outubro

1: Comunicado PS: conclama mobilização para resposta a hipótese de golpe militar apoiado pela esquerda. Informes sobre reunião com militares que decidiriam plano de operações militares para neutralizar os comandos. Ministério da Comunicação Social processa jornais que noticiaram o ‘Plano dos Coronéis’, com base no art. 1º da Lei de Imprensa. Reunião do CR rechaça ‘Comuna de Lisboa’ bem como golpe de direita, vindo do exterior, e apóia o VI GP.

3: Entre ameaças de golpes, *O Jornal* noticia que grupos de esquerda não têm poder para controlar concentrações que

a quem se destinava a publicação: “Para quem, dentro dos limites consentidos, deseja conhecer o que se passa no país e no estrangeiro” ; e definia o papel da imprensa na sociedade: “A voz dos governados junto aos governantes, o trovão das injustiças, o esclarecedor do muito que se passa nos bastidores, a via que possibilita a cada um tomar-se as opções que entendia” (EX, N57, 5/1/74:p.1).

Expresso, em seu segundo aniversário, reafirmava, em seu editorial, a independência e dela se orgulhava: “As dificuldades que vamos encontrando são, portanto, o preço da linha independente que seguimos” (Idem). Na mesma edição, anunciava-se a entrada de dois jornalistas como sub-diretores: Augusto de Carvalho e Marcelo Rebelo de Sousa.

Há de se ressaltar que, em 1975, após a estatização da banca e o consequente controle acionário pelo Estado de cinco jornais diários de circulação nacional, estes representavam 60,5% dos exemplares vendidos da imprensa diária de expressão nacional (Agee e Traquina, 1987: 48). Daí resultou a emergência e a importância das publicações independentes entre as características-chave do período em tela: “Influente semanário lisboeta, todos privados (...), vieram preencher a lacuna deixada pela

convocam, os militares desobedecem superiores e o “desaparecimento de armas tornou-se em *fait-diver*”.

9:Ministro Melo Antunes discursa na Assembleia da ONU, e reitera política externa de não alinhamento e de salvaguarda à independência nacional.

11: Manifestação do PS, no Porto, tem saldo de dezenas de feridos.

16: Na AC, apresentado parecer da Comissão sobre Cap. ‘Organização Económica’.

21: Militantes da esquerda revolucionária retomam a transmissão da Rádio, após ocupar suas instalações.

24: Aprovado na generalidade Cap. ‘Organização Económica’. *O Jornal* noticia que Spínola, de Paris, articula golpe de direita para 11/11, sincronizado com ataques a Luanda, pelo FNLA.

27: *Expresso* anuncia o início de emissões rádios difundidas do MDLP em Portugal. Os retornados podem ser elementos utilizados pela extrema-direita. Há saques e incêndios na Embaixada da Espanha, em Lisboa.

30: PC quer reconhecimento do MPLA como único movimento expressivo da vontade popular, em discurso na AC. PS, PPD e CDS são contra.

inexistência de magazines de actualidade em Portugal”.

(idem: 49)

Pelo baixo índice de alfabetização e também pelo pequeno poder aquisitivo da maioria da população, os jornais tinham um raio de ação relativo. Como observam Agee e Traquina, tratava-se de um “universo de leitores limitado, em grande parte, à população urbana, sobretudo, das classes média e alta, com formação escolar, resultante da analfabetização nas áreas rurais e de décadas duma política de menoridade educacional do regime salazarista” (Idem: 49).

Ao se analisar o conjunto das edições de o *Expresso* no período que abrange esta pesquisa, apreende-se que o semanário foi vanguarda nos anos 70, ao criar um jornalismo de opinião, questionador e analítico. Porém, do ponto de vista do *design* gráfico e da organização editorial, foi conservador. A sua primeira página, a mais nobre da mídia imprensa, pecava pelo excesso de texto, fotos pequenas, ou, às vezes, ausentes. Eram diluídas as chamadas na primeira página para assuntos que eram noticiados no interior da publicação. As notícias começavam na primeira e continuavam no interior dos cadernos. Em resumo, esses aspectos dificultam a decodificação das mensagens jornalísticas. Então, o semanário era moderno em sua proposta global, mas conservador na forma, no *layout*.

Novembro

7: EFTA em Geneve cria fundo de US\$ 100 milhões para desenvolvimento e reconstrução da indústria portuguesa. Governo manda pára-quedaistas destruírem, com bombas, emissores da *Renascença*.

9: PC endurece discurso no Plenário da AC pelo reconhecimento do MDLP. Em entrevista ao *Expresso*, Mário Soares defende nova abertura de debate com os três movimentos de libertação angolanos.

11: Mota Pinto propôs moção na AC de apoio à soberania de Angola, mas não se posiciona acerca dos três movimentos em disputa no país africano. A moção é aprovada, com votos contrários do PC e UDP. Governo Português não reconhece Governo do MPLA. Entre os ministros e CR, defenderam a tese de reconhecimento Costa Gomes e Vitor Crespo. Atacaram-na Campinos, Mário Soares, Magalhães Mota e Sá Carneiro.

12: Trabalhadores da construção civil cercam o Palácio de São Bento e sequestram deputados.

19: Concluídas nas especificidades votações e aprovações do Cap. ‘Organização Económica’ da Carta.

Em seu Estatuto, *Expresso* reafirmou sua independência, ao enfatizar que “não pertence ao Estado nem a um partido político nem a qualquer grupo económico, não foi afectado directa ou indirectamente com as nacionalizações e, apesar das muitas vicissitudes por que tem passado, nunca perdeu nem renunciou à sua capacidade de crítica” (...) “No exercício dessa capacidade crítica temos e teremos presentes os limites que nos são impostos pela deontologia da Imprensa e pela ética profissionais, e só esses”. O semanário distinguia as notícias, que deveriam ser, tanto quanto possível, “objectivas circunscrevendo-se à narração, à relação e à análise dos factos – e as opiniões que deverão ser assinadas, por quem as defende, claramente identificáveis e publicadas em termos de pluralismo”. (Ex, N 128 13/6/75)

Expresso pontuava em seu Estatuto²³ a coerência que mantinha em seus mais de dois anos de existência, que lhes permitia serem eles próprios, “para além de quem sobe e de quem desce do poder”. E, o tom dramático marcava o último dos nove itens do documento: “Se e quando um dia, se tornar impossível manter essa coerência, o *Expresso* acabará (...), morrerá de pé” (Idem).

Tanto *Expresso* quanto *O Jornal* perfilavam-se como

21: A 5ª Comissão da AC apresenta projeto Cap. ‘Organização do Poder Político’.

24: Manifestação de agricultores corta os acessos a Lisboa em Rio Maior.

25: Pára-quedaistas da Base Escola de Tancos ocupam as Bases Aéreas de Tancos, Monte Real e Montijo.

Na RTP, manifesto lido pelos sublevados afirma que se luta pelo “verdadeiro socialismo”. Costa Gomes decreta estado de sítio parcial. Declaração de Estado de Sítio. Os jornais lisboetas não podem circular. Suspensão dos trabalhos da AC por 15 dias. A resposta ao golpe tem como posto de comando operacional o Regimento da Armadora, com Ramalho Eanes à frente.

26: Comunicado do PC às suas bases: “A saída não poderá ser a imposição da hegemonia da aliança PS/PPD no governo, nem a hegemonia de uma tendência do MFA”. Cunhal diz a Costa Gomes que PC não participou do golpe, à exceção de algumas estruturas não controladas e que iriam ser punidas. Comunicado do PPD: são dificilmente compreensíveis as palavras de Melo Antunes sobre a indispensabilidade, no processo, do PC”.

²³ O Estatuto de o *Expresso* é praticamente o mesmo 36 anos depois.

imprensa de referência, na língua inglesa conhecidos como *qualities*. Ou seja, queriam atingir públicos específicos que teriam acesso a outros públicos, que fossem referenciais para outras pessoas. Mesquita e Rebelo definem que esta categoria de imprensa “visa, preferencialmente, a opinião pública dirigente – aquela que está associada à tomada de decisões ao nível político, económico e cultural, enquanto os jornais populares têm por alvo a opinião pública generalizada” (1994: 15).

Os formadores de opinião, por sua vez, são percebidos a partir dos conceitos concebidos por Deutsch²⁴ e desenvolvidos por Sartori (1994), segundo os quais insere-se a disseminação de opiniões a partir dos níveis da elite, como se fosse uma cascata, sendo que esta forma cinco degraus, as piscinas, que se relacionam, interagem-se de maneira concorrentes ou conflitantes. Nas piscinas, para Sartori, duas são de particular relevância: os meios de comunicação de massa e os formadores de opinião, que passam a desempenhar “o papel mais amplo e mais central na formação da opinião pública” (Idem: 133). Por conseguinte, os formadores de opinião são referências para as comunidades em que estão inseridos, e os meios de comunicação que aqueles se destinam são ferramentas

Comunicados do MES e Luar convocam seus militantes para que apoiassem os pára-quedistas sublevados. UDP e MRPP condenam golpe. Melo Antunes diz na TV que o PC era indispensável na condução do processo político.

27: CR demite todas as direções das empresas jornalísticas estatizadas ou sob intervenção.

Comunicado do CDS afirma: “Melo Antunes não ter encontrado melhor momento para manifestar seu apreço político ao PC”. Costa Gomes diz na RTP: Golpe foi manobra política que o povo não se deixou manipular.

28: Demissões de Carlos Fabião e Saraiva Carvalho, do EME e do Copcon. Rosa Coutinho demitiu-se do EMFA. Tenente-coronel Ramalho Eanes é nomeado chefe do EME. Controlada a rebelião em Tancos.

Levantamento parcial do Estado de Sítio.

Devolvidas à Igreja as instalações da *Rádio Renascença*

Dezembro

2: Recomeçam os trabalhos em São Bento, onde debate-se a organização do poder político.

4: CDS, PPD e PS defendem revisão do pacto MFA/Partidos.

5: São nomeadas as novas direções de cinco diários estatizados.

8: Mário Soares diz ao Expresso: “A ala direita do PPD está mais à direita que

²⁴ Karl Deutsch, cientista político que desenvolveu a referida teoria nos anos 60.

lapidares na definição dos gostos e de preferências dos públicos.

Sobre as temáticas veiculadas, a imprensa de referência “privilegia temas políticos (aos níveis nacional e internacional), sociais, económicos ou culturais, enquanto a imprensa popular se interessa, sobretudo, pelo *faists divers* e pelo desporto. No que concerne aos géneros jornalísticos, os *qualities* privilegiam a reflexão, ou seja, os comentários e os estudos” (Mesquita e Rebelo, 1994: 15).

III.II - Clivagens ideológicas manifestadas nas urnas:

Retomando as eleições para a Constituinte em 1975, os votos brancos e nulos somaram 393.164, 6,94%. O PS conquistou nas urnas 37,87%, com a eleição de 115 deputados. O PPD despontou como a segunda força eleitoral, com 26,38%, ao eleger 80 deputados. O PCP fez 30 deputados, com 12,53% da representação. O CDS, 7,65%, com 16 deputados eleitos. O MDP – CDE, com 4,12% dos votos, elegeu 5 deputados; e a UDP elegeu 1 deputado. Entretanto, as agremiações FEC-ML (0,57%), FSP (1,17%), LCI (0,19%), MES (1,02%), PUP (0,23%), PPM (0,56) não elegeram representantes na Assembleia Constituinte (RE, N 15727, 29/4/75: p. 13).

dirigentes do CDS”. O PPD não é um partido social-democrata; é um partido liberal”.

10: Suspensa a votação do Cap. ‘O poder político’, para discussão com MFA sobre a reformulação do Pacto.

11: Apresentado o relatório da 6ª Comissão: ‘Tribunais’.

16: Votado e aprovado, na generalidade, o Cap. ‘Tribunais’ da Carta.

19: *Expresso* noticia: Brigadas de Intervenção e Vigilância Revolucionária das FA denunciaram ‘manobras’ do PCP e FUR, que “criam imaginariamente uma encenação de golpe de estado permanente com o objectivo claro de provocar a reacção para um contra-golpe que seria sempre reaccionário”.

21: O *Jornal* noticia a formação de nova associação política formada por independentes, em sua maioria dissidentes do MES.

23: Lei n 16/75 extingue os tribunais revolucionários.

26: Publicada Lei n 17/75, do CR, que busca reorganizar as Forças Armadas.

1976

Janeiro

1: Violentos acidentes em Custódias e Caxias, onde estão presos políticos. Reitor da Universidade do Porto, Rui Luis Gomes, dirige protesto ao CR e pede a

Na capital, o PS obteve 46% dos votos, seguido do PC, com 18,9%, e do PPD, com 14,9%. No Porto, o PS obteve a preferência do eleitorado ao obter 42,4%. Já o PPD ampliou sua margem junto ao eleitorado, com 29,4%. Nos 18 distritos do Continente, o PS liderou em Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Portalegre, Santarém, Setúbal, além de Lisboa e do Porto. Por sua vez, o PPD mostrou o seu favoritismo em grande parte das cidades do Norte: Aveiro, Braga, Bragança, Guarda, Leiria, Viana do Castelo, Vila Real, e Viseu. O PC venceu em Beja (RE, N15727, 29/4/75: p.13).

De acordo com os partidos, a distribuição dos votos apontava para as clivagens ideológicas existentes no país. Sobremaneira, refletiam os impasses por que passara a sociedade portuguesa no período revolucionário. Conceitualmente, em última instância, os políticos e os partidos em uma disputa eleitoral são percebidos como atores que tomam a iniciativa de “propor um princípio de divisão no interior do eleitorado. Eles buscam identificar essas clivagens e trazê-las ao palco. Mas é o público que, afinal, dá o veredicto” (Manin, 1995: 26).

As vontades dos eleitores, entretanto, não brotam espontaneamente, e, portanto, aquelas são correlacionadas às influências dos políticos. Seriam, assim, bem próximas do que Schumpeter aferiu ao observar os processos políticos:

libertação dos revolucionários presos.

6: Concluída votação na especialidade do Cap. ‘Tribunais’ na AC.

12: Apresentado ao Plenário da AC o articulado da 7ª Comissão: ‘Poder Local’.

14: Aprovado na generalidade ‘Poder Local’ pela AC.

16: Votação na especialidade do ‘Poder Local’.

19: Prisão de Saraiva Carvalho por sua participação nos preparativos do 25 de Novembro.

20: Relatório preliminar de comissão militar aponta entidades e militares envolvidos na tentativa de golpe de 25 de Novembro. Entre civis, afirma que elementos do PC, FUR e UDP participaram do levante.

Fevereiro

3: Articulado do Capítulo Poder Político volta a ser discutido na AC.

10: Circula o Primeiro número do semanário *O Diabo*, de extrema-direita

18: 5ª Comissão apresenta proposição para matérias que estavam pendentes devido ao pacto

MFA/Partidos. O Conselho da revolução suspende *O Diabo*, publicação de direita.

23: O Conselho de Imprensa posiciona-se contrário à suspensão de *O Diabo*.

26: Assinado II Pacto MFA/Partidos.

“A vontade é, em grande parte, fabricada, e não espontânea” (1975:263). Por conseguinte, nas campanhas eleitorais, os votantes fazem suas escolhas de acordo com as imagens que decodificam dos candidatos e das diferenças que estabelecem entre eles. E os *meios*, nesse contexto, apresentam-se como “canal privilegiado de acesso dos cidadãos/eleitores ao mundo da política e dos políticos para serem visíveis pelos cidadãos” (Lemos, 2003: 29).

Nas eleições em tela, ao tomar o PS como referencial da análise, entre as agremiações que estavam à sua direita e à sua esquerda, era “nítida a formação de três blocos (...) que correspondem principalmente ao domínio do concelho do PPD, do PS e do PCP; correspondem em traços largos respectivamente ao Norte, ao Centro e ao Algarve, e ao Alentejo” (Gaspar e Vitorino, 1976: 23).

No Norte, o PS venceu em concelhos isolados, e predominou na área metropolitana do Porto e nos eixos industriais que daí irradiam. No Sul, o PS conseguiu expressão na área pecepista, nas regiões mais urbanizadas do Alentejo. Em Lisboa, verificou-se a forte presença do PCP nas zonas mais industrializadas (Idem).

As divisões ideológicas do país eram claras no mapa dos resultados eleitorais, pois a direita e a esquerda apareciam completamente extremadas: “Nenhum concelho com

Março

- 4:** AC debate sobre Presidência da República.
- 5:** Concluída discussão item anterior, início debates no Plenário do Cap. I do título III: Conselho da Revolução.
- 9:** Debate na AC sobre Assembleia dos Deputados.
- 12:** Apresentado ao Plenário parecer comissão sobre as Forças Armadas.
- 17:** Aprovado na generalidade o Cap. sobre ‘Revisão Constitucional’.
- 23:** Aprovado na generalidade parecer da comissão ‘Açores e Madeira’
- 30:** Apresentado parecer sobre ‘Disposições finais e transitórias’ e discussão e votação na especialidade.
- 31:** Votação na especialidade do relatório para ‘preâmbulo da Carta’
- Abril**
- 2:** Votação de todo o articulado constitucional. O Presidente Costa Gomes assina o decreto de promulgação da Constituição.

Fontes: CD25AUC; DAC, Expresso, Ferreira(1990 e 1993), O Jornal, Mesquita(1994), Santos (1997).

supremacia da direita aparece na área dominada pela esquerda, e apenas o concelho da Marinha Grande, onde a vantagem pertence à esquerda, se insere numa marcha de direita” (Ibidem: 29).

O PS teve a distribuição mais equilibrada dos votos e os seus eleitores despontaram com força em áreas urbanas e nas áreas rurais com características socioeconómicas de transição (Idem: 39). Entretanto, PPD, CDS e MDP tiveram votações mais fortes em concelhos pouco populosos. Cabe detalhar a votação do PPD, no Norte, pois sua votação naquela região, 37%, foi bem superior à sua média nacional, que foi de 24,66%. No Sul, porém, a votação recebida pelo PPD, 12,33%, foi bem inferior à sua média. (Ibidem: 40)

O PCP recebeu pequena votação ao Norte. Sua densidade eleitoral estava ao Sul. Na região metropolitana de Lisboa, em localidades operárias mais pobres, os comunistas, em algumas freguesias, receberam cerca de 60% dos votos, como em S. Julião, Baixa da Banheira e Alhos Vedros (Ibidem:158).

Sobre o CDS, suas bases eleitorais restringiram-se ao Norte, principalmente no interior. Houve menor expressividade de votos no litoral: “É nítida a ligação entre o voto CDS e a pequena propriedade rural, com particular incidência nas áreas menos acessíveis à informação e aos focos difusores de idéias e de bens. As elevadas votações a partir de Braga e de Fátima-Leiria também levam a relacionar o eleitorado CDS com a acção de certas forças da Igreja” (Gaspar e Vitorino: 48).

Expresso publicava - com o título “primeira análise (quantitativa) às eleições para a Assembleia Constituinte” - os resultados, em uma notícia interpretativa assinada por Marcelo Rebelo de Sousa (EX Revista, N122, 3/5/75: p.1). Na página, a ordem de colocação dos partidos, bem como o espaço dedicado a cada um deles, apontam o

equilíbrio: O PS estava acima, o PPD vinha abaixo; e PCP, CDS, MDP/CDE vinham seqüencialmente; isto é, seguia a hierarquia da votação. Os títulos secundários eram bem focados na análise sobre o desempenho das agremiações: “PS: distribuição equilibrada”, “PPD: dois países”, “PCP: votação específica”, “MDP/CDE: abaixo de 5%” e “Os outros: 4,53%”.

Na mesma edição do semanário, começava a seção *Inquérito*, na qual três partidos revelavam os seus planos de atuação na Assembleia. Os primeiros escolhidos foram CDS, PPD e UDP; ou seja, um da ultra-esquerda e os outros dois do centro democrático. Tal iniciativa havia de se tornar uma rotina na cobertura de *Expresso* aos temas correlatos à AC, pois o semanário, como se observará no decorrer deste capítulo, sempre abriu espaço para outras opiniões.

Na mesma edição, o *Expresso* organizou uma mesa-redonda com alguns de seus redatores e colaboradores para analisarem o tema, com uma profundidade marcante, embora os resultados fossem muito recentes para uma análise mais aprimorada. Vitor Dimas, por exemplo, bem situou a “posição delicada do PC, sendo alvo dos mais diversos ataques da direita e extrema-esquerda” (Idem:p.18). O analista acreditava que aquilo fizera com que os comunistas tivessem optado por uma tática de defesa e contra-ataque; porém, tais ações não foram suficientes para neutralizar o impacto que os ataques tiveram no eleitorado e nas ofensivas dos adversários. Por outro lado, Dimas creditava às pequenas agremiações, que giravam na órbita do PC, a pulverização dos votos comunistas, que, em consequência, enfraqueceram o próprio PC. Por sua vez, Helena Vaz inferia que setores da alta burguesia, que deveriam ser “eleitora preferencial do PPD, preferiu o PS (...) por uma questão tática”. Daí explicaria as expressivas votações obtidas pelos socialistas em Cascais e Lapa. Na mesma direção, Vicente Jorge Silva arriscava a

opinião de que a pequena e média burguesia dividiram seus votos entre PS e PPD. É nítido que todos os partidos, além de conquistarem votos para suas legendas, buscavam impedir uma vitória comunista.

Há que se destacar a onipresença de Marcelo Rebelo de Sousa nessa edição pós-eleitoral de o *Expresso*. Ele participou da mesa redonda, com o maior espaço entre os cinco debatedores e também assinou uma página analítica inteira. O diretor-adjunto do semanário, em adicional, era um dos 81 deputados eleitos pelo PPD. Aliás, há ainda a participação da mesma agremiação na seção Inquérito, conforme descrito acima. Entretanto, não se pode afirmar que a publicação foi monolítica em suas opiniões, pois abriu espaço para posições diferenciadas; porém, há um nítido relevo da visão do PPD, em especial, por meio de Rebelo de Sousa.

“Carnificina interpartidária”, assim *O Jornal* definiu a campanha eleitoral (OJ. N 1, 2/5/75, p. 5). O novo semanário explicitava o seu ceticismo em relação aos políticos e aos partidos: “Reforço da vital aliança entre o povo e as Forças Armadas, únicas forças que podem desenvolver entre si a acção isenta de egoísmo sectários e vaidades e interesses pessoais”. Por conseguinte, aos olhos da publicação, as FAs estavam acima dos políticos e eram imunes aos vícios inerentes à política.

Sobre o comportamento das siglas durante a campanha, *O Jornal* teceu comentários relativos a cada uma: a chamada extrema-esquerda havia desfraldado um “desapiedado tiroteio contra tudo e contra todos”; o PPD era analisado como “moderado”; o CDS e o PPM adotaram uma “política de serenidade e calma”; o PS “não teve pejo em recorrer ao anticomunismo (...) a maior parte das vezes se tenha socorrido do eufemismo para explorar o conhecido receio das pessoas (...) sabia muito bem para que mercado estava a trabalhar”. Já o PC “teve que se defender do fogo que o atingiu, vindo de todos os

ângulos” (Idem). E criticava a todos os partidos, em função da linguagem elitista e “distanciada do povo”, corrente nas campanhas.

Com o título “Uma assembleia constituinte para um pacto consumado”, *O Jornal* constatava que, em função do pacto firmado entre MFA e a maioria dos partidos em Abril, “não haverá dificuldade maior, sob o ponto de vista técnico, para a elaboração das normas fundamentais que nos vão reger” (Idem: p. 8). Por conseguinte, recordava as limitações impostas à AC pelo acordo. Entre os espaços abertos aos atores políticos, pelo semanário, para a análise dos resultados das urnas, o maior foi concedido ao Vice-Almirante Rosa Coutinho, do grupo à esquerda do Conselho da Revolução, e que era conhecido pela imprensa estrangeira como o “Almirante vermelho”. Este menosprezava os votos recebidos pelo PPD e CDS: “Uma coisa foi definida – nem democracia cristã, nem social-democracia. Na via socialista, vamos à procura da forma de socialismo que mais se adapte às condições actuais do povo português” (Ibidem: p.2). Ou seja, para um dos homens fortes do poder, os 34,03%, um pouco mais de um terço do eleitorado, conquistados pelo PPD e CDS, eram desprezíveis.

III.III - Unidade é apenas retórica - Nas comemorações do Dia Mundial do Trabalho, realizadas em Lisboa, que foram organizadas pela Intersindical, houve incidentes entre os manifestantes do PS e PC. Em contrapartida, no dia seguinte, respaldados pela força das urnas, os socialistas ganharam as ruas de Lisboa. A manifestação, em princípio proibida pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, levou Mário Soares ao Palácio de Belém, onde foi recebido pelo Presidente Costa Gomes. Soares asseverou: “As bases do PS estão compreensivelmente excitadas. Sentem que estão a ser discriminadas. O PS é o maior partido português, é um partido da classe operária. Temos de compreender a justa cólera

e a indignação das bases” (EX, N 122, 3/5/75: p. 1). *Expresso* abriu três colunas na primeira página para uma reportagem sobre a manifestação, e, assim, aquela edição contrastava às matérias analíticas até mesmo em suas capas em edições precedentes, tão características do semanário. O texto descrevia o trajeto da manifestação e enfatizava as palavras de ordem dos socialistas: “A Intersindical não é do Cunhal”; “PS foi atacado, PS não fica calado”; entre outras. Em frente ao *Diário de Notícias*, dirigido então pelo PC, protestaram, em desaprovação à linha editorial daquele jornal. Já na porta da redação de o *Expresso*, o coro cantou: “Expresso é verdadeiro, ninguém o comprou”. Os manifestantes socialistas encontraram-se com os partidários do PPD, e juntos entoaram: “Onde está o povo, se isto não é povo?”.

De seu lado, *O Jornal*, em sua segunda edição, em contraste com a anterior - mais informativa e de chamadas de textos curtos - abriu em manchete: “Só a unidade é revolucionária”, vinculado a um artigo de Cáceres Monteiro, que se estendia em página interna (OJ, N2, 9/5/75, p.1 e 4). Em tom opinativo, com prescrições e conselhos, Cáceres clamava pelo entendimento entre PS e PC, em texto mais semelhante a um editorial, embora não o fosse: “**Não** a incidentes deste tipo, **não** a troca de insultos, **não** ao estendal de roupa suja.”E colocava o MFA como “árbitro forte”, ao qual os partidos deveriam efetivamente “preocupar-se mais em acompanhar do que entrar em competições gratuitas”. Chama a atenção ao verbo utilizado no modo imperativo ao aconselhar ou mesmo prescrever o que PS e PC deveriam fazer: “**Não degradem** as cúpulas dos partidos com corridas partidárias”. Não se trata de forma adequada para um texto noticioso. De repente, o texto, em certa altura, assumia o tom de uma reportagem, com características da narração jornalística, ao fazer a digressão do contencioso PC versus PS. Situava as posições da Intersindical e do PS frente aos incidentes do primeiro

de Maio, em duas versões antagônicas. Segundo Cáceres, a Intersindical havia convidado, para participar da festa dos trabalhadores, o PS, PC, MES, MDP e FSP, mas o PS recusou-se a participar frente à participação do MES e FSP. A Intersindical, entretanto, ofereceu como contraproposta que nenhuma partido falaria no festejo. Na versão do PS, Mário Soares teria sido barrado de subir à tribuna por militantes da Intersindical, e as tribunas estariam ocupadas pelos militantes do PC. Por sua vez, a versão da Inter não convenceu a Monteiro. Interessante, pois havia uma crítica explícita do jornalista às duas versões. Sobre o PS, pontuou o tom ‘triumfalista dos comunicados dos socialistas, tais como no texto transcrito por *O Jornal*: “Só o partido Socialista pode assegurar o apoio popular indispensável à defesa e ao prosseguimento da revolução democrática e à construção do socialismo” (Idem: p.4). Em resumo, o semanário conseguiu manter-se independente das forças políticas, naquele momento.

Havia uma tradição da imprensa portuguesa de excesso de opinião em textos informativos e noticiosos. Assim, vem de longe “editorializar as colunas noticiosas, na qual a imprensa tem sido uma arma privilegiada de combate político, como se pode ver ao longo de todo o século XIX, durante a I República (1910-1926) e, mais recentemente, no período de 74-76” (Agee e Traquina, 1987: 49).

Em uma situação comunicativa, de acordo com a sociolingüística (Koch, 2006), devem ser observados os contextos imediatos e socio-político-cultural. Estes estão imbricados na produção de um texto e na escolha do enunciador ao optar por um determinado género discursivo. No evento em análise, o ambiente revolucionário impulsionava os semanários optarem pela editorialização das notícias. No contexto imediato, a luta ideológica era a marca do período e, então, refletia no excesso de opinião dos meios de comunicação. Por

outro lado, o contexto cultural e histórico reavivava a tradição de editorialização das notícias.

Sobre uma mesa-redonda que fora ao ar na RTP, onde se reuniram quatro ministros sem ‘pasta’, representantes dos quatro partidos da coligação de governo e de um representante do Conselho da Revolução, o diretor de o *Expresso*, Francisco Pinto Balsemão, assinou longo artigo, no qual colocava, nos subtítulos, o dedo nas principais fissuras do processo revolucionário, evidenciadas por um debate que furtou a colocá-las explicitamente: “Tendências no Conselho de Revolução”, “Dois exemplos – nacionalizações e MFA civil” -, “Monolitismo perigoso”, “Das duas uma”, “Partidos aceites e tolerados”, “Socialismo”, “Soluções concretas”, “Menos punhos de renda” e “Que unidade é viável”. Na realidade, a mesa-redonda era apenas o pano de fundo, no qual os pontos-chave eram descortinados, pois grande parte do artigo versava sobre uma entrevista do Vice-Almirante Rosa Coutinho e do Major Melo Antunes à publicação francesa *Le Nouvel Observateur*. Do ponto de vista da organização editorial do semanário, o artigo estava bem situado, pois, como essencialmente opinativo, foi colocado na página dois, que, em regra, estava reservada à publicação de artigos, e não de reportagens informativas.

O texto de Balsemão alertava para as “concordâncias aparentes (...) o que nos impede de ver claro”. E assumia um aspecto de prescrição e de aconselhamento: “É isso que urge pôr termo, enquanto é tempo”. Mais de que se dirigir ao público de o *Expresso*, o artigo dirigia-se ao próprio Conselho da Revolução, como se fosse uma tentativa de diálogo com os homens da instituição maior do país.

A primeira das fissuras conjunturais evidenciava-se pela própria organização da mesa-redonda, que sub-representou o CR. Para Balsemão, aquilo era um equívoco, pois o CR é

“quem manda em Portugal” (EX, N124,17/5/75: p.2), e qualificava o governo de apenas “executor” das decisões do organismo militar. Ou seja, deixava bem claro, aos homens da revolução, que ele respeitava as regras do jogo e estava decidido a jogá-las.

O diretor de o *Expresso* defendeu-se de acusações (sem especificar de quem) feitas ao jornal: que o veículo vinha propagando o divisionismo das Forças Armadas. Pontuou sobre “linhas e tendências distintas existentes no Conselho da Revolução”. Para sustentar seu argumento, recorreu às referidas entrevistas de Rosa Coutinho e de Melo Antunes à revista francesa, onde os líderes revolucionários reconheciam as tendências nas FA, que seriam as linhas pró-ocidente, pró-orientes e a terceira-via para o socialismo.

Em Maio de 1975, a revolução ensaiava para entrar em seu período mais conturbado; por conseguinte, as peças já estavam posicionadas no tabuleiro de xadrez. Assim, a dualidade de poder vinha à tona: a autoridade civil expressa nas urnas versus a autoridade militar. Balsemão voltava à entrevista de Coutinho, no ponto em que este criticou o PS, que estaria “mais à direita de que suas bases”; e o PPD, “mais à esquerda de que suas bases”. A leitura de Balsemão acerca dessas afirmativas de Coutinho foi a de PS e PPD foram avaliados como os partidos “toleráveis” no governo. Já o PC e o MDP/CDE, que foram elogiados por Coutinho, eram qualificados por Balsemão como os partidos “aceites”. E o diretor de *Expresso* cobrava: “Torna-se urgente a definição do papel dos partidos políticos na sociedade portuguesa”. E, quase com ironia, lembrava-se de que os dois primeiros “curiosamente” foram os mais votados nas eleições”. E roçava a esquerda de forma sutil, como um ‘tapa com luva de pelica’: “Convém não esquecer que o CDS teve mais votos do o MDP/CDE, FSP, MES, UDP, DEC, ML, PPM, PUP e LIC” (Idem). Este artigo foi um dos poucos assinados por Balsemão no período em análise e, portanto, ilustra as posições do semanário. Era mais do que um editorial, era a própria

alma de o *Expresso* que se revelava: respeitava a revolução e seus autores, mas cobrava deles ação e respeito ao jogo democrático.

Por seu turno, a própria imprensa era mais uma vez a notícia, com a crise instalada pela busca do controle ideológico e político do jornal *República*. Assim, *O Jornal* noticiava que, nos princípios de Maio, mais de 12 jornalistas abandonaram o diário, por “discordância com a orientação do jornal” (OJ,N3,16/5/75: p.14), e alertava a respeito da alta rotatividade de jornalistas naquele veículo que havia se instalado desde finais de 1974. Ao mesmo tempo, os jornalistas portugueses, reunidos em assembleia de seu sindicato, definiram a linha de ação dos seus representantes no recém instalado Conselho de Imprensa. “O ponto principal era o principio da abolição de qualquer espécie de censura interna e que ‘os órgãos de imprensa devem ser isentos, partidariamente’ (...) a disputa feroz por posição de controle por parte de todos os partidos – sem exceção – da coligação (...) traz prejuízo evidente aos profissionais” (Idem).

Três dias depois dessa notícia veiculada em *O Jornal*, explodia o Caso República²⁵, que fora o estopim que provocaria a saída do PS do IV Governo Provisório, dias depois. Os gráficos de o *República* divulgaram que apenas desejavam participar no produto que fabricavam, o que lhes era recusado pela então Lei de Imprensa, “mas perfeitamente de acordo com o momento revolucionário que o país atravessa” (Mesquita, 1994:371). Nesta direção, Agee e Traquina acreditam que esse tenha sido o ponto crucial do Caso República: os trabalhadores criticavam abertamente a legitimidade da recém aprovada Lei de Imprensa, que afirmava claramente (Art. 19, ponto c) que o director estabelecia a política editorial e era indigitado pelos proprietários do jornal” (Agee e Traquina,1987: 39).

²⁵ Os factos básicos sobre o Caso República estão no box Cronologia deste capítulo.

A crise de governabilidade imperava, e o IV Governo Provisório estava próximo a implodir. Entretanto, os 250 deputados eleitos preparavam-se para ocupar o hemiciclo de São Bento. A eles, colocava-se o desafio: como criar consensos, ou quando este não fosse possível, pelo menos estabelecer consentimentos majoritários? Locke conceituou que qualquer comunidade deve ser entendida como um corpo, e este, “para mover-se em um sentido, que se mova para o lado para o qual o leva à força maior, que é consentimento da maioria; se assim não fosse, seria impossível que agisse ou continuasse a ser um corpo, uma comunidade” (Locke, 1978A: 71). A roda da fortuna girava rapidamente.

III.IV - Fim das concordâncias aparentes - Nos preparativos para a instalação da AC, o *Expresso* abriu sua edição de 31 de Maio com o título “Aprovado o pré-regimento da ANC”, em uma clara demonstração de que o fortalecimento da Constituinte, como fórum institucional de poder, era a via correta para frear o crescente poder do MFA. O Conselho de Ministros havia aprovado o pré-regimento que foi “elaborado pelo Gabinete do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, e apreciado pela Comissão Instaladora da Constituinte. Esse vigoraria até ser aprovado o Regimento definitivo.” “Sabe-se que existem pelo menos dois projectos elaborados – um do PS de autoria de José Magalhães Godinho; o outro do PPD, feito por Jorge Miranda - tudo indica que presidirá a Assembleia o prof. Henrique de Barros (PS), devendo ser assessorado por dois ou três vice-presidentes (PPD, PS, PCP) e quatro secretários”. (EX, N126, 31/5/75: p. 1).

Marcelo Rebelo, em sua página semanal em o *Expresso*, realçava a crescente “subalternização do papel dos partidos, que havia sido reforçada na Assembleia do MFA, com relevo ao militar Otelo Saraiva de Carvalho.” Para o colunista, o PCP tentava “tirar partido do choque entre PS/FM” (Idem: p. 2). Recordava que a saída do PS do Conselho

de Ministros fora recebida pelo MFA com “desagrado”, a isto estava como pano de fundo a crise de o *República*.

O *Expresso* também destacava a política externa do país, aliás, esta se revelou uma preocupação constante do semanário em todo o período em análise. Assim, havia uma entrevista de Francisco Balsemão a Vasco Gonçalves, quando se encontravam em Bruxelas, para a reunião da Nato, realizada em 31 de Maio. Afinal, aumentava a apreensão do organismo multilateral acerca dos rumos da revolução portuguesa. Na referida entrevista, Gonçalves acentuava a soberania portuguesa frente à Nato: “À Aliança Atlântica nós não temos que lhes dar explicações sobre as razões porque temos comunistas no Governo” (Ibidem: p. 2).

A política externa também figurava em primeiro plano nas edições de *O Jornal*, tanto que, mesmo na edição veiculada poucos dias depois da instalação da AC, o semanário preferiu abrir sua manchete com a visita do presidente Costa Gomes a Paris, ao invés de destacar a AC. A manchete era: “Portugal aperta a mão de uma Europa de pé atrás”, acompanhada de uma foto de Costa Gomes com Giscard d’Estaing (OJ, N 6,6/6/75: p.1).

Um recurso jornalístico bastante comum em *O Expresso* foi o de apresentar as propostas de quem discordava, principalmente as mais esdrúxulas, para que o leitor chegasse às conclusões. Um bom exemplo foi o de ter colocado, na capa do semanário, fragmentos da cartilha da Comissão Dinamizadora Central do MFA, liderada pela V Divisão: “Nas democracias populares é o povo que está no poder”. Nela, os responsáveis pela ‘elevação política’ dos portugueses diziam: “E necessário distinguirmos dois tipos de democracia: a democracia burguesa e a democracia popular (...) Uma democracia burguesa é só democracia de nome, de fachada. Há nela efectivamente algumas liberdades, as pessoas podem falar, reunir, associar-se, etc., mas também uma liberdade

que mata em grande parte todas as demais liberdades de o homem explorar o homem. Numa democracia burguesa, os trabalhadores não têm autêntica liberdade pela simples razão de que não são os donos dos meios de produção (fábricas, terras, minas, etc.)” (EX, N 127, 7/6/76: p.1). A leitura que se apreende da cartilha é a de que realmente estava em curso a proposta de rompimento com a via parlamentar, e, é claro, contrária à própria ideia de uma Assembleia Constituinte. Por conseguinte, *Expresso*, ao publicar o documento, alertava a seus leitores a respeito de tais idéias que pululavam no MFA.

Enquanto os deputados demarcavam seus espaços no hemiciclo, quatro bombas explodiram em Lisboa, mas nenhuma organização, seja revolucionária ou contra-revolucionária, assumiu a autoria dos atentados. *Expresso* abriu suas páginas para o balanço da primeira semana de trabalho da AC (EX, N 127, 7/6/75: p. 3). Mas o MDP não quis participar da rodada de entrevistas, e foi publicada a justificativa do líder da agremiação, Victor Dimas, para tal facto: “Enquanto o *Expresso* não modificar a sua atitude em relação ao MDP, o MDP não modificará a sua atitude em relação ao *Expresso* (...) A atitude crítica que em muitos aspectos consideramos caluniosa”.

Com um texto mesclado de informação e opinião, *Expresso* discorria sobre os trabalhos. Após acordo estabelecido entre o PS, o PPD e o PCP, a mesa diretora fora dividida entre as três agremiações, com a presidência do PS, com o deputado Henrique de Barros. Para o semanário, o acordo visava “impedir o acesso do CDS à presidência, relegando-lhe tão somente para a situação de ‘reserva estratégica’ a utilizar sem risco e com oportunidade”. Por outro lado, o PC optou por não insistir na presença do MDP na mesa em troca de se evitar a presença do CDS, e, assim, na análise de *Expresso*, “deu um passo atrás para poder dar dois em frente, aceitando a ausência do MDP para não ter de condescender com a presença do CDS”.

Por sua vez, a UDP qualificou a “Assembleia de burgueses e fascistas os deputados que nela têm assento”. Entretanto, a postura do PPD, para o semanário, assinalava “uma óbvia necessidade de permanecer do lado certo da fronteira” (Idem: p. 3).

O Jornal, por seu turno, deu mais destaque à posição da bancada pecepista, que tentou vetar Francisco Balsemão em uma das vice-presidências, como representante do PPD, por ele ter sido deputado à época da ditadura de Marcello Caetano. Porém, este pequeno atrito foi insuficiente para o PC abandonar a aliança tática entre o PPD e o PS acerca da composição da mesa. E, segundo *O Jornal*, o nome de Balsemão fora enfaticamente defendido por Nuno Rodrigues dos Santos (PPD) ao recordar a histórica “ala liberal” no período caetanista (OJ, N 6, 6/6/75: p.3) .

Nas edições que marcaram o início da AC, o espaço concedido ao tema em o *Expresso* foi maior do que ao dedicado por *O Jornal*. Além do mais, *Expresso* foi mais amplo no leque das entrevistas, ao colocar todas as tendências presentes do hemiciclo. Optou por colocar as falas em discurso direto, o que possibilitou a visibilidade das tendências políticas e ideológicas, naquele delicado momento, quando se definiam os marcos institucionais do país. Eis os discursos dos líderes:

_ “Penso que a AC é uma peça fundamental no processo revolucionário (...) e será através dela que se poderá finalmente vir a consolidar a democracia política no nosso país. Não existe qualquer tipo de aliança do PS com outras forças políticas e não queremos que isto venha a acontecer”. Lopes Cardoso (PS)

_ “Os partidos que formam o plenário são burgueses todos, e até fascistas, que pretendem transportar para o seio desta Assembléia a correlação de forças em que se embrulham os vários imperialismos”. (UDP)

– “Os 81 deputados (do PPD) que deverão lutar tanto pelos objectivos traçados na campanha eleitoral como pelos consignados no programa do partido (...) Defenderá em última análise numa sociedade socialista, igualitária e pluralista”. Mota Pinto (PPD)

Sobre a insinuação de que algumas forças políticas poderiam estar a agir no sentido de travar a marcha constituinte, Octávio Pato disse: “Não há argumento de onde se possa deduzir tal posição por parte do PCP”. (PCP)

_ “Fórmula constitucional que consagre o reconhecimento de Macau dotado por vontade das populações, com autonomia económico-financeira e administrativa, estabelecida em termos do desenvolvimento do território”. Diamantino Ferreira, de Macau e desvinculado de partidos.

_ “O PS que pode fazer maioria com três outros partidos, está na melhor posição para obter consenso, e politicamente, se estiver unido, poderá imprimir eficácia e celeridade aos trabalhos, se souber onde estão os seus aliados em cada momento”. Amaro da Costa (CDS)

Apesar de o PS reivindicar sua independência frente às outras agremiações, ele precisaria de alianças para fazer valer seu programa constitucional. E, pelos discursos do CDS e do PPD, estes estavam abertos a estas alianças táticas e estavam cientes do poder de barganha que teriam, para a formação de consensos majoritários na AC. De seu lado, o PC, pelo menos ao nível do discurso, era enfático na defesa da AC; porém, a política não se resume de discursos, pois é práxis.

Os limites impostos aos trabalhos de São Bento pelo pacto MFA e Partidos foram a tônica de uma longa entrevista do presidente da AC, Henrique de Barros, veiculada em *O Jornal*. Para tanto, os repórteres questionaram ao limite o presidente. As perguntas eram paráfrases da questão chave: A AC terá apenas uma existência formal? Após tentar se

esquivar, com respostas pouco contundentes, Barros conseguiu formular algo mais concreto que frases de efeito semântico: “Há domínios que não foram considerados no pacto (...) principalmente ao que respeita aos direitos e garantias dos cidadãos (...) embora uma parte da vida da AC esteja condicionada por esse pacto”. E para não comprometer a essa crítica velada que acabou por fazer ao pacto, disse que não falava em nome do PS, mas era uma opinião pessoal (OJ, N 6, 6/6/75: p. 2).

Naquele momento incipiente da AC, um dos temas latentes na conjuntura portuguesa era a recente Conferência Cimeira da Nato, realizada em Bruxelas. O repórter de *O Jornal* Pedro Rafael dos Santos acompanhou o encontro e interpretou que lá houvera uma “cínica máquina”, operada, sobretudo por Helmut Schmidt, da Alemanha, e do secretário de estado norte-americano Henry Kissinger. Este, aliás, até afirmou que o seu país regozijara com as mudanças verificadas em Portugal. Santos, com perspicácia, mostrou a situação em que se encontrava o Primeiro-Ministro Vasco Goçnalves: acuado por todos os lados, ao pedir que houvesse mais compreensão do que apreensão em relação a Portugal. E o repórter questionou se não seria o contrário: “Se não é tempo de os portugueses terem mais apreensão do que compreensão?”. Com certa ironia, lembrou-se de que aqueles países trataram com “indiferença o facto de um país viver na sua zona geográfica em dictadura, e hoje preocupam-se sobremaneira com a situação portuguesa” (Idem: p. 2).

Dias após a Cimeira da Nato, Portugal recebia a visita do Presidente do Conselho das Comunidades Económicas Europeias e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Irlanda, Garret Fitzgerald. Segundo reportagem de João Isidro para o *Expresso*, o irlandês pontuou que a “democracia pluralista” e a “liberdade de expressão” eram pré-condições para a CCE negociar com o país. Para Isidro, o último ponto era uma clara

alusão ao Caso República ‘muito mal visto’ nas capitais da Europa Ocidental”. E prosseguia o jornalista: “Para a maioria dos observadores, a ‘monotonia da imprensa portuguesa’, afirmada por Correia Jesuíno (Ministro das Comunicações) nos Estados Unidos é nada mais nada menos que o controle unipartidário – pelo PCP – dos órgãos de informação” (EX, N 128, 7/6/75: p1).

III.V - Tecnocratas do Direito? - Dois artigos do projeto de Regimento Interno da AC ascenderam os ânimos no hemiciclo, pois eles versavam sobre a criação de um tempo, antes da Ordem do Dia, para o debate de temas de interesse nacional e mesmo da AC. Tal proposta regimental havia sido elaborada por quatro socialistas, três PPD, dois comunistas e um representante de cada um dos outros partidos. De acordo com o Diário da AC, o PC havia perdido a votação dentro da comissão, sobre este tópico (DAC, N 5:p.62). *Expresso* acreditava que o regimento seria aprovado pelo PS e PPD (EX, N 128 13/6/75: p.1).

Na realidade, a discussão acerca do período revelava uma questão de fundo: o próprio papel da AC. Relativo à sessão de 12 de Junho, *Expresso* pontuava que “o aspecto mais frisante terá sido o da clara diferença de posições, quanto às funções e ao papel da Assembleia, entre, por um lado, o Partido Comunista e o MDP, e por outro, o PS, o PPD e o CDS” (Idem). Ilustra tal polémica o discurso de Octávio Pato (PC), segundo o qual “seria arriscado e deveras pernicioso para a revolução que o povo português está a realizar, se nesta assembleia se erguessem barreiras à dinâmica da revolução, convém igualmente não esquecer que além desta Assembleia existem também as Assembleias do MFA e do CR, que têm pleno direito a acompanhar o andamento de nossos trabalhos” (Idem). Entretanto, Camos Andrade (PS) condenou que os deputados fossem “meros tecnocratas

de direito” e, por conseguinte, os deputados do PS defendessem a necessidade do período antes da Ordem do Dia, pois seria uma oportunidade de factos “relevantes da vida pública com marcado interesse nacional” serem debatidos. Em contraponto, Lopes Almeida (PC) trazia o ponto decisivo do contencioso, quanto a alargar “abusiva e ilegítimamente” os poderes da AC, que poderia transformá-la em uma Assembleia Nacional, ou seja, em uma instância de poder, que se contraporía ao Governo Provisório e ao Conselho da Revolução. (DAC, N 5: p. 62)

Embora estivesse bem situado o debate na reportagem de o *Expresso*, desconheceu-se um aspecto importante do regimento, ao qual PC e MDP se opuseram: a utilização do escrutínio secreto do plenário para algumas votações (Idem).

Com uma pálida cobertura, *O Jornal* colocava a AC em plano secundário na organização das notícias. Por exemplo, dedicou apenas um quarto de página para se reportar aos factos gerados no hemiciclo de São Bento, quando do debate regimental. Citou, sem explicitar ao certo, um incidente que houve entre a imprensa presente na AC e os deputados, como também a polémica sobre o Regimento. Na análise desse semanário, eram dois campos extremados que estavam em ação na AC: “Os que desejam trabalhar numa assembleia à imagem e semelhança dos parlamentos da Europa Ocidental, e os que prefeririam sentar em bancadas preenchidas às maneiras das assembleias eleitas segundo cânones das democracias populares” (OJ, N 8,20/6/75: p.32).

Em contrapartida, naquela mesma edição, destacava as manifestações que se sucederam na semana em que fechava²⁶, como também a reunião do CR, que se estendeu por uma semana. A manchete de capa foi: “Por favor!” “Governem a sério que o Povo faz a revolução” (Idem: p.1). O modo verbal utilizado, o imperativo, era uma ordem,

²⁶ Tais manifestações estão relacionadas na cronologia dos factos deste capítulo.

bem mais que um pedido. O imperativo, geralmente, é utilizado pela propaganda, e não pelo jornalismo. Tal manchete correspondia à última frase do editorial de *O Jornal*, no qual se evidenciavam o aperto ao boicote a Portugal pela burguesia internacional, a quebra da popularidade do MFA junto às “massas mais despolitizadas” e a “dispersão do poder em vários centros de decisão” (Ibidem: p. 12).

Como *O Jornal* circulava às sextas-feiras, aquela edição do semanário foi impressa sem divulgar as decisões da reunião do CR. Mesmo assim, a reportagem de Hernani Santos apresentou os principais eixos do que viria a ser o “Plano de Acção Política”, que fora conhecido no próprio dia de circulação de *O Jornal*. Isso confirma que este semanário detinha preciosas fontes de informação nas fileiras militares, que, embora não fossem reveladas explicitamente, eram apenas apresentadas como “uma figura altamente qualificada no MFA”.

Por sua vez, o *Expresso*, por circular aos sábados, pode anunciar, com mais detalhes, as decisões do CR. No caldeirão ideológico em que estava mergulhada a sociedade portuguesa, as decisões de 21 de Junho do CR eram especialmente importantes, pois buscavam frear o ímpeto esquerdista que naquela semana inundara as ruas lisboetas, inclusive, acenavam para a repressão às ações armadas de civis. Ao mesmo tempo, o CR colocava-se, mais uma vez, mas agora com mais ênfase, na condição de órgão máximo de poder em Portugal (CD25AUC, 21/6/75).

O CR reafirmava, assim, os princípios da revolução pluralista e dizia com todas as letras:

“Ao mesmo tempo verificam-se manifestações de organizações ditas apartidárias que aproveitando e distorcendo declarações de membros do CR lançam o alarme e a preocupação no povo português apelando para a ditadura do proletariado com o apoio de milícias armadas, via esta que o MFA repudia por não se enquadrar no caminho

pluralista já definido para a revolução portuguesa” (EX, N129 21/6/75:p.1). Por conseguinte, *Expresso* colocou em manchete: “CR reafirma princípios genéricos da revolução pluralista”. Este item do documento do CR era especialmente importante para aqueles que lutavam contra a implantação de um regime socialista nos moldes do Leste Europeu, entre eles, o próprio *Expresso*.

Sobre a AC, mais do que reafirmar o Pacto MFA/Partidos, o Plano minou qualquer autonomia de voo dos civis ao afirmar: “A AC tem como exclusiva atribuição a missão patriótica de elaborar a Constituição Política da Nação Portuguesa, sendo-lhe vedado qualquer outro tipo de interferência oficial na vida política ou administrativa nacional” (CD25AUC,21/6/75). E, realmente, o deputado Camos Andrade estava certo quando disse que os constituintes foram reduzidos a “meros tecnocratas do direito”, pela visão do CR.

No hemiciclo de São Bento, PS, PPD e CDS não tiveram dificuldades em aprovar o regimento que propuseram e, assim, passavam a vigorar o período de debates de antes da Ordem do Dia, bem como o carácter secreto ou não do escrutínio em determinadas circunstâncias (DAC, N6: ps. 73-74). Tanto *Expresso* quanto *O Jornal* não situaram a contento os incidentes registrados em São Bento entre os deputados, a imprensa e o público que estavam nas galerias naquele dia. *O Jornal* limitou-se a comentar que “em apenas sete sessões os deputados já conseguiram se envolver numa boa meia dúzia de escaramuças oratórias, uma das quais, pelo menos, já extravasou das bancadas dos parlamentares atingindo directamente os jornalistas ali presentes” (OJ, N 8,20/6/75: p. 32). Já a coluna de Marcelo Rebelo²⁷ colocou que houve *gafes* dos parlamentares, e a

²⁷ *Expresso* noticiava que Marcelo Rebelo de Sousa deixava o secretariado do PPD pela “incompatibilidade comprovada da nova função com tarefas profissionais prioritárias, como a subdireção do jornal *Expresso*”

maior delas fora do Deputado do PS Medeiros Ferreira, que “generalizou suas críticas à imprensa, provocando a saída da sala dos jornalistas presentes” (Ex, N 129, 21/6/75: p. 2). No Diário da Assembleia Constituinte, pode-se resgatar a crítica de Ferreira à imprensa. Disse ele: (...) “A demagogia infernal é a ironia, é a incompetência grosseira com que os órgãos de comunicação social estão a tratar a AC” (DAC, N6: p. 120). E ele aplaudido pelos colegas e vaiado pelas galerias. Na sequência, os jornalistas presentes retiraram-se da sede da AC, e houve muito tumulto. Então, o presidente Henrique de Barros exigiu a retirada dos cidadãos que ocupavam as galerias; porém, no DAC, não constava o que os populares gritavam. Tal omissão levou, na sessão seguinte, o deputado pecepista Vital Moreira a pedir que os diários passassem a incluir as manifestações que viessem da galeria (DAC N 8: p.129).

Enquanto o país vivia o verão mais quente de sua história, o Mercado Comum Europeu estudava um empréstimo de US\$ 130 milhões a Portugal. A decisão seria tomada na semana seguinte (EX, N129, 21/6/75: p.15).

A sinalização do MFA acerca do pluralismo político e ideológico repercutira favoravelmente nos centros decisórios europeus. Por conseguinte, *Expresso* destacou em sua primeira página: “Melo Antunes foi a Londres e depois iria para Bruxelas e Roma” (N 130 28/6/75, p.1). A reportagem relatava que o Major Melo Antunes estivera com o primeiro ministro britânico Harold Wilson. E que o governo inglês divulgara nota positiva, em que salientava “o bom acolhimento à reafirmação do MFA das intenções de construir em Portugal uma democracia pluralista e com liberdade de expressão, e assegura que o povo português terá o apoio da Inglaterra e da Europa Ocidental na instauração de tal democracia”.

Em finais de Junho, a Comissão de Sistematização da AC começou a apreciar os projetos de Constituição elaborados pelos partidos, que teriam até o dia 8 de Julho para apresentar suas propostas. Já em vigor o período de debates antes da Ordem do Dia, *Expresso* destacou que houve referências de elogio ao Plano de Acção Política do CR pelo MDP/CDE, PPD, PCP e PS (EX, N 130, 28/6/75: p. 2). Para o semanário, o PC buscava o “entendimento, tendendo-se a aproximar-se do PS, mas hostilizava outros partidos” . Já o PS: “Perante as confluências objectivas do PC e do PPD, tendeu a aproximar-se do PC, jogando com crescente tacto com a sua posição numérica (e também com as crescentes faltas do Grupo Parlamentar do PPD)”. E sobre o PPD, este teria mantido “posição autónoma sem seguidismo” (Idem). Porém, cabe questionar a “posição autónoma do PPD”. Como nenhum partido poderia aprovar isoladamente qualquer projeto, as alianças eram imperativas e, claro, todos os partidos sabiam muito bem disso, e buscavam alianças táticas para fazer valer seus pontos de vista. Portanto, o PPD não poderia ter uma posição tão autónoma, haja vista que, caso o PS fechasse aliança com o PC, estes fariam maioria e poderiam aprovar o conteúdo da Carta.

Tanto *Expresso* quanto *O Jornal* publicaram amplo e diversificado material sobre o PAC. De seu lado, *Expresso* publicava seis artigos de vários quadrantes, que criticavam o documento à esquerda e à direita (EX, N130, 28/6/75: p. 18 e 19). Além disso, convidou sete partidos para se pronunciarem sobre o PAC e outros assuntos (Idem, p. 3). Porém, cumpre assinalar que o PCP não quis comentar o documento ao *Expresso*. Tal atitude seria uma rotina dos comunistas em relação ao semanário. A síntese das opiniões foi:

— “Mais um passo à frente rumo à uma dictadura militar de esquerda” (...) “Os partidos ainda foram poupado. Mas é cada vez mais claro que a chamada dinâmica revolucionária está a tender para a subalternização, ou mesmo para a eliminação deles” - CDS.

_ “Reconhecemos que nem sempre o Governo detém o poder real. Destacamos também o nosso acordo à não admissão de milícias civis armadas, pois condenamos a existência de Estados dentro do Estado. O reconhecimento explícito de que a via de transição para o socialismo será a da democracia pluralista, com rejeição de formas ditatoriais (...) merecem o nosso apoio e define o carácter original do processo revolucionário” - PPD.

_ “Este documento é o início da contra-revolução” - PRP/BR.

_ “A grandiosa manifestação da passada segunda-feira é a pública demonstração do empenho do PS em prosseguir a sua inalterável política de cooperação com o MFA em prol da construção do verdadeiro socialismo” - PS.

Por sua vez, *O Jornal*, acerca do PAC, ao invés de enfatizar a questão da democracia pluralista embutida no documento, preferiu destacar outro conteúdo: a necessária unidade de partidos, do Governo Provisório, principalmente na definição de um plano económico, também abordado no documento. Ao mesmo tempo, abriu suas páginas para o pronunciamento das quatro agremiações partidárias que formavam o Governo de Coalizão para se posicionarem (OJ, N 9, 27/6/75:pp. 2 - 7).

A respeito da AC, reportagem de *O Jornal* assinada por José da Silva Pinto ouviu os partidos sobre os projetos de Constituição que iriam apresentar à Comissão de Sistematização, embora ainda não tivesse acesso à íntegra dos documentos partidários. O jornalista aferiu que todos os projetos contemplavam a construção do socialismo, “embora o conceito fosse distinto”. O CDS manifestou-se por intermédio de um porta-voz que informou que a bancada de seu partido tinha “em conta as realidades atuais do país” e que defenderia “a melhoria do nível de vida das classes mais desprotegidas, salvaguardando todas as conquistas feitas durante o processo revolucionário”. Já o PPD colocava como central o Estado de Direito, entendido como aquele em que a “autoridade

se submete à lei”. Também, por intermédio de um porta-voz, o PPD havia elaborado um projeto constitucional referenciado nas democracias europeias, mas que também “considera as experiências socialistas, na medida em que acentua a necessidade de a sociedade portuguesa evoluir para um estado em que se verifique a igualdade e o fim da exploração”. Por sua vez, o MDP propunha, em seu projeto, a “organização de aparelhos técnicos de consolidação da vida democrática e de abertura franca no caminho da sociedade portuguesa”.

Por seu turno, o PC, por intermédio de entrevista do Deputado Vital Moreira, defendia uma constituinte que expressasse jurídico-constitucionalmente a estrutura e organização do poder político revolucionário, nas suas duas componentes: o MFA e o movimento popular de massas (Idem: p. 70). Observa-se nas palavras de Moreira a não referência ao parlamento como fonte de poder político. Sobre o projeto dos socialistas, Silva Pinto observava que o projeto a ser apresentado baseava-se na proposta constitucional já elaborada pelo renomado jurista Magalhães Coutinho, e que “nenhuma informação acerca do projeto do PS chegou ainda no exterior dos círculos dirigentes do partido, rodeados por uma espessa cortina de silêncio”, assinalava o periódico. Magalhães, segundo *O Jornal*, seria o líder da bancada socialista, mas fora impedido de assumir a função por problemas de saúde.

A pequena cobertura jornalística aos trabalhos constituintes era sentida até mesmo pelo MFA. Segundo depoimento ao *Expresso* (N130, 28/6/75: p. 19), o Coronel Fontes de Sousa, que pertencia à comissão do MFA para a Constituinte, disse que a aprovação do Regimento fora um teste positivo; assim, a seu ver os trabalhos decorriam de “uma maneira que suplanta sensivelmente o que esperava”. Porém, estranhava o “facto de os jornais andarem como que um bocado esquecidos de S. Bento”. É pertinente conceituar

que a *práxis* jornalística é bem mais do que retratar e espelhar a realidade; por conseguinte, ela ajuda a construir a realidade. Portanto, as notícias são produtos de conjunturas de factos e textos. Traquina observa que “enquanto o acontecimento cria a notícia – porque as notícias estão centradas no referente – a notícia também cria o acontecimento, porque é um produto elaborado que não pode deixar de reflectir diversos aspectos do próprio processo de produção. Devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social” (Traquina, 2001: 88). Se no período revolucionário os trabalhos da AC eram esquecidos pelos meios noticiosos, aquilo refletia uma ação deliberada dos produtores da notícia.

Com um título inquisidor e um pouco irônico, *O Jornal* perguntava ao MFA, em sua manchete de primeira página: “Os homens sem sono andam a dormir?” (OJ, N10, 4/7/75: p. 1). Naquela primeira semana de Julho, factos, como fuga de presos políticos, greve do sector de telefonia, novos confrontos em função da *Rádio Renascença*, indefinição quanto ao futuro do jornal *República*, cercados de alarmes e boatos, traziam ansiedade e intranquilidade social. Cáceres Monteiro, em seu artigo, cobrava do MFA, cuja assembleia seria realizada na semana seguinte, mais autoridade para conduzir o país naquele momento, que era percebido pelo jornalista como “o prelúdio de um momento importante” (Idem: p.2).

Expresso colocava em manchete o mesmo tema, porém, com outro enfoque: “Costa Gomes (ao cabo de um dia de boatos) - Estamos coesos na acção” (EX, N 131 6/7/75: p.1). Os boatos versavam sobre divergências existentes nas Forças Armadas.

Na AC, após 10 dias de interrupção para se elaborar os projetos constitucionais pelos partidos, os trabalhos haviam recomeçado. Segundo *Expresso*, “vários deputados se ausentaram, nomeadamente do PC” (Idem: p. 16). De acordo com o Diário da Constituinte

(DAC, N 14: p.282), houve realmente a falta de 10 deputados da bancada pecepista. Nota-se que qualquer deslize do PC não passava em branco nas páginas de o *Expresso*. Naquela sessão, as siglas MDP, CDS, PS e PC já haviam entregado os seus projetos de Constituição, e, de acordo com parecer da Comissão Central, a discussão dos Direitos e Deveres Fundamentais antecederia a matéria de Organização Económica, tese defendida pelo PS e PPD (EX, N 131 6/7/75: p. 16). A temperatura política continuava a subir. No dia 10 de Julho, o PS abandonava a coligação de governo, e o PPD acenava para o mesmo caminho. Para chegar às bancas na sexta-feira, 11, com as informações, *O Jornal* passou por uma prova de fogo. A saída do PS foi conhecida “oficialmente às primeiras horas de hoje (...) esta madrugada o PPD estava ainda reunido” (OJ, N 11, 11/7/75: p. 1). José Carlos de Vasconcelos recorda-se de que o período era tão efervescente, que os jornalistas de *O Jornal* entravam para a redação por volta das duas ou três horas da tarde e só saíam às 6 horas da manhã, e “mesmo assim havia mudanças no meio da manhã”. *Expresso*, por circular um dia após *O Jornal*, já pôde elucidar melhor os factos. E narrava: “A saída dos membros do PS do Governo, e as condições postas para eles (eventualmente) regressarem foram examinadas pelo CR (...) Entre as condições que o PPD põe para continuar no Governo, uma das quais é a atribuição de jornais diários aos partidos políticos. Outras são referentes à crise de autoridade, à crise económica, ao Documento do MFA, e à Constituinte. O PPD encontra-se no governo junto com o PCP e MDP, numa das mais originais coligações verificadas em países da Europa Ocidental”. (EX, N 132 12/7/75: p.1)

O documento do MFA a que se referia o *Expresso* fora divulgado naquela semana, fruto da Assembleia do organismo militar, em que eram instituídas as instâncias de poder na estrutura revolucionária, por meio da criação de assembleias populares locais, municipais,

distritais, regionais e nacional. No documento, não há qualquer menção à Constituinte e nem mesmo aos governos provisórios como fonte de poder (CD24AUC, 8/7/1975).

Em entrevista ao *Expresso*, Mário Soares considerava que havia uma ‘degradação da situação’. Por conseguinte, os episódios da *Rádio Renascença* e do jornal *República* não eram isolados de um contexto global, no qual havia uma escalada rumo a “tomar de assalto todos os órgãos de informação”, bem como uma “estratégia global para tomar o poder político em Portugal por métodos não democráticos” (EX, N 132 12/7/75: p.1).

Em contrapartida, Otelo Saraiva de Carvalho, Rosa Coutinho e Morais Silva, em debate televisivo transmitido pela RTP, tentaram minimizar a saída do PS. Segundo *Expresso*, “tentaram “desdramatizar a saída do PS. Criticaram a atitude aérea do Partido, que deixa sem representação governativa os seus votantes” (Idem: p.1).

Na AC, os debates foram tumultuados. E questionava o diretor-adjunto de o *Expresso* e deputado pelo PPD Marcelo Rebelo: “Como irá funcionar no futuro uma Assembleia cujo poder critico relativamente ao MFA tem aumentado de dia para dia? E por quanto tempo?” (EX, N 132, 12/7/75: p. 2).

No período de antes da Ordem do Dia, o deputado socialista Sottomayor Cárdua leu a nota do PS, a qual criticava o documento do MFA, pois a agremiação considerava que as instâncias de democracia direta propostas eram a “cobertura à instauração de uma ditadura (...) que poderia ser semelhante à que saiu da revolução russa de 1917 (...) há um desprezo formal pela vontade popular expressa nas eleições de 25 de abril” e o que seria mais grave, pelo entendimento do PS: a Assembleia feria o pacto MFA/partidos, já que este previa o sufrágio universal direto e secreto para eleger a Assembleia Nacional, logo após que se encerrassem os trabalhos constituintes. E os socialistas acreditavam

que tais estruturas populares de poder iriam perpetuar “as eleições de braços levantados” (OJ, N 11, 11/7/75: p. 32).

Por outro lado, o órgão oficial do PCP, *Avante!*, via, com bons olhos, a saída dos socialistas e o provável abandono do Governo Provisório pelo PPD: “O que está em jogo para estes partidos é a renúncia ao caminho revolucionário, a instauração de uma democracia burguesa e a consolidação do capitalismo (...) As mudanças operadas ao nível do Governo pelo fim da coligação não alteram, porém dão nova força e urgência à estruturação da aliança povo – MFA como base do processo revolucionário” (*Avante!*, N 63, 17/7/75: pp. 1 e 2).

Como já tratado no capítulo I deste trabalho, não era uma tática dos partidos comunistas daquela época de *deténie* rejeitar o parlamento e defender a tomada do poder fora das estruturas do sufrágio universal. Porém, o PCP vivia uma situação singular: além de ter tido um fraco desempenho nas urnas, parte considerável do MFA estava disposta a construir o Estado Popular, por meio de instâncias de poder decisórias não sufragistas, em detrimento da via parlamentar, como bem atesta o documento do MFA. Em adicional, o PC era pressionado por suas próprias bases, que namoravam abertamente os radicais militantes da esquerda. Havia, portanto, um acordo tático entre a esquerda revolucionária e o PC, embora seja questionável se houvesse uma afinidade quanto à estratégia final que se buscava alcançar.

O jornalista José Rebelo, que cobriu a revolução portuguesa para o jornal francês *Le Monde*, lembra-se de que “na realidade nós nunca pensamos que o PC iria tomar o poder”²⁸. Rebelo percebia que a posição do PC era dúbia: “Tinha duas atitudes: a institucional e a da base, das comissões dos trabalhadores”. No ‘Verão Quente’ de 1975,

²⁸ Depoimento à autora deste trabalho.

“parece que o PC teve a tentação de conquistar o poder, mas foi apenas uma tentação”.

Acerca da posição do governo soviético frente a Portugal, Rebelo avalia que “a URSS nunca pensou nesta hipótese de tomar o poder. Acompanhava tudo à distância”.

Para Marcelo Rebelo, de o *Expresso*, o documento do MFA fora uma vitória do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, que durante as 18 horas que durou a Assembleia, expusera de forma bastante incisiva e radical seus pontos de vista que confluíam para formulações da esquerda revolucionária, tendo acolhido o apoio da maioria clara da Assembléia. Era “mais uma prova de força da linha encabeçada por Otelo Saraiva, mas, com que momentaneamente conflui o sector ortodoxo, ao mesmo tempo em que o Primeiro-Ministro vê reforçada a sua posição no Governo” (EX, N132, 12/7/75: p. 2).

As organizações de esquerdas militantes em Portugal, sem sombra de dúvidas, inspiravam-se nas vitoriosas revoluções russa e chinesa. Dentro da tradição do pensamento da esquerda mundial, Lenine desenvolveu sobremaneira a crítica ao parlamento e a via parlamentar para a esquerda acender-se ao poder. Sobre o período de transição do Estado russo, Lenine defendeu que “a república parlamentar burguesa entrava, asfixiava a vida política própria das massas, sua participação direta na organização democrática de toda a vida do Estado, da base à cúpula. Os soviets de Deputados operários e soldados fazem justamente o inverso” (Lenine b, 1979: 78).

No ‘Verão Quente’ português, quase 60 anos depois da revolução bolchevique, o órgão oficial do PC Soviético, *Pravda*, assim analisava a revolução portuguesa: “Queiram ou não, os líderes socialistas do PS, que ergueram o estandarte do anticomunismo e declararam uma guerra aberta às forças verdadeiramente progressistas do país, reúnem sob a sua bandeira todas as forças reaccionárias de Portugal, inclusive aquelas que há pouco oprimiam os comunistas, socialistas e outros patriotas democratas, e gostaria de

continuar a fazê-lo também no futuro (...) No momento actual é muito importante expressar uma solidariedade de massa como de Portugal, que luta obstinadamente e com grandes dificuldades contra os ataques da reacção interna e externa, apoiar os comunistas do país, que, como assinalava o programa político pré-eleitoral do PCP, respeitam e continuarão respeitando a vontade do povo e impedirão qualquer tentativa de deturpá-la” (citado por *Avante!*, 21/8/75: p. 12).

Cabe mencionar que, no contexto europeu, exatamente em 1975, ganhava força na Espanha, França e Itália o movimento eurocomunista, que defendia a escolha autónoma pelos partidos da via para se alcançar o socialismo, rompendo a subordinação dos partidos comunistas às diretrizes do Kremilin. A via europeia para o socialismo explicitava os nexos entre democracia e socialismo, nos quais havia destaque para o respeito à legalidade democrática e ao pluralismo político (Berlinguer, 1975). Em contrapartida, o PCP era o mais fiel seguidor das diretrizes soviéticas, pelo menos em termos do secretário-geral dos comunistas portugueses. Se havia simpatias às teorias eurocomunistas entre os militantes do PCP, estas não eram explicitadas publicamente, em função do rígido ‘centralismo-democrático’ na condução do partido.

As bancadas do PC e do MDP estavam acuadas pelas derrotas que amargaram quando da votação do Regimento Interno da AC. Antes da Ordem do Dia, houve várias intervenções dos deputados; em muitas delas o PC era o foco. Santos Silva e Emídio Guerreiro (PPD) atacaram os partidos da coligação governativa, sobretudo o PS, no caso República, e o PC, a quem acusaram de subordinado ao imperialismo soviético, e de principal responsável pela situação do país (EX, N 132, 12/7/75: p. 1).

Neste contexto desfavorável ao sucesso do PC e do MDP na definição dos conteúdos do texto constitucional, eles duvidaram se o hemiciclo de São Bento era mesmo um dos

locais apropriados para defenderem suas idéias. Assim, a bancada do MDP chegou a abandonar o plenário na sessão de 10 de Julho e a do PC saiu em bloco também, mas retornou aos seus postos. Marcelo Rebelo acreditava que o “PC ia sair definitivamente; mas possivelmente depois de terem consultado Álvaro Cunhal, regressaram à sala” . (EX, N 132, 12/7/75: p.2)

III.VI - Mas qual socialismo Tanto *Expresso* quanto *O Jornal* arriscaram em afirmar que o mais provável seria o rompimento do PC à AC: “Os deputados poderão abandonar os trabalhos da AC se persistir o que consideram uma aliança dirigida a sufocar o debate das questões fundamentais do processo revolucionário e das aspirações das massas trabalhadoras e do povo” (OJ, N11, 11/7/75: p. 31). Já Marcelo Rebelo noticiou que Vital Moreira (PC) apresentou duas propostas a serem discutidas e votadas na semana que se seguia, que versavam sobre alterações do Regimento; mais precisamente, a abolição do período de antes da Ordem do Dia, e o alargamento do número de oradores e do tempo de intervenção dos deputados no plenário. Concluía: “Foi patente para os observadores que a sua não aprovação pode vir a ser o argumento a invocar o PC para abandonar talvez definitivamente a Assembleia” (EX. Idem: p. 2).

Cunhal e seus camaradas não eram ingênuos a ponto de acreditar que as assembleias populares anunciadas pelo MFA, que pretendiam ser as principais instâncias de poder em Portugal, fossem semelhantes aos firmes e realmente unitários soviéticos de 1917, nos quais a hegemonia dos bolcheviques era incontestável. Então, mesmo humilhados, e em minoria, ficaram na AC.

III.VI - Mas qual socialismo? - De posse dos projetos constitucionais apresentados pelos partidos, *Expresso* publicou ampla análise comparativa entre as principais divergências e

convergências. Do ponto de vista técnico, o semanário considerou que os documentos “mais aperfeiçoados” eram os do PPD, do PC e do CDS (EX. Revista, N 131, 12/7/75, p.1). No preâmbulo do projeto da Carta, todos, até mesmo o CDS, incluíram a sociedade socialista. Pelo PS, o socialismo era entendido como “o poder democrático dos trabalhadores, no quadro da colectivização progressiva dos meios de produção e de um regime de democracia política, com vista à instauração de uma sociedade sem classes” (EX. Idem). Entretanto, o CDS entendia o socialismo português aquele capaz de superar e rejeitar, a um tempo, “os capitalismos individualistas e os socialismos totalitários”.

Já o PPD defendia uma sociedade “mais justa, mais livre, mais fraterna, da qual sejam abolidas todas as formas de opressão, de exploração e de privilégio correspondente aos ideais do socialismo personalista”. O MDP enfatizou o processo revolucionário em curso e acentuava-se a luta antimonopolista e de latifundiários. Para o PC, “a construção de uma sociedade socialista sem classes antagónicas baseada na colectivização dos meios de produção e que abolirá para sempre, da Pátria Portuguesa, a exploração do homem pelo homem”. De seu turno, a UDP fazia referências às estratégias das duas superpotências EUA e URSS (EX Revista, Ibidem).

As siglas PCP e MDC entendiam que, pelo facto de o Estado Português já ser considerado um ‘estado revolucionário’, “o diploma constitucional mais do que um quadro legal deveria ser um texto com conteúdo programático, aberto a situações políticas futuras de natureza revolucionária”.

Segundo *Expresso*, os projetos do PS, do CDS e do PPD apresentavam semelhanças a respeito de buscarem o equilíbrio “entre uma Constituição clássica e a tomada de posição programática. Qualquer deles, contudo, não destaca demasiado a natureza revolucionária

do Estado, embora num ou noutro ponto circunscrito deixem ‘escapar’ referências a essa dimensão”.

A análise de o *Expresso* conferia que, para todos os partidos, o Estado era então democrático. CDS, PPD e PS, porém, focavam no pluralismo. Entretanto, o PC, o MDP e a UDP enfatizavam as organizações de base e a aliança do povo com o MFA. O projeto pecepista tinha especial atenção à política de independência nacional, ao dedicar três artigos sobre o tema, nos quais dava “particular relevo à aproximação dos estados socialistas e não alinhados e à libertação de domínios políticos, económicos e financeiros externos”.

Quanto à organização do Diploma, o método apresentado à Comissão de sistematização pelo CDS, PS e PPD foi vitorioso. Aquele dava “primazia aos direitos, liberdades e garantias fundamentais, só depois abordando a problemática da organização económica e social”. Todavia, os demais partidos defenderam a “prioridade ao tratamento das bases económicas e sociais sobre os direitos”. E foram derrotados.

Não somente em São Bento os comunistas tinham seus reveses. As instalações das sedes do PCP estavam à mira das forças direitistas. *Expresso* noticiou que se registrou uma série de acidentes na Batalha, na Lourinha e no Cadaval, que degeneraram em cenas de violência e ainda que militantes daquele partido houvessem sido cercados em Aveiro por algumas centenas de pessoas (EX. N133, 19/7/75: p. 1).

Na mesma edição, artigo de Vicente Jorge Silva argumentava que a estrutura organizativa leninista do PC não funcionava em termos eleitorais, “ao contrário do que sucede com o PCI e o próprio PCF integrados já nos esquemas políticos parlamentares europeus” .(Idem, p. 2). Ele citava artigo de *Le Nouvel Observateur*, assinado pelo jornalista polonês e radicado na França K. S. Karol, segundo o qual as ações do PCP eram vistas pelos

estrategistas soviéticos “com reservas”, pois aqueles tinham em conta “a necessidade de preservar um clima de abrandamento de tensões com vista ao sucesso da Conferência de Segurança Europeia, tão cara aos dirigentes de Moscovo”. Porém, Vicente Jorge ponderava que a opinião de Karol não era seguida por outros observadores (Ibidem).

Na AC, até nos detalhes, a convulsão social resvalava no hemiciclo. A sessão de 17 de Junho foi interrompida, porque os funcionários da Casa estavam em greve, em razão ao não pagamento de horas extraordinárias (Ibidem: p. 4). Como se não bastassem, 15 funcionários aprovaram moção, a qual defendia a dissolução da AC, o que foi contestado por outros 44 funcionários da Constituinte.

Mesmo com esses contratempos, a equipe de o *Expresso* esforçava-se para produzir reportagens e análises a respeito da AC, para que esta não caísse, por completo, no esquecimento dos portugueses. Afinal, alguns deveriam contrapor-se a tantos outros que menosprezavam o trabalho dos constituintes.

Artigo do jurista Miguel Galvão Teles, que foi professor de Direito Constitucional da Universidade de Lisboa, veiculado em *Expresso*, detalhava os projetos constitucionais. Embora o jurista constataste que todos os seis documentos consagassem uma República democrática pluralista em transição para o socialismo, o que lhes era imposto pelo pacto e pelas próprias circunstâncias, ele aferia que “variava muito o entendimento da democracia e do socialismo” (EX, N 133, 19/7/75: p. 6).

A respeito do entendimento do que fosse a democracia, Teles agrupava os projetos do CDS, PPD e PS no mesmo propósito: “a soberania do povo (...) exprime-se pelo sufrágio universal, igualitário, livre e secreto e supõe a liberdade de formação e expressão da opinião pública e de constituição e actuação dos partidos políticos”. Por seu turno, o

jurista acreditava que o PC e o MDP não pudessem, em uma fase que ainda era de revolução democrática nacional, “rejeitar frontalmente aquele conceito”.

No projeto comunista, denotava-se a preocupação de integrar os processos eleitorais no processo revolucionário, o que era comprovado pelo art. 108 nº 2, em que se valorizava o poder popular no nível local, através das “estruturas populares unitárias de base”.

Sobre a estrutura sindical, o jurista salientava uma distância mais nítida entre os projetos, porque “à unicidade sindical consagrada nos textos do PCP, MDP e UDP, contrapõe-se a liberdade de formação e associação de sindicatos, afirmada nos projectos do PPD e CDS e, de forma discreta e pouco clara, no projecto do PS” (Idem).

Quanto às organizações populares, o PC, embora sem proibir formalmente outras, só reconhecia, de modo expresso, aquelas que fossem unitárias.

A palavra ‘socialismo’ era mitificada na revolução em curso. Se alguém ousasse desabonar esta palavra seria algo semelhante a criticar Jesus Cristo perante uma comunidade cristã. Assim, todos falavam em socialismo. Nas entrelinhas dos projetos constitucionais, porém, estavam as divergências conotativas de socialismo: “Parece manifesto que nem no projecto do CDS nem do PPD visam uma mudança global do sistema de relações de produção. Alargamento do setor público, a definição de amplo elenco de direitos sociais e a reestruturação da empresa, com vista à co-gestão e mais tarde à autogestão, no projeto do PPD ou só à co-gestão e à divisão paritária do lucro, no projecto CDS”, analisava Teles. Entretanto, no projeto dos socialistas, era o “verdadeiro socialismo que está em jogo”. “A propriedade privada de meios de produção encontra-se admitida, como, aliás, nos textos do PC, do MDP e da UDP”, aferia Teles.

No período de antes da Ordem do Dia, os debates eram acalorados. *Expresso* noticiou que Marcelo Rebelo de Sousa (PPD) fez um longo pronunciamento, no qual enfatizou a

necessidade de “inserção da Constituição no Processo Revolucionário; a compatibilização entre a via socialista e o pluralismo democrático; as conseqüências do afastamento de certos sectores sociais do processo revolucionário (designadamente a pequena e média burguesia)”. E seguiu-se “um interessante debate com membros do PCP (Vital Moreira), PS (José Luis Nunes) e MDP (Luis Catarino)” (Ibidem: p. 16). O semanário, nitidamente, tentava passar aos seus leitores a imagem que os debates no hemiciclo eram positivos, e que os deputados estavam a trabalhar. Afinal, precisava fazer o contraponto às críticas à AC, que eram muitas. Por exemplo, naquela mesma semana, na manifestação de apoio ao MFA, entre suas palavras de ordem estava a de “Dissolução da Constituinte já! “.

Cabe destacar que, naquela mesma sessão Constituinte, houve um discurso de Carlos Lage (PS), pelo qual atacou todos os “demais projetos, atendo depois diálogo aceso com o MDP, PC e CDS, e, embora menos, com o PPD” (Ibidem).

Longe de São Bento, o PC buscava se entender com as organizações políticas que estavam à sua esquerda, como o MES, LCI, UDP, em prol de alianças. Um encontro orientava-se para se estabelecer uma plataforma unitária contra a “ofensiva das forças reaccionárias”. Por conseguinte, noticiava *Expresso* a esse respeito: “Segundo fontes bem informadas, este encontro não teria tido resultados positivos devido às divergências existentes entre aquelas organizações, especialmente do diferendo profundo que opõe algumas delas, sobretudo da UDP e PC”. Estas mesmas fontes ‘não reveladas’ creditavam que tal tentativa dos dirigentes do PC era decorrente do facto de as bases pecepistas, mais à esquerda do que a direção de Cunhal, estivessem distanciando-se do partido, “por divergências com a orientação do partido, tida como ‘reformista’ e ‘conciliadora’ – aproximando-se das posições de outras organizações de esquerda” (Ibidem).

Por sua vez, na cobertura semanal de *O Jornal*, em generalidade, a AC era acompanhada em segundo plano; mas sempre era um dos panos de fundo de outros temas que eram considerados mais relevantes naquele momento. Um exemplo modelar disso foi a longa e bem articulada entrevista com o socialista Mário Soares. Joaquim Letria foi ao centro do coração do PS ao perguntar: “Acha que o documento-guia altera a operacionalidade da AC, ou prejudica à Constituição a elaborar (...) ou a ser praticado o que está expresso nesse documento a Constituição ficará pura e simplesmente ultrapassada?”. Soares, então, respondeu que havia sido surpreendido pelo documento-guia, e que apenas o tinha lido pelos jornais. Ele atenuava o impacto do documento à AC, usando-se das palavras de membros do CR, que afirmaram não saber sobre a aplicabilidade das assembleias populares. Soares reconhecia que, se viessem a funcionar tais organismos, estes seriam “estruturas paralelas que impedem a institucionalização democrática”, e poderiam retirar o “significado do sufrágio universal” (OJ, N12, 18/7/75, p. 2-3). Mais além, o líder dos socialistas questionava se “quem legisla em Portugal é a Assembleia do MFA: É a Constituinte?”. Depois de concluir que Vasco Gonçalves era um “fracasso” como Primeiro-Ministro, Soares constatava que o conceito de marcha ao socialismo de seu partido estava “muito próximo da concepção de Berlinguer, defendida pelo Partido Comunista Italiano – PCI – do que a concepção do próprio PCP” (Idem).

Naquela mesma edição, *O Jornal* entrevistava o porta-voz do CR, Vasco Lourenço, que compreendia que aquele organismo “não pode permitir a supremacia de um só partido, e tem de defender a existência de uma verdadeira democracia e de um verdadeiro socialismo” (Idem, p. 20). *Jornal* procurava abrir suas páginas para as várias correntes ideológicas, o que é facilmente observado. Porém, é possível perceber a afinidade entre as posições do semanário com determinada linha do CR, da qual Lourenço era figura de

proa, e dias depois seria rotulado como “o grupo dos nove”. Esta entrevista com Lourenço era o pré-anúncio do documento dos nove, que seria conhecido em breve.

De seu lado, o editorial de o *Expresso* colocava o MFA em xeque-mate. O tom dramático, como nunca antes verificado no semanário, exigia, não mais pedia, uma atitude dos militares dirigentes: “O MFA tem de optar (...) com muita urgência”. “Antes que os oportunistas de direita se aproveitem do descontentamento da maioria. Antes que os vanguardistas de esquerda consigam que a desejada socialização da riqueza se transforme na indesejável socialização da miséria. Antes que o poder vá parar às mãos dos mais repressivos ou dos mais burocraticamente organizados. Antes que o desespero e o ódio, os ressentimentos ou a fome coloquem os portugueses frente a frente, de armas na mão” (EX, N 133, 19/7/75: p. 10).

Naquela mesma edição, *Expresso* publicou, em primeira mão, um texto de Vasco Gonçalves que fora aprovado na Assembleia do MFA – AFMA – mas que era de natureza reservada daquele fórum, embora circulasse nas bases militares. O semanário justificou a divulgação do texto por considerar que ao transcrever o documento estava prestando “um relevante serviço ao 25 de Abril” (Idem: p. 12). De cunho revolucionário, Gonçalves defendia a transformação do aparelho de Estado, já que a “questão central do socialismo é a do poder”; e para que os trabalhadores acenderem ao poder, o que implicaria na existência de uma “vanguarda política”. Para tanto, exigiria uma “correcta definição do inimigo na fase actual do processo”. “Esse inimigo é, única e exclusivamente, o capitalismo e todas as organizações ou elementos isolados que, directa ou indirectamente, o servem”. No Estado proposto por Gonçalves não havia espaço para a democracia parlamentar, pois nem sequer eram mencionados a Assembleia Constituinte e o Estado Democrático de Direito.

O texto de Gonçalves, após a divulgação em o *Expresso*, foi publicado em outros jornais, com um preâmbulo do Primeiro-Ministro, em que louvava a “honestidade revolucionária de todos os jornalistas que embora tendo conhecimento do documento não o publicaram” (OJ, N13, 25/7/75, p. 2). Cáceres Monteiro, da equipe de *O Jornal*, assim se posicionou acerca: “*O Jornal* conhecia o documento, não revelou, de acordo com a natureza reservada – que atribuíram, e que entretanto foi já tornado público” (Idem).

O Jornal, mais uma vez, cobrou direta e explicitamente o MFA, ao colocar o seguinte título na capa: “Senhores do MFA: resolvam lá isto – a malta está farta!” (OJ, N13, 25/7/75: p.1). E o texto, que acompanhava o título, colocava que era missão do semanário “interpretar, explicar, justificar, analisar, numa perspectiva crítica, a actuação do Poder (...) alertar o Poder para o sentimento popular”. Portanto, a um só tempo, investia como porta-voz da população e conselheiro do MFA. O texto asseverava que o clima de indefinição política ainda não estava superado, pois “uma onda de descontentamento popular que radica na deterioração do nível de vida, já de si bastante débil, da maioria dos portugueses”, com o “agravamento da crise económica, o impasse do comércio externo e a insistência em governar e produzir sem estruturas”.

A coluna de Marcelo Rebelo, em *Expresso*, na última semana de Julho, apresentava os cenários que se vislumbravam ao crítico momento. Portanto, a AC entrava apenas como tema secundário. O colunista acusava o PC de manter uma dupla estratégia: revolucionária e reformista. Para Rebelo, os comunistas, “sob uma capa de cortesia formal”, assumiam a defesa de seu projeto de Constituição, “acentuando o carácter revolucionário de sua proposta política” (EX, N134, 27/7/75, p. 2).

Para Rebelo, de um lado estava o projeto de ditadura do proletariado, “revestindo o mecanismo de uma democracia popular, e esconjurando os esquemas políticos

(eleitorais e outros) dos países capitalistas”. Do outro, que “pretende manter os esquemas de participação política vigentes em múltiplos países da Europa Ocidental” (Idem).

Na AMFA, em finais de Julho, o presidente Costa Gomes, muito cauteloso, destacou o descontentamento crescente da população com o MFA e que era o momento de se ser pragmático e colocar à parte as ideologias. Contudo, não tocou no cerne da questão: a curva, cada vez mais à esquerda, para qual marchava a revolução. Externou também sua preocupação relativa à possibilidade de isolamento de Portugal: “O nosso comércio externo, nos dois sentidos, depende do Ocidente mais de 80% (...) Parece-me que a independência nacional não pode ser conseguida a curto prazo por qualquer via que envolva a hostilização do Ocidente” (EX, N134, 27/7/75:p.1). Costa Gomes fazia o contraponto ao discurso de Vasco Gonçalves, que propusera uma maior aproximação de Portugal com os países do Leste. O marcante, porém, naquela assembleia, foram as ausências de Canto e Castro, Costa Neves, Melo Antunes, Vítor Alves e Victo Crespo, conforme noticiaram *Expresso* e *O Jornal*. Por conseguinte, as divisões políticas e ideológicas no MFA deixavam de ser especulações da imprensa, e já estavam às claras. Enquanto a disputa política se acirrava nas ruas e nos quartéis, em São Bento, os deputados chegaram à convivência pacífica, embora sem abandonarem as clivagens ideológicas. Para *O Jornal*, era uma “aragem de boa vontade que terá entrado pela clarabóia do hemiciclo de São Bento quando menos se esperava” (OJ, N13 25/7/75: p. 32). Apesar da ausência dos deputados do PC e do MDP nos debates realizados de antes da Ordem do Dia, eles participavam ativamente dos trabalhos constituintes. Mesmo com discordâncias secundárias, o esboço do diploma era consensual (DAC, N 23). Assim, oito comissões temáticas estavam responsáveis pelos diversos títulos do articulado: ‘Princípios fundamentais’, ‘Direitos e deveres fundamentais’ (princípios gerais e direitos,

liberdades e garantias), ‘Direitos e deveres fundamentais’ (direitos e deveres económicos, sociais e culturais), ‘Organização económica’, ‘Organização do poder político’ parte I (Princípios gerais, Presidente da República, CR, MFA, Assembleia Legislativa, Administração Pública e Forças Armadas), parte II (Tribunais), parte III (Poder local) e ‘Açores e Madeira’.

III. VII - Partículas soltas ao ar - No contexto europeu, a revolução portuguesa continuava a causar ansiedade nos círculos de poder. Durante a Conferência de Segurança e Cooperação Européia, na Finlândia, o General Costa Gomes foi questionado pelos ingleses Harold Wilson e James Vallaghan, pelo chanceler alemão Helmut Schmidt, e pelo Primeiro-Ministro holandês Joop den Uyl sobre o Caso *República*, a baixa produtividade das firmas inglesas e alemãs estabelecidas em Portugal, o processo político em curso, as liberdades individuais, em especial a de informação, – e o Pacto pré-eleitoral e o papel dos partidos políticos (EX, N 135 2/8/75: p.1).

Tais preocupações dos dirigentes europeus iam ao encontro do noticiário veiculado pela mídia européia relativo a Portugal. Esses veículos eram alimentados por infinitas fontes de informação. Assim, cada um dos membros do Governo ou do CR dava opiniões pessoais sobre qualquer tema, sem a menor parcimônia. Como recorda o jornalista José Rebelo²⁹, “não havia país melhor para os jornalistas. Para os jornais estrangeiros, era mais fácil ainda o acesso às fontes. Todos os sectores queriam falar, dar entrevistas: a Intersindical, os partidos, o governo, os membros do MFA. As fontes eram muito abertas”. Às vezes, porém, as entrevistas à mídia estrangeira geravam constrangimentos e arrependimentos. Um bom exemplo de entrevistas pouco cuidadosas aos meios

²⁹ Depoimento à autora deste trabalho.

informativos estrangeiros foi a notícia publicada no mais prestigiado jornal da Escandinávia, o sueco *Dagens Nyheter*, ao qual declarava o Ministro da Comunicação Social, Correia Jesuíno, que não se alinhava à corrente moderada liderada por Melo Antunes, bem como ao agrupamento de esquerda liderado por Saraiva de Carvalho. No entanto, Jesuíno teria dito ser favorável a uma sociedade sem partidos e sindicatos. Claro que a repercussão de tais declarações levaria ao Ministro negar a autoria de suas supostas afirmativas, porém, sem sucesso.

Ainda sobre a Conferência de Helsinque, *O Jornal* colocava um título bem pessimista: “Europa prepara-se para bater as portas na cara de Portugal” (OJ, N14, 1/8/75: p. 32). A reportagem de Joaquim Letria apresentava aquela cimeira como importante para os soviéticos, principalmente pelo facto de lá ter tratado sobre a inviolabilidade das fronteiras, questão relevante ao Bloco do Leste. Portanto, Brejnev tudo faria para selar aquele acordo com o Bloco Ocidental. Naquele jogo de xadrez mundial, Portugal era peça de barganha política entre os blocos (Idem).

Segundo Szulc, correspondente de *The New York Times*, em texto divulgado em *O Jornal*, em Fevereiro do ano seguinte, no ‘Verão Quente’ de 1975, a CIA “teve numerosos contactos com certos grupos no Norte de Portugal, nas regiões em que a multidão encolerizada incendiou e destruiu as sedes do PC”. Estes contatos tinham como base setores da Igreja. Disse também que, ainda no ‘Verão Quente’, agentes da CIA estiveram em contato com Spínola, em Paris (OJ, N43, 20/2/76: p. 17).

O Secretário do Departamento de Estado norte-americano, Henry Kissinger, em agosto de 1975, questionava junto aos aliados europeus sobre a permanência de Portugal na Nato: “Devemos perguntar-nos se uma forte influência comunista num governo é

compatível com a participação numa aliança cuja razão de ser é resistir à agressão comunista” (Bidem).

O perigo vermelho estava nas páginas de o *Expresso*. A coluna de Marcelo Rebelo, em o *Expresso*, começava com uma estranha citação de Joseph Staline, onde havia dois poderes: o governo provisório eleito pela ‘Duma’ e os ‘Soviets’ (EX, N 135 2/8/75:p 2). Por conseguinte, o diretor-adjunto do semanário comparava a conjuntura russa de 1917 à formação do V GP em Portugal: “A questão da escolha entre duas alternativas ideológicas encontra-se no cerne do acesso e exercício do poder político” (...) “Apesar de, em Portugal, em 1975, não haver *soviet* eleito, e o GP nascer e viver sem dependência da Duma (Constituinte). O que interessa não é o paralelismo (ou não) das formas externas, é a natureza da opção ideológica (para os marxistas, opção de classe) que está na base da actual encruzilhada política”.

Dessa forma, *Expresso* acentuava o seu combate à esquerda, em especial ao PC, e alertava os seus leitores que, após a divulgação do documento-guia do MFA, a esquerda, do MES à MRPP, “todas as organizações com uma presença significativa na cena política portuguesa lançam-se hoje no grande salto em frente do poder popular”. Acerca da posição do PC, entretanto, pontuava que os comunistas procuravam “a todo o transe não perder o comboio do movimento de massas, cuja dinâmica o ultrapassa”, comentava Vicente Jorge da Silva (Idem, p. 4).

III- VIII - Onde nasce o poder? - Na AC, a 1ª Comissão apresentava ao Plenário o seu parecer relativo aos Princípios Fundamentais da Constituição. Segundo a reportagem de o *Expresso*, o texto apresentava um meio-termo entre os projetos do PCP e MDP/CDE; por outro lado, do PPD e CDS. O consenso era difícil de ser logrado em São Bento. De

um lado, para PC e MDP, o texto representava “a adopção de uma fórmula não revolucionária, desvirtuando todo o conteúdo da Constituição desde o seu início”. Para PPD e CDS, o texto consagrava em excesso fórmulas dogmáticas de inspiração marxista. “Verdadeiramente contente com a plataforma encontrada só se encontra o PS, que considera-se ter obtido uma solução com fundamento marxista e sem os pecados da ortodoxia perfilhada pelo PCP” (Ibidem:p. 5) .

No meio da reportagem, *Expresso* fez uma correção a um texto seu publicado em edições anteriores: “Rectificar o facto de, em comentário ao projecto de Constituição do PCP, termos declarado que ele não consagra a proibição da pena de morte; por outro lado, as referências às organizações unitárias de base do mesmo projecto, embora encontrando-se dispersas, são relativamente numerosas, e quase tanto quanto as do Projecto do MDP”. Pela leitura dos Diários da AC, percebe-se a riqueza dos debates estabelecidos acerca dos ‘Princípios fundamentais’. Entretanto, *Expresso* apenas situou os campos ideológicos em confronto e, portanto, não detalhou os pontos que causavam as divergências. Nota-se que *O Jornal* não noticiou tais debates. Claro que o momento político complexo exigia um fôlego jornalístico, pois eram muitos factos concorrentes em uma mesma semana, e, alguns, como os verificados na AC, perdiam importância na definição das pautas a serem trabalhadas pelos repórteres e articulistas.

Eis o resumo do articulado, com 11 artigos, dos ‘Princípios fundamentais’: a República portuguesa estaria empenhada na transformação de uma sociedade sem classes, dentro de um Estado democrático, em que haveria pluralismo de expressão e organização política. Por sua vez, o MFA participaria com o povo no exercício da soberania, na qual os partidos concorreriam para a organização e expressão da vontade popular. Prevvia-se a descentralização democrática da administração pública. A respeito das relações

internacionais de Portugal, aquelas se pautariam pela “abolição de todas as formas de imperialismo, de colonialismo e de agressão”, bem como se defendia a dissolução dos blocos político-militares. Entre as tarefas do Estado, estava a socialização e coletivização dos meios de produção (DAC, N 24, pp.599 a 608).

Nos longos debates que se seguiram à apresentação do texto referente à primeira parte da futura Constituição, PPD e CDS, embora concordando com a generalidade do texto, pontuavam algumas discordâncias. Enfatizavam a coletivização dos meios de produção, que deveria ser abolida do texto. Por outro lado, acreditavam na necessidade de explicitar a República, pois esta seria “um Estado de direito organizado segundo o princípio da divisão dos órgãos de soberania e com directa subordinação à Constituição” (Idem, p. 610). Aspectos menores eram levantados pelo PPD, tal como a substituição da expressão ‘pelas classes trabalhadoras’ por ‘pelos trabalhadores’, onde se tratava da construção da sociedade socialista. De seu turno, Amaro da Costa (CDS) declarou, em nome do partido, que embora houvessem discordâncias, os representantes da bancada na Comissão votariam a favor de todos os artigos, em nome do consenso: “As plataformas de acordo são sempre as de acordo possível, aqui e agora” (Ibidem: p. 6).

Já a bancada comunista argumentava que em pontos fundamentais o texto não respondia ao momento revolucionário, pois o Estado deveria ser caracterizado como ‘revolucionário de transição’. O PC lamentou que a comissão houvesse rejeitado a inclusão no articulado de termos como ‘classe operária’, ‘nacionalização’, ‘latifúndios’. Em adicional, entendia que o projeto “marginalizou o MFA” e “ignorou as organizações populares”, pois a “correcta caracterização do Estado exige a definição do poder”. Propunha que se incluíssem nos organismos de soberania as organizações populares, órgãos revolucionários e órgãos representativos (DAC, N25: pp. 621-622).

Em síntese, PPD e CDS tentavam imprimir características de um Estado Democrático de Direito, e o PC – com o apoio do MDP – buscava empurrar o Diploma para um Estado socialista, embora não ficasse claro se este seria aos moldes das repúblicas populares que vigoravam ao Leste, já que reconhecia os partidos, a pluralidade, as liberdades de expressão e organização, entre outras características da democracia.

Os socialistas nada criticavam no texto. Por conseguinte, António Reis (PS) classificou as críticas feitas pelos comunistas de “nominalistas e esquerdistas”. Ironizou: “É um texto constitucional e não um panfleto” (Ibidem: p. 624).

No período de antes da Ordem do Dia, na sessão em que seria votado o texto dos ‘Princípios fundamentais’, na generalidade, a AC viveu mais uma guerra ideológica. Desta vez, PS e PC eram os protagonistas. O líder socialista Lopes Cardoso, ao se referir aos ataques que pululavam pelo país às sedes das organizações de esquerda, entre elas as do PC, pronunciou que “quem semeia ventos colhe tempestades” e que “as violências praticadas contra nossos militantes encontraram agora a sua contrapartida na cólera popular que se manifesta em certas regiões do país contra os aprendizes de feiticeiros” (DAC N26, p. 639). Por conseguinte, as bancadas do PC e do MDP retiraram-se do plenário em meio a insultos recíprocos. O PC, então, encaminhou à Mesa uma nota em que explicava a sua saída. Quando um dos secretários da AC lia a nota, o deputado socialista Mário Mesquita tentou impedir a leitura, pois aquela era um “bilhetinho de corredor”. Porém, o Presidente garantiu a leitura do pronunciamento pecepista.

O Presidente Henrique de Barros propôs o adiamento da votação do articulado em tela pela ausência da bancada do PC, em consonância à posição do PS. Entretanto, Mota Pinto (PPD) pontuou a necessidade de se seguir o Regimento Interno, pois havia *quorum* para a votação. Barros não teve saída, e então se procedeu à votação. Foram 85 votos a

favor e 81 abstenções, votação insuficiente para se aprovar qualquer projeto. A bancada socialista negou a votar o articulado sem a presença do PC. O projeto, portanto, foi votado no dia seguinte (DAC 26: p.656).

Durante a votação, a bancada do PC absteve-se e Vital Moreira fez longa declaração de voto, quando mostrou certas contradições. Ao mesmo tempo em que reconhecia os avanços apresentados no projeto da comissão frente aos projetos originais apresentados pelos partidos, absteve-se. Para Moreira, faltava aos 'Princípios Fundamentais' a delimitação clara do inimigo da revolução, o "capitalismo monopolista". "O projecto da comissão ultrapassa os projectos do CDS, PPD e mesmo do PS", disse. Nos órgãos da soberania, em seu entendimento, o projeto resolvia parcialmente o problema ao colocar o MFA no exercício da soberania, mas faltava afirmar a "base social, de classe, da revolução". A bancada pecepista também discordava da palavra 'pluralismo', que era entendida como "peça fundamental da ideologia política burguesa" e propunha sua substituição pela palavra "pluralidade" (DAC, N 27: p. 674-681). O mais estranho na posição do PC fora o facto de a agremiação ter conseguido levar à esquerda o texto, o que o próprio Moreira admitia; porém, ao invés de considerar isso uma vitória, rogava-se derrotado. Mas na votação nominal de cada artigo, na sessão seguinte, o PC voltou a tentar aprovar seus princípios.

A reportagem de o *Expresso* não possibilitou o entendimento da polémica³⁰ que antecedeu à votação. Assinalou apenas algumas particularidades: "O atraso na votação do artigo 1º, pois o PS fez questão de só votá-lo com o PCP presente na sala, adiando por 24 horas a votação. A ampla coligação PS-PCP-CDS que votou este artigo com a oposição do PPD e UDP, a renitência do PS em aceitar a expressão 'Estado de Direito',

³⁰ Como a cobertura aos trabalhos era mínima pela imprensa portuguesa, os factos ocorridos em São Bento precisavam ser bem explicitados por o *Expresso* para que o leitor os entendesse.

defendida pelo PPD e pelo CDS, preferindo a de legalidade democrática, o escasso debate que mereceram os artigos de teor essencialmente técnico-jurídico e a tentativa do PCP para adoptar uma fórmula quanto a Macau, que o deputado respectivo repudiou” (EX, N 137, 9/8/75: p. 16).

O semanário não poupou críticas à atuação dos socialistas em São Bento: “Para efeito, continua a dizer assumir a coerência de uma posição marxista, e com isso tem votado sistematicamente o parecer da comissão, com o apoio do PCP (...) actuação muito hábil: antes da ordem do dia assume, para efeitos externos, uma imagem de partido de oposição; na Ordem do Dia salienta a sua opção marxista” (Idem).

Os cinco deputados do MDP, depois que saíram do hemiciclo em protesto ao discurso de Lopes Cardoso, não retornaram nos dias posteriores. A correlação de forças para se aprovar as leis mudava sessão a sessão, pois dependia da assiduidade dos constituintes. As bancadas do PPD e do CDS eram as mais assíduas, enquanto as do PC e do PS registravam inúmeros faltosos, como no dia da votação do relatório da 1ª Comissão, em que apenas 17 dos 30 comunistas estiveram presentes (DAC 27:p. 666). A análise de o *Expresso* era contundente: “O CDS assumiu um papel numericamente importante”. “Como para a provação do articulado são necessários, pelo menos, 126 votos (...) tem sido comum o fenómeno de PS mais PCP não atingirem 126 votos. Isto porque reforça a posição autónoma do PPD, que pode paralisar votações, também valoriza os 16 votos do CDS” (EX, N 136,9/8/75: p. 16).

A reportagem de *O Jornal*, por sua vez, não aludiu à votação em generalidade do título ‘Princípios fundamentais’, mas detalhou as votações de cada artigo, inclusive, transcrevendo-os quase na íntegra. No artigo 1º, o PPD lutou pela retirada da expressão ‘sociedade sem classes’. Porém, foi derrotado neste destaque. Assim, aprovaram o artigo

o PC, o PS e o CDS, com a oposição do PPD. No artigo 2º, o PC queria substituir a palavra 'pluralismo' por 'pluralidade', e o CDS pretendia suprir a expressão 'pelas classes trabalhadoras', relativa ao exercício do poder. Derrotados nos seus destaques, o texto da comissão fora aprovado pelo PPD e PS e com as abstenções do CDS e PC. No artigo 3º, PPD e CDS estavam unidos ao proporem a inclusão da expressão 'Estado de Direito', mas vingou a aliança do PS e PC, que era contrária. (OJ, N15, 8/8/75: p. 32)

A tentativa de retirar da AC qualquer relevância ganhou especial atenção quando o Ministério da Comunicação Social enviou ao CR um projeto de lei sobre os meios de comunicação, justamente no instante em que os projetos relativos à comunicação social eram debatidos em São Bento. Ou seja, a AC existia para estabelecer o marco legal do país e, enquanto nisto trabalhava, uma outra instância de poder tentava aprovar uma lei que era objeto genuíno da Constituinte. No período de antes da Ordem do Dia, principalmente os deputados do PPD e do CDS criticaram o projeto de Correia Jesuíno (DAC, N 2, pp.669-670).

Na semana anterior ao projeto Jesuíno circular pela imprensa, *Expresso* já denunciava sintomas inquietantes da censura pública e interna, pois a V Divisão do EMGFA passou a recomendar que os telegramas das agências noticiosas sobre Angola passassem a ser por ela previamente apreciadas (EX, N 135, 9/8/75: p. 6).

Desde quando eclodiu o Caso República, a revisão da Lei de Imprensa, em vigor desde janeiro de 1975, era proposta por setores mais radicais, inclusive o próprio Jesuíno. O projeto em epígrafe pretendia regular o jornal impresso, o rádio, a TV e o livro. Porém, como já se estava em refluxo a linha de Vasco Gonçalves, o projeto morreu antes mesmo de existir. Segundo *Expresso*, tal projeto iria "agravar as penas da Lei da Comissão Ad Hoc, suprimir a faculdade de recurso e sancionar condutas tipificadas de forma muito

mais vaga do que já inconstitucional Ad Hoc” (EX, N 136, 9/8/75: p. 2). O semanário denunciava o risco de a liberdade de expressão estar ameaçada, e historiava: “Já a Comissão para a elaboração da Lei de Imprensa iniciara os seus trabalhos e o *Expresso* é multado a 24 contos por uma notícia publicada em setembro de 1974: ‘105 oficiais da Armada obrigados a passar à reserva’. Durante o longo período que iria até à publicação da Lei de Imprensa (já na vigência do III GP), entre muitos outros órgãos de informação notoriamente progressistas, o *Expresso* seria novamente multado. Isso sucederia numa sequência de notícias a 7 de Novembro, sob o título ‘Hierarquia em questão, nas FA’”. *Expresso* disse que chegou a acreditar que a entrada em vigor da Lei de Imprensa colocaria termo, em definitivo, à repressão administrativa, estabelecendo a exclusiva competência judicial.

Depois de 28 dias de quase paralisia do Governo, tomava posse o V GP, sem a presença do PS e do PPD, e com Vasco Gonçalves à frente. No entanto, como uma bomba, circulava o ‘documento dos nove’. O *Jornal* estampava na capa: “Tentativa de saída para a Revolução – ‘Moderados do MFA tomam posição de força’”, texto seguido das fotos de Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vitor Crespo e Victor Alves EX, N 132, 12/7/7: p. 1). Ao mesmo tempo, já noticiava que o Diretório do CR posicionara-se contrário à divulgação do documento: “Condena firmemente esta atitude, que considera gravemente perturbadora do processo revolucionário em curso, divisionista e visando possibilitar o prolongar da actual crise política na véspera da posse de nosso governo” (Idem).

O documento ganhava simpatias nas unidades militares do país, nas quais eram realizadas assembleias para discuti-lo, como noticiaram *O Jornal* e *Expresso* (OJ, N15,8/8/75 e EX, N136, 9/8/75: p. 1). No título de o *Expresso* havia alegria: “Amplio apoio ao documento dos nove”. Já na AC, o documento era elogiado em discursos de

deputados do PPD e do PS, que aproveitavam aquele espaço para aprovar moções de apoio ou de protesto relativas aos principais atos da vida nacional. Entretanto, o PC e o MDP continuavam ausentes daquelas discussões, o que facilitava a aprovação de tais moções, como a de apoio ao ‘Documento dos nove’ (EX, idem: p. 16). O PS, além de propor moção de apoio ao ‘documento dos nove’, propôs outra, a de repúdio à suspensão dos nove do CR pelo ‘trunvirato’. Houve apenas dois votos contra: o do deputado da UDP e do deputado do PCP que era membro da mesa (EX, N137, 15/8/75, p. 5 e DAC, N 30: p. 770).

O grupo Melo Antunes denunciava as manipulações existentes no MFA de “politiqueiras de partidos e de organizações de massas, acabando por se ver comprometido com determinado projecto político que não correspondia nem à sua vocação inicial nem ao papel a que dele se esperava a maioria da população do país”. O documento denunciava a manipulação da imprensa estatizada e o Projeto de Comunicação Social que estava em pauta, que apenas serviria de “ferro de lança apontando aos últimos e resistentes baluartes da imprensa livre neste país” (OJ, N15,8/8/75: p. 2).

A um só tempo, o documento, ao repudiar as “formas selvagens e anarquizantes do exercício do poder” que se verificavam, rejeitava os “modelos das democracias populares pró-orientes” e dos regimes social-democratas ocidentais. A construção para o socialismo deveria ser gradual e pacífica, em um modelo inseparável da democracia política e do pluralismo partidário.

Por sua vez, Cunhal, ao sentir que o V GP navegava contra a corrente e que o descontentamento com Gonçalves ganhava fôlego, com a ampla adesão ao ‘documento dos nove’ nas unidades militares, declarava que a solução encontrada não excluía possibilidades de recomposições, reajustes e reconsiderações que pudessem aumentar a

eficiência do governo. Para o *Expresso*, as declarações de Cunhal poderiam ser “o princípio de um possível fim do apoio incondicional e exclusivo do PCP a Vasco Gonçalves, abrindo a porta para alternativas” (EX, N 137 15/8/75: p.5).

Costa Gomes e Saraiva Carvalho já admitiam a saída do Primeiro-Ministro. *Expresso* atacava-o mortalmente. Dias antes, Gonçalves hostilizara alguns jornais, entre eles *Expresso*, que foram qualificados de “pasquins, libertinos de informação”. O semanário abriu duas páginas completas para ataques frontais a Gonçalves, com apenas dois magros anúncios a ocupar uma pequena fatia do espaço. Um dos títulos era bem sugestivo: “Vasco Gonçalves: de militar da média burguesia a instrumento do PCP” (N 138, 23/8/75: p.13). No meio dos artigos, respondeu às provocações do Primeiro-Ministro ao reproduzir uma entrevista de Saraiva Carvalho, de 17 de Maio de 75, em que elogiou o semanário: “Considero o *Expresso* ao longo de sua carreira: se antes do 25 de abril era um jornal claramente avançado, depois dessa data ele está perfeitamente inserido no processo revolucionário. Não vejo, através das análises do jornal, qualquer atitude contra-revolucionária”. (Idem: p.14).

O Gabinete do Primeiro-Ministro havia divulgado um comunicado contra *Expresso*. Dizia a texto: “Refere várias vezes ao Gabinete do Ministro, fazendo-o de forma mentirosa. É mentira que ‘o próprio Gabinete do Primeiro-Ministro colaborou na sua difusão (do chamado documento do Copcon), aconselhando vivamente jornalistas estrangeiros que por ali passavam e não só sobre ele reflectirem”. É mentira que “um homem do seu gabinete e confiança, o oficial marinho Lopes Mendonça, ”estivesse estado em Braga, quando dos acontecimentos que envolveram o saque e destruição das sedes de organizações progressistas (...) volta a mentir quando afirma ter o Gabinete do Primeiro-Ministro “pedido o Ministério dos Assuntos Sociais que lhe elaborasse uma lista que, de

acordo com os escalões profissionais, fixasse o valor da caução atribuível a cada técnico que saia ao estrangeiro” (...) mente quando afirma que foi o recém-nomeado para o Gabinete do Primeiro-Ministro um oficial que “tinha acabado de ser nomeado em vésperas do 25 de abril para o Gabinete do então presidente do Conselho Marcello Caetano” (Bidem, p.14). Na resposta publicada, *Expresso* reconhecia que “das quatro notícias desmentidas, duas são totalmente verdadeiras. Uma é um erro de facto que resultou de uma informação incorreta que nos foi dada, outra está formulada de modo impreciso, mas mantém-se correcta no fundo”. A essa altura, a tiragem do jornal era de 130 mil exemplares.

Na manifestação da FUR, da qual o PC participava, foi proferida a palavra de ordem “dissolução da Assembleia Constituinte já” (OJ, N19 5/9/75: p.3 e EX, N139 30/8/75: p. 2). Criticando a dupla tática do PC, ironizava o *Expresso*: “Neste mesmo dia (...) um despacho do Presidente da República em que autorizava o prorrogamento da Assembleia por três meses”. Citou então o editorial de *Avante!* ‘da mesma forma a desejável aproximação e união das forças de esquerda não poderia fazer-se na base de uma atitude destrutiva em relação à actual AC’ “(EX, Idem: p. 2). E continuava *Expresso*: “assistia-se ao facto insólito de dois partidos com assento na Constituinte se associaram a uma manifestação unitária que pedia a dissolução daquele órgão” (EX, ibidem: p. 12).

Entretanto, a FUR, nos dias subsequentes, registrava a saída do PC, que propunha a participação dos socialistas em uma suposta reunião da Frente com militares, o que levou à discordância das sete organizações esquerdistas participantes daquele fórum (OJ, N19, 5/9/75: p.7).

Na escalada de *Expresso* no combate ao PC, foram publicados, em oito edições, seis artigos - cinco de Freire Antunes e um de António Dias, militantes do MRPP-, o mais feroz

crítico de Cunhal e seus camaradas dentre todas as organizações de esquerda. Os artigos tocavam uma nota só: o PC. As críticas eram grotescas e pouco afeitas ao esclarecimento do debate político: “O PCP, logo após o desembarque de Cunhal no aeroporto, vindo da doce vida de lorde moscovita, organizou o assalto a este país com a voracidade de um colono. Começou por arregimentar e assalariar um exército de funcionários, entrando por ele adentro tudo o que é corrupto e vendido aos fascistas” (EX, p.N 139 30/8/75: p. 8). Este artigo do militante do MRPP era acompanhado, na mesma página, por dois outros que também atacavam o PC, embora de forma mais elegante, ao apresentar argumentos contundentes (Idem).

Em adicional, em reportagem de uma página, *Expresso* explicava aos seus leitores quem era o MRPP: “Desempenha um papel fundamental no movimento sindical português (...) é considerado o maior e mais influente partido marxista-leninista da Europa ocidental, salvas as proporções de Portugal”. E chegava ao ponto de interesse: “Nunca apoiou o Programa do MFA, acusando-o de constituir uma plataforma de entendimento entre as diversas facções da burguesia e entre as clientelas políticas dos imperialismos interessados em nossa pátria (...) acusa o PC de fascista e o PS de social-fascista”. Na sequência, um artigo de Freire Antunes, mais uma vez, tinha o PC como maior alvo. Na mesma página, ocupando menos da metade do espaço, há o artigo de António Veríssimo Ferro, em que critica artigo do mesmo Antunes, chamando-o de “grupelho pseudo-esquerdista” (EX. N 140, 13/9/75: p.15). Enquanto *Expresso* abria espaço ao MRPP, militantes da organização maoista e do PC confrontavam-se nas ruas lisboetas, inclusive redundando em feridos (EX, N 143, 29/9/75: p. 1).

III.IX - A imprensa será livre? - O ritmo dos trabalhos em São Bento acelerava, pois aos deputados do PS, CDS e PPD a definição do marco jurídico em curto espaço de tempo era imprescindível para frear o avanço daqueles que, a todo custo, buscavam a dissolução da AC. Nesse contexto, o editorial de *Expresso*, ao levantar a possibilidade de golpe de direita, procurava orientar o trabalho dos deputados. “É indispensável que a Constituinte acelere os seus trabalhos, reunindo dia e noite se preciso, de modo que as eleições gerais possam efectuar-se dentro do mais curto prazo” (EX, N 140, 6/9/75:p. 9). Observa-se que *Expresso* começava a mudar sua tática em relação ao PC, ao dar um tratamento mais amistoso aos comunistas parlamentares, e, ao mesmo tempo, ao continuar com críticas ferozes ao PC das ruas e controlador dos jornais estatizados. Afinal, se os comunistas tinham duas táticas, *Expresso* também os combatia com duas táticas. Um exemplo foi a votação do texto constitucional relativo ao direito da família e sociedade conjugal. Noticiou *Expresso*: “Sob a influencia do PCP, foram aprovadas disposições que abrem novo rumo na História do Direito da família, na igualdade de direitos entre marido e mulher, e entre filhos legítimos e ilegítimos” (N 139, 30/8/75: p.12). Na votação dos artigos relativos à liberdade e aos direitos fundamentais, onde se insere a questão da liberdade de imprensa, os debates foram os mais calorosos e profundos verificados na vida da AC, pois elucidaram as divergências de fundo dos partidos. Por conseguinte, o PC foi obrigado a mostrar-se, sem subterfúgios, sua verdadeira face. Porém, *O Jornal* não noticiou tais debates, e *Expresso*, por sua vez, não conseguiu ou não quis transmitir aos seus leitores a profundidade do tema em tela, embora o texto tenha sido fiel aos factos. Segundo *Expresso*, a aprovação foi relativamente tranquila. No tocante ao direito à informação, “coube ao PPD apresentações que foram, em sua esmagadora maioria, aprovadas”. Para tanto, no plenário, PS e PPD atuaram

conjuntamente, ao apresentarem propostas que consagraram as liberdades de expressão e do pensamento, e, ao mesmo tempo, “vedando qualquer tipo de censura, a natureza jurisdicional das sanções aplicadas aos órgãos de Comunicação Social e limitando remissões para a lei ordinária” (Idem). Por sua vez, PCP e MDP bateram-se pelo estabelecimento de limites constitucionais à liberdade de imprensa, porém foram derrotados ao tentarem remeter para lei ordinária tal ato. O *Semanário* ponderou, entretanto, que “talvez devido à sensibilidade de Vital Moreira” este corrigiu a palavra de eliminação do número de remissões às leis ordinárias e que consagrava a aplicação judicial de sanções. Vital dissera: “Foi um lapso de escrita”.

Cabe destacar que o diretor e o diretor-adjunto de o *Expresso*, Francisco Balsemão e Marcelo Rebelo, respectivamente, abstiveram-se da votação relativa à participação dos trabalhadores das empresas jornalísticas na definição de sua orientação ideológica, defendendo que a Constituição deveria também prever a participação de outros trabalhadores, além de jornalistas. O PS, PPD e CDS votaram pelo artigo da Comissão; o PCP e o MDP contra (Ibidem).

O ponto alto dos debates foi entre o jornalista Mário Mesquita (PS) e Vital Moreira (PC). De seu lado, Mesquita, ao defender o fim de toda a qualquer censura, recorreu a Trotsky para quem “só os cegos ou os pobres de espírito podem pensar que proibir a imprensa reaccionária permitirá aos trabalhadores e aos camponeses libertarem-se da influência das idéias reaccionárias”. Mesquita atacou o PC ao enfatizar que não se poderia considerar a censura “como uma coisa boa se for posta ao que se julga ser ao serviço das classes trabalhadoras” (DAC, N 32: pp 839-840). Por outro lado, Moreira, por entender que a Carta Magna deveria estar em consonância ao período revolucionário de

construção do socialismo, argumentava que “nas mãos fascistas, liberdades são instrumento privilegiados da contra-revolução” (Idem: 844).

Para o artigo correlato à imprensa, a proposta da comissão³¹ estabelecia a independência dos órgãos de comunicação estatizados perante o Governo e a administração pública, bem como se assegurava a “possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião”. Caberia à Assembleia Legislativa Popular a regulamentação daqueles órgãos mediante um estatuto de informação. Os conselhos de informação a serem criados seriam integrados, proporcionalmente, “por representantes indicados pelos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa Popular” (DAC, N 40: p. 1117).

Na realidade, tal articulado, que foi aprovado, era a primeira grande vitória da AC frente ao MFA e aos outros organismos militares, ao retirar-lhes todos os poderes à imprensa, estatal ou privada. O PC, entretanto, refutou com veemência a proposta, ao enfatizar que o “Governo e o MFA ficariam sem qualquer possibilidade de intervenção na orientação da televisão, da EN e dos jornais nacionalizados (...) em vez de jornais nacionalizados passaríamos a ter jornais partidarizados”, discursou Moreira. Aos comunistas, os órgãos estatais deveriam “promover a mobilização e a conscientização de todo o povo português na construção do socialismo” (Idem: pp. 1118-1119).

Mesmo sem a Carta Magna estar concluída, os artigos já aprovados começavam a repercutir no dia-a-dia da política. Na árdua discussão para a formação do VI GP, além da economia, a questão da informação foi o ponto nevrálgico. Conforme destaca *Expresso*, PS e PPD sustentavam pontos de vista muito divergentes dos do PCP neste tema, pois as duas agremiações propuseram que as orientações a serem seguidas pelo governo deveriam ser “os princípios já votados pela AC”. No entanto, o “PC argumentava que a

³¹ Quando de aprovação inicial era o artigo 26; porém, na aprovação final do Diploma, a temática da imprensa correspondeu ao art. 37.

adoção do princípio da proporcionalidade levaria a um controle da informação pública pelo PS e PPD. Cunhal propôs a distribuição dos diários pelos partidos, ideia muito bem acolhida por Pinheiro de Azevedo e Mário Soares” (EX, N 141, 13/9/75: p.10).

Ao mesmo tempo em que a AC definia os rumos da imprensa, entrara em vigor a “Lei da Censura Militar”, que cerceava o direito da imprensa divulgar notícias relativas a acontecimentos ocorridos em unidades militares. Mas sua vida fora bem curta. *Expresso* noticiava que era provável que o CR decidisse “em breve a revogação da lei de controle da informação”, pois o “capitão Vasco Lourenço e o comandante Ramiro Correia, em representação do CR, reuniram-se com os diretores dos órgãos de informação, pretendendo ouvir opiniões sobre a lei. Perante a unanimidade dos presentes na condenação do que tem sido qualificado como “nova censura”, Ramiro Correia afirmou que transmitiria esse consenso aos outros membros do CR, pronunciando-se a favor da revogação” (EX, N 141, 13/9/75: p1).

O Deputado Balsemão, na AC, pronunciou um contundente discurso acerca da ‘Lei da Censura Militar’ aprovada pelo CR. Aliás, fora uma das três intervenções em plenário que fizera durante sua permanência na AC: “Os homens que, em atitudes cada vez mais cupulistas, decidiram tomar conta do Poder deste país; parecem querer ser também os novos censores (...) A eles, aos 24 revolucionários conselheiros, compete, quais juízes políticos aplicar sanções que não apelo nem agravo (...) o que vai resultar na prática é censura interna, a autocensura, a tentação de consultar as autoridades militares”. Balsemão citou o sociólogo Edgar Morin, o que deu mais consistência às suas palavras, pois segundo o intelectual francês, “a idéia de que é preciso pagar por uma privação de liberdade a aquisição de um pouco de igualdade deve ser denuncia como um mito reaccionário”. Por conseguinte, o diretor de o *Expresso* concluiu que o CR, ao decretar a

lei, violava “um dos mais nobres e progressivos princípios que jamais o homem criou e, ao fazê-lo, temos de o ter bem presente, fé-lo passando por cima dos representantes do povo, que já haviam aproado, claramente este princípio” (DAC, N 43: pp. 1208-1209).

Por quase dois meses, a AC debateu o Título III da Carta Magna – Direitos e Deveres Fundamentais: Económicos, Sociais e Culturais – no qual versavam espinhosos temas, tais como a liberdade, a unicidade e o direito de tendências nos sindicatos; a propriedade privada, o controle da gestão e a co-gestão. “Deputados procuram compreender-se uns aos outros”, era o título da reportagem de *O Jornal* acerca do debate na AC sobre o título III. O semanário verificava que havia uma “tácita plataforma de entendimento entre os partidos”, à exceção do MDP, que já havia declarado que votaria contra o articulado em tela (OJ, N 20, 12/9/75: p. 31).

Na tentativa de verificar o consenso na AC, *O Jornal* destacou o discurso de José Augusto Seabra (PPD), onde parafraseou o Bispo do Porto, para quem “nada seria mais lamentável do que ver os cristãos desunidos e guerreando-se entre si por causa de Marx”. Então, Seabra defendia que os deputados deveriam procurar “à luz do marxismo (..) e com a luz de outras ideologias igualmente vivas e criadoras (,,,) encontrar forma de superar as alienações que são efetivamente a causa última da inexistência da liberdade” (Idem).

A realidade, porém, no hemiciclo de São Bento, era um pouco mais complexa, porque as divergências eram profundas entre os partidos. O CDS, mesmo aprovando o articulado na generalidade, lutou, quando da discussão dos artigos isoladamente, para prevalecer os seus pontos de vista. O Deputado Sá Machado, na declaração de voto do CDS,

reconheceu que foram vencidos em muitos itens no debate da 3ª Comissão³², e considerava a doutrina aprovada em colisão com o “pluralismo e com a medida de participação e da criatividade que desejaríamos ver ressalvadas”, com destaque à iniciativa privada, “nas limitações impostas à propriedade privada e ao respectivo acesso por parte dos trabalhadores”, uma vez que a propriedade privada “não é, em si, um mal, a não ser quando se torna alienante e alienatória”. Nessa mesma direção, o CDS era contrário ao desaparecimento do ensino particular, pois isso configuraria uma restrição à liberdade do ensino e, “no que respeita à Igreja Católica, colide com compromissos internacionais que o Estado Português se obrigou a respeitar (...) reveste-se de discriminação ideológica” (DAC, N 43: pp. 1214-1215).

Por seu turno, o PC, na discussão acerca do Título III, mudou de tática. Ao invés de insistir no radicalismo e no isolamento que o caracterizaram nas discussões e votações dos Títulos I e II, nos quais foi derrotado do princípio ao fim, procurou ser mais flexível e buscou a aliança com a bancada socialista, na tentativa de puxá-la à esquerda. Assim, mesmo com discordância, aprovou o articulado na generalidade e também deixou as divergências para serem tratadas no detalhamento dos artigos. Por sua vez, os comunistas reconheceram a derrota, na 3ª Comissão, nos temas da unidade sindical e o direito às tendências. Outro ponto pelo qual insistiu o PC foi o relativo ao voto secreto nas eleições das comissões dos trabalhadores, pois defendiam o voto ‘braços no ar’.

Por sua vez, o PPD também colocava que fora vencido em vários pontos, na 3ª Comissão, mas votaria pela aprovação do articulado e pontuaria suas discordâncias no debate das particularidades do Título III. Um dos artigos mais criticados pelo PPD foi o Primeiro, que estabelecia: “Os direitos económicos, sociais e culturais serão afectivados

³² Não constam nos arquivos da Assembleia da República os anais das comissões da AC.

pela extensão da propriedade social dos meios de produção e pela planificação do desenvolvimento, visando o crescimento das forças produtivas”. Nas sessões subsequentes, aquele partido iria propôr a supressão do art. 1º, pois “além de usar terminologia marcada e desnecessariamente marxista, faz depender a afectivação dos direitos económicos, sociais e culturais exclusivamente de condições económicas”, conforme discursou o Deputado Furtado Fernandes (PPD) (DAC, N 43: p. 1218).

Mais além, o PPD também discordava do artigo que estabelecia às comissões de trabalhadores “o direito de exercer o controle de gestão nas empresas” e, portanto, propunham a substituição do texto para “intervenção na gestão”. Como o CDS, também discordava do desaparecimento progressivo do ensino particular.

Expresso destacou a aprovação do Capítulo I do Título III na generalidade, em reportagem bem informativa, com as partes substanciais do articulado ora aprovado, sem emitir juízo de valor, o que beneficiava o entendimento do leitor acerca do que se passava em São Bento. Além do art. 1º citado acima, o texto consagrava “a universalidade do direito de trabalho e a sua garantia. Ao Estado reservaria a execução de política de pleno emprego à garantia de segurança no emprego, na livre escolha da profissão, à criação de condições para o acesso das mulheres às mesmas profissões e géneros de trabalho do homem, formação cultural, técnica e profissional dos trabalhadores” (EX, N 14, 13/9/75: p. 11).

Sobre os Direitos dos trabalhadores, estabelecia “uma retribuição proporcionada à qualidade e quantidade do seu trabalho (...) observando o princípio para trabalho igual /salário igual, descanso semanal e férias pagas periodicamente”. Indo além, definia uma especial protecção ao trabalho das mulheres durante o período de gravidez e pós parto.

Para a defesa dos interesses dos trabalhadores, estava prevista a intervenção democrática na vida das empresas, com as comissões eleitas pelos trabalhadores por voto direto e secreto: “Os seus membros terão prerrogativas legais que forem reconhecidas aos delegados sindicais”. E ainda, “as experiências viáveis de autogestão e cooperativismo serão estimuladas e apoiadas pelo Estado”.

O *lock-out* passava a ser proibido e foram consagrados o direito de greve, a liberdade sindical e o direito à tendência sindical. Aos trabalhadores, também estavam garantidos a segurança no emprego, a livre escolha da profissão, a criação de condições para o acesso das mulheres às mesmas profissões e gêneros de trabalho do homem, a formação cultural, técnica e profissional dos trabalhadores, entre outros, como o direito de férias.

Sobre a Iniciativa Privada, o articulado determinava que essa era “livre que deverão salvaguardar os interesses dos pequenos e médios empresários”. Haveria regulamentação por lei especial dos investimentos estrangeiros em Portugal. Relativo ao Direito de Propriedade, a lei garantia “a todos o direito à propriedade privada e sua transmissão em vida ou por morte, enquanto forma de realização pessoal e de progresso social. A expropriação por motivo de utilidade pública só pode ser afectuada mediante o pagamento de justa indenização... Não haverá confisco de bens, salvo como sanção penal a aplicar pelos tribunais para punir a corrupção no exercício de funções públicas ou crimes contra a economia nacional”.

O texto aprovado, após incansáveis discussões no Plenário, não apresentou modificações profundas ao apresentado pela Comissão. As votações que se procederam, relativas a cada capítulo, mostravam as alianças táticas dos partidos. Como o PS não poderia aprovar isoladamente a Carta, e muito menos o poderiam os outros partidos, a cada

votação alinhavam-se ora PC e PS, outras vezes, PS, CDS e PPD, e ainda outras, PS, PC e CDS, isolando o PPD. Apenas nos artigos referentes à unicidade sindical e ao direito de tendências, os comunistas e o MDP ficaram isolados, pois o PC procurou compor com o PS e acabou por votar a favor do direito de tendência (DAC, Ns 43 a 65).

Como bem observou *O Jornal*, o PS buscava distanciar-se do PPD, o que redundava, “por vezes, a apoiar e a receber apoio do PC (...) procurando-se sempre por se afirmar anti-social democrata, o PS chega a opor-se agressivamente ao PPD e ao CDS”. A aliança entre PS e PC, porém, era frágil, e as divergências afloravam com frequência, como se evidenciaram na votação acerca da unicidade sindical, um ponto inegociável aos dois partidos. Quando as divergências evidenciavam-se, *O Jornal* pincelou: “ante o olhar irônico do PPS e do CDS” (OJ, N22, 26/9/75: p.31).

Enfim, o PC rendera-se à realidade e começava a participar do período de antes da ordem do dia na AC. Afinal, tal radicalismo de boicotar o período preliminar dos trabalhos da AC mostrou-se prejudicial ao partido, pois aqueles momentos ganharam cada vez mais importância, pois neles eram aprovadas moções de repúdio ou de apoio, tais como ao “Documento dos nove”, entre outras. Por conseguinte, *O Jornal* noticiava o discurso de Octávio Pato, no hemiciclo, em que justificava a participação dos pecepistas no período de antes da ordem do dia: “O anticomunismo é de tal modo avassalador, mesmo dentro de São Bento, que o partido decidira tomar posição” (Idem).

Expresso colocava em destaque na primeira página: “PS e PC assinam acordo sobre a informação” (EX, N142 20/9/75: p.1). Tal notícia, aliás, foi a gota d’água que faltava na hostil relação entre o semanário e os comunistas. Dizia a reportagem: “Considerando a necessidade de promover a não discriminação político-ideológica, uma convivência pluralista e um conteúdo informativo partidariamente isento nos órgãos de comunicação

social, assegurando a defesa da Revolução e dos seus objectivos essenciais, delegações do PS e PC e um representante do Primeiro-Ministro sugerem como primeiras medidas para a resolução de alguns dos mais complexos problemas que ,no momento, afectam o sector”. Assim noticiava-se que seria formada uma comissão interpartidária a funcionar junto aos MCS e militantes do governo e do MFA. O objetivo era a revisão da Lei de Imprensa e o estudo de soluções para que “os órgãos de informação dependentes do Governo não estejam ao serviço de qualquer partido” (Idem).

A notícia era correta, porém o Comitê Central do PC havia discordado da posição de sua delegação durante as reuniões com o PS. Em nota, o PC desmentiu tal acordo, ao afirmar que as conclusões deveriam ser “submetidas ulteriormente à apreciação das direcções centrais dos partidos respectivos”, que aqueles eram “inaceitáveis” e criticava abertamente o *Expresso*, que havia divulgado uma informação “tendenciosa” (EX, N143, 27/9/75:p.3). Para se defender, *Expresso* reproduziu o documento acordado anteriormente, em que, inclusive, estavam as assinaturas dos representantes dos dois partidos. Publicou também a posição do PS, em que este relatava a dinâmica das quatro reuniões que houvera, nas quais os delegados do PC disseram defender a posição da direcção do partido. Esta reviravolta na posição da cúpula pecepista repercutiu no período de antes da Ordem do Dia da AC, por intermédio de discurso de Marcelo Rebelo, que “recordou que a não aceitação pelo Comitê Central do PC de um acordo assinado por uma delegação sua, essa mandatada para o efeito” (Idem:p. 12).

Na delegação do PC, estava o chefe de redação do *Avante!* e também colunista do *Século*, matutino pró-PC, Miguel Urbano Rodrigues. Então, *Expresso* criticou Urbano e fez um breve currículo do jornalista: “Antes do 25 de Abril era Miguel Urbano Rodrigues editorialista (homem de confiança, por conseguinte) do director do *Estado de São Paulo*,

fazendo chegar aos leitores brasileiros as opiniões de seu patrão, servo relativamente dócil do governo daquele país” (Idem). Apesar de *Expresso* estar em consonância com a ética jornalística ao divulgar um acordo que realmente fora celebrado, do qual havia provas documentais, errou na dose ao criticar Urbano, pois o jornal brasileiro *O Estado de São Paulo* nunca foi um servo da ditadura militar³³.

Na mesma edição, na página organizada por Marcelo Rebelo, *Expresso* colocou uma charge de Antônio. Nela havia a caricatura da Santa Ceia, com Costa Gomes no lugar de Jesus Cristo, ladeado por vários políticos, como Mário Soares, que eram os apóstolos. E Cunhal aparecia no lugar de Judas Eucariotes, segurando um saquinho de dinheiro, onde estava escrito ‘trinta rublos’ (EX, N143, 27/9/75: p. 2). Entre os equívocos políticos de Cunhal, e certamente foram muitos, não se pode inserir a barganha mercantil pelas suas ideologias, pois o seu alinhamento a Moscovo não era decorrente de receber ajuda financeira do Kremilin, mas de suas próprias convicções cristalizadas em 40 anos de militância política. Tal charge pecou pela deselegância.

Rebelo analisava o retorno do PC ao período de antes da Ordem do Dia na AC: “Funcionava como Partido do governo, apoiando Vasco Gonçalves e o V Governo Provisório, convinha não estar presente para não ter de desempenhar uma tarefa inglória (...) agora, que pretende passar a certa oposição. O PCP tem todo o interesse em aproveitar o período antes da Ordem do Dia” (Idem).

Relativo aos trabalhos da AC, *Expresso* realçava que eles estavam em crescente atraso e o aspecto que levava à morosidade era o ‘controle da gestão pelos trabalhadores’, “fórmula pela qual se bate o PS, com o apoio do PC” (EX, N143, 27/9/75: p.12), comentava. Faltavam cerca de 160 artigos a serem debatidos e aprovados. O semanário

³³ O Estado de S. Paulo esteve sob forte censura prévia, no período entre 1972 e 1974. O chefe da sucursal do jornal em Recife, Carlos Garcia, foi preso e torturado, o que gerou a elevação do tom do periódico à ditadura brasileira (Skdmore, 1988: 328)

debitava o atraso ainda mais dos trabalhos ao sistema de reenviar às comissões os artigos polémicos. O que realmente aconteceu.

Expresso noticiou a tese defendida pelo PPD favorável à organização de tendências nos sindicatos, mas o PS defendia que a Constituição só deveria permitir o direito de tendência se deixasse aos sindicatos o seu acolhimento nos estatutos. O PC bateu-se pela eliminação do artigo, ao dizer contrário à existência de tendências organizadas nos sindicatos.

Por sua vez, *O Jornal*, desde meados de Setembro, passou à cobertura semanal das atividades da AC. Os pronunciamentos de antes da Ordem do Dia pareciam ter atraído a atenção dos jornalistas do periódico. Nos discursos do CDS, do PPD e do PS, o denominador comum era o apoio ao VI GP. Nesse particular, *O Jornal* transcreveu trecho do discurso de Freitas do Amaral (CDS), em que este, apesar de não participar e nem interessar em participar, apoiava o governo de Pinheiro de Azevedo, e, após enumerar várias virtudes da coligação governamental, colocava o seu senão: “a participação do PC” (OJ, N 23, 3/10/75: p. 26).

Aquelas críticas, entretanto, eram rebatidas pelo PC e pelo MDP, como no discurso de Dias Lourenço (PC), em que era visível a ambigüidade de sua legenda acerca de qual tratamento deveria desprender ao VI GP: “Desejava ajudar o Primeiro-Ministro a sair da crise, porém, o governo não pode sair da crise porque existem dentro dele ministros de direita que mentalizam toda a sua acção, os ministros do PPS” (Idem).

A respeito do texto constitucional, continuava a votação de alguns artigos do título III, os mais polémicos. Segundo *O Jornal*, em consonância ao DAC, o PC insistia na aprovação da unicidade sindical e “defenderam-na exaustivamente em longas e emocionadas

intervenção” (Ibidem). Claro que sem sucesso, pois ao PS a pluralidade sindical era uma questão de princípio programático.

Naquela mesma edição, *O Jornal* lançava o embrião de uma notícia: a possível chegada de Mário Soares para liderar a bancada socialista no hemiciclo, “desfalcada com a saída de alguns de seus elementos para assuntos governamentais”. Tal previsão em dias tornar-se-ia facto.

No PPD, Sá Carneiro havia reassumido a secretaria-geral da legenda, após oito meses de licença por motivos de saúde. Por conseguinte, *Expresso* publicou parte da introdução do livro de Carneiro, intitulado *A social democracia: o socialismo possível em Portugal*, que seria lançado brevemente. O texto arrolava: “De início procurou-se se desacreditar o partido, negando-lhe a autenticidade social-democrata (...) Social-democracia que neste momento permanece como o único caminho viável e realista de salvação nacional, único partido social-democrata em Portugal” (N 146, 18/10/75: p.2). Carneiro não fez menção ao Partido Socialista.

A volta de Sá Carneiro tivera reflexos imediatos nas posições assumidas pelo PPD em São Bento. E foi o próprio *Expresso* quem reconheceu o facto de a bancada daquela legenda ter caminhado à direita, ao colocar no título de sua cobertura jornalística semanal da AC: “CDS: na Constituinte vota à esquerda do PPD” (Idem: p. 2). No Título III, havia um ‘resíduo’ de artigos que passavam por inúmeros aditamentos e substitutivos, além de idas e vindas à comissão em busca de se estabelecer um consenso que possibilitasse suas aprovações. Os mais polémicos foram o controle da gestão pelos trabalhadores, a liberdade de ensino privado e o direto à tendência sindical. Na comissão, o controle da gestão fora aprovado pelo PS e PC, com voto contrário do PPD e abstenção do MDP e

CDS. Entretanto, relativo ao direito de tendências nos sindicatos, o PC mudou de tática e votou favoravelmente aquele direito, em parceria com o MDP e PS (DAC, N 63: p. 1666).

Sobre a hostilidade do PS ao PPD, a que se referia *O Jornal*, as atas legislativas comprovam a intensidade das críticas dos socialistas à bancada do PPD. Acerca do ensino livre, Carlos Lage, por exemplo, classificou a proposta do PPD de “prostituição das liberdades e nada mais” (DAC, N 63: p. 1965).

III. X - A escola será livre? - Sobre o ensino particular, o plenário da AC viveu um momento ímpar, proporcionado pela ação do CDS, que caminhava lépido pelo hemicíclo para afastar, a qualquer custo, o fantasma do texto proposto pela Comissão, que previa o desaparecimento progressivo do ensino particular. Em princípio, o CDS propôs um texto substitutivo, no qual resguardava o direito da Igreja Católica de ter suas escolas. Porém, o PS, pela maestria da oratória de Sottomayor Cárdua, persuadira o CDS a abandonar o substitutivo, ao lembrar que a II Concordata³⁴ já garantia a liberdade à Igreja Católica e não haveria de tal assertiva constar da Carta Magna: “Ao caso concreto da liberdade de a Igreja Católica fundar livremente escolas, está consignada na II Concordata³⁵ e faz parte do direito positivo português. A Igreja merece esse estatuto privilegiado pela larga experiência pedagógica e pela confiança que merece a muitas famílias portuguesas” (DAC, N 64, p.1985). E nesta ‘costura’ política que abrangeu do CDS ao MDP, o PS colocou um texto bem superficial que agradava a gregos e a troianos, e que, ao final, acabou por ser aprovado: “O Estado fiscaliza o ensino particular supletivo do ensino público”. O CDS, candidamente, aceitou. Vital Moreira e seus camaradas saíram um pouco dos debates para que o PS fizesse seu jogo de cena com o CDS.

³⁴ Tratado Internacional celebrado entre a Santa Fé e o Estado para garantir direitos da Igreja e de seus fiéis naquele Estado.

³⁵ Inciso II do art. 75 da Carta Magna

Na votação sobre o ensino particular, o PPD teve sua mais dura derrota na AC. Tentou um substitutivo que insistira: “O ensino é livre”; mas obteve apenas 66 votos. Considerando que estavam presentes 52 deputados no plenário daquela legenda, apenas 4 da bancada do CDS votaram com o PPD. Mas insistiu, mudando o texto: “O ensino particular é livre”, tentando atrair toda a bancada do CDS e talvez alguns votos pulverizados do PS, mas a derrota foi maior: apenas 46 votos a favor e três abstenções (DAC, N 64: pp. 1991 e 1994).

Expresso, no entanto, não comentou levemente as votações específicas do ensino privado e acerca das derrotas do PPD. Não deixou de analisar, porém, com muita propriedade, o que se passava entre as duas agremiações: “A ultrapassagem do CDS ao PPD tem provocado divisões no seu Grupo Parlamentar, sobretudo quando os deputados do Norte do país (mais conservadores que os do Sul) não compreendem a orientação do *leader*, nos casos vertentes, Amaro da Costa”. Na avaliação do semanário, o CDS “reivindicava-se de um estatuto de partido de oposição com audição pública, e uma sensível inflexão táctica visando tirar partido da viragem à direita do PPD”. E constatava: o CDS tem desmascarado o PPD, “colando-se ao PS e aceitando proposta do PC e MDP”.

A reportagem de *O Jornal*, entretanto, não captou a sutileza da posição do CDS e este ter isolado o PPD, ao afirmar que havia dois blocos e que CDS e PPD estavam do mesmo lado (OJ, N 29 17/10/75: p. 7). Em contrapartida, *O Jornal* soube colocar o namoro entre o PS e o PC: “António Reis e Vital Moreira encontram-se com frequência crescente nos preâmbulos dos debates a travar e a vencer (...) e o PPD está a aumentar a firmeza das suas decisões, a energia de seus ataques, que se repartem contra o PC e o PS” (Idem).

Parece que o repórter esqueceu-se de observar as sutilezas de Freitas do Amaral para que não se questionasse as escolas católicas em Portugal.

No embate a respeito do controle da gestão pelos trabalhadores, o CDS também abandonou o PPD. Este último apresentou um substitutivo que remetia tal artigo para a legislação ordinária, bem como acrescentava, ao texto da Comissão, a expressão “ou de participar da gestão”, ao invés de simplesmente exercer o controle da gestão. Mas o substitutivo teve apenas 48 votos a favor, eram da própria bancada do PPD (DAC, N 65: P. 2042).

Expresso bem recordou que a proposta vencedora era do PS, “consagrando o ‘controlo pelos trabalhadores da gestão’ em todas as empresas” (...), “que já havia sido debatida em plenário, deparando com o apoio do PC e MDP e a oposição do PPD, que defendia a fórmula da co-gestão”. E detalhou: “A soma PS, PCP e MDP era de 124 pontos, mas precisava-se de 126 para sua aprovação Isto devido à ausência de elementos do PS que se recusaram a votar a proposta, que veio a ser aprovada com o apoio do CDS” (EX. N 146, 18/10/75: p. 2). Por sua vez, *O Jornal* não atentou ao facto de o CDS ter votado com o bloco à esquerda (OJ, N 29, 17/10/75: p. 7).

Expresso introduziu bem a discussão sobre o Capítulo IV - a Organização Económica do Estado - ao abrir duas páginas para as opiniões das legendas. E justificou porque concedia tal espaço ao tema: “AC tem atraído relativamente pouca atenção da parte dos órgãos de informação (...) foi ganhando uma relevância política, pela atracção do período de antes da ordem do dia, alargado ao debate aceso dos grandes temas da vida política, económica e social (...) o texto constitucional reflecte também o equilíbrio de forças da conjuntura nacional”. O PCP e o MDP/CDE, porém, “alegando o contencioso dos

respectivos agrupamentos com o *Expresso*, não quiseram responder. E a UDP se prestou a responder, mas não chegou a tempo da edição” (EX, N 146, 18/10/75: p. 18).

Diamantino Ferreira (Adim) disse que o título deveria abrir com a “solene declaração de irreversibilidade das expropriações das instituições financeiras e sectores básicos da economia, efectuadas após o 25 de Abril”. José Maria Sampaio (CDS), entretanto, posicionou-se contrário ao articulado proposto pela Comissão: “São faltas graves a ausência de referência ao Estado de Direito, as ausências de consagração do direito do ensino de iniciativa privada, de definição da família como elemento fundamental da sociedade. A Economia não recebeu a aprovação do nosso grupo parlamentar. O dogmatismo académico-marxista roubou perspectivas à análise das soluções que permitam a Portugal ser um estado efectivamente moderno” (Idem: pp. 18 e 19).

Por sua vez, o deputado Ângelo Correia (PPD) ressaltou como pontos altos as pequenas e médias propriedades rurais, comerciais e industriais, poderosos efeitos de “valorização e realização pessoais, e representa no actual contexto o estabelecimento dum bloco social necessário à consolidação da democracia”. Sobre propriedade social, defendeu os regimes de cooperativas e auto-gestionários e impunha-se ainda “à defesa da planificação económica e social que precisam de dois critérios: participação democrática e efectiva regionalização” (Ibidem).

Em discordância, o Deputado Carlos Lage (PS) destacou para o Título III: “artigo essencial para a transição ao socialismo que é o das Comissões dos trabalhadores”. Lembra-se de que o PPD tivera oposto tenazmente à consagração do direito, dos trabalhadores efetuarem o controle da gestão. Ele enfatizou a consagração do direito às Comissões de Moradores de obter todas as informações sobre a vida da empresa, o que

acabaria com o segredo, “instrumento para a ditadura e exploração dos capitalistas nas empresas. Destacou também para o título económico da Reforma Agrária”.

O prazo para a conclusão do Diploma Constitucional terminaria em Dezembro; porém, ainda faltavam cerca de 130 artigos a serem apreciados e votados pelos deputados. *Expresso* noticiou que, de acordo com ‘fontes bem informadas’, o CR prorrogaria por mais três meses o prazo de funcionamento (EX, N 147, 25/10/75: p. 1). A irreversibilidade das nacionalizações feitas após 25 de Abril, proposta que unia PS, PCP, UDP e MDP, levava a AC a novos impasses. De acordo com *Expresso* e com o DAC, o plenário decidira favoravelmente, mas “faltaram 14 votos para se atingir os 126 necessários à aprovação. O PPD absteve-se, dizendo aceitar a irreversibilidade das nacionalizações, mas só dos sectores básicos e serviços coletivos, e não de pequenas e médias empresas”. Depois o PS apresentou uma proposta abrangendo os sectores fundamentais da economia e serviços coletivos. O PCP disse não aceitar este recuo (reintroduziu a sua proposta análoga à do PS). Numa manobra de tempo, o PC conseguiu adiar a votação para hoje, para “numa nova mobilização de votos” (N 148, 31/10/75: p1.) Na realidade, o PS e o PC não estavam conseguindo uma presença significativa de suas bancadas. No debate supracitado, o PS tinha 100 deputados em plenário, e o PC 22, além da possibilidade de alguns destes abandonarem o hemiciclo antes das votações principais. Dia seguinte, a votação era arriscada para a esquerda: eram 98 socialistas e 28 comunistas, e os votos do MDP e da UDP eram, às vezes imprevisíveis. Então, novamente, o artigo das nacionalizações voltou à comissão em busca de um consenso (DAC, N74).

O deputado Francisco Balsemão (PPD) renunciou ao mandato e justificou, por requerimento enviado ao presidente Henrique de Barros, motivos de ordem pessoal e

profissional, pelo facto de os trabalhos da AC prolongaram-se bem mais do que previa, levando-o precipitar o seu pedido de renúncia (DAC, N71:p. 2261).

Dias depois da renúncia de Balsemão na AC, com uma tiragem de 150 mil exemplares, *Expresso* chegava às bancas com novo *layout* e algumas modificações em sua organização editorial, com textos mais noticiosos, títulos mais chamativos; enfim, estava mais jornalístico e menos um ensaio de opiniões. Também passava a circular duas vezes por semana³⁶. No editorial, explicavam-se as mudanças: “algumas diferenças no seu aspecto gráfico e de conteúdo (...) com prosas mais curtas e com resumos dos principais acontecimentos do país, no mundo e na economia. Enriquecemos o naipe dos nossos colaboradores (...) Nos momentos conturbados os jornais têm um indispensável papel de clarificação e desmistificação a desempenhar e que não podem, sob o risco de deixarem de ser órgãos de informação e de esclarecimento, para se tornarem em instrumento de propaganda e de confusão” (N 149 5/11/7:p. 8).

III.XI - O eclipse do MFA - Pela primeira vez, o PS tocava no constrangedor tema relativo à revisão do Pacto Partidos/MFA. No período de antes da Ordem do Dia, o deputado socialista Sottomayor Cárdua levantou objeções à consagração no texto constitucional de disposições do Pacto (EX, N 150 8/1/75: p. 1).

Segundo noticiou *Expresso*, o ponto nevrálgico era a discordância dos socialistas ao documento em que este consagrava o MFA como motor da revolução. Para Sottomayor tal visão era “ultrapassada”. Dissera: “Infelizmente, a audiência e autoridade do MFA sofreram queda dramática. A síntese democrática suprapartidária sucedeu, no meio militar, um confronto público, entre correntes de opinião semelhantes às que

³⁶ *Expresso* circulou com duas edições semanais até 7/1/76.

partidariamente dividem a sociedade civil. E de tal modo se deteriorou a disciplina que a operacionalidade da instituição militar gravemente se diluiu...” (Idem). Cabe observar, que na AC, desde julho, Freitas do Amaral (CDS) já colocava em xeque a revisão do pacto (DAC, N 26).

No mesmo dia em que *Expresso* noticiava a greve da construção civil, o Palácio de São Bento era cercado por milhares de operários, operação que durou 16 horas. Um comunicado do governo asseverava que caso atendesse às reivindicações salariais da CCT, aquilo “poderia afectar a situação de emprego no sector”, pois os salários pretendidos teriam “graves conseqüências na subsistência das pequenas e médias empresas” (EX, N151,12/11/75: p. 1).

Na cobertura da revolta operária, a reportagem de *O Jornal* estava no interior de São Bento e, portanto, acompanhou o corre-corre dos deputados ilhados: “O discreto charme da Constituinte foi abalado”, assim começava a reportagem do semanário (OJ, N 29, 14/11/75: p. 5). As entradas estavam controladas pelos piquetes, com máquinas, que cercavam os acessos nas ruas circundantes. O Presidente Henrique de Barros tentou sair por helicóptero, mas este foi impedido de pousar.

O Jornal publicou também a nota do PS, em que acusava o PC, que coberto de outras forças minoritárias pretendia criar um clima de instabilidade política (...), com a dissolução do Governo e do único órgão de soberania eleito pelo povo, a AC” (Idem). *Expresso*, por circular um dia depois de *O Jornal*, já noticiava a viagem de Sá Carneiro e Mário Soares para o Norte e colocava extratos da nota do PC, em que este defendia-se de acusações de estar à frente dos grevistas: “Dos episódios acontecidos durante a manifestação parece ter ficado demonstrar que os trabalhadores ultrapassaram diversas vezes o controlo, apresentando-se conscientes dos seus próprios interesses, não obedecendo às

palavras dos delegados sindicais”. O semanário divulgava também que o governo decidiu concordar com a reivindicação salarial dos grevistas (EX, N 152, 15/11/75: p. 1).

Claro que a volta dos deputados ao hemiciclo, depois dos sequestros, foi um espetáculo político. *Expresso* colocava na capa: “Constituinte exige condições de segurança - Incidentes entre o hemiciclo e as galerias” (EX, N 153, 19/11/75: p. 10). Conforme o semanário e também em conformidade com os anais constituintes, Octávio Pato (PC) atacou o PPD, apoiado pelo CDS e pelas cúpulas do PS, que pretendiam “dividir o país em dois, querendo transferir os órgãos de soberania para o Norte”. Mais além, defendeu a saída do PPD do governo, o fim da supremacia do PS e a entrada de forças de esquerda, a reestruturação do MFA. Entretanto, Mário Soares criticou o PC, a inatividade de Costa Gomes e Saraiva de Carvalho. Já Helena Roseta (PPD) disse que algumas forças minoritárias teriam manipulado os trabalhadores. Referiu-se aos ‘agitadores’ estrangeiros incorporados na manifestação. E também denunciou o ‘golpismo’ do PCP. Por fim, o PS apresentou declaração política a ser enviada a Costa Gomes, que exigia segurança democrática no funcionamento dos órgãos de soberania. Votaram contra MDP e UDP; o PC absteve-se (Idem).

Em concreto, os deputados poderiam dedicar-se a eloquentes discursos, pois os trabalhos da AC viviam um impasse: os temas de irreversibilidade das nacionalizações, e quais setores seriam propriedade dos meios sociais de produção, estavam nas comissões, em busca de um consenso impossível. Por outro lado, como observou Marcelo Rebelo, o articulado do próximo Título, “Organização Política do Estado”, com cerca de 100 artigos, encontrava-se praticamente votado na respectiva comissão, ‘tendo-se dado um consenso tendencial dos representantes dos diversos partidos, com base do pacto do MFA’ (EX, N 152, 15/11/75: p. 3).

A revisão do pacto, no entanto, ganhava impulso. Em entrevista de duas páginas ao *Expresso*, Sá Carneiro afrontava o poder militar: “O pacto não consagra um regime democrático, consagra um regime de carácter eminentemente militar, que é incompatível com qualquer democracia” (Idem).

A discussão sobre o pacto constitucional levou a AC a trabalhar em conta-gotas. A discussão atravessou o inverno, até a assinatura do novo documento em finais de fevereiro de 1976. Impulsionados pela derrota das esquerdas revolucionárias no 25 de Novembro, a volta dos militares aos quartéis assumiu o primeiro plano de o *Expresso* e de *O Jornal*. Em dezembro, o jornalista Rui Pimenta, sem citar suas fontes, comentava que a revisão do pacto era “bem acolhida entre os militares” (OJ, N 34, 19/12/75: p.2). Ao grupo Melo Antunes, a revisão “nunca poderia acarretar uma submissão total do poder militar ao poder civil”, tese comungada também pelo PC. Portanto, a comissão do CR designada para negociar com os partidos, formada por Canto e Castro, Martins Guerreiro, Melo Antunes, Ramalho Eanes e Vasco Lourenço, na opinião de Pimenta, teria à frente um problema essencial: “garantir a participação do MFA” (Idem).

Os partidos deveriam apresentar suas propostas de revisão do pacto até o dia 30 de Dezembro e, segundo noticiou *Expresso*, Melo Antunes pedira aos partidos um debate discreto e não difundido pelos meios de comunicação social, para se evitar “reações nos meios militares nomeadamente, em consequência da eliminação da Assembleia do MFA como órgão de soberania” (EX, N 161, 20/12/75: p.1). No apagar de 1975, o PC deu o braço a torcer e, portanto, Vital Moreira reconheceu, na AC, que eram necessárias algumas alterações no pacto (EX, N163, 27/12/74: p. 1).

Naquele compasso de espera para o realinhamento das forças políticas, que redundaria na AC, por meio do Pacto II, houve a cisão do PPD, em início de Dezembro, que culminou

com a saída de 21 deputados daquela legenda. Por conseguinte, suscitou reportagens em o *Expresso* e em *O Jornal*. *Expresso* procurou noticiar os factos com isenção: publicou o comunicado dos independentes, que defendiam “as ideias da social-democracia como via para o socialismo” (EX, N 158/10/12/ 75: p.10). E abordava as consequências que teria aquele facto às correlações das forças partidárias: “É quase unânime a reacção dos dirigentes de outros partidos no sentido de considerarem o sucedido uma viragem à direita do PPD: dirigentes do PS declararam que o seu partido está aberto aos dissidentes que queiram ingressar, e o CDS conhece um período de grande actividade, com intensa cobertura dos órgãos de informação (...) O comício de Rio Maior marcou o relançamento poderoso do CDS para a primeira linha das atenções da opinião pública (Idem). Nesta isenção, *Expresso* publicou uma foto, com destaque, da ex-bancada do PPD que se assentou no espaço habitualmente utilizado pelos funcionários da AC no hemiciclo de São Bento (EX, N 159, 13/12/75: p.1). Apenas no editorial, *Expresso* criticou os dissidentes: “O Congresso do PPD é o exemplo de que, em Portugal, se confunde a política com a politiquice (...) quando toda a gente esperava uma crítica (ou aplauso) à estratégia de Sá Carneiro (...) Surgiram (a exacerbarem-se) os ataques pessoais, as ameaças de demissão, os regressos triunfais, as saídas efectivas, os triunfalismos abusivos, as manipulações de grupo (EX, N158, 12/12/75: p. 8).

A manchete de capa de *O Jornal* fora a reviravolta pepedista: “ PPD aceita a ditadura do secretariado” (OJ, N 33, 12/12/75: p.1). Artigo de César Oliveira avaliava a saída de Mota Pinto e outros como um facto “extremamente positivo, pois desmistifica o PPD como partido social-democrata (Idem: p.3). Ao jornalista de *O Jornal*, a mudança no PPD era um “reforço autocrático da posição do secretário-geral, que poderá, com a reforma de estatutos, ter maior operacionalidade para exercer verdadeira ditadura” (Ibidem).

II. XII - Enfim, Constituição: Mesmo com as recomendações do Major Melo Antunes, de manter a imprensa distante das negociações entre os partidos e os militares, ela não se curvou. Tanto em o *Expresso* quanto em *O Jornal* era o tema principal de seus noticiários. A imprensa foi um dos atores principais de todo o processo revolucionário; então, como que, da noite para o dia, estaria ausente do debate entre os homens do poder? Portanto, em primeira mão, *O Jornal* divulgou a contraproposta do CR aos partidos acerca do Pacto (OJ, N38, 16/1/76: p. 6). No texto introdutório ao documento, *O Jornal* assim situou o articulado: “Numa ocasião em que as forças de direita tentam, a todo custo, recuperar o sistema, anulando as conquistas obtidas pelo povo português, em quase dois anos de luta, a manutenção de um certo controlo da vida política pelos militares (...) é considerada indispensável pelo CR, que deverão ser utilizadas em casos em que a revolução democrática e socialista esteja ameaçada”.

A proposta do CR já admitia o sufrágio universal para a eleição do Presidente da República, embora este devesse ser também presidente do CR e Comandante Supremo das Forças Armadas. Ou seja, o primeiro presidente seria e foi um militar. Os deputados a serem eleitos no pleito de Abril de 1976 formariam a primeira legislatura e esta não teria poderes constituintes para rever a Carta Magna. O período era definido, pelo documento do CR, como de transição para a saída dos militares na cena política direta (Idem).

O PPD, entretanto, defendia que houvesse um *referendum* popular ao texto constitucional que estava a ser concluído (Ibidem: p.9). No hemiciclo de São Bento, José Luis Nunes (PS), sob os aplausos das bancadas do PS, PC e MDP, abordava que, com a consulta popular, a AC se transformaria em “mera comissão de redação” e que o PPD era “o cavalo de tróia da Assembléia e era protagonista do equilíbrio à beira do abismo. De

degrau em degrau, o PPD põe em causa a AC, porque lhe desagradam as posições tomadas (..) O plebiscito permanente é o golpe de Estado permanente (Ibidem, p.9). Por outro lado, Cáceres Monteiro aferia que o CDS já estava em campanha para as legislativas e, assim, buscava aproximar-se do eleitorado do PPD. Observou que a legenda não se manifestava acerca do *referendum*, mas reclamava para a Assembleia a ser eleita poderes constituintes (Ibidem,).

No último dia de prazo para o Presidente da República convocar as legislativas para Abril, o novo pacto foi assinado por Costa Gomes e pelos partidos CDS, MDP, PC, PPD e PS, em 26 de Fevereiro. Numa clara alusão ao PPD e ao CDS, que foram contrários ao reconhecimento de Angola sob a direção do MPLA, Costa Gomes lamentou que “entidades políticas responsáveis tivessem, de ânimo leve e sem conhecimentos profundos desse assunto, posto os interesses partidários acima dos interesses nacionais” (OJ, N49,2/4/76: pp. 4 e 15). Sobre o pacto, Gomes, ao reconhecer que as FA desejavam restituir o poder aos civis, ponderou que as “incompreensões e rivalidades” entre os civis aconselharam que as FA, ainda que transitoriamente, assumissem “um papel agregador de ópticas dessemelhantes quanto à edificação da nova sociedade” (Idem: p.15).

Entre as cláusulas do documento, estavam o fim da Assembleia do MFA, a instalação de um regime semipresidencialista, tendo o Presidente da República como órgão máximo de poder, eleito pelo sufrágio universal. O CR, de motor da revolução, preconizado no Pacto anterior, passava a ser órgão consultivo do Presidente e de fiscalização da constitucionalidade. Como observou *Expresso*, “com o desaparecimento dos poderes legislativos do CR, alarga-se substancialmente a competência da AL” (EX, N 174, 24/2/76: p. 17).

Com a celebração do Pacto, a AC pôde, enfim, avançar no Título “O poder político” e concluir o seu trabalho que durou 10 meses, configurado em 132 sessões; portanto, cumprir o papel que fora ameaçado por várias vezes, por diferentes ataques à esquerda e à direita. Apenas o CDS votou contra a Carta. Os demais partidos disseram ‘sim’ ao texto constitucional que criou a II República Portuguesa, com 312 artigos. Costa Gomes, lá mesmo, em São Bento, promulgou a Constituição.

“Já temos Constituição Democrática!”, anunciava o editorial de *O Jornal*. Várias páginas daquela edição tratavam sobre o tema: reprodução de alguns artigos do Diploma, balanço dos 10 meses de atividades da AC, os direitos adquiridos pelos trabalhadores, e a revisão constitucional, que estava autorizada somente depois de quatro anos de vigência. Um dos títulos era bem singular: “Uma guerra entre políticos que os militares venceram” (OJ, 2/4/76: pp. 4, 5 e 15).

Coroava aquela edição uma longa entrevista do Major Melo Antunes, elaborada pelos jornalistas José Carlos Vasconcelos, Pedro Rafael e Rui Pimenta. *O Jornal* ressaltava Antunes como uma das figuras-chave do 25 de Abril, bem como do processo que a ele se desenvolveu. Foi um dos articuladores do ‘Documento dos nove’ e principal responsável pelo Pacto II MFA/Partidos. O texto lembrava que o Major fora atacado pela esquerda, quando esta tentou assaltar o poder a qualquer custo, e, depois do 25 de Novembro, passara a ser o alvo da direita. Para ele, as forças à direita “começaram a recuperar o terreno perdido, sobretudo, a partir de 25 de novembro” e clamava pela união das forças democráticas para alicerçar o caminho do socialismo democrático. Com certo pessimismo, o Major sobressaía o contexto geopolítico e a *detén*te como elementos limitadores à autonomia do socialismo português.

“Constituinte encerra em ambiente festivo”, foi o radiante título de capa de o *Expresso*. A coluna de Marcelo Rebelo fez um balanço do desempenho de cada legenda na AC: sobre a UDP, do dinamismo inicial, seguiu-se a moderação da posição política principalmente após o 25 de Novembro. Sobre o MDP, Rebelo não poupou crítica, pois havia participado “convictamente” das manifestações da FUR que clamavam pela dissolução da AC e teria deixado à AC “muito pouco ou quase nada”. Relativo ao CDS, após a formação do VI GP, a agremiação tornou-se mais atuante no plenário. Sua tática foi a de aprovar o texto na generalidade; entretanto, no tocante à organização econômica “opor-se-ia na generalidade (...). A não votação em globo da Constituição resulta das reservas relativas a preceitos de sentido socializante no domínio público”.

Para Rebelo, o PPD tinha os melhores juristas, com destaque para Jorge Miranda, porém a dissidência em Dezembro retirou da bancada alguns deles. Nas comissões e no plenário, os pepedistas atuaram para “atenuar as propostas do PC e do PS”. Sobre o PS, o subdiretor de *Expresso* interpretava que os socialistas não foram férteis na competência jurídica, “mas de liderança política”, haja vista que ganhou a maioria das votações. E, finalmente, relativo ao PC estava a grande surpresa de Rebelo aos seus leitores: “Sua actuação circunscreveu a um parlamentar: Vital Moreira, com maior competência técnica, é o segundo deputado que maior influência tivera no texto constitucional”. Para Rebelo, o PC poderia “apresentar-se como um dos campeões da Constituição” (EX, N 179, 2/4/76: p.2).

Expresso abriu duas páginas para que deputados das legendas pudessem opinar sobre a Carta Magna. Para Jaime Gama (PS), na Constituição existiam diversas contribuições: o liberal, o marxista, o militarista, o anarco-sindicalista e, finalmente, o social-democrata. As

liberdades públicas, no entendimento socialista, foi o aspecto mais positivo; já o excesso de ‘doutrinarismo’ da Carta era o ponto mais negativo.

Por sua vez, Jorge Miranda (PPD), a AC em si era “uma obra largamente positiva, pelos direitos que consagra, pelo quadro político que estabelece, pelos objetivos que propõe” (...) pela definição do sistema político baseado no voto popular e no pluralismo ideológico e pela consagração dos direitos fundamentais dos trabalhadores”. Acerca dos aspectos negativos, estavam a formulação muito ideológica, o esquema “das relações entre Governo, presidente e parlamento, o qual poderá conduzir à formação de um Governo minoritário ou abrir a porta ao cazarismo e a indefinição de certos direitos como a co-gestão, como uma via para a autogestão”. Entretanto, Oliveira Dias (CDS) considerava a Carta “má” pelo “fixismo constitucional, com apertadíssimos limites de revisão” e por ser “fortemente programática”.

Levy Batista (MDP) avaliava que, apesar das suas limitações, a Carta era “um instrumento político-jurídico suficiente para alcançar a democracia”. Vital Moreira (PC), que interveio no hemiciclo por 504 vezes, considerava pontos positivos as liberdades democráticas, os direitos dos trabalhadores, a garantia das nacionalizações irreversíveis, as disposições da reforma agrária; já entre os aspectos negativos estavam a pouca regulamentação das organizações populares, a não imposição das nacionalizações a todo o grande capital (Idem: pp. 16 e 17).

Era um ciclo que se fechava na sociedade; portanto, outro se abria, com as eleições que se avizinhavam dentro do marco constitucional. Em particular, aos semanários *Expresso* e *O Jornal* estava o cumprimento de uma missão, de acordo com seus estatutos, de uma imprensa plural, embora não isenta. No limite de um processo denso de luta ideológica e política, cheia de nuances, buscaram ser plurais e abertos. Se não os foi todo o tempo, a

polarização ideológica não contribuiu para isso. As publicações, sem dúvida, amadureceram ao longo do processo revolucionário. O que é mais importante: aprenderam a respeitar as diferenças. Afinal, a democracia, muito mais que dar voz aos iguais, circunscreve-se no respeito ao que lhe é diferente, como se sempre alguém se observasse em um espelho invertido. O seu oposto é o objeto de seu respeito.

Capítulo IV

Na Constituinte Cidadã, Congresso foi eco de milhões de pedidos e desejos

Cálice

Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue
Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta
Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoados, eu permaneço atento
Na arquibancada pra o qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa
De muito gorda a porca já não anda
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, pai, abrir a porta
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico do mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade
Talvez o mundo não seja pequeno
Nem seja a vida um fato consumado
Quero inventar o meu próprio pecado
Quero morrer do meu próprio veneno
Quero perder teu juízo
Quero cheirar fumaça de óleo diesel
Me embriagar até que alguém me esqueça

Chico Buarque de Hollanda³⁷

³⁷ 1976

IV.1 – Os *media* como instituição de poder na

democracia: Apenas três meses separaram o lançamento da revista *Veja* do Ato Institucional número 5, que marcou o período mais repressivo do regime militar. A publicação pretendia ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros. Pelo menos para as classes médias e altas, tal promessa se cumpriu, pois a revista passou a ser veículo de referência desses segmentos sociais. Em sua *Carta ao Leitor*, o editorial da publicação, destacava em 11 de Setembro de 1968, na edição número 1: “O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva fim de escolher novos rumos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *Veja*”.

Nota-se que o editorial inaugural de *Veja* subtrai os assuntos políticos. Já era uma forma de se livrar das garras da censura do governo. Embora, esta ainda não houvesse sido instituída de forma rotineira na imprensa brasileira. Isto

Cronologia dos factos

1987

Fevereiro

2: Posse da Assembléia Nacional Constituinte.

20: Moratória da Dívida Externa Brasileira.

28: Acaba formalmente o congelamento dos preços

11 Março: Aprovado o Regimento Interno da ANC.

Junho

12: Lançado o Plano Económico Bresser

15: Comissões Temáticas entregam seus relatórios à Comissão de Sistematização.

Julho

9: Comissão de ‘Poderes’ aprova o Parlamentarismo. Comissão de Sistematização apresenta Anteprojeto da Constituição, com 496 artigos.

15: Lançado o bloco parlamentar Centro Democrático, que deu origem ao Centrão.

Agosto

15 : Prazo final para a entrega das emendas populares à ANC.

26 : Relator Bernardo Cabral apresenta o I Substitutivo do Anteprojeto da Carta, o Cabral I.

5 Setembro: Comissão de Sistematização apresentada o Substitutivo Cabral II.

Novembro

4: Empresários formam ampla frente para pressionar deputados para alterar o Regimento Interno

aconteceu dois meses depois, quando da decretação do AI-5. Uma das características dos *media* no período militar foi a mudança no segmento revista. Observava-se a decadência das revistas menos informativas e mais de entretenimento, tais como *O Cruzeiro* e *Manchete* e o surgimento das revistas de informação, com noticiário mais detalhado e analítico, que buscavam apresentar de forma esclarecedora ao leitor os principais factos da semana, bem ao estilo das revistas norte-americanas *Time* e *Newsweek*.

Em seu nascedouro, *Veja* contratava 50 jovens jornalistas que passaram a trabalhar em conjunto com uma equipe de profissionais experientes do jornalismo brasileiro, sob o comando de Mino Carta. Como suporte, tinha o direito de reproduzir notícias da francesa *Paris-Match*, da norte-americana *Newsweek*, da Italiana *Epoca* e da alemã *Der Spiegel*. Ou seja, tratava-se de um projeto maduro do ponto de vista jornalístico. A publicação fazia e faz parte do poderoso Grupo Abril. Já nos anos 70, Abril editava desde revistas em quadrinhos para crianças, obras de referência que eram vendidas em fascículos semanais e mensais, femininas, e até títulos ligados aos esportes e ao automobilismo.³⁸

da ANC.

18: Comissão de Sistematização apresenta Projeto A da Carta.

3 dezembro: Vitoriosa no Plenário a mudança o Regimento Interno, conforme projeto do Centrão.

1988

5 Janeiro: Alterado o Regimento Interno da ANC.

29 Fevereiro: Suspensão do período de antes da ordem do dia no Plenário da ANC.

22 Março: Aprovado o Presidencialismo no Plenário e 5 anos de governo para os próximos presidentes.

Junho

3: Nas disposições transitórias, aprovado os 5 anos para o Governo Sarney.

25: Formação do PSDB.

Julho

24: Em cadeia nacional de rádio e TV, Sarney critica a ANC e diz que Carta é inviável.

27: Ulysses Guimarães apresenta proposta de votar a Carta em bloco e os dissensos seriam tratados em 'destaques'. Aprovada a Carta.

5 Outubro: Promulgada a Constituição da República do Brasil.

³⁸ Hoje a revista é a de maior tiragem do país e é a quarta revista semanal do mundo, com a venda, em média, de 1 milhão e 500 mil exemplares semanais.

Apesar de não constarem em seu editorial inaugural os temas políticos sempre foram marcantes na publicação. O segmento revista representa “talvez o setor de vanguarda na divulgação do noticiário político de maior impacto” (Lattman-Weltman, 2003: 138).

O sucesso da publicação, além da qualidade técnica, solidez económica do grupo que a sustentava, pode ser explicado pelo facto de *Veja* que “não competiu diretamente com a TV em sua trajetória ascensional, ao mesmo tempo em que a completava, oferecendo a análise e a interpretação dos acontecimentos em processo com uma profundidade crítica que os veículos audiovisuais não poderiam imitar, a par de um poder de síntese que também os jornais só poderiam oferecer eventualmente e, mesmo assim, sem igual capacidade de foco” (Idem: 138).

A revista estava de acordo com os anseios de segmentos sociais que moravam nos centros urbano e buscavam estar em sintonia com os principais acontecimentos no Brasil e no exterior: “Se à nova feição predominante urbana assumida pelo país no período coube uma nova demanda – ou a oportunidade de marketing – por uma informação simultânea sintética e abrangente, foram revistas como *Veja* que melhor souberam supri-la” (Ibidem).

Entre o período de seu lançamento até 1976, quando da suspensão da censura prévia à revista, *Veja* teve um censor fixo em sua redação, em São Paulo. Entre maio de 1974 a Junho de 76 foram vetados 10.352 linhas de texto, 60 artigos integrais, 44 fotos e 20 ilustrações, além de duas edições apreendidas (Pereira, 1979: 162).

Por sua vez, *Istoé* chegava às bancas em 1976, com a tesoura da censura menos ativa, mas com ela ainda conviveu por alguns anos. A publicação reunia um rol de veteranos jornalistas e o chefe de redação era o mesmo editor do grupo de profissionais que lançou *Veja*, oito anos anteriores, Mino Carta, que já havia deixado *Veja*. Com um número de

jornalista bem mais reduzido do que *Veja* e um estofo empresarial incomensuravelmente menos encorpado do que o Grupo Abril, a proposta inicial era a de uma publicação mensal, mas em pouco tempo, pelo sucesso de público, passou a ter periodicidade semanal. Na seção cartas, já no primeiro número, um leitor, Octávio Mamede Júnior, recordava os tempos de Mino Carta em *Veja*: “Passei a adquirir o meu exemplar semanal de *Veja* às segundas-feiras. Impressionou-me a atualidade dos assuntos tratados e o modo como eram expostos (...) ao ler com tal assiduidade aquela revista, passei a admirar, naturalmente, o seu então diretor da redação, jornalista Mino Carta. Soube, recentemente, haver o senhor se desligado da Editora Abril. Fiquei sabendo que no próximo mês estará nas bancas de jornais a sua recente criação, a revista *Istoé*”.

Em traços gerais, *Istoé* chegava com prestígio às bancas de jornais brasileiras, apesar do desconhecido grupo responsável pela publicação: Encontro Editorial Ltda. À época, a Editora Três, hoje proprietária da revista, era apenas responsável pela publicidade de *Istoé*³⁹.

Na *Carta ao Leitor* da primeira edição de *Istoé*, Mino Carta esclarecia a razão do título da publicação: “Isto é: espera aí, que a gente explica, troca em miúdos, esclarece”. Ele valorizava a equipe de redatores da revista, que eram “jornalistas que me acompanham nas minhas andanças profissionais há muito tempo”.

O editorial esclarecera ainda, embora não de forma explícita, algumas diferenças substanciais entre as duas revistas. Ao passo que *Veja* pautava-se por não assinar as

³⁹ Em Janeiro de 1984, o grupo Gazeta Mercantil, um dos mais sólidos do segmento da *media* brasileira, assumiu o controle acionário da revista. Em editorial, o novo proprietário Luiz Fernando Levy destacava a intenção de manter a antiga equipe de *Istoé*, inclusive nos conselhos Editorial e de Administração. Mino Carta saía da publicação. Levy reconhecia a dificuldade vivida pela revista em busca dos caminhos da independência e da isenção”. Ao mesmo tempo, o *publisher* assumia o compromisso de manter a independência editorial, consubstanciada no respeito e no compromisso com a informação: “ser independente. Influenciar, ter presença nacional e conquistar a sua visibilidade econômica”. (*Istoé*, n 370, 25/1/84: p. 17). Em Julho de 1988, a revista fundiu-se com a revista *Senhor*, editada pela Editora Três.

reportagens de seus jornalistas e o texto era rigorosamente padronizado, que transparecia ao leitor que toda a revista fosse escrita por um único profissional. Claro que isto minava a criação e a publicização de estilos redacionais e, em última instância, criava uma padronização ideológica nas mensagens: “*Isto* é não pretende manter, de fio a pavio, uma impecável e ditatorial unidade de estilo e pensamento embora ninguém entre nós dispense uma certa dose de graça, para o bem dos leitores e de nós mesmos, que gostamos de trabalhar sorrindo. Os nossos artigos são assinados, cada um escreve com franqueza e com as próprias palavras, sendo que uma harmoniosa desunião, serviria como prova, entre outras, de amor pela tolerância, pelo diálogo, pela democracia”.

Na Nova República, sem a censura oficial, a imprensa, inclusive e em estaque as revistas em análise, exercia a liberdade de expressão com encantamento e euforia: “De par com a permanência da crise econômica, deu oportunidade aos meios de comunicação de exercerem não só um novo papel crítico, mas também de um verdadeiro papel de agenda” (Abreu, 2003:70).

Foram tantos planos econômicos em busca de estabilizar a economia brasileira, tantos mecanismos que indexavam ou não os salários, os juros, a inflação, que ocorreram dois fenômenos interdependentes: a imprensa, sobremaneira, especializou-se em economia e o noticiário econômico ocupava cada dia mais espaço nas revistas e nos jornais e mesmo, este tipo de notícias passou a ocupar um tempo crescente nos jornais radiofônico e televisivo. A revista *Veja* já em 1970, assumia a vanguarda desta tendência ao criar a sua editoria de economia e negócios. Em consonância, o brasileiro comum passou a ser consumidor crítico do noticiário econômico e temas como inflação, custo de vida, indexação, déficit nominal, déficit em conta corrente, câmbio, eram recorrentes no cotidiano da população, em especial dos extratos médios: “Os brasileiros estavam entre

os atores financeiros mais sofisticados do mundo. A televisão os informava sobre o desempenho de cada indicador - o dólar, a bolsa de valores, a taxa da poupança e o ouro – em relação à inflação (...) A população tornou-se um juiz implacável dos formuladores da política econômica, que haveriam de ser cuidadosamente vigiados” (Skidmore, 2000:31-31).

IV.II - A formação da Pólis brasileira: Sessenta e nove milhões, 371 mil e 643 de brasileiros estavam cadastrados para votar nas eleições de 1986, nas quais se elegeram os governadores dos 23 estados da Federação, os deputados estaduais, os deputados federais e a renovação de dois terços do Senado Federal, sendo que às duas últimas categorias estava reservada a missão de escrever a nova Carta do país.

Fruto do recadastramento eleitoral realizado em todo o país⁴⁰, a pólis brasileira era formada por 34 milhões, 914 mil e 767 homens e 34 milhões, 17 mil e 241 mulheres. Os estados com maior número de eleitores eram Minas Gerais e São Paulo, que estavam a somar 31,71% do eleitorado nacional, com 10 milhões e 482 mil e 11 milhões e 512 mil eleitores, respectivamente. A faixa etária com maior número de cidadão era a formada por pessoas entre 26 a 30 anos de idade, que reunia quase 11 milhões de brasileiros. Os jovens entre 22 a 25 anos somavam 9 milhões e 700 mil pessoas. E a terceira faixa etária mais populosa era a que abrangia jovens entre 18 a 21 anos de idade, com 9 milhões e 600 mil pessoas. Ou seja, 49% dos que estavam aptos a votar tinham até 30 anos de idade.

Por grau escolaridade, os analfabetos, que estavam a fazer sua estreia nas urnas brasileiras, somavam 6 milhões 740 mil e 43 pessoas, com um percentual de 9,72% do

⁴⁰ O recadastramento eleitoral foi realizado em 1986, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Todos os dados apresentados aqui sobre a composição do eleitorado brasileiro foram extraídos do original “Perfil do Eleitorado Brasileiro – resultado do recadastramento eleitoral 1986” (1989). Coordenação Geral de Informática, Tribunal Superior Eleitoral, Brasília.

total. As faixas etárias nas quais o analfabetismo era mais alto eram as entre 41 a 50 anos e entre 51 a 60 anos de idade, com um contingente de 1 milhão 874 mil e 453 pessoas e 1 milhão 781 mil e 11 pessoas. Havia uma significativa parcela do eleitorado que sabia ler e escrever, porém não passou por escolas, o que poderia ser considerada semi alfabetizada. Estes cidadãos somavam 20 milhões 779 mil e 761. Então, no eleitorado brasileiro, os que nunca passaram por uma escola representavam 39,67%.

Outros 28,23% do eleitorado não haviam completado o primeiro grau, que contempla oito anos de estudos. E, uma reduzida parcela dos cidadãos, 4,54%, que somavam 3 milhões 147 mil 314 pessoas, tinha curso superior completo.

Nem mesmo o pleito para a Constituinte de 1946, marco da democracia brasileira, que se seguiu após a Ditadura Vargas, contemplara o sufrágio universal pleno. Pois, no pleito de 1986, o contingente de analfabetos fora incluído, o que não ocorrera há 40 anos. Entre os critérios da democracia apontados por Dahl, está a inclusão dos adultos, que passou a ser conhecida como a quinta norma democrática. Embora o conceito seja mais amplo, dele é integrante a inclusão legal, que é a vigência do sufrágio universal: “O corpo dos cidadãos num estado democraticamente governado deve incluir todas as pessoas sujeitas às leis desse estado, com exceção dos que estão de passagem e dos incapazes de cuidar de si mesmos” (Dahl, 2001:92).

O país vivia ainda a euforia do Plano Cruzado⁴¹, instituído em Fevereiro de 1986. As medidas económicas adotadas haviam possibilitado que, em São Paulo, a mais populosa cidade brasileira, as taxas de pessoas que ganhavam menos de um salário mínimo diminuíssem de 5,2% das pessoas empregadas para 2,4% de Julho de 1985 para 1986.

⁴¹ Ver o Capítulo II sobre o Plano Cruzado.

Ao mesmo tempo, houve uma queda de 20% na taxa de desemprego na capital paulista (VE, N 911,26/11/86:p. 42).

A revista *Istoé*, antes mesmo de a totalidade das urnas fossem abertas e se conhecessem os eleitos, já estampava em sua capa: “Constituinte – pacto com a democracia”. Em editorial, pontuava quais aspectos deveriam ser centrais aos legisladores: o papel das Forças Armadas, o espaço ao capital forâneo, e, em resumo “num ambiente oxigenado pela democracia desenhar uma Constituição que projete para o futuro as bases de um regime imune às tentações autoritárias dos mais diversos matizes ideológicos” (IE, N517, 19/11/86: p.19). Mais do que propor agendas aos legisladores, os editores cobravam os compromissos de campanha assumidos pelos eleitos junto aos seus eleitores: “Não deve esquecer o que ouviram nas ruas durante os meses de campanha”. Dessa forma, *Istoé* já assumia a postura de vigília frente aos eleitos. Colocava-se como protagonista dos factos, como ator político naquela arena que se delineava.

Menos de uma semana após o pleito, o Governo Federal anunciava o Plano Cruzado II, com o objetivo de ajustar o Cruzado I, em vários aspectos, entre eles, estava o realinhamento dos preços dos produtos que estavam congelados há mais de oito meses. Havia um hiato. Nas campanhas eleitorais os candidatos pouco se colocaram frente às mudanças e rearranjos da política económica. A revista *Veja* tocou no ponto nevrálgico da democracia: a prestação de contas dos eleitos aos eleitores, no sentido exposto por Dahl, da necessidade do controle dos governados sobre o programa de planejamento de governo (Dahl, 2001). O que disse *Veja*:

“Os eleitores sentirão como é árdua a construção da cidadania. Vota-se sem saber que mudanças os resultados poderão provocar na vida do governo, mas com a certeza de que, passada a eleição, o governo fará na vida dos cidadãos as mudanças que julgar

mais conveniente (...) o futuro da economia ficou habilidosamente fora da campanha (...) reformas de alcance tributário, bem como projetos que criam regimes de poupança meio voluntários, meio compulsórios – ou coluntórios, como se explica em Brasília – não exigem apenas debates apenas com a oposição, mas sobretudo com aqueles que vão pagar a conta: os contribuintes”(VE, N910, 19/11/86:19).

Importante observar que a revista colocava de forma clara sua linha editorial não apenas nas colunas assinadas ou no editorial. Ela emitia opiniões no texto da reportagem. Foram 10 páginas nas quais abordava possíveis conteúdos do Plano Cruzado II, que ainda seriam anunciados; bem como os possíveis arranjos políticos que iriam ocorrer em função dos resultados das urnas, uma vez que colocaram o PMDB como vitorioso e, o outro partido da Aliança Democrática, que formava a base de apoio governamental nos estados federativos e no Congresso Nacional, o PFL, que viu diminuir sua base eleitoral no pleito.

Em todo o período de transição democrática, a pauta política propriamente dita sempre foi entrecortada pela agenda económica de curto e médio prazos. A busca da estabilidade económica não deu trégua ao mundo da política e os trabalhos constituintes não estiveram imunes ao debate económico. Na forma de Decreto Lei, que necessitaria ser aprovado pelo Congresso Nacional, mas que já tinha força de lei, o Plano Cruzado II aumentou os preços consideravelmente, média de 80%, de alguns produtos, como automóveis, cigarros, bebidas alcoólicas, combustíveis. Entre outras medidas, para o reajuste dos salários, este teve por base apenas os produtos da cesta básica, o que excluía o aumento dos preços de bens e serviços, o que atingiria as classes médias (IE, N 518, 25/11/86: p. 24-29).

Entre as medidas para frear o consumo, pois este era considerado a mola para segurar a inflação, o PIB - que cresceu 10% em 1986, poderia cair para 4% no ano seguinte. Apesar

de abundante material, a reportagem sobre o Plano pecava pela linguagem pouco precisa sobre os impasses da economia brasileira à época. Escreveu-se sobre a necessidade de renegociar a dívida externa, mas não se precisava quanto era e como estava dividida entre setores público e privado. Ao longo das seis páginas da reportagem, misturavam-se o tempo todo o “pacote económico” com o resultado das eleições. Um exemplo da confusão do texto, mais preocupado em aconselhar e dar soluções aos problemas do que informar ao leitor: “E não haverá muita saída senão engrossar. As medidas de esfriamento adotadas na semana passada só deixam fôlego para que o país conquiste um saldo comercial de 8 bilhões de dólares em 1987, e assim faltarão 4 bilhões para fechar as contas nacionais. E, para conseguir esse dinheiro terá que acertar, até o final de Fevereiro, uma renegociação da dívida em termos muito favoráveis. Falar grosso com os credores externos terá inequivocamente, um forte apelo junto aos constituintes que assumem seus postos em 1º de Fevereiro”.

Enfim, as críticas e sugestões apresentadas pelas revistas em tela são legítimas em uma sociedade que procurava o caminho democrático. A imprensa não queria estar excluída da construção das instituições democráticas, queria ser uma delas.

Ainda sobre o Plano Cruzado II, dias antes das eleições de 15 de Novembro, em entrevista às *páginas amarelas* de *Veja* – uma das seções mais lidas da revista, na qual se publica uma longa entrevista com alguma personalidade, inclusive do mundo político – o Presidente José Sarney já prenunciava os factos: “Hoje o momento é de racionalidade, e é assim que temos de vivê-lo” (VE, N909, 12/11/86: p 6). E alardeava as vitórias do plano de estabilidade económica de seu governo, tais como a elevação do poder de compra do trabalhador em 30% a diminuição das taxas de desemprego. Ao mesmo tempo, os experientes repórteres da revista atacavam as vulnerabilidades da economia

brasileira, tais como o excessivo gasto da máquina administrava do governo, os prejuízos das empresas estatais e a fuga de capitais estrangeiros no país e o endividamento externo crescente.⁴²

Vitorioso nas urnas, o governo via no horizonte mais curto a questão económica. A falta de investimentos na economia nos períodos anteriores e naquele ano colocava o país refém das importações para abastecer um mercado interno aquecido. Na realidade, o congelamento dos preços, decretado em Fevereiro de 1986, colocou as empresas estatais em posição vulnerável, uma vez que, em muitos segmentos da economia, já havia um “atraso” no reajuste dos preços:

“É certo que levará a uma redução da capacidade de acumulação interna dessas empresas, forçando ou a expansão do endividamento para financiar suas despesas de investimento ou a limitação dos seus planos de expansão” (Lemos et al., 1987: 102).

O PMDB sagrou-se o grande vencedor das urnas, entre os 34 partidos que participaram do pleito, em 15 de Novembro de 1986⁴³ Das 487 cadeiras da Câmara Federal, o PMDB conquistou 267; o PFL, 127; PDT, 25; PDS, 25; PT, 16, e as demais cadeiras ficaram os partidos PTB, PDC, PSB, PCB e PCdoB. Quanto ao Senado, 23 cadeiras não estavam em disputa, pois eram ocupadas por senadores eleitos pelo voto direto, em 1982, mas que tinham mandatos de oito anos. Desta forma, estes senadores não foram eleitos pelo sufrágio universal pleno, pois os analfabetos ainda não votavam. Desta forma, em 1986

⁴².Para a melhor elucidação da questão económica, recorremos à análise dos economistas Maurício Borges Lemos, Afonso Henriques Borges Ferreira e Fernando Damata Pimentel: “A balança comercial, que vinha de uma situação de relativo equilíbrio no período anterior (1968/1973) acumula um saldo negativo de mais de US\$ 11 bilhões entre 1974 e 1978. O déficit acumulado em transações correntes chega a quase US\$ 30 bilhões, com as contas de mercadorias e serviços produtivos respondendo por mais de 65% desse resultado (...) o endividamento externo, nos moldes como foi feito, acabou por se constituir em verdadeira bomba de efeito retardado, cujo detonador terá sido sem dúvida a alta dos juros internacionais em 1980. (Lemos, M. Et al, (1987) . 81-87).

⁴³ Os resultados aqui apresentados são extraídos do resultado eleitoral de 1986 do Tribunal Superior Eleitoral: Eleições de 15 de Novembro de 1986 (1987). Centro de Documentação e Informação – Coordenação de publicações – Tribunal Superior Eleitoral, Brasília. Disponível em www.tse.gov.br.

foram eleitos diretamente 49 senadores, 39 deles eram filiados ao PMDB; sete, do PFL; um do PDT; um do PDS e outro do PMD.

Istoé apresentava o mapa eleitoral, onde o PMDB foi vitorioso em 22 dos 23 estados federativos e das cadeiras do Senado Federal em disputa, alcançou 50% delas. (IE, N 518, 24/11/86: p. 34). A revista divulgou que a futura Câmara seria composta por 48% de conservadores, 28% de liberais e 24% de representantes da esquerda. A publicação já pontuava para a pressão que os legisladores enfrentariam de vários segmentos da sociedade civil, tais como as igrejas Católica e Evangélicas, setores patronais industriais e agrários, sindicatos trabalhistas: “O Congresso será transformado numa Câmara de eco para milhões de pedidos e desejos” (IE, N 517, 18/11/86: p. 24).

O interessante é que tanto nas edições de 26 de Novembro, as duas revistas não reavivaram para seus leitores a questão dos 23 senadores que haviam sido eleitos em 1982 e que terminariam o mandato apenas em 1991, a renovação de um terço da Casa. Ao passo que em 1986 foram eleitos dois terços. Para um leitor desatento, poderia se ter a impressão de que os 72 foram eleitos em 15 de Novembro.

Na cobertura jornalística de *Istoé*, é visível o destaque negativo que a publicação dera ao conservador PFL e ao então chefe da Casa Civil, Marco Maciel, presidente da agremiação. A revista colocava o PFL como derrotado nas urnas. Claro que o PFL não obteve a mesma performance do PMDB, mas considerar derrotado uma agremiação que elegeu 127 deputados, em um universo de 487? Por sua vez, *Veja* foi mais equilibrada na cobertura, ao colocar as posições de todas as matizes ideológicas. Mas sobre o PDS, partido de base de sustentação da ditadura, a revista escreveu: “O PDS praticamente desapareceu”. Na realidade, o partido de extrema direita conquistou 25 cadeiras.

O presidente do PMDB Ulysses Guimarães, que futuramente seria o presidente da Assembléia Nacional Constituinte – ANC -, tinha como certo que a nova Carta estaria concluída até final de 1987, que seria “dinâmica, revolucionária, que altere profundamente as entranhas, as vísceras da estrutura da sociedade brasileira” (IE, N 518: p. 33)

Ao mesmo tempo, porém, Ulysses Guimarães abordava questões económicas, para ele, colocadas como intocáveis do PMDB: o crescimento económico entre 6 a 8%; controle da inflação, a manutenção do poder de compra das massas carentes, a resistência à interferência do Fundo Monetário Internacional - FMI -, mas já acenava para a necessidade de se conter a demanda interna. Observa-se que até mesmo o político que iria liderar os trabalhos constituintes não separava os temas políticos dos económicos. E, como em o todo o período analisado, as marchas e contra-marchas da economia, na maioria das vezes, roubaram a cena do debate político qualificado, e a imprensa não fugiu a esta regra, em especial *Istoé*, pois *Veja* soube melhor equilibrar sua cobertura. Principalmente, na primeira fase dos trabalhos da Constituente, quando estavam em cena as comissões, os grandes temas da nova Carta foram ofuscados.

O jornalista Ariosto Teixeira, um dos editores de *Istoé* da sucursal de Brasília, avalia que “os problemas de natureza econômica eram mais relevantes e de maior interesse do público leitor. Procurávamos conciliar as duas coisas, especialmente nos casos em que as soluções em debate na Constituinte coincidiam com as questões conjunturais”⁴⁴ Entretanto, o jornalista Paulo Moreira Leite, um dos editores nacionais de *Veja*, recorda que a Constituinte não nasceu forte, mas “conquistou espaço maior a partir da crise do

⁴⁴ Entrevista à autora desta tese, realizada em Brasília em 13/9/08. A íntegra da entrevista está no Anexo V.V. As citações a Teixeira fazem parte desta entrevista.

governo Sarney e todos sabiam que a cobertura jornalística era importante. Mas a economia estava ali na nossa porta, com todos os seus dramas”⁴⁵.

Por sua vez, *Veja* enfatizou a renovação superior a 50% nas composições das duas casas legislativas. Ao mesmo tempo em que reconhecia que a composição era conservadora, em sua maioria. Procurou dosar a reportagem ao apresentar depoimentos e breves perfis dos novos congressistas, da esquerda à direita e sempre se colocava em postura de vigilância e cobrança frente aos legisladores:

“Numa constituição que todos desejam equilibrada e à altura do país que ela deverá reger. Essa química se repete sempre que uma carta constitucional não é fabricada diretamente pela mão pesada do poder, como ocorreu duas vezes durante o regime militar... espera-se que seu trabalho seja mais duradouro que os anteriores” (VE, N960, 28/1/87: p.5).

Istoé, por seu turno, fez reportagem específica sobre a esquerda nas eleições, onde enfatizava o desempenho do PCB e do PCdoB, que voltavam à legalidade imposta desde 1964. Recordava que o PCB na Constituinte de 1946 estivera representado por 14 deputados, 4,5% do total dos congressistas. Em 1986, conquistara apenas três cadeiras legislativas e o PCdoB, que fazia sua estréia nas urnas em 1986, não deveria obter mais do a representação de seu irmão comunista⁴⁶ (IE, N 518, 25/11/86, p. 51-53). Percebe que a revista não havia dado tanta importância à nova esquerda brasileira que se expressou nas urnas: PT (16 cadeiras) e PDT (25 cadeiras). O fraco desempenho dos

⁴⁵ Entrevista à autora desta tese, Washington D.C, em 28/9/08. A íntegra da entrevista está no Anexo V.VI. As citações a Moreira fazem parte desta entrevista.

⁴⁶ A edição da revista circulou no dia 26 de novembro, quando a apuração dos votos em todo o país não estava concluída. Na realidade, o PCB tivera quatro cadeiras e o PCdoB, duas.

partidos comunistas estaria diretamente relacionado ao crescimento da nova esquerda, como a história assim desenhou na política brasileira dos últimos 25 anos.

Sobre a distribuição das cadeiras na Câmara Federal e no Senado, de acordo com os estados e o número de eleitores de cada um deles, há de se pontuar que a nova Constituição endossou a representação desproporcional dos estados menos desenvolvidos, localizados nas regiões Oeste, Nordeste e Norte, em detrimento dos populosos estados do Sul e Sudeste do país, como fizeram os militares. Para se ter uma ideia das discrepâncias, todos os estados, inclusive os mais populosos elegeram dois senadores cada, sem se levar em conta o número de eleitores. Essa discrepância foi introduzida pelos militares, em busca de sustentação política nos estados que poderiam lhes render mais apoio: “O objetivo do governo militar era aumentar o peso político dos estados que provavelmente os apoiariam” (Skidmore, 2000: 43). Neste contexto, as práticas clientelísticas e patrimonialistas encontraram terreno fértil para crescer tanto nos regimes militares quanto nos civis.

IV.III– Época frenética e turbulenta: Os escritórios de *Veja* e *Istoé* em Brasília contavam com equipes de nove jornalistas cada um deles, embora *Veja* tivesse uma estrutura bem superior na matriz, em São Paulo, e nas sucursais se comparada à *Istoé*. *Veja* preparou-se, nos mínimos detalhes, para a cobertura da Constituinte: “Desde o início a revista colocou a Constituinte como uma questão essencial. E aí o mérito é do diretor da revista, José Roberto Guzzo, e do adjunto, Elio Gaspari. Eles enxergaram que aquele processo poderia ser muito importante e tomaram providências para que a equipe da revista estivesse bem preparada”, recorda Moreira Leite. O que foi quase uma exceção na

imprensa brasileira. Os jornalistas da editoria “Brasil”, na qual estava a pauta política, foram instruídos pela direção da revista, em especial os que trabalhavam no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, para “se inteirar sobre o assunto, ler sobre outras constituições, conversar com especialistas e ter uma idéia do que era fazer uma Constituição”, relata Moreira Leite. Ele, por exemplo, conversava de forma regular com alguns advogados e políticos, tais como Antonio Carlos Konder Reis, que era o PFL de Santa Catarina, fizera a Constituição de 1967. Também conversava com juristas tais como Miguel Reali Junior, Cláudio Mariz de Oliveira e Márcio Thomaz Bastos:

“Eram conversas longas, demoradas, como se fossem aulas particulares de assuntos que eles conheciam muito bem”, lembra Moreira Leite. Portanto, a equipe de *Veja* estava bem estruturada para acompanhar os debates que viriam a ter lugar no Congresso Nacional: “Isso nos ajudou muito. Tínhamos informação e poder de análise, também”, conta o jornalista.

Istoé, por seu turno, não chegou a preparar a equipe para a cobertura da AC. Um aspecto importante da revista era a estrutura de poder, que era mais aberta à participação dos repórteres nas decisões editoriais ao contrário de *Veja*, em que as decisões eram mais centralizadas. O jornalista Ariosto Teixeira recorda-se de que não havia exatamente um Conselho de Redação na revista, porém, “todos os jornalistas participavam da elaboração e discussão das pautas, com liberdade para propor suas próprias pautas. A opinião da chefia da sucursal e dos editores assistentes tinha peso maior. A palavra final sobre a edição era dada de comum acordo entre o chefe (a) da sucursal, o editor-chefe e o corpo de editores da revista na sede”.

Teixeira explica que o critério de definição das pautas sempre foi a relevância jornalística, a exclusividade e o furo de reportagem: “A estrutura de trabalho da sucursal de Brasília

era enxuta e inferior à estrutura da revista *Veja*, o principal concorrente. A aposta da empresa era na qualidade e na capacidade de trabalho dos seus quadros”.

Apesar de pequena, a equipe de *Istoé* era muito competitiva, pois era a segunda publicação em seu segmento no país: “Era rara a semana em que não comemorávamos um furo na concorrência. Não recordo os números exatos de circulação da revista⁴⁷. Sei, contudo, que mais que dobramos a circulação naquele período. Esse feito foi sempre motivo de orgulho para a equipe”, recorda Teixeira.

A dinâmica conjuntura de época, recheada de surpresas nas áreas política e económica, levou a uma maratona nas redações tanto de *Veja* quanto de *Istoé*. Importante ter claro que as sucursais enviavam os seus textos para as matrizes por telex, pois as redações ainda não eram informatizadas e muito menos havia disponível a Rede Mundial de Computadores. “As jornadas de trabalho brutais”, lembra Teixeira. O processo de fechamento da edição semanal iniciava-se “nas manhãs de quinta-feira e só se encerrava por volta das 10 horas da manhã de sexta-feira. O trabalho era ininterrupto”. Para ele, as fontes de informação sofriam tanto quanto os jornalistas, pois “podiam ser contatadas no meio da madrugada. Era o estilo de uma época frenética e turbulenta. Hoje não se faz mais isso”.

Após 20 anos da promulgação da Carta Magna, Teixeira avalia que o jornalismo brasileiro se mostrou a altura daquele momento, mas “talvez tenha lhe faltado massa crítica para influir mais decisivamente no processo”. Ele reconhece que a própria ansiedade em que o país vivia naquele período de construção democrática contribuiu negativamente para o trabalho da imprensa. Além do mais, “a influência ideológica de uma Academia dominada

⁴⁷ Não foi possível saber a tiragem de *Istoé*, no período que durou a AC, porém, é presumível que fosse a metade de *Veja*, que beirava os 800 mil exemplares semanais. Então, *Istoé* deveria ter uma tiragem de 350 a 400 mil exemplares semanais.

pelo pensamento marxista-leninista e o medo do retrocesso político toldaram a visão de jornalistas e político”.

Para Teixeira, os melhores momentos do jornalismo brasileiro vieram depois da Constituinte e das eleições presidenciais de 1989. O auge foi a cobertura do processo de *impeachment* por corrupção do ex-presidente Fernando Collor de Mello em 1992”. Se realmente o mais brilhante período do jornalismo brasileiro tenha sido o *impeachment* de Collor⁴⁸, isso não seria possível sem o ‘batismo de fogo’ pelo qual passou a imprensa nos anos da Nova República, quando floresceu um novo jornalismo, no qual figurava uma nova geração de profissionais, beneficiada pela liberdade de expressão.

IV.IV - Legisladores chegam à Praça dos Três Poderes: O Brasil entrara em 1987 com a inflação a rosar. A Plano Cruzado II naufragava. As taxas de juros anuais estavam em 360%, os produtos eram vendidos com ágio no mercado negro, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp -, Mário Amato, acenava a remarcação dos preços como uma desobediência civil; a CUT – Central Única dos Trabalhadores - buscava organizar uma greve geral dos trabalhadores. Na contramão dos factos, o governo buscava firmar um pacto social entre trabalhadores, empresários, governo, e governadores eleitos em novembro de 1986 (IE, N 523: 14/1/87).

A revista *Veja* chamava as discussões sobre o pacto de “torre de babel” (N 960 28/1/87: p. 20). Mas o pacto malogrou-se. Assim, em 2 de Fevereiro o novo Congresso tomava posse. *Istoé*, por sua vez, já em princípios daquele mês alertava para o risco de “mergulhar a Constituinte no debate dos problemas econômicos imediatos em prejuízo do texto da nova Carta”(IE, N527, 28/1/87: p. 20). Como observa Skidmore, “o cenário foi

⁴⁸ Para se ter uma avaliação mais conclusiva a esse respeito seria necessário um trabalho comparativo entre os dois períodos, o que foge aos propósitos desta tese.

cruel para a economia brasileira. A inflação voltou a crescer, e a taxa mensal, ao final da gestão Sarney, em Março de 1990, beirava os 100%. Aliados a isso, estavam a maior dívida externa do mundo, os mínimos investimentos nos setores público e privado e o crescente déficit orçamentário” (Skidmore, 2000).

José Sarney, 20 anos depois, ao recordar seu governo, reconheceu: “Fui o pior presidente quando fiz o segundo Plano Cruzado II porque tomei a pior decisão entre as opções que me deram. Os técnicos estavam lá, mas o presidente é que toma a decisão. A minha escolha foi a pior que existia. O Plano Cruzado II foi uma tragédia. Paguei caro por ele. O País também” (Moraes Neto, 2005: 52).

Os deputados e senadores responsáveis pela nova Carta chegaram ao Congresso Nacional, mas não tinham muita noção de como os trabalhos seriam conduzidos. Como disse Moreira Leite, ninguém podia prever o que iria acontecer na Constituinte. Ninguém achava que aquele trabalho iria ter importância na vida real das pessoas”. Havia um anteprojeto de Regimento Interno, elaborado pelo deputado Prisco Viana (PMDB-BA) que previa a instalação de uma grande comissão, com 83 integrantes, que faria a Constituição e depois a submeteria ao plenário: “O anteprojeto passou a ser torpedeado à direita e à esquerda” (IE, N528,4/2/87: p. 20).

Outra questão que estava na ordem do dia era de como iria funcionar a relação entre Executivo e Legislativo durante a elaboração da Carta. Ulysses Guimarães defendia a decretação de um Ato Constitucional, segundo o qual haveria uma Comissão Provisória de Legislação Ordinária, que funcionaria enquanto a maioria elaborava a Carta (VE, N 961,4/2/87: p.35). Os partidos governistas, PMDB e PFL, estavam divididos quanto à proposta. Já o PT era contrário e o PDT admitia a hipótese (Idem: p. 20).

Veja tentava fugir um pouco dos impasses económicos e voltava os olhos para o Congresso. Em sua capa, lançada na semana em que abriam os trabalhos constituintes, apresentava em manchete uma pesquisa realizada com os legisladores sobre temas polémicos que iriam permear a Carta: O que pensa a constituinte: mais de 4 anos de mandato para Sarney, contra o aborto, restrições a remessa de lucros das empresas, estabilidade para os trabalhadores, igualdade total de direitos para as mulheres, as Forças Armadas devem cuidar da segurança interna (VE, N 961:4/2/87).

Quanto ao regime político que viria a ser adotado no Brasil, em um universo de 415 parlamentares ⁴⁹ouvidos, 210 disseram que o parlamentarismo seria a melhor escolha e 182 acreditavam no presidencialismo e 17 apostavam em um parlamentarismo “híbrido”.

A análise da revista dava conta que os resultados da pesquisa apontavam que o Congresso não poderia ser dividido em apenas direita e esquerda. Indagava *Veja* sobre o perfil do legislativo: “Há sólidos indícios de que a novidade chegada ao Congresso é uma bancada liberal de contornos vagos, infiltrada em todos os partidos, exceto os da extrema esquerda. Não chega a ser um centro porque uma proposição como a da estabilidade no emprego, isolada, poderia até mesmo caracterizar uma aspiração à esquerda”.

A pesquisa aferiu que 60,1% dos parlamentares achavam que a Carta deveria ser “sintética, tratando apenas da organização do Estado”, e 32,3% achavam que ela deveria ser abrangente. Na realidade, a Constituição Brasileira é uma das mais abrangentes do mundo, com 245 artigos, além das disposições transitórias. Houve um hiato entre a intenção dos parlamentares e o fruto de seu trabalho de legislador. Nas votações, as intenções preliminares dos parlamentares foram se modificando, como se verá neste capítulo sobre a votação do regime, na qual o presidencialismo foi vitorioso.

⁴⁹ Todos os resultados aqui apresentados sobre a pesquisa *Veja*-LPM foram extraídos da edição n 961, de 4/2/87: p. 20 a 34

Outro aspecto abordado pela pesquisa de *Veja* foi relativa ao Decreto-Lei ou Medida Provisória, a herança dos militares que permitia ao Executivo baixar decretos com força de lei, que eram apreciados depois pelo Legislativo. Para 76,6% dos parlamentares o Decreto-Lei deveria ser extinto, mas o mecanismo foi perpetuado na nova Carta, com o nome de Medida-Provisória. Aliás, esse mecanismo foi o recurso mais utilizado na governança de Sarney.

Ao colocar temas possíveis da ANC, a revista colocava-se como protagonista dos factos, ao criar uma agenda aos parlamentares de temas que deveriam ser tratados. Estava claro que os constituintes chegaram ao Congresso Nacional sem uma agenda mínima sobre os pontos que defenderiam para constar da Constituição e a *mídia* assumiu o papel de levantar pontos, programar, agendar o debate:

“A mídia é hoje a instituição mais decisiva para a qualidade do exercício da cidadania no Brasil redemocratizado (...) forja – conscientemente ou não, deliberadamente ou não – consensos sobre a pauta política e institucional; define, de um modo ou de outro, a agenda pública” (Lattman-Weltman, 2003:129).

Tal discussão insere-se na teoria do agendamento proposta inicialmente por McCombs e Shaw. De acordo com esta análise, há uma coincidência entre a agenda proposta pela mídia e os temas pelos quais os públicos estão a tratar. O agendamento aponta que as notícias orientam o que os públicos devem pensar e, sobretudo, como estes públicos devem pensar sobre o que pensam. Para McCombs e Shaw, “os atributos de uma questão alvo de ênfase na cobertura jornalística podem, por exemplo, influenciar de modo directo a orientação da opinião pública” (2000: 132). Sem dúvida, tal teoria se aplica à relação entre as revistas em análise e aos públicos as quais se dirigiam, no sentido de

levantar e mesmo coordenar a pauta semanal de debates na sociedade, particularmente, aos seus públicos.

Já no primeiro dia de funcionamento da ANC, viera à tona a questão dos 23 senadores eleitos em 1982. Com uma esquerda magra, 394 parlamentares responderam que os 23 eram tão constituintes quanto aos demais e 126 votaram pelo não (IE, N 528,4/2/87: p. 18).

No fundo, o debate que estava a permear o Congresso Nacional era acerca de quais poderes estariam investidos os legisladores. A bancada à esquerda pleiteava que os deputados e senadores pudessem alterar a Constituição em vigor por maioria absoluta e não por dois terços das duas Casas legislativas. Mais além, pretendia declarar o governo Sarney como provisório. Segundo *Istoé*, o deputado comunista Roberto Freire declarava: “Se a Constituinte não puder expurgar o autoritarismo da atual Constituição, agora, dificilmente terá condições de fazê-lo depois”. E recebia em resposta as palavras do então peemedebista Fernando Henrique Cardoso: “Estão botando chifre em cabeça de cavalo” (IE, N529, 11/2/87: p.19).

Interessante observar que as duas revistas irão desqualificar os argumentos e propostas dos partidos de esquerda, sem apresentar os argumentos mais substantivos pelos parlamentares ligados a essas agremiações. *Istoé*, sobre a questão dos 23 senadores eleitos em 1982, foi enfática “a esquerda aplicou uma rasteira, se não com sabedoria, sem dúvida com garra e esperteza, dois expoentes da esquerda na Constituinte, os deputados Roberto Freire, líder da magra bancada de três representantes do PCB e Luiz Inácio Lula da Silva, chefe nacional e também líder do PT, comandaram uma operação de guerrilha parlamentar” (Idem: p.18). Por seu turno, *Veja* referia-se ao episódio como uma “operação teatral (...) serviu apenas para demonstrar o tamanho da esquerda – uma

bancada que não dispõe, sozinha, de mais de 205 dos parlamentares em Brasília, sendo incapaz de ganhar qualquer questão sem uma aliança com os políticos de centro abrigados no PMDB” (VE, N962,11/2/87: p. 21). Nota-se em ambas as revistas um tom irônico quando se referiam à esquerda, neste início da Carta.

Os trabalhos constituintes começaram cercados de polêmicas. O PFL ameaçava deixar a Aliança Democrática, mas o governo Sarney estava preste a conquistar novos amigos, pois o PTB acenava entrar na Aliança. *Istoé* trouxe à superfície o preço do acordo: “Uma diretoria da Caixa Econômica Federal⁵⁰ e o direito de nomear o governador do Território Federal de Roraima” (IE, N 531,25/2/87: p.16). Enquanto os legisladores debatiam sobre a soberania da ANC e a clara tentativa de limitar os poderes presidenciais outorgados pela Carta de 1967 então em vigor, o governo anunciava a moratória da dívida externa. *Istoé* estampava em seu título: “À beira do colapso – Sarney suspende o pagamento dos juros da dívida e centraliza as decisões econômicas” (Idem: p. 18). Por sua vez, o título de *Veja* era: “Sarney espeta a conta – o governo anuncia a moratória dos juros da dívida externa por prazo indeterminado e lança o país num cenário povoado de incógnitas”. A dívida era de US\$ 107 bilhões e os juros que deveriam ser pagos àquele ano eram cerca de US\$ 8 bilhões (VE, N 964,25/2/87).

Com um cenário econômico sombrio, os congressistas abandonaram o presidente. A economia passou a ser a tônica do período. Portanto, as rivalidades e as desarmonias entre Executivo e Legislativo evidenciaram-se na transição democrática. Por conseguinte, o governo Sarney, após o malogro do plano de estabilização econômica, intensificou as práticas patrimonialistas em seu relacionamento com o Congresso Nacional. *Veja* bem captou aquele momento e colocava em título: “Solidão no Planalto – isolado em Brasília, o

⁵⁰ Caixa Econômica Federal é um banco estatal brasileiro.

presidente comanda um Brasil sem fiéis e perde apoio político na Assembléia Constituinte” (N 964,25/2/87: p. 8). Quando anunciada a moratória, o Congresso debateu e rejeitou a proposta da oposição, a de convocar o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para prestar esclarecimentos sobre a economia. Entre os presentes, 253 parlamentares disseram não ao comparecimento do Ministro e 121 disseram sim. No dúvida apoio da Aliança ao governo, o senador Dionísio Hage afirmava o divórcio entre o PFL e o Governo: “Livrar-se de um governo que não lhe pertence, do qual não participa adequadamente e que lhe, frequentemente, hostil” (DANC, N 15:p. 374).

Nas transições democráticas, na maioria dos países, na década de 80, mesmo sem o risco de volta ao autoritarismo, houve nítida dificuldade de se consolidar instituições democráticas, tais como a prestação de contas entre os poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e destes para com a sociedade. A grave crise económica em que estavam submetidos estes países, e, neste particular o Brasil, colocava aos governantes a necessidade de decisões rápidas. Se em uma democracia representativa permeada por instituições sólidas e estáveis, a tomada de decisões é lenta, em função da busca de consensos entre os atores políticos, nas democracias emergentes havia a necessidade de se elaborar rapidamente políticas – tais como no governo Sarney, que se materializaram nos “pacotes económicos” Cruzado I, Cruzado II, Plano Bresser, Pacote de Verão.

O'Donnell analisa que a elaboração rápida de políticas traz o custo de uma “alta probabilidade de erros grosseiros, de implementação incerta, e de uma altíssima concentração de responsabilidade pelos resultados no presidente. Não é de surpreender que esses presidentes sofram vertiginosas variações em sua popularidade: hoje, são aclamados como salvadores providenciais, amanhã, são amaldiçoados como só acontece aos deuses caídos” (O'Donnell, 1991:33).

As transições democráticas da América-Latina são caracterizadas por O'Donnell como 'democracia delegativa', inclusive o Brasil alinhava-se neste perfil. De acordo com este conceito, os partidos e o Congresso manifestavam suas críticas sobre as políticas, em especial, as referentes à economia. As associações trabalhistas e patronais mostravam-se insatisfeitas, os partidos da coalização governistas, frente à perda de popularidade do governo, começavam a retirar apoio: "Isto aumenta ainda mais o isolamento político do presidente, suas dificuldades de formar uma coalização estável no Congresso, e a sua propensão a evitar, ignorar e/ou corromper essa e outras instituições" (Idem: 32). No Brasil, os parlamentares dos partidos da Aliança Democrática passaram a não se sentirem responsáveis pelas políticas públicas.

A aprovação do Regimento Interno passou a ser um campo de batalha no Congresso Nacional. Os partidos estavam divididos. O heterogêneo PMDB mostrava fraturas em sua bancada parlamentar. Coube ao Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP) apresentar a proposta de regimento, mas o projeto recebeu críticas à direita e à esquerda. Houve a frustrada tentativa de votar as normas da ANC no dia 25 de Fevereiro à noite, mas a falta de um consenso mínimo, levou ao adiamento dos trabalhos para depois do carnaval brasileiro, que aconteceria nos dias sequenciais. O projeto apresentava, entre tantos pontos polêmicos, em seu artigo 57 parágrafo 7, um substituto que permitiria ao Congresso interferir na Constituição em vigor, inclusive estabelecer a duração do mandato do Presidente Sarney, limitar os poderes presidenciais de emitir Decreto-Lei, recurso este muito utilizado na área econômica. Enfim, apontava para a soberania plena da Constituinte e colocava em evidência os conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo. Apontava claramente rumo ao parlamentarismo.

Veja, em reportagem de quatro páginas, assim situou o debate: "Guerra no parágrafo 7 – na disputa pelo regimento, o PFL abandona o plenário, o PMDB força a votação e sofre sua primeira derrota na Constituinte" (VE,N965,4/3/87: pp.22-25).

A revista relatava os bastidores daquele dia no Plenário: "O parágrafo 7 do artigo 58 funcionou como uma armadilha para o PMDB de Ulysses Guimarães – e colocou em marcha toda a máquina do governo num esforço para abatê-lo. Por telefone, o Presidente José Sarney convocou os governadores eleitos em 15 de Novembro a chamarem suas bancadas à ordem (...) Ao levantar a questão de modificar a atual Constituição, há um pedaço da bancada do PMDB que planeja tirar proveito dessa fraqueza – e já se contabiliza um lote de 100 parlamentares, na Constituinte, em busca de uma brecha para antecipar a sucessão presidencial reabrindo uma campanha por eleições diretas já. Da mesma forma, um pedaço do governo quer jogar a crise econômica dentro da Constituinte – procurando uma nova fonte de vitaminas com essa manobra". A revista explorou bem os bastidores e os conflitos no partido majoritário e a tensão entre o Presidente da Constituinte e do Congresso, deputado Ulysses Guimarães, e o Presidente da República: "O que é certo é que Ulysses, na tensa sessão de quarta-feira, tentou aprovar o regimento, alinhando-se com a ala mais à esquerda do PMDB, depois de ter percebido que o Gabinete Civil da Presidência vinha pressionando o plenário".

A revista também atribuiu a Ulysses o artigo 24 da proposta do regimento que conferia plenos poderes à Comissão de Sistematização da Constituinte, inclusive o de revisar os textos das oito comissões de trabalho e arquivar o que julgasse que não fosse relevante.

Por seu turno, *Istoé* colocava no título da reportagem: "Passagem interdita – Bloco do Sarney segura votação do regimento" (IE, N532,4/3/87: p.26). A publicação ressaltava, como *Veja*, a divisão entre os 306 parlamentares peemedebistas e o comportamento do

PFL, que havia sido fiel ao Presidente Sarney: “A Constituinte, na verdade, apressa o divórcio entre uma parcela do PMDB e o PFL”. E Colocou um comentário do senador Fernando Henrique sobre a questão: “Está se cristalizando o fim da Aliança Democrática”. Ao se analisar os anais da Constituinte daquele dia (DANC, N20), observa-se que vários aspectos debatidos em plenário sequer foram mencionados pelas revistas. Claro que o parágrafo 7 do artigo 58 era o ponto central da polémica, mas outros temas foram enfaticamente colocados pelos legisladores em seus discursos, tais como o tempo de fala dos parlamentares proposto pelo projeto de regimento, a pouca expressão dos partidos pequenos nos trabalhos, os entraves à proposição de emendas pelo cidadão. Ou seja, o debate não se circunscreveu nos muros de qual poder teria a ANC.

O Deputado Messias Góis (PFL/SE) disse: “O único lugar que merece ir este projeto é o lixo, para não envergonhar a história da futura desta Constituinte”. Os pequenos partidos, de direita e de esquerda, criticavam os tempos dos discursos, pois pelo projeto as pequenas agremiações teriam apenas três minutos de fala no plenário e o PMDB teria 20 minutos. O Senador Jarbas Passarinho (PDS/PA), ex-ministro dos governos militares e de extrema direita falava: “Imagina-se na discussão de assuntos da maior importância, como a reforma agrária, um líder terá a oportunidade de discursar por apenas três minutos”.

Já a esquerda, além da questão do tempo dos discursos, ressaltava a diminuta participação das pequenas agremiações nas comissões constituintes: “Querem isolar-nos, querem colocar-nos num canto, num gueto”. Os partidos da esquerda também criticavam a exigência de 30 mil assinaturas de cidadãos, colhidas em um prazo de 30 dias, para a formulação de emenda popular a ser apreciada pela ANC.

Percebe-se que apenas pela leitura das revistas, alguns pontos importantes das discussões do plenário ficaram ofuscados ou nem mesmo foram tratadas. Ao mesmo

tempo, apenas pela leitura dos Anais, não se tem a riqueza dos bastidores do Congresso. Nesta discussão do regimento, ao se ler os Anais não se sabe que vários representantes do Executivo estavam a campo para se evitar a votação do projeto e também de como o Presidente armou sua estratégia, por meio da articulação dos governadores. De facto, os Anais e as revistas mediáticas são complementares para o levantamento historiográfico do período em tela.

Destaca-se que estes conflitos entre Congresso versus Executivo já dominavam a agenda política desde o regime militar, mas adentrou na Nova República: “A Constituição de 1988 só fez sustentar a controvérsia porque não conseguia separar claramente os poderes do parlamento e do governo” (Rosenn e Downes, 2000: 17-18).

Após a pausa na vida nacional para os festejos do carnaval de 1987, as águas de Março estavam revoltas. Longe dos gramados da Praça dos Três Poderes, em Brasília, os portuários de Santos, litoral paulista, estavam em greve. Os trabalhadores das refinarias de petróleo, em campanha salarial, acenavam uma greve e a ocupação das refinarias. O governo interveio com tropas nos locais estratégicos. Enquanto isto, a equipe económica do governo percorria o mundo, para tentar convencer a banca internacional sobre as razões que levaram o país a pedir a moratória do pagamento da dívida externa (VE, N966, 11/3/87: pp. 108-110 e N 967, 18/3/87: pp. 20-27).

O Regimento da ANC foi aprovado em plenário, no dia 11 de Março, com 414 votos favoráveis, 52 contrários e duas abstenções. O polémico parágrafo 7 do capítulo 57, que estabeleceria os limites da Constituinte e a possibilidade de alteração da Constituição em vigor, mereceu um destaque e foi votado separadamente. Alinhavou-se um acordo com os partidos de centro e de direita, que isolou a esquerda. Nele, havia um freio para o trabalho constituinte acerca de examinar e votar matérias da Constituição em vigor. O

líder do indisciplinado PMDB, que dias antes apresentou fissuras na votação deste mesmo ponto, deputado Luiz Henrique foi enfático, antes que se procedesse a votação: “O PMDB precisa dar uma demonstração de unidade”. E assim se foi. A emenda foi aprovada por 394 votos. Já 78 parlamentares disseram não, eram os votos da esquerda (DANC, N 21: p.596). Um acordo fora selado entre PMDB, PFL, PDS e PTB e, portanto, os parlamentares foram fiéis aos seus líderes partidários.

As revistas *Veja* e *Istoé* não apresentaram em suas páginas a cobertura jornalística sobre a votação final do regimento. As duas publicações enfocaram outro tópico, que iria tomar conta das discussões da ANC nos próximos meses: a duração do mandato do Presidente Sarney. Tal definição editorial deve ser analisada do ponto de vista das teorias de Jornalismo. Schlesinger observa que “a estória do dia anterior pertence ao caixote do lixo da história: o arquivo da notícia” (1993:181). Ou seja, as revistas são de circulação semanal, as publicações diárias, os noticiários radiofônicos e televisivos já haviam noticiado aqueles factos em redundância, então, por que os comentar mais uma vez? Eram notícias velhas.

O conceito jornalístico do que seja um ‘acontecimento’ é pertinente. Na matéria em questão, forjou-se um consenso prévio entre partidos e o que aconteceu na votação do dia 11 não trouxe qualquer elemento novo. Tudo já estava estabelecido. Adriano Duarte Rodrigues analisa que “todos os factos regidos por causalidades facilmente determináveis ficam fora do seu alcance, ao passo que o acontecimento jornalístico irrompe sem nexo aparente nem causa conhecida e é, por isso, notável, digno de ser registrado na memória” (Rodrigues,1993:27-28).

Os trabalhos constituintes duraram 19 meses, embora a previsão fora a de a nova Carta ser aprovada em sete meses. O primeiro Anteprojeto da Constituinte tinha 501 artigos,

que recebeu 66.643 emendas. As sugestões apresentadas pelos legisladores e entidades civis somaram 11.989. Apenas as sugestões registradas à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal entre Março de 1986 a Julho de 1987 somaram 7219 registros (Senado/Banco Apem).

IV.V - O oculto vem à luz: As duas revistas lançaram o debate sobre a duração do mandato do Presidente Sarney, que viria a ser o ponto mais polêmico de todos os abordados pela ANC. *Veja* estampava em manchete: “O sujeito oculto – por trás das manobras e divergências da Constituinte, aparece à luz do dia a verdadeira questão política: o mandato do presidente Sarney” (VE, N 966,11/3/87: p.36-37).

Em reportagem entrecortada por vários depoimentos de políticos, apresentava cenas de bastidores de Brasília, em uma montagem jornalística, que elucidava a questão para os leitores de forma simples e direta. A gravidade da economia, as greves trabalhistas, a crescente oposição ao governo vindo dos produtores rurais, colocavam à direita e à esquerda a perspectiva de reduzir o mandato de Sarney, pois a Emenda Constitucional número 8, de 1977, estabelecia-se que o mandato presidencial teria seis anos de duração. Assim, Sarney deveria entregar a faixa presidencial em 15 de Março de 1991. Para a revista, um deputado do conservador PDS afirmava: “O país vai mal, temos o dever de mexer no mandato do presidente”.

Segundo *Veja*, o próprio presidente estaria interessado em que a ANC votasse a duração do mandato o mais breve, em função da imagem do país na difícil negociação da dívida externa. Para se manter no poder por seis anos ou cinco anos, o Presidente articulava com os governadores para selar verbas aos estados até o fim de seu mandato, e, em troca, receberia o compromisso desses em trabalhar junto às bancadas parlamentares de

seus estados para votarem pró seis anos no plenário da ANC. Mesmo assim, havia um risco enorme de redução do mandato. De acordo com *Veja*, “na matemática de Brasília, nem o PFL de Saulo Queiroz quer correr riscos, e boa parte de sua liderança considera uma temeridade colocara o mandato do presidente em votação na Constituinte, onde se tomam decisões por maioria simples. O deputado José Lourenço, líder do partido na Câmara, preferiria abrir a discussão no Congresso, onde uma mudança teria de ter o respaldo de 2/3 dos parlamentares - e bastariam 187 votos para Sarney ficar seis anos no Planalto”.

Veja fechava e fecha sua edição semanal com um artigo assinado por uma personalidade. Na edição de 18 de Março, a página *Ponto de Vista* trouxe artigo do Senador Jarbas Passarinho, do conservador PDS. Nele, o parlamentar pontuava o facto de a ANC ter sido convocada sem que tivesse dado a ruptura do ordenamento jurídico nacional e com as duas maiores casas do Legislativo em pleno funcionamento. Portanto, afirmava Passarinho “A Constituinte é livre e soberana. Não o é, porém, para modificar a norma expressa na Carta Magna, que só por dois terços da Câmara e dois terços do Senado pode ser mudada” (VE, N 967,18/3/87: p. 156).

Na crise de identidade dos peemedebistas, os parlamentares da bancada na ANC foram às urnas eleger o seu líder nos trabalhos constituintes. O multi presidente Ulysses Guimarães – do PMDB, da ANC e da Câmara dos Deputados – apresentava o seu candidato, o líder da agremiação na Câmara dos Deputados, Luiz Henrique. Porém, o candidato dissidente, o Senador Mário Covas, sagrou-se vitorioso. Em seu discurso de campanha, no plenário da ANC, Covas atacou Ulysses: “Discordo, como já disse pessoalmente, de que, ocupando V. Exa a presidência da ANC, permaneça simultaneamente na presidência do partido” (VE, N968, 25/3/87, p.42). O candidato foi ao

ponto nevrálgico da confusa participação da bancada peemedebista nos trabalhos da ANC: “Aqui não chegamos sequer a uma proposta peemedebista para o regimento interno. Aqui chegamos sem sequer a uma discussão prévia do que era a nossa idéia de Constituinte e o que era a nossa idéia de soberania. Aqui chegamos, senhor presidente, e estamos hoje, depois de termos votado o regimento interno, ainda sem saber se este partido é presidencialista ou parlamentarista”.

Veja e *Istoé* teceram elogios a Covas e criticaram abertamente Ulysses. As duas publicações desde então passaram a se referir a Ulysses como o “Pluri presidente”. Apenas quando o presidente Sarney começou a atacar frontalmente a ANC, *Veja* passou a defender Ulysses, já em 1988. *Veja* mais do que analisar os factos, opinava sobre eles: “Multi presidencial que tenta segurar tantas fatias do poder quanto os dedos que tem não mão”. Por sua vez, *Istoé* foi menos enfática e utilizou declarações de parlamentares, todos críticos a Ulysses para o atacar (IE, N 535, 25/3/87: p. 24). Passavam-se dois meses da instalação da ANC e as oito comissões temáticas e suas subcomissões ainda não estavam a funcionar. *Veja* anunciava um acordo entre o líder do PMDB na Assembleia Mário Covas e o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, acerca dos nomes que iriam ser os relatores e presidentes das comissões⁵¹. Pelo acordo, o PMDB ganharia as oito relatorias e o PFL sete presidências e o PDS, uma vice-presidência (VE, N969,1/4/87:p. 30).

Já na edição seguinte, *Veja* voltava a abordar a duração do mandato do presidente. Na seção *páginas amarelas*, estava uma entrevista com o líder do PFL José Lourenço, na qual ele jogava por terra a tese anterior de seu partido, a de manter o mandato do Presidente Sarney por seis anos. Passava a defender a redução do mandato: “O clima não

⁵¹ De acordo com o Regimento da ANC, os membros das comissões e subcomissões foram indicados pelas lideranças partidárias, obedecido ao critério de proporcionalidade partidária.

é dos mais favoráveis a um mandato longo. Seria em torno dos quatro anos. Mas isso pode ser alterado no caso de o presidente ver a exercer seu cargo com maior ousadia (...) ou então virá o parlamentarismo, que não é solução para a crise” (VE, N970, 8/4/87: p. 6). Na mesma entrevista Lourenço definia três grandes blocos na ANC: “O maior deles é o centro. Obtivemos grandes vitórias com o apoio dos moderados do PMDB. O bloco de centro reúne parlamentares de todos os partidos, à exceção do PT e dos comunistas. Isto vai acontecer sempre. Assim, caminhamos para uma Constituinte identificada com o que quer o PFL, centrista, com garantias de liberdade e limitação da ação do Estado na economia”.

Começava-se a delinear os alinhamentos dos parlamentares na ANC, com a formação de blocos suprapartidários. Foi um breve período em que veio à tona uma política substantiva no novo período democrático. Como observa Latman-Weltman, houve a superação da “lógica da frente política pela confrontação em torno da agenda cotidiana dos problemas nacionais. A aparente maioria do PMDB foi posta em xeque, e os partidos, principalmente ao centro e à direita, foram realinhados, interna e externamente, em função dos compromissos impostos pelo debate político substantivo em segundo lugar, a ANC correspondeu ao ápice e ao princípio do fim de uma rápida passagem da vida política brasileira” (2003:144).

Os trabalhos das comissões da ANC foram sombreados nas páginas de *Veja* e *Istoé* nos meses de Abril e Maio de 1987. A demissão do Ministro da Fazenda Dilson Funaro e a ausência de um planejamento económico, a paralisia do Executivo e seu difícil relacionamento com o Legislativo, inclusive com os seus partidos de sustentação, PFL e o PMDB, as divergências entre Sarney e Ulysses Guimarães formaram a agenda

jornalística do período. Como observa Ariosto Teixeira, “a conjuntura acabava se impondo” na definição da pauta jornalística.

No período, inclusive depois da nova Carta promulgada, estava em curso a formação de uma nova coalização hegemónica de sustentação do poder. Nesta perspectiva, a ANC refletia, em cada votação, em cada comissão, esta busca por uma coalização dos atores políticos em cena (Arantes e Couto, 2006; Kugelmas e Sallum Jr: 1991). Simultaneamente, os atores políticos poderiam modificar o seu entendimento sobre o significado das instituições que estavam a desenhar como também poderiam modificar suas ações na agenda constituinte.

A falta de uma coalização hegemónica na própria sociedade brasileira, em particular no Congresso Nacional, refletiu-se na elaboração da Carta, em que os trabalhos careciam de objetivos mais claros. Isto inviabilizou a execução de um texto mais sucinto. Há de se recordar que não havia um projeto-base do qual os congressistas partiram. Logo, a aprovação dos artigos tornara-se objeto de barganha política. Couto e Arantes aferem que as negociações levadas a cabo correram sob a égide de “um *log rolling*: ao apoio de um grupo X a medidas patrocinadas pelo grupo Y, retribuir-se-ia noutra ocasião com o apoio do grupo Y a uma medida de interesse do grupo X” (2006: 44).

O presidente do PT e deputado constituinte Luiz Inácio Lula da Silva foi o entrevistado das *páginas amarelas* de *Veja* (N974, 6/5/87: p 6). Tal facto mostrava a disposição da revista em abrir suas páginas para o leque ideológico/político, com a discreta janela aberta da revista para opiniões da esquerda. Lula defendia a tese de eleições diretas para Presidente seis meses após a promulgação da nova Carta⁵².

⁵² À época a proposta na ANC era a de que a nova Constituição seria promulgada em Setembro de 1987, mas o foi apenas em Outubro de 1988.

A agenda das diretas para Presidente era incluída em praticamente todas as reportagens económicas e políticas das revistas. *Istoé* enfatizava que a bandeira das diretas, que, na prática, significava a redução do mandato do Presidente Sarney, se antes restrita ao PT e ao PDT de Leonel Brizola, ganhara força na ala esquerda do PMDB, liderada por Mário Covas, e já conquistava a simpatia da fatia moderada do partido e mesmo da uma parcela dos conservadores do PFL e do PDS. (IE, N541, 6/5/87: p. 28).

Ao mesmo tempo, as subcomissões temáticas da ANC deslanchavam em seus temas. *Istoé* não refletiu os debates em curso. Por exemplo: nas quatro páginas dedicadas à cobertura política nacional, a revista, em dois parágrafos, resumiu os trabalhos das subcomissões de Tecnologia e Comunicação e de Reforma Agrária (IE, N545, 3/6/87:p.23). Na mesma edição, dedicou quatro páginas para abordar um tema de pouca relevância entre os debates da ANC: a aprovação na subcomissão da Questão Urbana e Transportes da extinção da *enfiteuse*, uma lei em vigor desde a proclamação da República, em 1889, que permitia aos herdeiros da família imperial a cobrança de um imposto de 2,5% sobre todos os imóveis que já pertenceram a D. Pedro II na cidade de Petrópolis, cidade serrana do Estado do Rio de Janeiro (IE, N545, 3/6/87:p.76-79). Tal reportagem insere-se na classificação jornalística de *fait-divers*, que não enquadra em um conhecimento específico, mas no efêmero, no pitoresco, muito utilizado nas magazines, sobretudo, onde se trata da vida de pessoas famosas, as celebridades. Afinal, a Constituinte também tinha o seu lado pitoresco.

Na edição seguinte, *Istoé* apresentava reportagens mais profundas sobre a ANC, ao dedicar cinco páginas aos debates da subcomissão de Tributos. Com sete infográficos, a revista era didática aos seus leitores sobre as desigualdades regionais e a concentração

de riquezas nas regiões Sul e Sudeste, que apresentavam consequentes melhores condições de infra-estrutura, habitação, educação (IE, N546, 10/6/87:p.18-23).

Por sua vez, *Veja* concentrava suas páginas de cobertura política, na denúncia do clientelismo e da corrupção do Executivo e do Legislativo, como no levamento de provas sobre a fraude na concorrência pública para a construção de Ferrovia Norte-Sul e na distribuição de cargos federais para aliados de congressistas. (VE, N981, 24/6/87, pp. 20-27). Um leilão que teria sido realizado entre a bancada parlamentar do estado do Paraná, teria dividido 46 cargos, principalmente de diretores de empresas estatais.

O Presidente Sarney, na contramão dos rumores de que iria renunciar ao cargo, em cadeia nacional de rádio e televisão, anunciava sua decisão de governar o país até Março de 1990, ou seja, ele próprio definira a duração do mandato, encurtando-o em um ano. Na reunião dos peemedebistas, Ulysses, que defendia um mandato de quatro anos para Sarney, foi vaiado pelos seus pares. A revista *Veja*, em seu, editorial *Carta ao leitor*, criticava abertamente a atitude do Presidente e colocava a ANC como a instituição mais soberana da Nação: “A lei determina que cabe aos deputados e senadores livremente eleitos em 15 de novembro último a prerrogativa e o dever de dar ao país uma nova Constituição – e é esse documento, soberano para organizar todas as questões da vida nacional , que deve estabelecer quanto tempo o presidente ficará no cargo” (Idem: pp. 110-115).

Veja voltava cobrir com intensidade os trabalho das comissões e trazia à tona os debates da Comissão do Sistema Tributário, onde a pauta era a carga de impostos que os cidadãos iriam pagar ao Estado (Ibidem: pp. 110-115). O texto é enfático em sua crítica aos constituintes e ao ministro da Fazenda Bresser Pereira, pois este havia declarado que o contribuinte pagava pouco imposto. Sobre o Legislativo dizia: “Até agora, a preocupação

exclusiva dos constituintes tem sido a de legislar para o Estado, como se fossem seus empregados, em vez de legislar para os contribuintes, por quem foram eleitos (...) Na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, composta por 63 parlamentares, as decisões têm sido tomadas não com base nos partidos políticos, e sim por grupos de constituintes, bem distintos entre si, formados por interesses comuns”. Apontava quais grupos seriam: da Região Nordeste, dos Governadores, do Leão (formada por economistas e financistas), da esquerda e do contribuinte.

Ao lado da duração do mandato presidencial, estava na ordem do dia o debate sobre a forma de governo.⁵³ Com o enfraquecimento do Governo Sarney, a tese do parlamentarismo passava a ganhar simpatias. No início de Julho de 1987, a Comissão de Poderes da ANC aprovou a forma parlamentarista de governo, com a intenção de implementá-la em 15 de Março de 1988.⁵⁴ Como recordam Rosenn e Downes, “em meados dos anos 1980, o parlamentarismo tornou-se elemento central da reforma institucional, na medida em que a elite brasileira buscava um modelo que fortalecesse o Congresso e o sistema partidário” (2000: 18).

O tema “forma de governo” fora abordado, muitas vezes, por *Istoé*, de maneira conjuntural, circunscrita ao governo Sarney, sem aprofundar as implicações do parlamentarista ou do presidencialismo na formação das instituições democráticas do país em perspectiva duradoura.

Ao mesmo tempo, os legisladores defensores da tese do mandato de Sarney de quatro anos começavam a perder força. Ulysses Guimarães passava a defender o mandato de

⁵³ Na Ciência Política, o conceito de forma de governo é diferente ao de formas de Estado e de Regime. Estas dizem respeito à concepção de Aristóteles de poder de um, de poucos e de todos em benefício de um, de poucos e de todos, bem como na aceção moderna de autoritário, totalitário e democrático. O conceito de forma de governo diz respeito às relações e à distribuição de poderes entre Executivo e Legislativo. Esta discussão está em Pasquino, F. (2001). Formas de Governo, In: Bobbio et al. *Dicionário de Política*. 5 edição, Volume 1, Editora UnB, Brasília.

⁵⁴ As decisões da Comissão estão em www.senado.gov.br/legislacao/basehistorica

cinco anos, com a implantação do parlamentarismo, no qual era quase um candidato natural a um suposto cargo de primeiro-ministro (VE,N 981,24/6/87: pp. 42-43 e IE, N548,24/6/87:pp. 26-27).

Sobremaneira, *Istoé* colocava as decisões das comissões embutidas em temas conjunturais económicos e políticos. Quando da decretação de mais um “pacote económico”, o Plano Bresser⁵⁵, e uma posterior entrevista do Presidente à imprensa, a revista apontava que o verdadeiro objetivo das medidas seria a busca de um entendimento com o FMI, a prioridade às exportações, a implantação de uma política salarial mais austera e a abertura da economia nacional ao capital foráneo: “(...) No plenário do Congresso Constituinte, por onde Sarney forçosamente deverá transitar para aprovar algumas de suas idéias mais polêmicas sobre a abertura da economia brasileira. O nacionalismo exacerbado tem o dom de unir indignações à direita e à esquerda, e isso no momento é mau para o governo (...) E a própria Constituinte atual mostra que as manifestações mais incendiárias de nacionalismo foram prontamente abatidas e expurgadas dos relatórios das comissões temáticas. A internacionalização da economia surge no momento em que a Constituinte definiu o arcabouço de suas propostas na área econômica com a derrota das propostas xenófobas” (IE, N548, 24/6/87, p.18-21). Sobre quais propostas seriam estas, caberia ao leitor informar-se em outro outro veículo informativo, pois *Istoé* não as registrou.

Por sua vez, *Veja* abria cinco páginas para abordar um dos temas mais polêmicos na ANC, os direitos trabalhistas (VE, N981, 24/6/87: pp.106-110).A Comissão da Ordem Social decidira um anteprojeto de 113 artigos, no qual figuravam a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais sem redução

⁵⁵ Decreto-Lei 2335, de 12 de Junho de 1987.

dos salários e a criação do 13º salário anual. A reportagem ouviu os lados envolvidos diretamente ao tema: trabalhadores, líderes sindicais, legisladores, representantes de entidades patronais. Com didática, apresentava um resumo da legislação trabalhista em seis outros países. É nítida a opinião da revista em toda a reportagem, que tem como suporte a utilização, em abundância de adjetivos, tais como “em sua disposição visionária, porém, os constituintes”, “o sonho da estabilidade”, “construção de paraísos teóricos e desastres práticos”. Importante dizer que as revistas informativas semanais, de forma geral, apresentam um estilo mais opinativo, com a apresentação de vários ângulos do facto, do que comparado às publicações diárias, desta forma, assumem de forma mais contundente seu papel de formadora de opiniões.

Acredito que expor opiniões na prática jornalística não é o cerne da questão acerca da pluralidade de fontes e visões diferentes sobre os factos. A objectividade jornalística, que tem como sinónimo a imparcialidade, não passa de um “empirismo ingénuo” (Traquina, 1993:168).

A atividade jornalística não prescinde a imparcialidade e a neutralidade perante a realidade (Kovach e Rosenstiel: 2003). O compromisso daquela está na veracidade do que se veicula e a não em sua distorção. O mais importante, neste particular, é a *media* ser justa com quem discorda e de quem não comunga dos mesmos ideais políticos e ideológicos.

O jornalista Armando Figueiredo Neto fizera relevante observação sobre o jornalismo brasileiro na transição, ao recordar que durante a ditadura militar, havia pela imprensa um alinhamento contrário de imediato, quando todas as medidas governamentais eram vistas com suspeitas: “Antes, você tinha posição crítica formada a respeito dos que estão no

poder. Hoje, você está sendo obrigado a discutir ponto a ponto. Nada é intrinsecamente positivo ou negativo. Cada ponto depende de uma discussão” (Cremilda, 1987:58).

A sociedade civil procurava influenciar a ANC e *Veja* abriu suas páginas a diversos segmentos sociais. Na seção *Ponto de Vista*, o diretor comercial da Construtora Andrade Gutierrez, Sérgio Andrade, uma das maiores empreiteiras do país, discorria sobre um dos espinhos da ANC: a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro: “No setor da construção civil, o Brasil está perfeitamente equipado para andar sozinho e nada tem a ganhar abrindo a porta para a entrada de empresas estrangeiras. Ao contrário, há certos riscos escondidos atrás dessa porta”(VE, N982, 1/7/87:p.118).

Na mesma edição, a revista apresentava a atuação das igrejas nos bastidores e mesmo na própria ANC. A reportagem descrevia os propósitos dos representantes das igrejas pentecostais, com sua bancada de 34 deputados, pulverizada em algumas agremiações partidárias. A revista citou que os evangélicos haviam lançado a cartilha *Irmão vota em irmão*, na qual aprova os principais pontos que pretendiam colocar na Carta ou dela suprimir. Segundo a reportagem, o próprio presidente Sarney reconhecia que o *looby* evangélico seria “um dos fatores mais relevantes da atual Constituinte” (Idem: pp. 48-49).Ao mesmo tempo, relatava que a CNBB enviava um boletim diário a centenas de rádios e jornais católicos e a 250 dioceses, que continha os relatos e avaliações da ANC. A CNBB, em início de Agosto, apresentava quatro emendas populares à ANC, que somavam 1.7 milhões de assinaturas, que versavam sobre a necessidade da reforma agrária, posicionava-se contra o aborto e o divórcio e pretendia manter na nova Carta o estudo religioso no ensino fundamental (VE, N987,5/8/87: p.43).

Neste mesmo período, *Veja* abriu por duas vezes espaço para líderes da CGT , principal adversária da CUT, alinhada ao PT, em suas *Páginas Amarelas*, que discorreram sobre as questões trabalhistas, como o direito de greve e a estabilidade no emprego.

Por sua vez, a União Democrata Ruralista – UDR –, entidade representativa dos produtores rurais que tinha mais de 10 mil filiados, criada em 1985 sob a bandeira da lutar contra a reforma agrária, foi um dos *lobbies* mais atuantes na ANC. Na segunda semana de Julho, 30 mil seguidores da entidade foram em caravana a Brasília onde montaram um acampamento, próximo à Praça dos Três Poderes, para pressionar os legisladores. *Veja* relatava: "No texto do projeto constitucional ora em discussão, a reforma agrária é uma miragem praticamente impossível de ser realizada em qualquer lugar do país. Pela força que a UDR demonstrava sábado passado na capital do país, essa conquista será arduamente defendida nos próximos meses"(VE, N984,15/7/87: p. 20).

No início de Agosto encerrava-se o prazo para o envio de emendas populares à ANC, permitidas pelo Regimento desde que essas viessem com no mínimo 30 mil assinaturas de cidadãos e encabeçadas por três entidades. Foram 12 milhões de assinaturas distribuídas em centenas de emendas. Os temas delas eram contraditórios e amplos, tais como contra ou a favor da estabilidade no emprego, contra ou a favor da reforma agrária. *Veja* assim analisava as emendas: "Depois de instalar os representantes de suas idéias, esses eleitores passaram a correr por fora, numa demonstração de que não confiam em suas escolhas eleitorais" (VE, N989, 19/8/87: p. 27).

Esta análise da revista transmitia a ideia de que os legisladores trabalhavam mal em sua missão de redigir a nova Carta. Porém, trabalhando bem ou mal, a iniciativa popular foi um importante mecanismo de democracia direta e deu legitimidade à Carta. Na

reportagem, a começar pelo título “Via paralela”, transparece que as emendas teriam surgido apenas como uma forma de se contrapor aos parlamentares.

A iniciativa popular nos trabalhos legislativos insere-se no fenómeno de uma nova gramática política, a democracia participativa, que não exclui a democracia representativa institucionalizada. Avritzer e Santos inserem a motivação pela participação como “parte de uma herança do processo de democratização que levou atores sociais democráticos, especialmente aqueles oriundos do movimento comunitário, a disputarem o significado do termo participação (2002: 65).⁵⁶

Nas grandes cidades, as massas explodiam em movimentos que estavam fora do comando das entidades sindicais e mesmo da Igreja. Para se ter uma dimensão desses movimentos espontâneos, no Rio de Janeiro, em uma tarde, uma multidão estimada em 30 mil pessoas destruiu 60 ônibus e incendiou outros 100. *Veja* dedicou boa parte de sua edição de 8 de Julho para retratar, interpretar e analisar os factos, de forma bastante pluralista, diversificada e profunda. Já em seu editorial defendia a reforma do Estado, para que este assumisse as questões sociais: “Para que as pessoas deixem de ser transportadas como animais, de perder o valor de seus salários com a inflação, de ficar sem empregos na recessão e de sofrer a infinidade de problemas que sofrem, é indispensável uma reforma na máquina que engole a maioria dos recursos nacionais e é o agente criador da maioria dos problemas (...) Essa situação, que persiste e se agrava de governo a governo, bloqueia não apenas as perspectivas do bem-estar dos brasileiros. Ela bloqueia, na verdade, a viabilidade do Brasil, como um país moderno”(VE, N983,8/7/87: p. 17).

⁵⁶ Como desdobramentos das emendas populares durante a ANC, a Carta incorporou, em seus artigos 14 e 29 novos arranjos que possibilitam a participação do cidadão diretamente, em plebiscitos, referendos e na iniciativa popular.

Na análise da revista, aqueles movimentos se enquadravam em um outro Brasil, que não podia reclamar dos atos do governo por meios institucionais: (...) No outro Brasil, de pelo menos 25 milhões de pessoas subempregadas e desempregadas, certas palavras como reivindicação ou *lobby* não têm significado. É o mundo dos excluídos que não têm sindicatos como porta-voz, não frequentam partidos políticos, não são de esquerda nem de direita, não distinguem muito bem o PMDB do PDS nem governos civis de militares” (idem: p.19). Era o imenso déficit social que gritava nas ruas.

IV.VI - Interesses paroquiais: Após os trabalhos das subcomissões e das oito comissões temáticas, que discutiam os temas de forma independente umas das outras, o relator da Comissão de Sistematização Bernardo Cabral apresentava aos legisladores o esboço constitucional, que continha 496 artigos. Com críticas dos vários agrupamentos e vertentes presentes e atuantes na ANC, o anteprojeto recebeu 5607 emendas antes mesmo de ir ao Plenário Constituinte. Apenas o Governo Sarney, por meio de seu líder na Câmara, deputado peemedebista Carlos Santana, apresentou 200 emendas. Para *Veja* o anteprojeto “chegou a tal calhamaço em virtude das divergências ideológicas e dos interesses paroquiais que cercaram os trabalhos (...) Em um quadro de radicalização, as possibilidades de soluções negociadas ficaram num limite curto, e o resultado está espelhado no anteprojeto de Bernardo Cabral” (VE,N983,8/7/87: p.32). Tratava-se uma colcha de retalhos, com várias cores ideológicas, tecidos sociais e linhagens políticas e económicas. Pelo regulamento, o projeto iria para a Comissão de Sistematização, mas isto se mostrava inviável, uma vez que todo o texto e as mais de 5 mil emendas teriam de ser debatidas e votadas em Plenário.

Desde que o anteprojeto chegou ao Plenário, que ficou conhecido como “Projeto A”, as discussões eram intermináveis e não havia uma metodologia clara para se organizar os debates. Os parlamentares eram inscritos e discursavam sobre temas vários. Alguns focavam a reforma agrária; outros, as leis trabalhistas; ainda outros, a nacionalização da economia. Porém, os discursos mais calorosos, sem dúvida, eram os que versavam sobre a forma de governo⁵⁷.

A dispersão inicial dos congressistas, sobretudo de sua facção mais conservadora, possibilitou às correntes mais progressistas exercerem mais influência sobre o regimento Interno da ANC. Este previa que os líderes partidários indicassem os parlamentares que integrariam as diversas comissões. Gomes observa que a “Comissão de Sistematização apresentava uma sobre-representação das forças progressistas quando comparada ao Plenário. Portanto, essa sobre-representação foi consequência estratégica de membros considerados progressistas para a Comissão de Sistematização, pelo líder do PMDB na ANC, senador Mário Covas” (Gomes, 2006: 7).

Pelas regras regimentais, o parlamentar e mesmo o relator Bernardo Cabral não poderiam apresentar emendas para substituir um título, um capítulo inteiro do Projeto. As alterações somente teriam lugar em artigos, parágrafos e incisos. Enquanto a Comissão de Sistematização buscava formar consensos sobre os temas mais polêmicos do projeto, começava a ganhar força no Plenário a idéia de mudar o Regimento. *Veja* retratava tal tendência já em Julho: “Com um bloco encorpado de 100 peemedebistas, membros do chamado Centro Democrático, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) prometia angariar apoio em outros partidos para alterar o regulamento da Constituinte e permitir emendas no conteúdo do documento antes que ele caia em Plenário” (VE,

⁵⁷ Os debates estão nos Diários da Assembléia Nacional Constituinte, editado pela Câmara dos Deputados.

N984,15/7/87:p 21).Tal afirmação da revista estava par e passo com os debates em Plenário. Por exemplo, o deputado Aluísio Campos (PMDB-PB) discursava a favor da reforma do Regimento, em busca de que este viesse a possibilitar emendas a capítulos e a seções do Projeto (DANC,N95:p.3310). Mas a presença dos congressistas ao Plenário era pequena, pois a maioria preferiu as conversas nos corredores do Congresso.Já a bancada peemedebista preparava-se para a Convenção do partido que se realizaria em breve.

O Projeto estabelecia o mandato presidencial em cinco anos, mas limitava os poderes de Sarney pela introdução do parlamentarismo. Reunido com seu Conselho Político, formado pelos líderes do PMDB e do PFL, o Presidente afirmou, segundo *Veja*, "do jeito que está não dá para ficar"(VE, N984,15/7/1987:p 18).

Cabe registrar estudo do professor/pesquisador americano David Fleischer, segundo o qual 217 legisladores da ANC eram oriundos da antiga Arena, partido de sustentação da ditadura militar nos anos 60 e 70. O estudo também aferiu que 37% deles eram empresários e fazendeiros e apenas 1% dos constituintes era operário (VE, N985 22/7/87: p. 27).

Já a Convenção do PMDB foi palco de muitos discursos e poucas resoluções. O ponto alto dos debates fora a duração do mandato do presidente Sarney. O presidente queria o voto nominal e aberto, para saber ao certo com quais parlamentares poderia realmente contar. Ulysses Guimarães dera força a um acordo anterior feito com o presidente, o de votar a duração do mandato. Sarney voltara atrás, mais era tarde demais. Por 458 votos dos convencionais contra 360, decidiu-se pelo adiamento deste ponto, que a partir de então fora arremetido para o Plenário da ANC (VE, N986, 30/7/87).

O relacionamento Executivo e Legislativo brasileiros vai ao encontro do conceito de *veto players* partidário que, segundo Tsebelis, trata-se de “um ator individual ou coletivo cuja concordância pela regra da maioria no voto dos atores coletivos é requerida para tomar decisões de uma mudança de uma política” (1997:96). No Brasil de então, o facto de o governo ter maioria formal na ANC não significava que teria apoio e votos para seus projectos. “A concordância dos atores partidários não é suficiente porque um projeto que recebe a aprovação de todos os parceiros numa coligação governamental pode ser derrotado no parlamento (...) Os partidos que participam do governo não disporiam dos recursos necessários para impedir a deserção de seus próprios representantes na votação parlamentar” (Idem: 97). Nesta perspectiva, não havia disciplina partidária no interior do PMDB que, *a priori*, garantisse qualquer votação favorável ao governo, mesmo que houvesse uma bancada superdimensionada, que, em tese, garantiria a aprovação de qualquer matéria constitucional.

Há estreita relação entre a estabilidade política, a congruência e a coesão dos *veto players*. O Presidente Sarney, como se verá no decorrer deste capítulo, ao perceber no próprio PMDB uma das fontes de sua instabilidade, procurou outros parceiros políticos. A formação do Centro Democrático, antes circunscrito apenas a deputados peemedebistas que depois passou a contar com parlamentares de outras agremiações, insere-se neste contexto, com a criação de agrupamento suprapartidário que garantisse influência do Governo nos trabalhos da ANC. O Centro Democrático surgiu no mês de Julho de 1987 e depois iria ser intitulado de Centrão, e sua influência foi decisiva na elaboração da nova Carta.

Outro artigo polémico do Projeto constitucional foi o 475, que versava sobre a anistia a civis e militares que foram punidos durante a ditadura. Desta forma, os 2673 soldados e

oficiais afastados por envolvimento político retornariam às Forças Armadas e ainda receberiam promoções e os salários do período (VE, N985: 22/7/87). Os ministros militares Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, e Henrique Saboia, da Marinha, discordaram do artigo, com veemência: “Já houve duas anistias e esperamos que a coisa fique como está”, disse Saboia. (idem: pp. 5 e 7)

Na reunião do ministério de Sarney, o General Leônidas Pires Gonçalves leu um documento que tinha como alvo a Constituinte. Criticava a anista aos militares e também alertava ao perigo de uma nova Carta mais à esquerda: “A Assembléia está hoje nas mãos de uma minoria ativa e disciplinada que conseqüentemente está dominando as ações (...) para que tenhamos uma Constituição que não corresponda aos desejos da maioria do povo brasileiro, que é moderada” (VE, N991,2/9/87: p. 25).

O senador Fernando Henrique Cardoso, entrevistado nas *páginas amarelas* de *Veja*, assumia um discurso de crítica frontal ao Governo Sarney e sua tentativa de cooptar parlamentares para seus projetos. Defendia também o parlamentarismo: “Ouvimos argumentos, mas não aceitamos imposições pelo medo. Hoje, esse rolo compressor que está montado na defesa do presidencialismo deixa fraturas expostas (...) esse regime que temos, que não é presidencial, é imperial. Fica entre a imensa burocracia e os interesses da sociedade. Esse nosso presidencialismo é doente. O presidente tem tanta pressão em cima dele que não tem como agir” (Idem: pp. 5 -7).

Entre tantas pressões vindas de todos os lados, o relator da Constituinte Bernardo Cabral e um grupo de parlamentares integrantes da Comissão de Sistematização tentaram, no mês de Agosto, resumir a Carta e agradar às clivagens políticas, de posse de milhares de emendas apresentadas.

O relator Bernardo Cabral também ganhou espaço nas *páginas amarelas* de *Veja*, onde fez uma firme defesa do parlamentarismo e justificava a demora de seu trabalho para produzir um projeto viável: “Em 1937, Getúlio Vargas encomendou uma Constituição, que saiu sem nenhum erro jurídico (...) mas não é com esse tipo de Constituição que sonhamos no momento. Não queremos um documento pronto para levar ao cartório, chancelar e reconhecer firma (...) Hoje se critica o parlamentarismo dizendo-se que o Brasil não há partidos fortes o suficiente e que isso inviabiliza a mudança no sistema de governo. No sistema parlamentarista, qualquer projeto de governo tem que ser muito estudado, exaustivamente discutido, preparado e elaborado. Há uma chance maior de as decisões darem certo do que de darem errado”(VE, N993, 16/9/87, p. 6).

Conhecido como Cabral I, o relator apresentava ao Plenário o Primeiro Substitutivo ao anteprojeto, em finais de Agosto, com 305 artigos e outras 65 disposições transitórias (SDC/Câmara, Vol. 235). O substitutivo foi mais uma vez condenado por todos. Nele, o parlamentarismo proposto daria muitos poderes ao presidente, bem mais do que se reza nas democracias parlamentaristas. Sobre a duração do mandato do presidente, que fazia parte das Disposições Transitórias da Carta, Cabral deixou em branco a data em que o novo sistema entraria em vigor. Segundo *Veja*, o Cabral I teria como principais problemas: “Do ponto de vista dos direitos da cidadania, ele anda para trás quando comparado com as propostas que o precederam. No que diz respeito à ordem econômica, o texto de Cabral insiste na velha tese do assalto aos cofres públicos. Quando se preocupa em estabelecer um regime de governo estável e democrático, arma um cenário para tiroteios entre o presidente e o primeiro-ministro” (VE, N991, 2/9/87: p. 30).

No meio do revolto Plenário Constituinte, o suprapartidário Movimento Centro Democrático alçava voo. Em 17 de Setembro, houve uma festa de lançamento, na qual

150 parlamentares contavam com o aval e incentivo do presidente Sarney (VE, N993,16/9/87:p.33). O movimento foi batizado pela imprensa como “Centrão”, e assim passou a ser conhecido.

Em Setembro, a Comissão de Sistematização conhecia o Substitutivo Cabral II, fruto de centenas de emendas parlamentares e 62 emendas populares. O projeto instituía o regime parlamentarista com presidente forte. Este, por solicitação do primeiro-ministro, poderia editar Medida-Provisória, com força de lei, que seria apreciada pelo Congresso. O Presidente poderia vetar total ou parcialmente projeto-lei. Já o Primeiro-Ministro seria responsável pela administração do governo, inclusive pela criação de cargos, funções e empregos públicos. A eleição para presidente seria direta na primeira volta, mas caso nenhum candidato obtivesse maioria absoluta, o Congresso votaria entre os dois candidatos mais votados ou, caso quisesse, poderia convocar nova eleição direta na qual disputariam os dois mais votados, para um mandato presidencial de seis anos. Não se especificava qual a jornada semanal do trabalhador, rezava uma proteção por demissão imotivada - que ainda seria regulada por lei complementar -, e assim, caía por terra a estabilidade no emprego. A reforma agrária também seria determinada por lei complementar e estaria restrita apenas às propriedades que não estivessem cumprindo suas “funções sociais”. O petróleo seria monopólio estatal e os recursos minerais apenas poderiam ser explorados por empresas nacionais. A União perderia um quinto de sua arrecadação em detrimento dos estados e dos municípios, no pacto federativo em discussão. Pelo artigo 249, as empresas de comunicação poderiam pertencer apenas a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos. Não haveria restrições ao direito de greve, desde que fossem garantidos os serviços essenciais à população (SDC/Câmara, VI. 242).

Como observa Gomes (2006:5), o Cabral II propunha modificações significativas em relação ao projeto anterior (...) muitas das decisões anteriores foram suavizadas (...) e também solucionou muitas das questões não consensuais de forma a transferir certas decisões para uma futura legislação complementar”.

Veja carregava nos adjetivos para criticar o governo e a ANC: esta era chamada de “oficina de leis” e aquele como “maior usina de pressões contra a Constituinte” (VE, N995, 30/9/87, p. 34). Nesta mesma edição, o deputado Delfim Neto (PDS-SP) assim definia o Cabral II: “É uma combinação do Vaticano com o Kremilin”. A revista usou cinco páginas para informar sobre o projeto e procurou, por meio de infográficos, detalhar os pontos principais, em uma edição zelosa.

O Ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, do PMDB, que semanas depois fora demitido, em entrevista às *páginas amarelas* de *Veja*, ao ser questionado pela revista acerca do clientelismo do governo aos deputados, com a nomeação de pessoas ligadas a eles em troca de apoio político, foi cristalino como a água: “Isso é um hábito. Um estilo de política. Não é uma coisa que a prática política condene. É uma coisa normal. A condenação é feita por mim por razões peculiares. Acho que isso prejudica a cidadania, afeta a consolidação democrática e o conceito dos políticos. As indicações de natureza política são feitas pelo Planalto. Está na tradição política do Brasil esta coisa patrimonialista, de uso do aparelho público. A Previdência sempre foi usada para atendimento de demandas político-eleitoral” (VE, N996, 7/10/87: p. 8).

A conta gotas, a Comissão de Sistematização debatia e votava o Cabral II que depois iria ao Plenário. Um aspecto pitoresco abordado por *Veja* dizia respeito ao preâmbulo da Carta, que abria com os dizeres “sob a proteção de Deus”, aliás, que foram aprovados na

vesão definitiva da Carta. A revista recordava que nem mesmo países de maioria católica, como Espanha, França, Itália e Portugal, não pedem a proteção de Deus em suas constituições. Em entrevista, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva disse discordar da inclusão divina ao texto por ser “uma utilização do Seu santo nome em vão, mas, já que estava incluída ali, votei como cristão” (Idem:p.83). Na Comissão de Sistematização, Deus entrou no texto constitucional por 74 votos e um contra, do líder do PCdoB.

Pelo projeto editorial de *Veja* os artigos assinados estavam restritos praticamente à última página da edição, na qual uma pessoa proeminente era convidada a escrever a cada semana. Porém, a edição de 14 de Outubro, fugiu à regra. A capa estampava a foto e um texto do professor e economista Mário Henrique Simonsen⁵⁸, intitulada “O Brasil na contramão”. Em 11 páginas, o professor destilou profundas críticas à Constituinte e ao Governo Sarney: “O apelidado progressismo do anteprojeto da Comissão de Sistematização é a confluência da subcultura com o oportunismo. Subcultura é a sensibilidade inconsequente que, querendo o bem, pratica o mal – ou seja, aquele conjunto de boas intenções que pavimentam o inferno. Oportunismo é a tentativa de preservar o que nenhum direitoista americano tem a coragem de defender – o capitalismo cartorial” (VE, N 997,14/10/87: p. 26).

Em sua defesa à abertura da economia nacional ao capital forâneo e contra qualquer reserva de mercado, Simonsen disse: “A maior manifestação de pobreza da demonologia esquerdista e da ignorância angelical que se juntaram para formar uma maioria sem nexo na Constituinte e no governo está na discussão do papel das empresas multinacionais (...) A idéia de que elas abalamo poder nacional, transferindo os centros de decisão para o

⁵⁸ Na ocasião Mario Henrique Simonsen era diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Ele foi ministro da Fazenda de 1974 a março de 1979, no Governo do General Geisel e também foi ministro do Planejamento de Março a Agosto de 1979, no Governo do General Figueiredo.

exterior, resulta de uma confusão conceitual entre capitalismo privado e capitalismo de Estado” (idem: p. 32).

Interessante observar que no editorial, *Carta ao leitor*, a revista endossava o texto de Simonsen de forma incondicional: “(...) No brilhante artigo que compõe o tema de capa desta edição, a questão central é decidir entre o progresso e o atraso, entre o avanço e o retrocesso(...) A caminha para trás está sendo feita, já, com todo o leque de propostas que se amara na idéia geral de distribuir, por vai do Estado e de leis, sem qualquer preocupação com seu custo, com sua viabilidade e, sobretudo, com a criação dos recursos destinados a prover aquilo que se pretende dar” (idem: p.19). *Veja*, nesta edição, foi monolítica, abriu espaço imilitado apenas para um ponto de vista imperativo.

Por sua vez, a revista *Istoé*, que acompanhava com timidez os trabalhos da ANC, passava a assumir a cobertura, com mais sistematicidade, das cenas no Congresso Nacional, onde se previa o início das votações em plenário da nova Carta. *Istoé* divulgava a formação de uma ampla frente empresarial, que buscavam reunir 280 assinaturas de constituintes com o intuito de mudar o Regimento Interno da ANC e derrubar o projeto da Comissão de Sistematização. Havia sido lançada no Rio de Janeiro a Frente da Livre Iniciativa com o propósito de influenciar o Legislativo. Em entrevista, o Presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Artur João Donat, reconhecia: “Perdemos em tudo no capítulo dos Direitos Sociais, é a culpa é de todos nós” (IE, N567,4/11/87: p. 19).

Istoé também chamava à atenção para um fenómeno crucial, que iria orientar os passos seguintes da ANC, o descompasso entre a Comissão de Sistematização e o Plenário: “O presidente, que já jogou abertamente todo o peso da administração federal pelos seus cinco anos e pela manutenção de seus poderes, doando cargos e demitindo ministros, passou a estimular não só a ira empresarial como a gestão de grupos parlamentares, sob

a liderança do deputado Carlos Sant'Ana, líder do governo na Constituinte, para implodir o projeto da Comissão de Sistematização” (Idem: p.20).

Por sua vez, *Veja* centrou sua reportagem ao crescimento dos adeptos das eleições diretas para 1988: “Até dentro daquela fatia moderada do PMDB ganha corpo o coro por diretas o ano que vem”(VE,N1000, ,4/11/87: p. 50).

“Diretas à vista”, eis o título da reportagem de *Istoé* em sua edição de 11 de Novembro, enquanto a ANC vivia momento de impasse. Em tom otimista, a revista sentenciava: “Só havia uma certeza: a de que a sucessão de Sarney definitivamente saltara dos bastidores para o palco e deverá ser resolvida com a convocação dos eleitores ainda no decorrer do próximo” (IE,N568,11/11/87:p.22). Nesse vão exercício de prever o futuro, os factos provaram o contrário. Sarney, apesar de rodeado por todo tipo de problema, ainda encontraria fôlego para caminhar. Preso no meio da reportagem, estava o mais importante do momento: “Estimulados por empresários, de um lado, e pelo Palácio do Planalto, de outro, os parlamentares conservadores se insurgiram contra o regimento interno da Assembléia Constituinte, que proibia a apresentação de emendas ao projeto aprovado pela Comissão de Sistematização durante a fase decisiva de votação no Plenário” (idem:23).

Veja mostrou uma sensibilidade aguçada ao analisar o delicado momento. Em reportagem de capa colocava em manchete “Como a direita de organiza – as mil faces da reação conservadora” (VE, N1001,11/11/87:p.1). A reportagem pontuava sobre cada organização direitista e como atuava nos *lobbies* da ANC, tais como a UDR, a Frente Nacional pela Livre Iniciativa e a União Brasileira de Empresários: “O que há de temível na ressurreição da direita não são suas idéias, até mesmo porque boa parte delas é muito

boa, mas a sua incapacidade de aplicar qualquer idéia dentro de um regime democrático” (Idem: p. 39).

A revista relatava que o Centrão era maioria na ANC. Os empresários montaram acampamento permanente em Brasília, para acertar no alvo, os legisladores do Centrão. Entretanto, a Comissão de Sistematização continuava a votar temas contrários aos *lobbies*. Por exemplo, sobre a reforma agrária, votou que caso a Justiça não resolvesse sobre a função social de uma dada propriedade em um prazo de 90 dias, o proprietário perderia sua fazenda sem indenização prévia – e depois não poderia reavê-la nem mesmo no Judiciário.

Por sua vez, o projeto colocava como empresa nacional aquela que tivesse sede e fosse dirigida por pessoa jurídica constituída no país. Era a vaga de nacionalismo que assolava o projeto. Até mesmo a comercialização de petróleo e seus derivados no varejo, os postos de combustíveis, só poderiam ser operados por empresas nacionais⁵⁹. E seria e foi criado um imposto para taxação de grandes fortunas. De acordo com a votação na Comissão de Sistematização, o mandato de Sarney seria de quatro anos. Segundo depoimento do deputado Lysaneas Maciel (PDT/RJ) para *Veja* “os quatro anos só foram aprovados na comissão graças a um acordo dos conservadores com os militares. Tudo foi negociado aí, para os militares fazerem o que queriam com a anistia aos cassados” (VE, N1003,25/11/87: p.38). Isto porque a mesma comissão jogou por terra a anistia aos militares cassados que seriam indenizados retroativamente conforme projeto anterior.

Istoé, por seu turno, acertava em sua análise relativa ao parlamentarismo, na qual apontava que esta forma de governo poderia não ser aprovada em plenário. Usava, como

⁵⁹ A nacionalização dos postos de combustível, após ser ironizada pela imprensa e pelos executivos das multinacionais que operavam e operam no país, foi abandonada até mesmo pela esquerda. Na votação final da Carta, na segunda volta, nem mesmo foi apresentada ao plenário para apreciação.

argumentos, o facto de os pré-candidatos à sucessão de Sarney queriam assumir o Planalto com plenos poderes. Apresentava também pesquisa de opinião realizada pelo Ibope, de acordo com a qual, 26,3% dos brasileiros entrevistados eram favoráveis ao presidencialismo, ao passo que apenas 9,4% eram favoráveis ao parlamentarismo e 30,9% eram partidários de uma forma mista de governo (IE, N570, 25/11/87: p.24).

O Centrão mostrava a que veio e vencida sua primeira batalha, em 26 de Novembro. Um dos principais articuladores do Centrão e afinado à UDR, o deputado Roberto Cardoso Alves apresentou ao plenário o requerimento de prioridade para seu projeto de alteração do regimento, que foi aprovado por 271 votos a 223. De acordo com *Veja*, os empresários fretaram cinco aviões para o transporte de constituintes de seus estados de origem para Brasília, a fim de participar da votação crucial para os rumos da ANC. Disse à revista o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco e também senador: "Não podemos cair na mesma esparrela da votação da estabilidade no emprego" (Idem: p. 35). Entretanto, talvez na cobertura jornalística deste facto, tenha sido o grande equívoco de *Istoé* em todo o período. A reportagem não apresentou os factos como foram e colocava que a batalha havia sido adiada: "O caminho da negociação, e não o do confronto, foi afinal o escolhido pelos deputados e senadores". O placar vitorioso da votação entrou no meio do texto, sem qualquer destaque, como se tratasse de uma votação qualquer (IE, N571, 2/12/87).

O segundo *round* da batalha congressual ocorreu semana seguinte, quando o Centrão virou o jogo e aprovou por 290 votos o seu projeto de mudança do regimento. O senador Mário Covas, líder do PMDB, ao pressentir a derrota, convocou seus liderados para deixar o plenário. Pouco mais de 100 legisladores dos 307 presentes da agremiação seguiram seu líder e os demais seguiram as orientações do Centrão.

Após 11 meses de trabalhos e a apresentação de quatro projetos da Carta, houvera quase um recomeço. Entre os derrotados, o mais atingido fora Mário Covas e, portanto, as fraturas dentro do PMDB não seriam mais coladas. Os caminhos para a criação de um novo partido, o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB -, estavam traçados. De acordo com a análise do próprio PSDB após a vitória do PMDB nas eleições de 1986, esta agremiação “inchou”, com “muitos políticos que pouco tinha em comum com o grupo histórico”, entre eles o então senador e futuro presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o ex- governador de São Paulo Franco Montoro, o então deputado Afonso Arinos de Mello Franco e o senador e futuro governador de São Paulo Mário Covas. “O governo Sarney, conforme denúncias da oposição, recorreu à máquina pública para seduzir os parlamentares sem posição definida quanto ao mandato presidencial de cinco anos. A insatisfação aumentou durante o ano de 1987, fazendo com que os parlamentares mais desgostosos criassem o Movimento de Unidade Progressista – MUP - cujos membros mais tarde se uniram ao PSDB” (PSDB histórico).

Isto é, após os tropeços na cobertura do Centrão, acertava novamente o passo em suas reportagens políticas. Divulgava que o Ministro Antônio Carlos Magalhães, um dos poucos integrantes de peso do PFL que não rompera com o governo Sarney, ganhava destaque no Planalto, passava a ser o principal articulador do presidente. Para a revista, cabia a ele a vitória do Centrão, que era qualificado como o “novo homem forte do governo” (IE, N572, 9/12/87: p. 20).

Era véspera do Natal, quando *Isto é* divulgava uma pesquisa encomendada por ela ao Ibope, realizada com cidadãos sobre o seu país. De acordo com a enquete, 73% dos pesquisados não queriam que Sarney cumprisse mais de quatro anos de governo e 53% não acreditavam mais no governo federal. Entre os entrevistados, 74,4% deles não

sabiam o que era presidencialismo e 80,4% não sabiam o que era parlamentarismo. De cada 100 entrevistados, 50% deles não acompanhavam a elaboração da nova Carta (IE, N574, 23/12/87: pp.20-28).

Sobre as instituições mais confiáveis, a Igreja Católica era a instituição mais confiável, pois tinha 73,6% de credibilidade e a imprensa figurava em segundo lugar, com 51,3%. Em contraste, os políticos despontavam como os donos da mentira, na opinião de 81,6% dos entrevistados. Analisava a revista sobre a pesquisa: “A tradicional imagem do brasileiro como otimista incorrigível, que acredita ser capaz de resolver todos os problemas na base do jeitinho, é definitivamente uma coisa do passado. Hoje em dia, revela a pesquisa, o brasileiro médio é um pessimista temperado por boa dose de conformismo (...) Seus mais terríveis pesadelos provêm da área econômica. Saudoso do Cruzado I, ele teme acima de tudo o desemprego. A escalada da inflacionária e a perda do poder aquisitivo dos salários” (Idem: p. 30).

Como bem pontuou *Veja*, em sua última edição do ano, “cada ano que passa produz sua própria memória, e 1987 será conhecido como aquele em que o Brasil não resolveu nenhum problema – todas as questões deixadas por 1986 foram transferidas para 1988”(VE, N1008, 30/12/87: 53). O ano fechava com uma inflação de 360%. O Cruzado II facassou. O Plano Bresser teve o mesmo destino. A Brasil decretou a moratória. Não se conseguiu fechar um acordo com a banca internacional e nem com o FMI. A ANC estava congelada no tórrido verão brasileiro e Sarney ainda não sabia de quantos anos seria o seu mandato.

IV.VII - Em batalhas ferozes, legisladores votam: Claro estava que as alterações instituídas pela Comissão de Sistematização ao texto Cabral II contribuíram para acirrar

os ânimos. O argumento preferido dos discordantes era sobre a inviabilidade prática de executar tais projetos, tais como a nacionalização da distribuição de combustível e a questão da estabilidade no emprego. O Cabal II era mais conciliador com os diversos interesses em jogo. Por conseguinte, o Centrão foi o depositário do coro dos descontentes à direita da sociedade e dos seus interesses representados na ANC. Não havia um consenso em todas as questões nos integrantes do Centrão, como avalia Gomes, ele “funcionou mais como uma coalizão de veto, que se uniu para a alteração do regimento e não como um grupo unido e propositivo” (2006:10).

Em 5 de Janeiro de 1988, aprovava-se a alteração do regimento (DANC, N 163), pela qual estava facultada à maioria absoluta (280 parlamentares) a apresentação de substitutivos a títulos, capítulos, seções, subseções e de emendas a dispositivos do projeto. Os trabalhos da ANC foram interrompidos por mais de 40 dias, desde que a Comissão de Sistemização entregara em 17 de Novembro seu projeto ao Plenário e começou a ação organizada do Centrão para alterar o regimento. A sociedade cobrava a nova Carta e a descentralização das discussões, que se operou no início da ANC. As discussões em comissões e subcomissões que envolveram todos os parlamentares, não mais ocorreriam. Logo, os acordos eram fechados pelos líderes partidários ou dos blocos parlamentares, como o Centrão, nos corredores do Congresso e nos telefonemas de governadores às bancadas de seus estados em busca de alinhamento. Assim, descortinava ao plenário uma longa agenda de votações.

A pressão empresarial continuava forte à ANC. Na seção Tribuna de *Istoé*, na qual um expoente nacional escrevia a cada semana suas opiniões sobre os temas conjunturais, o diretor presidente da empresa Probel, José Fernandes Vasquez, advertia caso o projeto da Comissão de Sistemização fosse aprovado com a estabilidade no emprego e os

ritmo dos trabalhos da ANC serem tão lentos que inviabilizariam a economia nacional: “É evidente que, até ser aprovada, ninguém poderá fazer qualquer planejamento a médio e longo prazo, o que provavelmente resultará em recessão e desemprego”. Acreditava que tal situação poderia ser alterada positivamente com “a provação do regimento interno da Constituinte, garantindo para a maioria da ANC o direito de fazer a nova Constituição Brasileira” (IE, 577,13/1/88: p. 99).

Por sua vez, *Veja* destacava outro viés: os políticos estavam pressionados pela opinião pública pela convocação quase imediata das eleições diretas para presidente. Citava uma pesquisa do Ibope, segundo a qual 63% dos eleitores gostariam de votar para o substituto de Sarney já naquele ano. Entrevistado pela revista, o governador do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, resumia bem o sentimento que permeava o meio político. Mesmo sendo favorável à tese dos cinco anos, mudara: “Se a opinião pública quer um mandato menor, é evidente que vamos ter de respeitá-la” (VE,N1010, 13/1/88: p. 20). *Istoé* alertava que um segmento razoável do Centrão “não permite caracterizá-lo como sendo pró-Sarney, e isto é que impede também a homogeneidade do Centrão com relação a temas como o tamanho do mandato do atual presidente, de quatro ou cinco anos, e a futura forma de governo do país” (IE,N577, 13/1/88: p.20).

Na elaboração das emendas coletivas, o bloco governamental estava a campo. A emenda de autoria do deputado Matheus Iensen (PR/PMDB) reunira 317 assinaturas, entre elas 167 do PMDB, que versava sobre os cinco anos de mandatos e, portanto, seria apreciada pelo Plenário. O senador Fernando Henrique Cardoso, defensor ferrenho dos quatro anos, dizia: “O que vale mesmo são os votos e não assinaturas” (VE,N1011,20/1/88: p.28).

O Centrão apresentava 11 emendas sobre os temas principais de conflito, entre elas a que rezava sobre indenização por demissão ao trabalhador relativa a um salário para cada ano trabalhado, o que evidentemente estava em choque com a proposta da estabilidade; o valor da aposentadoria seria calculado pela média dos valores pagos nos anos de contribuição, em contraposição à tese do projeto, que pregava a aposentadoria no valor integral ao último salário que o trabalhador recebesse na ativa; as greves seriam restritivas aos funcionários públicos e setores essenciais, tais como saúde e transporte, em contraposição à liberação da greve para todos, conforme o projeto; a definição de empresa estrangeira era relativizada; e a reforma agrária seria presa em normas protecionistas da propriedade rural, como a desapropriação só poderia ser feita quando já houvesse pela União de um plano assentamento para a área, precedido de processo administrativo baseado em vistoria das terras a serem partilhadas. Cabe assinalar que as duas revistas acertaram na cobertura deste período e detalharam cada emenda aos seus leitores (VE, N1011 e IE, N578,20/1/88).

Com as 11 emendas, o Centrão focava em itens considerados prioritários e deixava outros passarem em branco, tais como a licença-maternidade de 120 dias e a jornada de trabalho de 44 horas semanais. Seguiu um velho ditado popular brasileiro: “Vão-se os anéis, mas ficam os dedos”. Quanto às teses sobre a forma de governo, visivelmente os constituintes estavam longe do consenso. As emendas parlamentarista e presidencialista tiveram 346 e 349 assinaturas, respectivamente. Como eram 559 constituintes, claro que muitos assinaram os dois documentos.

Na primeira volta de votação em Plenário, 78,92% da matéria aprovada originaram-se de emendas, ao passo que apenas 14,04% representaram a manutenção do texto da

Comissão de Sistematização. Entre as 191 emendas aprovadas, 140 delas eram oriundas de fusões e 48 delas eram emendas individuais (Maués e Santos, 2002:8-9).

O Congresso adotou para as votações da Carta um novo sistema técnico de votação em plenário. Os parlamentares acionavam um botão instalado em suas mesas e o voto de cada um aparecia em um imenso painel situado no palco. Ao mesmo tempo, o relator Bernardo Cabral insistiu, no primeiro dia de votação, a necessidade de a mesa diretora da ANC instituir o Processo de Decisão da Comissão de Sistematização número 5, que tornava obrigatória a transmissão em rádio e televisão das votações nominais da Casa. O que foi acatado pelo presidente Ulysses Guimarães (DANC, N172).

Entre os temas mais controversos, alguns foram impossíveis se chegar ao consenso. O cientista político Timothy Power chamara tais embates como “batalhas ferozes” (1997:4). Em alguns temas o impasse foi provisoriamente solucionado com o adiamento da decisão para futuras leis ordinárias. Sobre a forma de governo, nem mesmo a votação majoritária do presidencialismo colocou fim à polêmica, que aprovado provisoriamente por cinco anos, fora levado a plebiscito em 1993, quando os cidadãos reafirmaram pelo histórico presidencialismo brasileiro.

O primeiro dia de votação do plenário fora desalentador. Sem acordo entre as lideranças, o plenário se dividiu na votação do preâmbulo da Carta. A ala à esquerda da ANC insistia que se colocasse no texto a questão da democracia direta, além de democracia representativa. Votaram pela sim, ou seja, sem menção à democracia direta, 248 parlamentares, e 227 optaram pelo não. Assim, por falta de maioria absoluta, 280 votos, a votação foi adiada. Dia seguinte, um acordo liderado por Mário Covas e pelo Centrão possibilitou que o preâmbulo fosse aprovado por 487 votos, inclusive com os votos do PT e PCB. Em troca, a democracia direta passara a figurar no artigo primeiro da Carta e os

quatro primeiros artigos estavam aprovados, os relativos aos “Princípios Fundamentais”. *Veja* já havia criado um didático quadro em suas páginas, que persistiu nas outras edições, intitulado “A Constituinte decidiu”, onde colocava as decisões e o placar, em busca de orientar seus leitores para tão confusos andamentos da ANC. Ao mesmo tempo, enfatizava que os direitos trabalhistas passaram a ser os mais difíceis de se chegar ao consenso e criticava as posições extremadas: “Em mais de um ano de trabalho, enquanto da esquerda sindical só partiram projetos demagógicos, como a que dava estabilidade a todo trabalhador com mais de noventa dias de empresa, do pensamento patronal também não saiu uma só idéia lógica”(VE, N1013,3/2/88: p. 28).

Já *Istoé* colocava-se no papel de porta-voz dos anseios da sociedade e, em editorial, criticava o ritmo lento dos trabalhos: “Há vários outros pontos de conflito que ameaçam esticar o calendário da Constituinte a prazos insuportáveis (...) Mas nenhum país consegue traçar seu futuro sem que esteja definidas as regras que balizam os conflitos entre seus cidadãos (IE, N576,6/1/88:p. 21).

Para a revista, as razões que impediam os trabalhos constituintes serem mais ágeis seriam a insistência do Planalto e suas articulações para o mandato de cinco anos de Sarney que “transformaram o cenário político numa espécie de mercado a céu aberto; e as investidas regimentais do Centrão” (IE, N580, 3/2/88, p. 29). Quanto ao Centrão, causou mal-estar entre os parlamentares a forma direta e grosseira como o constituinte Roberto Cardoso se referiu à possibilidade de apoio do agrupamento à tese dos cinco anos, o que dependeria do recebimento de benefícios do Planalto: “É dando que se recebe” (Idem: p. 30).

Em 29 de Fevereiro, o presidente Ulysses Guimarães anunciava que, em reunião com líderes partidários e forças representativas, fora acordado que todas as manhãs estas lideranças iriam se reunir, onde discutiriam os procedimentos do dia, em busca das

fusões. A partir de então, foram suspensas as comunicações breves de parlamentares e as comunicações de lideranças ao plenário – o período de antes da ordem do dia -, com o intuito de acelerar as votações. Com isso, os temas mais espinhosos eram acordados pelas lideranças e ao plenário coubera uma votação rápida, com poucas argumentações pró ou contra das emendas e dos destaques em pauta (DANC, N193: p. 7807).

A esquerda fora esmagada em alguns tópicos que considerava importante à época, principalmente na questão de estabilidade no emprego, tal como rezava o projeto da Comissão de Sistematização, na mais concorrida, até então, sessão da ANC: 371 votos a favor da indenização quando o empregado fosse despedido sem justa causa e 151 contrários, estes últimos eram os partidários da estabilidade, que agregou os signatários das legendas PCB, PCdoB, PDB, PT, PSB, PT e, com surpresa, o PTB. Um acordo entre o Centrão e Mário Covas possibilitou a derrota da estabilidade. Entre as derrotas da esquerda, destacam-se a rejeição das comissões de trabalhadores por local de trabalho (votaram pelo sim 147 constituintes e contra, 278) e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas (votaram pelo sim 107 e contra 341).

Sobre a jornada de trabalho, a esquerda defendia o projeto da Comissão de Sistematização, que propunha 40 horas semanais, mas foi derrotada por 308 votos contra 193. Novamente, o Centrão, em acordo com Covas, apresentou a proposta de redução das então 48 horas semanais para 44 horas. A esquerda, então se alinhou à maioria e as 44 horas foram aprovadas e figuram na Carta.

Houve dificuldades para se chegar ao acordo contrário à estabilidade, portanto, a solução paliativa foi a criação da indenização a ser definida em Lei Complementar.

Porém, o Centrão admitiu a aprovação de muitas cláusulas favoráveis aos trabalhadores. Muitos pontos de cunho social foram aprovados, com a esmagadora maioria a favor:

licença maternidade de 120 dias (aprovada por 429 votos e apenas 11 votos contrários). Já a licença-paternidade de oito dias recebeu 337 votos a favor e 67 contrários e ainda houve 28 abstenções⁶⁰. Os empregados domésticos passaram a ter os mesmos direitos de os demais trabalhadores a título de aposentadoria (361 sim e apenas 3 contrários), os trabalhadores passaram a ter um abono de férias de 33% do valor do salário e também foram incorporados na Carta um adicional de insalubridade e o décimo terceiro salário para os aposentados. Criou-se a jornada de seis horas para atividades ininterruptas de revezamento. Toda a esquerda, bem como grande parte do PMDB e mesmo do PFL votaram a favor. Em alguns pontos mais polêmicos, deputados da extrema direita, tais como Delfim Neto, Amaral Neto, Roberto Rodrigues e João Nonô, aninharam-se nos votos contrários e nas abstenções, mas eram uma excassa minoria.

Deve-se lembrar que os *media* noticiavam cada votação dos legisladores e a opinião pública, principalmente os segmentos médios, estava atenta às votações. Acredita-se que muitos dos aspectos sociais da nova Carta passaram sem maiores questionamentos por questão da própria imagem dos parlamentares junto às suas bases eleitorais. Em 1988 foram realizadas eleições para prefeitos e muitos constituintes foram candidatos em suas cidades. Arnold (1990), ao analisar a lógica da ação congressual nos Estados Unidos, crê que quando os legisladores precisam tomar decisões, eles primeiro perguntam qual alternativa contribui mais para suas chances de reeleição. Se eles percebem significativas diferenças, eles escolhem a alternativa que melhor sirva para a causa. Tal afirmativa pode ser aplicada no Brasil de 1987/1988. Em um país efervescente, com a sociedade civil mobilizada, a imagem do parlamentar era fundamental para a sua própria sobrevivência.

⁶⁰ Na votação final da Carta, a duração da licença-paternidade ficou para ser definida em lei complementar.

E como as revistas registraram as votações dos direitos sociais na ANC? Ao ler as páginas de *Veja* e *Istoé* pareciam duas realidades bem diferentes, pois os enfoques das publicações foram bem diversos. *Veja* optou por focar a questão nas derrotas da esquerda e da direita: “A matriz geral da plataforma social, contudo, nasceu no quadro de uma votação em que as duas pontas do plenário, à esquerda e à direita – ambas ferozmente opostas ao pacote enfim aprovado – foram derrotadas graças a um pacto entre o PMDB de Mário Covas e as fileiras moderadas do Centrão”. Em uma legenda de uma foto, por exemplo, na qual estavam Lula, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, dizia: “esquerda isolada” (VE, N1013,2/3/88: p.24). Mas apesar de considerar os direitos sociais aprovados como “ótimos”, a revista chamava à atenção ao facto de que “a sociedade como um todo que vai dividir a conta, seja pagando mais pelas mercadorias, pois quem as produz vai repassar aos preços aquilo que passará a gastar mais com seus empregados” (Idem: p. 19).

Por sua vez, *Istoé* estampava no título: “Vitória à esquerda – retirada da estabilidade deixa empresários mais confiantes, mas o preço do acordo é alto” (IE, N584,2/3/88: p. 38). O texto afirma: “Para salvar os dedos contra a proposta de estabilidade no emprego, o Centrão entregou na Constituinte os anéis de avanços sociais absolutamente inesperados pelos empresários que lhe dão apoio (...) o alarido conservador era compreensível, mas as queixas não se limitavam ao Centrão e aos empresários. Também a esquerda empurrada pela CUT esperneou contra o acordo custurado entre seus moderados, sob a coordenação de Mário Covas, e as lideranças mais sensíveis do Centrão” (Idem: p. 38).

Foram dois enfoques diferentes, mas ao confrontá-los com os anais da Câmara Federal, percebe-se que ambos foram fiéis aos factos, mas a forma de narrá-los foi diferenciada:

Istoé optou por poupar os parlamentares à esquerda de críticas muito incisivas e *Veja*, fez o contrário, supervalorizou a derrota da esquerda na estabilidade e não enfatizou que nas demais votações, como a licença maternidade e outras, o acordo de Mário Covas foi à esquerda e que a extrema direita ficou isolada. Tais diferenças de enfoque das duas revistas mostram clivagens ideológicas dos próprios *media*, uma vez que, como já pontuamos neste capítulo, os *media* não são neutros e os recortes que fazem em cima dos factos trazem em si pontos de vista e opiniões. Por conseguinte, essas estão presentes em títulos, paratextos e legendas e mesmo nas fotos escolhidas para a edição. Muitas opiniões estão embutidas em adjetivos, tais como usados em abundância por *Veja*: “enfeite jurídico”, “direitos onerosos”, “benefícios como bola de neve”, “excesso de hipocrisia”. O trabalho de construção da realidade pelo jornalismo, como observa Abreu, “é resultado de um certo tipo de olhar, da utilização de uma forma particular de discurso, e para ser aceito deve ser percebido como muito próximo do real” (Abreu, 2003: 17).

Na edição seguinte à aprovação dos Direitos Sociais pela ANC, *Veja* publicava reportagem sobre os efeitos da licença-maternidade de 120 dias às empresas. O título já dizia onde a reportagem queria chegar “Gravidez indesejada”, onde se enfatiza que as empresas já começavam a demitir as mulheres: “Em empresas mais tradicionais, contudo, as iniciativas tomadas pela Constituinte são vistas com apreensão⁶¹” (VE, N1018,9/3/88, p. 115).

Os significativos avanços conquistados pelos trabalhadores na nova Carta estavam na contramão da conjuntura mundial, onde se vivia sob os governos de Thatcher na Inglaterra

⁶¹ Em 1976, as mulheres compunham 29% da População Economicamente Activa – PEA – e em 2002 representavam 43% da PEA. Disponível em fcc.org.br/mulher/séries_históricas

e de Reagan nos Estados Unidos e, na Europa, era questionado o Estado de bem-estar social e ascendia-se o neoliberalismo e seu Estado Mínimo.

Isto é ofuscou o debate acerca da forma de governo para insistir no tema da duração do mandato de Sarney, que por integrar a agenda das “Disposições Transitórias” da Carta, só seriam votada em Junho. Como analisam Rosenn & Downes, este debate tanto na ANC quanto na sociedade “misturou-se à tentativa de encurtar o mandato do presidente Sarney” (2000: 18).

Às vésperas da votação da forma de governo, as duas revistas apostaram em um suposto acordo, que foi batizado com o nome de “Acordão”, que teria sido costurado por Ulysses Guimarães e pelo Planalto: a aprovação do parlamentarismo e o mandato presidencial fixado em cinco anos. *Veja* apresentava todos os ingredientes corretos para a análise correta, entretando, a revista tropeçou ao lançar previsões sobre os rumos dos acontecimentos. Mostrava que os militares não aceitavam o presidencialismo, colocava a conversa de Ulysses e Sarney, na qual o presidente teria dito “eu ainda sou presidencialista com cinco anos” (VE, N1020, 23/3/88, p. 34), e que o PMDB estava dividido sobre a questão. Mas, colocou “com tantas variáveis teóricas possíveis, o parlamentarismo com cinco anos pode dar certo”. Mas que isto, na edição anterior (VE, N1019, 16/3/88) *Veja* afirmava “na semana passada, no Planalto, Sarney deu seu aval à nova negociação – parlamentarismo com cinco anos. 'Aceito discutir em torno desta proposta', disse o presidente a um parlamentar” (idem: p. 20). Na mesma edição, a revista, mais uma vez, mostrou sua preocupação em esclarecer seus leitores: publicou reportagem bem detalhada sobre o que é o parlamentarismo e as experiências européias. Nesta mesma reportagem, afirmava que o parlamentarismo é “uma hipótese que, na semana passada, parecia tão forte quanto a da vitória do presidencialismo na

Assembléia” (idem: p. 22). Em síntese, a revista não arriscava em proclamar vitorioso nenhum dos lados, porém, subestimou as fortes articulações palacianas que estavam em curso em torno do presidencialismo.

Moreira Leite reconhece que houve um erro na avaliação de *Veja*: “Nós acreditamos no parlamentarismo por mais tempo do que deveríamos. Estava na cara que no Brasil a população pode não gostar dos presidentes, mas devota pelos parlamentares – que vão formar um governo parlamentar – um desprezo ainda mais profundo. Ninguém vira um chefe de Estado porque foi um ‘bom’ parlamentar. Não há essa cultura”.

Istoé, na coluna *Linha Direta*, assinada pelo jornalista José Antônio Severo comentava que “a fórmula dos cinco anos, com presidencialismo não é uma posição solitária do chefe do governo. Antes, trata-se de uma postura que adotou, refletindo o ponto de vista de um segmento decisivo para a transição” (IE, N587,23/3/88: p. 16). Nesta mesma edição, a revista destacava a contratação como assessor direto do presidente do experiente ex-parlamentar Thales Ramalho, que passara a ser o negociador preferencial do Planalto nos corredores do Congresso. A revista chamava a atenção que Ramalho fazia “uma insistente pressão pelos cinco anos e pelo presidencialismo – em que pese o curtíssimo espaço de manobra de que dispõe, uma vez que se mexe às vésperas da decisão” (Idem: p.19). Mesmo com todos esses ingredientes, a publicação acreditava que os parlamentaristas seriam mais robustos do que eram. Aliás, havia um clima de “já ganhou” no seio dos “quatroanistas” e parlamentaristas e a revista embarcou nesta onda. Por exemplo, em entrevista à revista o deputado Pimenta da Veiga (PMDB/MG) declarou que “só resta consolar o presidente” (Ibidem: p. 21).

As duas revistas, nas edições antecessoras da votação, usaram como nunca das declarações *off the records*⁶². Tal como mencionado acima acerca de *Veja* que o presidente teria dito a “um parlamentar” ou de *Istoé* “O Ulysses não me trouxe nada, portanto não há o que negociar”, teria dito o presidente não à revista, mas alguma fonte de livre acesso ao Planalto que teria informado à revista. A utilização de informações em *off* ganhou impulso na imprensa ocidental após a paradigmática cobertura de Carl Bersnstein e Bob Woodward, veiculada pelo jornal *Washington Post*, em 1971/72, sobre o que foi conhecido como o “Escândalo de Watergate”⁶³. No Brasil, respirando alguns ares de liberdade de imprensa, no final do Governo Geisel, a imprensa passou a utilizar sobremaneira o *off*, eram pessoas ligadas ao governo, que não queriam se identificar e que usavam a imprensa para desvendar factos de seu interesse (Abreu,2003). A utilização em excesso do *off* pode gerar problemas, pois as informações, em alguns casos, como nos exemplos citados, não se confirmaram.

O presidencialismo foi vitorioso por 343 votos contra 213, ou seja, 60% dos votos, e os futuros presidentes teriam mandatos de cinco anos, resolução provada por 304 a 223. O Ministro Antônio Carlos Magalhães, que era conhecido pela imprensa pela sigla ACM -, então o homem forte do Planalto, em entrevista às *páginas amarelas* de *Veja* comemorava a vitória do presidencialismo: “Era um parlamentarismo insincero e casuístico destinado apenas a encurtar o mandato ou os poderes do presidente”. Fez duras críticas à cobertura da imprensa. Estava claro que a crítica também atingia a própria *Veja*: “Mesmo as publicações que eu respeito – e muito – deveriam agora fazer uma humilde reflexão. Façam-na até em silêncio, mas façam-na. Leia tudo o que foi escrito

⁶² Off the record é uma terminologia jornalística que significa, em livre tradução, com o gravador desligado, onde a fonte de informação não era revelada de forma explícita.

⁶³ A série de reportagens encontra-se em www.washingtonpost.com

antes da votação(...) Qual foi o sinal dado pela imprensa de que a derrota (do parlamentarismo) teria esse tamanho? Nenhum”(VE, N1021, 30/3/88:p.6). Importante lembrar-se de que *Veja* publicou essa entrevista, mesmo sendo um dos alvos das críticas do Ministro. Muito se questiona entre os jornalistas brasileiros a influência que ACM teve na revista *Veja*. Moreira Leite, embora reconheça a influência do líder baiano na revista, não acredita que ele interferia diretamente na política editorial de *Veja*: “A influência do ACM na *Veja* e em muitas outras publicações era forte antes, durante e depois da Constituinte. Mas ele não mandava na revista, não dizia o que deveria ser publicado nem o que não deveria ser publicado. Isso era uma decisão de quem fazia a *Veja*”.

Já o jornalista Ariosto Teixeira considera que Istoé não errou na análise sobre a votação do presidencialismo versus parlamentarismo. “Esse era o caminho apontado pelos constituintes. O ambiente político era pró-parlamentarista. O País estava traumatizado com o presidencialismo e tínhamos o exemplo das democracias consolidadas européias, todas parlamentaristas, das transições democráticas da Espanha de Franco para a restauração da monarquia parlamentarista e do modelo adotado modelo de redemocratização português”. O presidente da AC, Ulysses Guimarães se auto-declarara “mascote do parlamentarismo”. Os líderes da AC, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas eram parlamentaristas. A esquerda, o centro-esquerda e o centro-conservador eram majoritariamente parlamentaristas”.

Sobre a posição do PT, que votou no presidencialismo, Teixeira acredita que “a chance real de acesso rápido ao poder era pela via presidencialista” Por outro lado, a posição do PDT, foi entendida pela própria ambição do líder Leonel Brizola, que era a presidência da República.

Por sua vez, o PMDB, mais uma vez, apresentou-se dividido na votação: metade da bancada votou entre parlamentarismo e presidencialismo. A fundação do PSDB batia às portas. O divisor de águas que levaria à criação do PSDB estava no próprio debate da Constituinte. A maioria dos futuros tucanos defendia a adoção do regime parlamentarista e o mandato de quatro anos para o Presidente da República. A primeira derrota já acontecera e a segunda seria em Junho⁶⁴. Assim, a formação do PSDB era eminente. Havia dúvidas sobre o melhor momento para fazê-lo: criar o partido para concorrer nas eleições de 1988 para prefeitos ou depois da promulgação da nova Carta. Vingara a primeira proposta.

O presidencialismo venceu, apesar de ter reforçado o papel do poder Legislativo, mesmo sob o presidencialismo. O direito de concessão de rádios e TVs e o controle das atividades nucleares, por exemplo, passaram a ser do parlamento. “Outras medidas pareciam contrabalançar o poder da presidência, tais como a manutenção do sistema de representação proporcional, o incremento da representação dos estados menores, ausência de restrições à formação de partidos e o fortalecimento dos governos estaduais e municipais. Esse arranjo institucional desafiava o presidente a servir de força unificadora diante de um Congresso poderoso, porém, dividido, e de um sistema partidário fracionado” (Rosenn e Downes, 2000:18).

Porém, sem dúvida, o presidente continuou a ter importante poder de agenda legislativa, tais como o poder orçamentário; poder de veto das ações do Legislativo, para qual o congresso pode derrubá-lo por maioria absoluta; pedido de urgência para votação de matérias e; o que é mais crucial, o poder de editar medida provisória com força de lei,

⁶⁴ O mandato de Sarney foi votado entre as Disposições Transitórias da Carta, e 328 parlamentares votaram pelos cinco anos e 222 pelos quatro anos. Estes últimos capitaneados por Covas, que incorporava a esquerda do PMDB e partidos de esquerda (IE, N578, 8/6/88: p. 18).

desta forma estava extinto o Decreto-Lei, instrumento usado pelo regime militar, mas outro mecanismo vinha a substituí-lo, de forma mais branda, pois na forma militarista existia o decurso de prazo, ou seja, se uma matéria após 45 dias não fosse apreciada pelo Congresso ela estava automaticamente aprovada. Como observam Anastasia et al., o monopólio de envio de matérias orçamentárias e administrativas sobre matérias tributárias e financeiras pelo Executivo “fornece duas vantagens estratégicas ao Executivo: evita a apreciação de projetos indesejados sobre áreas cruciais de políticas públicas, e permite ao presidente calibrar as proposições nesta área, levando em conta as preferências majoritárias instaladas no Legislativo” (2005: 62-63). Mais além, Figueiredo e Limongi apontam que os amplos poderes legislativos levam ao Presidente a capacidade de criar agendas aos trabalhos legislativos e, portanto, “induzir parlamentares à cooperação” (1999: 26).

Após a batalha acerca da forma de governo, *Veja* reconhecia: “O parlamentarismo, cujos contornos pareciam ganhar cada vez mais força na Constituinte, nunca empolgara a maioria dos parlamentares, como se chegou a imaginar. Era uma idéia vistosa – mas, como os balões, cheia de ar” (VE, N1021,30/3/88: p. 44). Bem menos humilde com a derrota, *Istoé* já em seu título vosciferava “Rolo compressor”, ao relatar como governadores afinados com o governo, militares, e o Planalto conquistaram a vitória. Ao comparar o presidencialismo à Rússia dos Czares e à China de Chiang Kai-Chek após derrotar a Dinastia Ming no início do século XX, concluía: “A malha de alianças que uniu numa mesma frente presidencialista gerais, conservadores, a esquerda⁶⁵ e o populismo para se identificar o mesmo entrelaçado de forças que há um século vem sedimentando um Estado forte e onipresente” (Idem: p.10). Em sua defesa incondicional ao

⁶⁵ A esquerda a que se refere a revista eram o PT e o PDT, que votaram pelo presidencialismo, por convicção ideológica e programática.

parlamentarismo, *Isto é* esqueceu-se de mencionar, que há exatos quatro anos o Brasil conheceu a sua mais emblemática mobilização popular de sua história, a campanha pela “Diretas Já” para presidente de República, onde o povo foi às ruas anunciar que “queria votar para presidente”. Então a vitória era além da “força da elite”, como escreveu no título do editorial da revista.

A surpresa das revistas foi tanta, que até mesmo se esqueceram de mencionar que havia sido aprovada a segunda volta para as eleições a cargos executivos. Esta passou a ser convocada quando nenhum dos candidatos em disputa obtiver mais de 50% dos votos e, então, disputam os dois candidatos mais votados.

Se o relacionamento entre Executivo e Legislativo foi amargo e tenso em todo o período, o ápice do enfrentamento deu-se quando iniciaram-se os trabalhos, na segunda volta, para a aprovação final da Carta, na última semana de Julho. O presidente Sarney, em cadeia nacional de rádio e televisão, insatisfeito com a ANC e suas deliberações - naquele momento, em particular pelo novo pacto federativo, que descentralizou funções e tributos - alarmava a Nação: “Os brasileiros receiam que a Constituição torne o Brasil ingovernável”. Ao mesmo tempo, com sempre fez em momentos de crise, caiu nos ombros dos militares, em busca de respaldo, entremeado pelos boatos que pululavam sobre uma suposta intervenção militar. Na realidade, isto não estava do horizonte das casernas. Nos planos palacianos estava o de bloquear a ANC, na votação contrária à Carta para a votação da segunda volta. Seria o mesmo que começar tudo de novo. De acordo com *Veja*, houve uma conversa do líder do governo na ANC, José Loureiro e o Presidente, na qual o líder dissera que “a estratégia de zerar a Constituinte estava armada e tinha chances de sucesso” (VE, N1039,3/8/88: p. 33).

A reação de Ulysses Guimarães foi rápida e eficaz. Colocou os seus pares para convocar seus pares para comparecerem ao plenário, para que houvesse *quorum*. A tática fora a de aprovar a Carta em bloco e os trechos discordantes seriam tratados em destaques posteriormente. Ele abriu os trabalhos da ANC com um firme, porém, emocional discurso, também transmitido em cadeia nacional de rádio e TV. Sarney havia dito: “A Constituinte que eu convoquei”, o que deixava no ar que teria poderes para dissolvê-la. Ulysses recordou, por sua vez, que os legítimos representantes do povo eram eles, os parlamentares: “A constituição que nós escrevemos e que o povo brasileiro me autoriza a proclamar (...) O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo. E começava a votação em bloco da Carta. José Loureiro ainda tentou reunir os líderes mais destacados do Centrão para votar contra. Em éxtase, feridos no orgulho de ver tantos meses de exaustivas discussões indo pelo ar, os constituintes aprovaram a Carta por 403 votos a 13. O Centrão não mostrava mais a mesma musculatura de meses atrás, a bolha havia dissolvido. Para se ter uma ideia, Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), antiga alinhada ao Centrão, criticava: “Sarney nunca teve um diálogo democrático com a Constituinte e é responsável por um governo que torna o país ingovernável” (Idem: p.34). Há que se recordar que a inflação de Julho fechava em 24% naquele mês.

As duas revistas, mais do que nunca, criticavam o governo. *Istoé/Senhor* comparou a atitude do presidente a um jogador de pôquer que estivesse blefando e que não fora bem sucedido e *Veja* comparou Sarney a um toureiro e Ulysses seria o touro.

O editorial de *Veja* assumiu o tom de aconselhamento aos parlamentares: “A hora, por ser delicada, exige cautela e, por ser decisiva, exige reflexão. O que adianta é fazer esforços genuínos para melhorá-la – algo que requer, obrigatoriamente, a disposição para negociar e conciliar” (idem: p. 31).

Com o Congresso fortalecido e Ulysses disputando um prestígio sem precedentes entre seus pares, a segunda volta foi concluída em um mês. Poucas alterações estavam no horizonte. O Centrão estava dizimado. O conservador Amaral Neto não conseguiu aprovar a pena de morte. Os jovens a partir de 16 anos passaram a engrossar a pólis brasileira, com direito a voto. O racismo passou a ser um crime inafiançável. Os índios tiveram a garantia de manutenção de suas terras. As conquistas sociais, os direitos individuais e coletivos apontaram para a cidadania que os brasileiros jamais conheceram. Nas disposições transitórias da Carta, estava a convocação de um plebiscito sobre a forma de governo, que foi realizado em 1993, quando o presidencialismo, entre 90.531 milhões de votantes, foi escolhido por 55%. Nas disposições transitórias, previa-se a reforma constitucional também em 1993. Criticada por juristas e cientistas políticos pela extensão da Carta, pelo seu detalhismo e que criou no país uma “agenda permanente constituinte”⁶⁶ (Rosenn e Downes, 2000: 12; Arantes e Couto, 2003:1), o certo é que o país mudou, não apenas nas leis, mas na prática. As leis e as instituições, afinal, refletem a conjuntura de forças no momento em que foram criadas. Por quase dois anos, o gramado da Praça dos Três Poderes, as galerias do plenário, os corredores do Congresso conheceram todas as faces dos brasileiros: empresários, latifundiários, agricultores, trabalhadores rurais, tribos indígenas, trabalhadores da indústria e do setor de serviços, aos olhos vigilantes dos militares. A Carta, espelharia a diversidade e o consenso, os embates e os acordos, os pontos positivos e os negativos. Foi o possível no momento. Hoje, passadas as tormentas, a Carta é carinhosamente, principalmente pelas camadas sociais e economicamente inferiorizadas, chamada de a “Constituição cidadã”.

⁶⁶ Na proposta desta tese não contempla a discussão sobre a aplicabilidade da Constituição Brasileira.

Istoé marcou-se pela irregularidade de sua cobertura ao Congresso, preferindo enfatizar os duros momentos económicos que o país vivera. Sobrepondo a economia à política, sem perceber que, por mais que as duas esferas estejam entrelaçadas, elas têm formas próprias de operar e uma não é reflexo da outra. Mas se mesclam. Cabe ressaltar que a fusão de *Istoé* com a revista *Senhor*, e a venda acionária do Grupo Gazeta Mercantil à Editora Três, em Julho de 1988, foi dramática aos profissionais que lá trabalhavam. Ariosto Teixeira recorda aqueles momentos: "Acreditávamos que se prevalecessem os boatos que antecederam a aquisição da revista por outro grupo empresarial, o fato não alteraria a qualidade da equipe e a linha editorial. Era o que ouvíamos dos editores melhor informados. Não foi o que aconteceu. Quase toda a equipe foi demitida".

Veja, de forma geral, manteve a mesma postura desde o início até o final dos trabalhos. Procurou informar, desvendar os bastidores do poder, trazer as tramas. Deu ouvidos às diversas clivagens ideológicas. Assumiu o papel de vigília e cão de guarda da sociedade civil frente às travessuras dos constituintes e do Planalto. Ironizou a esquerda, em seus momentos de radicalismo, e também a UDR, encarnada como símbolo do atraso e da antimodernidade. Cumpriu seu papel e foi protagonista dos factos.

Capítulo V

A liberdade saiu do esconderijo e subiu ao palco da política

Fado Tropical

Oh, musa do meu fado
 Oh, minha mãe gentil
 Te deixo consternado
 No primeiro abril
 Mas não sê tão ingrata
 Não esquece quem te amou
 E em tua densa mata
 Se perdeu e se encontrou
 Ai, esta terra ainda vai cumprir
 seu ideal
 Ainda vai tornar-se um imenso
 Portugal
 "Sabe, no fundo eu sou um
 sentimental
 todos nós herdamos no sangue
 lusitano uma boa dose de lirismo
 mesmo quando as minhas mãos estão
 ocupadas em torturar, enganar,
 trucidar
 meu coração fecha aos olhos e
 sinceramente chora..."
 com avencas na caatinga
 alecrins no canavial
 licores na moringa
 um vinho tropical
 e a linda mulata
 com rendas do Alentejo
 de quem numa bravata
 arrebatou um beijo
 "meu coração tem um sereno jeito
 e as minhas mãos o golpe duro e
 presto
 de tal maneira que, depois de
 feito
 desencontrado, eu mesmo me
 contesto

se trago as mãos distantes do meu
 peito
 é que há distância entre intenção
 e gesto
 e se o meu coração nas mãos
 estreito
 me assombra a súbita impressão de
 incesto
 quando me encontro no calor da
 luta
 ostento a aguda empunha dura à
 proa
 mais o meu peito se desabotoa
 e se a sentença se anuncia bruta
 mais que depressa a mão cega
 executa
 pois que senão o coração perdoa"
 guitarras e sanfonas
 jasmims, coqueiros, fontes
 sardinhas, mandioca
 num suave azulejo
 e o rio Amazonas
 que corre trás-os montes
 e numa pororoca
 deságua no Tejo
 ai, esta terra ainda vai cumprir
 seu ideal
 Ainda vai tornar-se um imenso
 Portugal

**Composição: Chico Buarque de
 Holanda e Ruy Guerra⁶⁷**

⁶⁷ 1971

V. I – Diferentes olhares sobre uma mesma realidade: A política *stricto sensu* ou a política substantiva só realiza-se onde houver liberdade. Como duas faces de uma mesma moeda, quando a liberdade é cerceada, a outra face, a política, também deixa de existir. Arendt ensina que a liberdade está além dos problemas pelos quais trata a esfera política, tais como a justiça, o poder e a igualdade, pois aquela é o verdadeiro motivo pelo qual “os homens convivem politicamente organizados”. “Sem ela, a vida política, como tal seria destituída de significado” (Arendt, 1979: 192).

Por sua vez, sem a esfera política assegurada, a liberdade carece de espaço para se manifestar. Quando esta não se pode materializar, na arena política, torna-se apenas um desejo, uma esperança no coração dos homens, mas, como observa Arendt, o coração “é um lugar muito sombrio, e qualquer coisa que vá para sua obscuridade não pode ser chamada adequadamente de um facto demonstrável” (Idem, 195). Por conseguinte, é impossível precisar o quanto a liberdade era um desejo nos corações portugueses antes da queda do regime, já que não havia uma coincidência entre o ‘quero’ e o ‘posso’. Porém, a explosão dos movimentos sociais e a forma como os portugueses se atiraram na arena política após o 25 de Abril indicam que a liberdade era um desejo latente. Ela saiu do esconderijo e apareceu publicamente. Para Ferreira, durante dezenas de anos, estivera em curso um “elemento ideológico fortíssimo, como elo da sociedade, em torno do exercício das liberdades democráticas e que teve papel autónomo no desenrolar do processo pré-constitucional entre 1974 e 1975” (1990:191).

No Brasil, entretanto, a liberação do regime foi a conta-gotas e os movimentos sociais se organizaram e se expressaram ainda na vigência da ditadura, nas frestas que o regime deixou escapar.

A esfera política, por sua vez, já traz em si a ideia das divergências e dos diferentes olhares humanos sobre uma mesma realidade. O singular da *práxis* política é a

necessidade da presença de outros quando os homens agem. Isso porque para o homem se colocar, ele depende de outros para o próprio desempenho. Arendt cita o experimento democrático da Grécia clássica quando a pólis proporcionou “aos homens um espaço para aparecimentos onde pudessem agir – uma espécie de anfiteatro onde a liberdade podia aparecer” (Idem: 201).

No período em análise, nos dois países, a política substancial foi vivida a cada instante. Foram momentos expressivos da esfera pública, nos quais os meios de comunicação de massas viviam também seus períodos mais pujantes, pois as liberdades de expressão e de informação fomentavam a prática jornalística.

Cumpre também observar que a democracia é uma construção dinâmica, portanto, engendra uma prática política de atores com diversos graus de leitura e ação no mundo real. Os períodos estabelecidos na análise deste trabalho são apenas fases da construção democrática, não foram as únicas, mas as mais marcantes nos países em tela, pois definiram o consenso a respeito das regras de como seria o jogo democrático a partir de então.

Rustow adverte que “o advento da democracia não pode, naturalmente, ser entendido como um acontecimento de um único ano. Desde a emergência de novos grupos sociais e da formação de hábitos estão envolvidos, uma geração e provavelmente o período mínimo de transição⁶⁸” (1999:4). De acordo com essa perspectiva, os marcos constitucionais democráticos de 1976 e 1988, nos dois países, estabeleceram o consenso processual das regras do jogo democrático a partir do qual os diversos atores poderiam se atirar na arena política.

O consenso sobre as regras do jogo “é uma implausível” precondição para o estabelecimento de um regime democrático, como observa Rustow. Por conseguinte, esse

⁶⁸ Livre tradução da autora. O original é: “The advent of democracy must not, of course, be understood as occurring in a single year. Since the emergence of new social groups and the formation of new habits are involved, one generation is probably the minimum period of transition”.

consenso será apenas conquistado passo a passo de acordo com a agenda colocada no próprio processo. Nesta perspectiva, a criação do hábito do dissenso e da conciliação é a essência da democracia. Portanto, a democracia é a forma de governo que deriva justamente dos poderes advindos do dissenso sobre uma parte dos governados (Rustow, 1999: 10).

V.II: Uma mesma onda em um mesmo oceano: No estudo acerca da democratização por que passaram Portugal e Brasil, nos anos 70 e 80, respectivamente, cumpre observar alguns fatores comuns e díspares no decurso do processo. A terceira vaga de democratização mundial⁶⁹ começou em Portugal. Portanto, cabe entender o que é uma vaga democratizante. Huntington a define como “um grupo de transições de regimes não-democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período” (Huntington, 1994: 23).

Nos 15 anos subsequentes à queda da ditadura portuguesa, a terceira vaga democratizante atingiu cerca de 30 países na Europa, Ásia e América Latina e, entre eles, figurou o Brasil. A vaga da democracia, de Portugal, caminhou para a Grécia e a Espanha. Depois, cruzou o Oceano Atlântico e aportou no Equador, seguiu para a Bolívia, desceu para o Cone Sul do continente latino, em 1983, na Argentina, e em 1984, no Uruguai. A abertura brasileira, em 1974, iniciada pelos militares, foi concomitante ao início de amplo movimento popular em prol da democratização, que redundou em um civil à Presidência da República em 1985, mesmo que ainda eleito de forma indireta. No mar do Caribe, as militares voltavam aos quartéis em Honduras, Guatemala e São Salvador,

⁶⁹ A primeira onda começou na segunda metade do século XIX e estendeu-se até os primeiros anos do século XX. A segunda começou após a II Guerra Mundial.

entre 1982 e 1985. No final dos anos 80, houve o desmonte do império soviético, no qual, como dominó, as ditaduras socialistas foram caindo paulatinamente.

Entretanto, nas ondas reversas à democracia, o socialismo com restrições às liberdades democráticas marcou a descolonização africana e o Vietnã, após a retirada das tropas americanas em 1975. Na China, o caminho à democracia foi bloqueado em 1989. No chamado 'terceiro mundo', entre meados dos anos 60 e o início dos anos 80, os regimes socialistas nesse grupo de países passou de seis para 17, inclusive as antigas colónias portuguesas na África (Huntignton, 1994: 66).

Entre os países que optaram pela democracia, as razões que conduziram à democratização não foram as mesmas e o conjunto de países tinha diferenças bem nítidas. De início, destaca-se a própria diferença no regime político entre os países, embora tivessem o comum o facto de serem não-democráticos: no Brasil havia uma ditadura militar, já em Portugal, a ditadura era personalista⁷⁰.

Nos dois países, as ditaduras foram longas. Porém, a duração do regime ditatorial em Portugal foi mais do dobro que o regime autoritário brasileiro. Em Portugal, a ditadura personalista de Salazar/Caetano atravessou a II Guerra Mundial, viu o mundo se dividir em metades ideológicas, viu as colónias dos países europeus desaparecerem, menos as que controlavam, experimentou crescimento económico nos anos 60, amargou fracassos económicos, políticos e militares, até ser destituída 48 depois. Já no Brasil, a Ditadura durou 21 anos, um tempo em que duas ou três gerações nasceram e cresceram sob o mando dos militares. Experimentou igualmente o crescimento económico na virada dos 60 para os 70, mas a economia entrou em ruína também. Nas duas, as liberdades foram suprimidas e o Estado de Direito era uma ficção jurídica que nada tinha a ver com a realidade. Como bem disse Rustow, "o homem não se tornou um animal político em 1960

⁷⁰ A ditadura personalista está centrada na figura do líder, que é a fonte do poder e da autoridade.

ou em 1945” (1999: 4). Portanto, a sociedade estava alijada do mundo da política nos períodos ditatoriais, mas isto não significa dizer que não tivessem interessadas em viver a política. As transições, embora de naturezas distintas, uma, fruto de um golpe militar e, a outra, fruto da abertura feita pelos militares no poder e pela pressão do movimento social, marcaram-se pela intensa participação das massas, em busca da cidadania e do espaço político. Havia uma demanda reprimida por participar na política em ambos países. O ‘animal político’ de Aristóteles, contido por tantos anos, explodiu com um vulcão em Portugal. No Brasil, a participação popular veio na cadência do processo. O movimento crescia ano a ano, na longa trajetória de transição. Tais diferenças inserem-se nas especificidades da cultura política e social de cada país.

No Brasil, a demanda social pela política é evidenciada, por exemplo, nas amplas jornadas pelas ‘diretas já’ em 1984. As manifestações que pulularam no Portugal revolucionário por quase dois anos, e, não menos importante, a massiva participação dos portugueses nas primeiras eleições livres de 1975 evidenciam a demanda social pela política. No Brasil, a participação dos brasileiros nas urnas, nas primeiras eleições livres, em 1986, deve ser relativizada, pois o voto era e é obrigatório. Porém, 60% do universo eleitoral votaram em algum candidato à Câmara dos Deputados, descontados os brancos e nulos (Kinzo, 2004:30).

Entre as variáveis independentes plausíveis que redundaram na variável dependente - mudança para regimes democráticos - teorizadas por Huntington -, está o efeito-demonstração ou bola-de-neve que as primeiras transições para a democracia na terceira vaga tiveram em outros países, ao estimular e ao fornecer modelos para que as oposições jogassem seus esforços para as mudanças em outros países (1994: 54).

Para Huntington, a revolução portuguesa influenciou sobremaneira Brasil e Espanha, no sentido de que “os que vêm depois aprendem também sobre os perigos a serem evitados

e as dificuldades a serem vencidas”. Ao mesmo tempo, as transições espanhola e portuguesa impactaram toda a América Latina, pois “demonstraram, de maneira muito convincente, que as culturas ibéricas não eram inerente e imutavelmente antidemocráticas” (Idem: 107).

O impacto da revolução portuguesa, apesar de difícil de ser mensurado no Brasil, não foi desprezível. A própria letra da canção do compositor Chico Buarque de Hollanda, que está na epígrafe do Capítulo II deste trabalho, *Tanto mar* (1975), ilustra o quanto a revolução portuguesa ocupou o imaginário e os sonhos dos brasileiros para se conquistar a liberdade. A letra de *Tanto mar* descreve uma saudável inveja dos brasileiros aos portugueses por estes terem ‘virado a página’ do arbítrio.

O brasileiro Aluísio Marques⁷¹ recorda que a revolução portuguesa impulsionou os sonhos de mudanças aos jovens brasileiros: “Pensamos que o mundo tinha virado de cabeça para baixo e a nossa vez de derrubar a ditadura seria mais próxima do que até então imaginávamos”⁷².

Os laços culturais entre os países sempre foram fortes. Por conseguinte, não há como negar a herança portuguesa na cultura brasileira, apesar de o Brasil ter influências culturais várias. Sérgio Hollanda define a influência lusa na sociedade brasileira como “uma tradição viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que lá nos veio a forma atual da nossa cultura, o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (1994: 16).

Na revista *Veja*, quando da queda do regime salazarista/marcellista, a censura prévia estava mais branda, mas por um brevíssimo período, pois, no mês seguinte, a Polícia Federal apreendeu uma edição completa da revista. Os censores só abandonaram a

⁷¹ Aluísio Marques foi militante da organização esquerdista “Ação Popular”, oriunda da juventude da Igreja Católica, entre 1964 a 1968. Depois, foi fundador da ‘Democracia Socialista’, organização trotskista no início da década de 70, que teve destacada influência na fundação do PT no Brasil. Hoje, é presidente do PT na cidade de Belo Horizonte.

⁷² Depoimento à autora deste trabalho, concedido em 13/8/2008, em Belo Horizonte, Brasil.

redação de *Veja* em 1976. A revista enviou um repórter para Lisboa para a cobertura dos dias subsequentes ao 25 de Abril. A capa de *Veja* estampava um foto dos jovens militares em comemoração, acompanhada do título: “Portugal – O fim de **uma** ditadura” (VE, N 295, 1/5/74: p. 1). Nas entrelinhas, é possível perceber que a colocação do artigo indefinido “uma” deixava entrever que existiam mais de uma ditadura, a brasileira entre elas. Nas oito páginas que ocupou a reportagem, o termo “ditadura” voltou a aparecer apenas mais duas vezes (Idem: pp. 30-38). Para definir o que se passara no 25 de Abril, a revista usou expressões como “regime deposto” e até mesmo “êxito da abertura” para definir a queda de Marcello Caetano. Aliás, nada mais inapropriado para definir o 25 de Abril. Mas assim procurava driblar os censores de plantão. O repórter Pedro Cavalcanti definia Portugal como “nação entorpecida pela censura e pelo eterno pesadelo colonial” e a narrativa dava conta de que a população tomou de assalto a Pide, definida pelo repórter como “deprimente império de violência, terror e corrupção”. A ênfase da reportagem recaiu no General Spínola, considerado como o grande libertador. O MFA sequer é citado: “Todas as forças começaram a gravitar em torno do general Spínola”. Talvez por desconhecimento da força dos jovens oficiais na organização do movimento que levou à queda da ditadura, *Veja* ao relatar a conversa telefônica entre Spínola e Caetano, na tarde do dia 25, quando o general dissera que não comandava nenhum movimento e que só poderia aceitar responsabilidades se “os líderes autorizassem”, *Veja* comentou: “tratava-se dos eufemismos de praxe” (p.32). Ora, claro que não se tratava de eufemismo de Spínola.

Na mesma edição de *Veja*, foi publicada uma carta de Mário Soares endereçada à revista, em que o líder socialista apontava graves incorreções que foram publicadas na entrevista concedida por ele, em Paris, realizada pelo correspondente de *Veja* Paulo Sotero (VE, N 290). A errata de Soares ocupou uma página de *Veja*. As incorreções apontadas por

Soares eram graves e deformaram a entrevista. O socialista questionava, de entrada, o título da reportagem: “Oposição falando em Paris”. Soares contestou: “Eu não tenho mandato para falar em nome da oposição, na pluralidade (...) falo tão só em nome da oposição socialista” (VE, N 295, 1/5/74: p. 38).

Erros menores eram corridos por Soares, pois a revista narrou que o líder socialista estivera preso na Guiné-Bissau, na realidade fora deportado para São Tomé, embora não pudesse deixar a ilha, não estava em uma cela. A reportagem dizia ainda que Soares estava em seu exílio em Paris acompanhado da família, porém a família dele morava em Lisboa. As incorreções, entretanto, mais graves eram outras: “Nas palavras que me atribuem na entrevista de *Veja*, o general Spínola surgiu como um democrata perfeito – partidário de eleições livres, da legalização dos partidos políticos e da liberdade sindical. Ora, até agora, nada, nas suas tomadas de posição públicas, o permite afirmar. O que eu disse é que o plano Spínola, para ser exeqüível, implicaria a prazo uma transformação democrática da sociedade Portuguesa”. É possível, concluir, portanto, que as informações que os brasileiros recebiam não eram muito confiáveis, pois estas eram truncadas e, às vezes, em desacordo com os factos.

Quando a censura já era apenas uma lembrança amarga, à época da AC brasileira, o então Primeiro-Ministro português Aníbal Cavaco Silva visitou o Brasil, onde ofereceu ao país as oportunidades de investir em Portugal, que a época apresentava taxas médias de crescimento de 4,5% ao ano. A reportagem de *Veja* traçou uma correspondência entre estabilidade democrática e crescimento económico: “Na qualidade de Primeiro-Ministro eleito de um país estável” (...) Nos últimos dez anos, os governos brasileiros haviam se acostumado a ver Portugal como um país que saiu do cemitério de uma ditadura pachorrenta e caiu na anarquia carnavalesca de um socialismo predatório. Perdia-se de

vista que havia de essencial na vida portuguesa, a experiência democrática” (VE, N1032, 15/6/88: p. 41).

Relativo ao que Huntington classificou como “os perigos a serem evitados”, pelos países que almejavam a democracia e se inspiraram nas jovens democracias. Assim, a derrota dos que tentaram tomar de assalto o poder em Portugal foi mais um elemento que contribuiu para traçar o perfil da esquerda brasileira que, naquele momento, delineava novas táticas para a derrubada da ditadura militar. Cabe recordar que a esquerda brasileira foi esfacelada pelo regime nos anos mais duros da repressão. O Governo Médici exterminou boa parte dos militantes esquerdistas, que foram presos, mortos, exilados ou banidos. A tática que a esquerda revolucionária adotou a partir de 1966, a da guerrilha urbana e rural, com nítida influência da Revolução Cubana e do guevarismo, mostrou que aquele não era o caminho. “A repressão foi tão forte que não se restringiu à esquerda armada. Até mesmo o PCB viu o seu Comitê Central e suas principais células militantes esfaceladas, numa escalada que foi até a morte do jornalista Wladimir Herzog, em Outubro de 1975”, recorda Aluísio Marques.

Os movimentos sociais fossem eles de operários, de classes médias, de associações de moradores e de organizações eclesiais - dos quais emergiu a nova esquerda -, forjaram uma nova concepção da política e questionaram o autoritarismo em todas as frentes. Como observa Leonardo Avritzer, “a consolidação de formas modernas de ação social possibilitou enfrentar os atores do Estado e do mercado em seu próprio terreno” (2000: 179). Assim, o sistema jurídico foi evocado pelos movimentos sociais. Recorrer à Justiça passou a ser uma estratégia de ação dos movimentos sociais urbanos, em um enorme esforço pela conquista da cidadania. Estes movimentos sociais, entretanto, estavam desvinculados do partido de oposição institucional, que foi o MDB. Estes tiveram trajetórias paralelas e às vezes conflitantes. O movimento pelas “diretas já”, em 1984,

mostra que os novos atores sociais e os políticos conseguiram estabelecer um consenso mínimo de convivência: a luta por eleições livres. Porém, não eliminou a distância que os separava.

A vida política, assim, começou a pulsar a partir de 1974, quando o seu ritmo e o seu caminho foram definidos. Aluísio Marques lembra-se de que na primeira metade da década de 70, a esquerda não tinha uma tática definida de como caminhar para alcançar suas estratégias. “Nós tínhamos certeza de que a guerrilha urbana não poderia se repetir, pois mostrou que não era o caminho, também criticávamos os partidos comunistas, pela estrutura centralizada e pela concepção política que não comungávamos. Então, começamos a atuar nas brechas que o regime possibilitava, na organização dos movimentos populares e das classes médias, mesmo com toda a repressão”.

O Deputado Federal Virgílio Guimarães esteve entre aqueles que repensaram a esquerda no início dos anos 70, quando foi Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, uma das mais importantes instituições de ensino superior do Brasil. Ele recorda que, ao longo da década de 70, gestava-se a necessidade de uma nova organização partidária que romperia com os dogmas stalinistas e as estruturas organizativas aos moldes dos partidos comunistas. Desta esteira, anos depois, “os movimentos sociais que levaram à formação do PT demonstram isso. Quando começamos o movimento pró Partido dos Trabalhadores, em 1979 - que compreendeu ao primeiro ciclo da vida do PT, passou pela Constituinte e foi até 1989 na primeira tentativa de Lula à presidência da República - já havia no próprio estatuto a via parlamentar. Era um partido da esquerda clássica, mas já contra o stalinismo e os partidos comunistas. O que era a nossa concepção? Propúnhamos uma ruptura pela via não institucional, não

eleitoral, não parlamentar, mas pela sua inserção no movimento popular. Tomar o poder pela força sabíamos que não seria possível”⁷³.

Na Carta de Princípios do PT, conhecida em Maio de 1979, que orientou a formação do partido, estava o entendimento que os futuros petistas tinham da democracia e do socialismo: “Compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo” (Carta de Princípios, 1/5/79).

V.III – A cruz e seus seguidores: A segunda variável independente que teria influído na criação da variável dependente, o fenómeno da democratização, de acordo com metodologia de Huntington, foi a Igreja. Após o Concílio Vaticano II, nos diversos países católicos, elas passaram “de defensoras do *status quo* a opositoras do autoritarismo e proponentes de reformas sociais, políticas e econômicas” (Huntington, 1994:54).

Como já analisado nos capítulos precedentes deste trabalho, a Igreja foi protagonista relevante nos processos de democratização no Brasil e em Portugal. Porém, os papéis protagonizados foram bem distintos e tal fenómeno foi fruto das próprias ideologias pelas quais se investiam os cleros nos dois países. Em ambos, a Igreja esteve ao lado dos regimes desde suas formações e, só depois dos ventos que sopraram do Concílio Vaticano II, passaram a criticar os regimes ditatoriais.

A Igreja Católica brasileira, nos anos 70, emergiu como “uma das mais inovadoras e controvertidas do mundo” (Skidmore, 2004: 269). Foi, por conseguinte, o mais consistente opositor do regime militar, na denuncia interna e internacional dos desrespeitos aos direitos humanos praticados no Brasil.

⁷³ Entrevista à autora desta tese, concedida em Belo Horizonte, em 6/8/2008.

A Igreja brasileira, porém, não era uma instituição monolítica e as clivagens políticas e ideológicas estiveram presentes no clero e em sua hierarquia. O pano de fundo de tais divergências era qual o papel que estaria reservado à Instituição na esfera política. Os cardeais e bispos estavam divididos entre conservadores, progressistas e moderados. O jornal *The New York Times*, em 1974, estimou que dos 240 prelados brasileiros, 50 deles eram conservadores e, portanto, defendiam os militares. Por sua vez, cerca de 40 eram de esquerda e o restante seria de postura moderada (citado por Skidmore, 2004: 271). A ala mais progressista tinha como expoente o Bispo Dom Helder Câmara, da Arquidiocese de Olinda e Recife, cidades localizadas no Nordeste brasileiro, região mais pobre do Brasil. O Bispo foi um dos idealizadores da Teoria da Libertação, adotada por clérigos da América Latina, que começou a ser concebida ainda no Concílio Vaticano II, do qual Dom Helder figurou entre os representantes do Clero Brasileiro (Della Cava, 1988: 7).

A Teoria da Libertação ganhou contornos mais nítidos na Conferência dos Bispos da América Latina, realizada em 1968, em Medellín, Colômbia, que foi aberta pelo Papa Paulo VI. As reflexões do Clero Latino buscavam formas de promoção do homem e dos povos para os valores da justiça, da paz e da educação. Nos documentos da Conferência (Arquidiocese de São Paulo, 6/9/68) está clara a missão da Igreja: atuar contra as injustiças que “assolam o continente”. Há ênfase nas organizações comunitárias, definidas como a “trama da vida social”. Entre essas, se prega a organização sindical rural e operária e a luta pela reforma agrária. Clamava-se pelas liberdades políticas no continente latino. Em consequência, a CNBB, embora polarizada ideologicamente, defendeu uma posição centrista de defesa das liberdades civis e dos direitos humanos (Della Cava, 1988: 6).

Como instituição transnacional, a Igreja denunciava em vários fóruns internacionais, entre eles a mídia, o desrespeito aos direitos humanos. O Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, da

Arquidiocese da cidade de São Paulo, por meio da Comissão de Justiça e Paz, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - assumiram o centro da luta contra as prisões e as torturas. Nas grandes cidades e nos campos, as CEBs e a Teoria da Libertação ganharam impulso e dinamicidade. Portanto, não havia meios de os conservadores controlarem a pujança desses movimentos que brotavam nas bases da fé no maior país católico do mundo de então. Nas CEBs estavam vários perfis: bispos, pastores, padres, freiras, profissionais liberais jornalistas, agentes pastorais, que falavam sobre a injustiça social, o subdesenvolvimento e o poder opressivo (Idem:12). Nos braços pastorais da CNBB, a mais radical deles era a Comissão Pastoral da Terra – CPT -, que atuava na defesa dos trabalhadores do campo. Entretanto, a ala conservadora criticava a CPT que estaria em defesa de uma classe apenas e, em contraposição, à missão universal da Igreja, acima de todas as classes sociais.

As CEBs, ao final dos anos 70, somavam cerca de 80 mil células católicas disseminadas de Norte a Sul do Brasil, e foram o centro dos movimentos sociais que alvoreciam cada vez mais robusto e inovadores. Há que se observar que, mesmo a ala conservadora, no período de transição, em nenhum momento repudiou a democracia. Assim, apoiou a volta da elite civil política ao poder, com a Nova República, em contraposição, das CEBs, que tinham uma visão socialista.

Com a ascensão do Papa João Paulo II, o foco da Igreja passava a ser a evangelização e difusão da fé. Tal doutrina começou a ter reflexos negativos na doutrina latino-americana da “Igreja dos Pobres”. Em 1980, o Papa peregrinou pelo Brasil, o que redundou no fortalecimento da ala moderada da Igreja local (Ibidem:17). Na carta de João Paulo II, a mensagem estava bem clara, pois enfatizava que determinados grupos pastorais e comunitários estavam a serviço de organizações partidárias (Ibidem:19).

Mesmo assim, centenas de CEBs participaram ativamente da construção do Partido dos Trabalhadores, no início dos anos 80, como bem expressou Della Cava "não se pode apagar a aliança CEB-PT" (1988:21). Nos anos seguintes, começou o declínio paulatino das CEBs como *focus* da ação política.

Como já registrados no Capítulo I deste trabalho, os ventos do Concílio Vaticano II também chegaram a Portugal nos anos 60. Porém, o movimento de renovação da Igreja Portuguesa foi "titubeante, lento e temeroso" (Antunes, 2001: 518). Havia dissenso entre os conservadores e os progressistas, que queriam que a mudança fosse "rápida e decidida" (Idem). A Conferência Episcopal Portuguesa instituída em 1967 foi basilar para que se forjasse maior unidade nas ações evangélicas. Ao mesmo tempo, valorizou "a igual dignidade e autonomia de cada bispo". As consequências foram a participação dos leigos nas atividades religiosas e a maior participação dos "religiosos nas estruturas e acção pastoral das dioceses e paróquias" (Idem). Porém, a linha progressista era pequena e pouco organizada, além do mais, estava sob a "vigilância da polícia política", embora tivesse grande influencia "nos meios intelectuais e junto de líderes e animadores de associações estudantis, de trabalhadores, culturais e em alguns sectores políticos de oposição ao regime" (Ibidem: 519).

As questões relativas à violação dos direitos humanos e as guerras coloniais melindraram as relações da Santa Sé e do Estado português. Em 1970, o Papa Paulo VI recebia no Vaticano os líderes dos movimentos pró-independência das colónias portuguesas na África.

No período revolucionário, a Igreja assumiu papel de destaque no freio às propostas socializantes, principalmente a reforma agrária, nas regiões Central e Norte do país, onde a micro propriedade rural era maioria. "As palavras de ordem mobilizadoras, em vez de socialismo e empregos, eram religião e propriedade (...) Os comunistas e os oficiais

radicalizados do MFA julgavam na época que os camponeses do Norte e do Centro eram manipulados e chefiados por ‘caciques’, padres e manda-chuvas locais” (Maxwell, 2006: 170). Para os agricultores, o governo esquerdista “estava prestes a destituí-los do que possuíam: terra e fé” (Idem). Em contrapartida, os comunistas portugueses entendiam a religião bem ‘ao pé da letra’, de acordo com o que reza o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels: “A religião é o ópio do povo”. Para mudar a cultura e a fé de um povo, a V Divisão lançou a campanha de dinamização cultural, nitidamente inspirada no Realismo Socialista soviético⁷⁴. O desastre foi inevitável e, por conseguinte, o abismo entre a esquerda e o clero aprofundou-se. Sobretudo, nas paróquias do Norte, “os padres terminavam o sermão com a prece: ‘Deus nos salve dos comunistas’ (Ibidem:193).

No ‘Verão Quente’ de 1975, a Conferência Episcopal deixava bem clara a posição da direção católica portuguesa, ao afirmar que, apesar de considerar “louvável o programa democrático, económico e social preconizado pela Revolução de Abril, tem sérias reservas quanto ao processo revolucionário ‘tal como ultimamente se vem desenvolvendo e a recear que se esteja a caminho dum totalitarismo indesejável’” (Ferreira, 1990: 263).

A ocupação da *Rádio Renascença* pelos grupos de esquerda forçou a radicalização da Igreja, que abandonou uma atitude de prudência e mesmo tolerância frente ao avanço da esquerda. Em conferência de imprensa, o Episcopado de Lisboa assim se posicionou: “O problema da Rádio Renascença não constitui um caso isolado no contexto sóciopolítico e religioso do país, significa um atentado a uma Igreja verdadeiramente livre. É nesta perspectiva que ele poderá, numa situação limite, atingir um ponto de ruptura entre a Igreja e o Estado” (Idem:204).

Tanto *Expresso* quanto *O Jornal* abriram suas páginas para que o clero se manifestasse. Logo, as atividades da Igreja eram pautas rotineiras nos dois semanários. O Bispo do

⁷⁴ O Realismo Socialista foi instituído por Staline, em 1930, por meio das artes em geral buscava doutrinar a população para os objetivos da revolução e do Estado.

Porto, Dom António Ferreira Gomes, após viajar a países europeus, comentou ao *Expresso*: “Estamos num permanente perigo de decairmos na recusa do pluralismo. Mas eu, em nome da Igreja, rejeito a Inquisição. No passado, como agora” (EX, N 173, 21/2/76: p.8). Não havia rodeios no tom de advertência à esquerda, os bispos colocavam seus pontos de vista de forma bem direta. Também em o *Expresso*, o novo Bispo Auxiliar de Lisboa, D. Antonio Marcelino, asseverava: “Querer marcar rumo ao país desconhecendo a Igreja Católica e a sua acção passada e presente é, para além do mais, manifestação de imaturidade e irrealismo” (N 177, 20/3/76: p. 2).

De sua parte, *O Jornal* até mesmo fez reportagem sobre as missas de Natal, nas quais os sermões tiveram um conteúdo eminentemente político. Ao abordar os pecados que vieram após o 25 de Abril, o Cardeal Ribeiro nomeou “o férreo monolitismo de informação, nalguns meios de comunicação social, que deveriam ser neutros, tentou-se o assalto ao poder, por métodos antidemocráticos, agravaram-se as tensões sociais, assistiu-se ao recrudescimento da violência” (OJ, N 36, 30/12/75:p. 6). O sermão de Dom António Ferreira fora ainda mais duro, de acordo com reportagem de *O Jornal*: “Citando Marx, Engels e S. Tomás de Aquino, abordou a questão das ocupações da terra, ‘parece que nada haverá de tão parecido com o que se tem passado no Alentejo nestes últimos tempos com aquilo que lá mesmo se passou no tempo dos Afonsinos, desde o Primeiro ao Terceiro. No lugar das odes militares e mosteiros nos aparecem agora as cooperativas (...) E com a mesma falta de consentimento popular, de coerência e consequencia” (Idem).

Pelo exposto, as posições da Igreja foram bem distintas nos processos de construção democrática no Brasil e Portugal. Mesmo que a ala progressista do clero brasileiro não fosse maioria, ela dominou as ações católicas no fomento das organizações populares com nítido perfil esquerdista, em especial, a Comissão Pastoral da Terra e as

Arquidioceses de São Paulo e de Recife, na organização dos movimentos sindical e popular. Em contrapartida, em Portugal, no alicerce, houve a ruptura esquerda versus clero, o que impediu qualquer aliança entre a esquerda revolucionária e as bases católicas. Em consequência, a esquerda ganhou um poderoso inimigo. “A esquerda não previu que religiosidade, cultura e comportamento arraigado poderiam impelir aquelas massas camponesas, quando politicamente instigadas, a destroçar os mais exaltados sonhos de mudança radical” (Maxwell, 2006: 171).

V.IV - O peso do Dólar: Huntington, em momento de fruição, brincou que se fosse desenhado o logotipo da terceira vaga de democratização, sem dúvida, ele conteria o Dólar e a Cruz. Pelo exposto, nos Capítulos precedentes deste trabalho, os problemas económicos, tanto em Portugal quanto no Brasil, impactaram negativamente nos regimes autoritários, com a perda crescente de popularidade. Em Portugal, nos últimos anos do regime acentuou-se a diminuição dos salários reais, provocada, sobretudo, pelo aumento das taxas inflacionárias, o que redundou na “desigualdade na repartição dos rendimentos, a qual vai contribuir para um agravamento dos conflitos sociais” (Ferreira, 1993: 17). O fator económico foi, sem dúvida, de grande importância na queda das ditaduras em tela.

Porém, em Portugal, o conturbado processo revolucionário, que mesclou a luta política e ideológica ao fraco desempenho económico dos Governos Provisórios, colocou frágil a própria institucionalização de um regime democrático, fosse ele de perfil socializante ou liberal.

No curso revolucionário, o agravamento da situação económica aliado à falta de uma direção firme na condução economia contribuíram para o desgaste do governo de perfil de esquerda. Este, por sua vez, pecou pelo fraco desempenho nesse setor crucial na vida do país. O período revolucionário “criou e agravou os desequilíbrios nos pontos

nevrálgicos da economia portuguesa (...) Em 1974, o Produto Interno Bruto – PIB – real aumenta 1,1%. No ano anterior, crescera 11,2%. É a crise internacional a operar em Portugal. A taxa do crescimento do PIB em 1974 e 1975 é praticamente zero entre os países do CEE” (Ferreira, 1993: 142). Porém, os indicadores se comparados aos dos países da CEE, os aferidos em Portugal estavam em desvantagem. O PIB médio na CEE foi de 1,7% em 1974, ao passo que em Portugal foi de 1,1%. Ano seguinte, o PIB médio na CEE foi negativo em 1,2%, porém, em Portugal ainda pior, 4,3% negativos (Idem). As taxas de inflação também foram maiores em Portugal a dos países da CEE: 25,1% e 13%, respectivamente, em 1974. Já no ano seguinte, as taxas posicionaram-se em 15,2% e 13% respectivamente. Ao mesmo tempo, registrou-se um défice de 6,2% na balança de pagamentos entre exportações e importações, já em 1974, o que minou as reservas cambiais (Idem).

Relativo aos salários, após a instituição do salário mínimo em 1974, logo após o 25 de Abril, verificou a alta dos salários nominais. Porém, depois disso, “o salário real só voltou a crescer em 1981. Face à fraca capacidade de criação de postos de trabalho, o desemprego logo começou a aumentar (...)” (Ibidem: 143).

A taxa de desemprego de 2,1% em 1974 passou para 5,5% no ano seguinte e 6,3% em 1976 (Ibidem: 143). O contingente dos desempregados foi sobremaneira determinado pela volta dos portugueses que viviam nas recém-libertadas colónias.

As reportagens e os artigos sobre a economia ganharam expressivo destaque tanto em *Expresso* quanto em *O Jornal*. O noticiário económico foi pauta semanal nos dois semanários. Ambos cobravam dos governantes políticas concretas no setor económico. Na última edição de 1975, *O Jornal* colocava a economia na manchete da capa: “Aumentos agravados dos combustíveis, dos transportes e de alguns outros

produtos vieram confirmar o que em primeira mão anunciamos há uma semana. No limiar de mais este ano novo, todos nós portugueses – que somos também 400 mil desempregados e centenas de milhares de reformados e subempregados – vemos ainda serem previstos aumentos substanciais em géneros alimentícios de primeira necessidade – carne, peixe, leite e lacticínios” (OJ, N36, 30/12/75:p.1).

Meses antes, em Agosto de 1975, quando o ‘Documento dos nove’ foi conhecido, *O Jornal*, ao apresentar o documento da ala moderada do MFA, colocava que a fragilidade da economia poderia redundar na vitória de um outro regime ditatorial: “A economia do País, entretanto, vê mais perto da possibilidade de um colapso de consequências imprevisíveis. A verificar-se este colapso, estariam reunidas as condições ideais para uma ditadura liderada por um ‘messias’ o que os países ocidentais provavelmente abririam as suas bolsas, ao mesmo tempo em que dirigiriam meras críticas formais, como se tem sucedido no Chile de Pinochet” (OJ, N 15,8/8/1975: p. 1).

Já a coluna de Marcelo Rebelo colocava as dificuldades económicas diretamente vinculadas à instabilidade política do país: “São as perturbações derivadas da situação deficitária de empresas produtivas, de bens ou serviços essenciais, são as insatisfações de diversos sectores agrícolas; são algumas movimentações de massa de retornados (...) os sintomas agora mais agudos da crise económica, com os seus conseqüentes reflexos em termos de tensões sociais estão longe de favorecer um clima de estabilidade política” (EX, N 173, 21/2/76: p.2).

Os descompassos económicos influenciaram fortemente a esfera política, ao agravar a instabilidade e a movimentação trabalhista. Ao mesmo tempo, a instabilidade política do país tivera repercussão na forma como líderes do capitalismo mundial poderiam ajudar económica e financeiramente o país. Neste contexto, o bloco ocidental condicionou a

ajuda financeira ao país à instalação de uma democracia parlamentar aos moldes ocidentais, pelo menos minimamente. Portanto, um formato político avesso ao modelo pró-soviético. A ajuda financeira apenas começou a materializar-se após a queda do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e a redução dos comunistas na composição de forças do VI GP, em setembro de 1975. Em Outubro daquele ano, o secretário de estado dos EUA, Henry Kissinger passava a ter uma posição mais flexível com a revolução portuguesa: “Adoptava outra posição, após a decisão da CEE de conceder US\$ 210 milhões de empréstimos a Portugal, ao anunciar crédito de US\$ 85 milhões” (OJ, N 43, 20/2/76, p. 17). Após o 25 de Novembro, com a contenção ao golpe de esquerda, os benevolentes donativos e subvenções a Portugal avolumaram-se.

No inverno de 1976, quando os partidos debatiam com o CR o novo pacto constitucional, os políticos portugueses buscavam consolidar alianças com o mundo ocidental e, portanto, visitaram vários países. O Presidente da AC Henrique de Barros visitou a Alemanha, em companhia de representantes do CDS e do PPD. Barros declarou a *Expresso*: “Apesar de não visita oficial, os contactos que vamos a ter não deixarão de favorecer o reconhecimento por parte das autoridades alemãs da nossa situação atual, tanto política quanto económica” (EX, N 173, 21/2/76: p.2).

Naquela mesma época, os EUA anunciavam a doação de US\$ 15 milhões para a Secretaria dos Retornados, que seriam aplicados no fomento habitacional e dotação profissional (Idem: p.1). O Comandante Geral do Exército Ramalhaes Eanes discursou na Nato, onde tentou condicionar a concordância de Portugal com a política estratégica do organismo multilateral ao suporte financeiro ao país: “Regresso à Nato não é apenas verbal mas real..fa-lo-emos com coerência e com decisão , procurando cumprir com lealdade, e com sinceridade rigorosa, os nossos compromissos, se a Nato, para tanto, nos atender e proporcionar ajuda adequada”. (Ibidem: p.2).

O diretor de *Expresso* Francisco Balsemão, em Estocolmo, entrevistou o Primeiro-Ministro e Presidente do Partido Social-Democrata da Suécia, Olof Palme, em que este informou que visitaria Portugal, quando pretendia anunciar a “Comissão de solidariedade para a democracia e o progresso em Portugal, criada em âmbito da Internacional Socialista, da qual o PS é membro” (EX, N 176 13/3/76 p.1).

Portanto, a conjuntura internacional do período, em última instância, favoreceu a instalação de um regime democrático e pluralista em Portugal. Principalmente após a Cimeira de Helsiquia, em Agosto de 1975, que selou o entendimento entre Estados Unidos e União Soviética a respeito de que lado deveria estar Portugal no contexto da Guerra Fria em tempos da *detén*te. Nesta perspectiva, em entrevista ao *Expresso*, Mário Soares disse acreditar que a Urss jogava com sinceridade a *detén*te na Europa, no sentido de a Europa ser uma zona de tranquilidade” (N 150,8/11/75:p.11).

Em reportagem de António Mega Ferreira ao *Expresso*, houve uma orientação direta do Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista da União Soviética – Poucs – externada em reunião realizada em Berlim Oriental, em Novembro de 1975, na qual o chefe daquele Departamento, Vadim Zagladine, orientou aos partidos comunistas a tática que deveria ser seguida. Na reunião o PCP fora representado por Carlos Aboim Inglês, membro do Comitê Central: “Zagladine seria cada vez mais favorável a uma política de compromisso dos PCs ocidentais com as forças não comunistas” (EX, N 167,10/1/76: p.3).

Por outro lado, em artigo para *O Jornal*, o jornalista correspondente do *The New York Times* Szulc apontava que, em outubro de 1975, quando a situação parecia mais calma, com a formação do VI Governo Provisório, a posição do Pentágono era de que os “EUA

deveriam deixar guiar pelos países da Europa Ocidental” frente à política em relação a Portugal” (OJ, N43,20/2/76: p. 17).

Em entrevista ao *Expresso*, Mário Soares disse acreditar que caso “a política do PCP se fosse coroada de êxito, levaria justamente a pôr em causa esta zona de tranquilidade na Europa (...) as razões que explicam a política ‘aventureirista’ do PCP são devidas aos próprios homens que constituem a direcção, à sua mentalidade, e à sua formação” (N 150,8/11/75: p.11).

Álvaro Cunhal depois que regressou de uma longa viagem aos países do Leste a e à União Soviética declarou a importância de união entre socialistas e comunistas para frear uma ofensiva à direita: “Os socialistas têm de se convencer de que, se não querem ir para a direita, se não querem facilitar a restauração de uma ditadura fascista e o regresso ao passado, deve-se unir aos comunistas e aos militares. Isso é essencial para a defesa das liberdades em Portugal e das outras conquistas da Revolução” (EX,N175, 6/3/76: p2), Desta forma, Cunhal já apresentava outra postura política.

No Brasil, a abertura política na segunda metade dos anos 70, sem dúvida, veio ao encontro da política norte-americana de incentivar a formação de governos democráticos na Era Carter, que “propusera uma política externa, afastando os Estados Unidos das ditaduras”. “Tratava-se de requalificar a questão de democracia dentro da grande aliança anticomunista” (Gaspari, 2004: 370). Ao contrário da política externa de Kissinger que fez “vista grossa” aos regimes autoritários latino-americanos.

Neste contexto, já na década de 80, os países que participaram da terceira vaga mundial de transição para a democracia, entre eles o Brasil, tiveram uma forte alavanca para consolidarem seus regimes democráticos, pois o movimento comunista internacional estava em franco retrocesso. Em consequência, a Guerra Fria passava pelo seu degelo

definitivo. Em Fevereiro de 1985, o secretário geral do Comitê Central do Partido Comunista Soviético, Mikhail Gorbatchev, apresentava no XXVII Congresso do Partido os seus projetos de *Glasnost* e *Perestroika*. Três anos depois, o líder soviético anunciava que a União Soviética abandonava oficialmente a Doutrina Brejnev e passaria defender os regimes democráticos nos países do Leste. De outro lado, o Ocidente conhecia as medidas antiestatizantes e neoliberais de Margaret Thatcher, na Inglaterra, onde governou como Primeira-Ministra de 1979 a 1990.

Neste cenário mundial, a transição democrática brasileira realizou-se sem qualquer possibilidade de uma guinada à esquerda, rumo à adoção de um regime pró-soviético, de perfil autoritário. Não estava em pauta a construção de uma sociedade socialista. Entretanto, o fracasso dos planos económicos “Cruzado 1” e “Cruzado 2”, causou instabilidade política e, por conseguinte, colocou em causa o embrião de democracia.

Frente a um congelamento artificial de preços imposto pelo Cruzado I, pelo qual 8 mil itens tinham preços controlados, os produtores passaram não oferecer os bens e mercadorias ao mercado. A consequência quase instantânea foi o desabastecimento. A revista *Istoé* anunciava que o comércio varejista encolheu 35% em Fevereiro de 1987 (N529, 11/2/87: p.60). O governo, portanto, foi obrigado a anunciar o fim do congelamento de preços ainda naquele mês. Na sequência, o Brasil decretava a moratória da dívida externa. O Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, voava para Washington, para se reunir com o Secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, e com o presidente da junta do Federal Reserve, Paulo Volcke (IE, N531,25/2/87: p.19). O jornalista Paulo Moreira Leite recorda que, com o fracasso do Cruzado, “o governo entrou num processo de destruição do qual nunca se recuperou. O Sarney tomou essa medida convencido de

que a moratória poderia lhe devolver a popularidade do Cruzado. Os aliados conservadores do presidente passaram a sabotar a moratória no primeiro dia” ⁷⁵

Com os salários corroídos pela inflação que beirava os 20% ao mês, o já vigoroso movimento de massas explodiu em greves que solaparam o país: “O movimento das greves em todo o país cresce vertiginosamente, sob o comando vertiginoso das duas principais centrais sindicais – CUT e CGT. Atividades consideradas essenciais –e, portanto, proibidas pela atual legislação de entrar em greve, como os funcionários públicos – estão paralisadas em vários Estados” (IE, N 543,20/5/87:p.30).

Ao mesmo tempo, os automóveis das classes média e alta passavam a ostentar adesivos em seus vidros nos quais se lia “tenho saudade de Figueiredo”, em referência ao último general presidente da República. Era uma nova direita que tentava uma hipotética volta à um regime autoritário.

Em conclusão, as variáveis independentes que contribuíram para a instalação de regimes democráticos conceituadas por Huntignton supracitadas são pertinentes. O efeito “bola de neve”, pelo qual a queda da ditadura portuguesa contribuiu para disseminar no Brasil o desejo de mudança política existiu, mesmo que seja aferir em qual medida o fenómeno tenha se registrado. O papel da Igreja Católica para a democratização foi decisivo em ambos os países. Embora, os cleros nos dois países tenham jogado em diferentes posições, com a formação de alianças com atores contrapostos do ponto de vista ideológico.

A política da *detén*te contribuiu para que Portugal caminhasse rumo à consolidação democrática. Porém, a possibilidade de viragem à esquerda, com o consequente

⁷⁵ Depoimento à autora. A entrevista completa está no Anexo V.VI.

alinhamento ao Bloco Soviético, fez com que os líderes mundiais levassem quase à asfixia a economia portuguesa. Em contrapartida, no Brasil, mesmo com todos os ventos internacionais soprando em direção à democracia, a crise económica contribuiu á instabilidade política, fortalecendo, em alguns momentos, setores radicais da direita, que sonharam com a volta dos militares.

Porém, em Portugal e no Brasil, a democracia foi uma opção de duas Nações, o que a consolidação de instituições democráticas e a estabilidade política construída nos anos subsequentes vieram a comprovar. A democracia, por isso, não foi uma solução de circunstâncias ou uma jogada tática no tabuleiro da geopolítica. Foi uma mesma opção de dois povos.

V.V – Nadando contra a corrente?: As Constituintes foram convocadas em diferentes contextos em ambos países, de acordo com características de cada país. Em Portugal, a substituição do regime político deposto, após a sua fonte primária de poder voltar-se contra ele, sucedendo-se três fases, a luta para provocar a queda, a queda e a luta após a queda (Huntington, 1994: 144) Por sua vez, no Brasil, houve um processo de transição negociada entre os militares e a elite civil do país. Os traços dos desenhos constitucionais foram, por conseguinte, distintos, embora apresentem algumas similaridades.

Os historiadores dividem a revolução portuguesa em três períodos: de 25 de Abril de 1974 a 11 de Março de 1975; de 11 de Março a 25 de Novembro de 1975, e o terceiro a partir desta data até a eleição presidencial, em Junho de 1976. A Assembléia Constituinte foi convocada no primeiro ciclo, a sua instalação e grande parte de seus trabalhos deram-se no segundo ciclo; e a proclamação da Carta Magna foi determinante para o fechamento do terceiro ciclo, ao instituir o desenho jurídico constitucional da República Portuguesa (Ferreira, 1993: 200).

Já no Documento do MFA de 25 de Abril estava explícito o compromisso dos militares revolucionários de realizar eleições livres para uma Assembleia Constituinte no prazo de um ano. Tal meta fora um divisor de águas, que separava a ação militar de um golpe de estado e mesmo de uma revolução aos moldes da Rússia de 1917 (Idem: 200). Consequentemente, mesmo nos períodos mais tensos do processo revolucionário, as Forças Armadas não poderiam esquecer-se dos compromissos publicizados no 25 de Abril.

No decorrer do processo revolucionário, no entanto, aquele compromisso correu vários riscos de se tornar 'letra morta'. Na altura do I Governo Provisório, o Primeiro-Ministro Palma e o Presidente Spínola já estavam tentados a adiar as eleições legislativas para finais de 1976, mas tal proposta foi barrada pelo Conselho de Estado (Reis, 1992: 29).

A segunda grande ameaça que a futura AC teve de vencer veio na ressaca do 11 de Março de 1975, quando a ala mais à esquerda entre os militares saiu-se provisoriamente vitoriosa. Na Assembleia do MFA de 12 de Março, quando tudo que fosse radical poderia ser aprovado, Costa Gomes nadou contra a corrente e, habilmente introduziu para votação uma moção em que vinculava o organismo à realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte dentro dos prazos fixados pelo programa do MFA. O alcance daquele gesto do General-presidente, segundo Varela Gomes, "passou inteiramente despercebido a uma assembléia fatigada e em oblativos de abandonar a sala (...) A mesma assembleia que tinha aplaudido as referências à reforma agrária, às nacionalizações e ao socialismo, aprovou também, descuidadamente, sem qualquer debate, esta derradeira moção" (Varela, 1980: 44).

A terceira ameaça à futura AC foi a frustrada campanha pelo voto em branco nas eleições de 25 de Abril, desencadeada pela V Divisão e organizações civis mais radicais. O povo, ao comparecer às urnas, dava o seu expresso aval à Constituinte.

Porém, perdurava uma visão que contrapunha à legitimidade originária nas urnas em 25 de Abril de 1975. O sufrágio universal adquiriu *status* poderoso na radiografia política portuguesa, por meio do maciço comparecimento dos eleitores. Selou um pacto entre eleitores e representantes eleitos que passou a ser “insubstituível para a organização dos compromissos entre os diferentes grupos de interesses da sociedade civil e do aparelho do Estado” (Ferreira, 1990: 195).

Costa Gomes, cioso de que a AC estaria em xeque, com sua forma sempre sutil, dava o recado para quem precisava ouvir na abertura da AC em 2 de Junho: “Queremos que a nossa revolução progrida para um socialismo pluripartidário, em simbiose fecunda entre as vias revolucionárias e eleitorais (...) Este acordo constitucional (Pacto I) e, pois, um esquema de segurança e um contributo revolucionário, um fecundo padrão que marca a originalidade da revolução socialista portuguesa” (DAC, N 1: pp1-3).

O hemiciclo de São Bento recebia ataques daqueles que sonhavam que o verão quente de 1975 fosse o outono russo de 1917 e que Vasco Gonçalves fosse Lenine. Mas quem seria o Partido Bolchevique? O PCP? Este não detinha a liderança e o controle sobre dezenas de organizações esquerdistas, estilhaçadas entre stalinistas, maoístas e trotskistas, frutos de clivagens ideológicas e políticas históricas do movimento comunista internacional.

A visão contrária à institucionalização de fóruns de democracia indireta, via sufrágio universal, foi impulsionada ao longo de 1975, quando ganhou “grande influencia na vida interna do MFA até à Assembleia de Tancos (2 de Setembro de 1975) e ao 25 de Novembro, em que são eliminadas pela linha que melhor defendia os interesses estratégicos da instituição militar” (Ferreira, 1990: 192)

Nas retumbantes manifestações nas ruas lisboetas clamava-se pelo fim da AC. A imprensa nacionalizada era adversa à AC, o que colocava nos ombros de publicações

independentes como *Expresso* e *O Jornal* a difícil tarefa de levar à opinião pública os debates e decisões dos deputados constituintes.

Como se não bastasse, no apagar das luzes do fugaz V GP, surgia o projeto do Ministério da Comunicação que pretendia regular o setor, ao mesmo tempo em que o tema era apreciado pelos parlamentares, o que representava mais um desprezo à AC. Porém, aquele projeto não vingou.

Nos quartéis, como observa Ferreira, “as tendências anti-parlamentares avolumaram-se” (1993:215). O documento-guia do MFA, de início de Julho, ao propor a instauração do ‘poder popular’ tentava esmagar a AC. Em contrapartida, o ‘documento dos nove’ trouxe novo alento à Assembléia, ao propor a rima das palavras democracia e socialismo. Dias depois, os que se colocavam no papel de vanguarda revolucionária, liderados por Saraiva de Carvalho e entrincheirados no Copcon, também divulgavam o seu documento, no qual do MDP, passando pelo PC e PS, até chegar ao PPD, todos os partidos estavam na berlinda. Entretanto, “os verdadeiros órgãos do poder político” seriam os conselhos dos trabalhadores e dos moradores (CD25AUC,12/8/75).

Com a perda de espaço político do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e sua consequente demissão, o VI Governo Provisório, sob o comando de Pinheiro Azevedo, ofereceu segurança aos trabalhos da AC. Porém, novamente, a soberania da AC foi posta em xeque, quando se buscava formar um novo consenso entre o poder militar e os partidos políticos que participavam da AC, cristalizado no Pacto II. O CDS acenou com a revisão da Carta Magna ainda na vigência da Primeira Legislatura. Por seu turno, o PPD defendeu o *referendum* à Constituição no momento em que estava quase em seu fecho. Durante todo o seu funcionamento, a AC esteve contida aos limites impostos pelos dois pactos firmados entre o MFA e os partidos políticos, que delimitaram por quais trilhos

poderia caminhar o articulado jurídico. Mesmo assim, a AC conseguiu impor-se e ter própria luz, embora, tantas vezes, ofuscada pelo poder maior, o MFA.

No Brasil, entretanto, a ANC era legitimada pela opinião pública e pela mídia, haja vista a ampla cobertura que recebeu da imprensa. Pesquisa do Ibope realizada em Maio/Junho de 1988 aferiu que os trabalhos dos parlamentares eram bem avaliados pelos brasileiros entrevistados. A pesquisa revelou que 53% das pessoas ouvidas consideravam a atividade dos constituintes oscilante entre regular e ótima. Em contrapartida, apenas 28% dos entrevistados confiavam no governo do Presidente Sarney, enquanto 64% desconfiavam (VE,N1037, 20/7/88:p. 32).

Um dos fatores importantes que levaram à legitimidade da ANC foi a participação popular direta na elaboração da Carta, por meio de audiências públicas realizadas pelo Congresso Nacional e da possibilidade das emendas populares, que poderiam chegar às mãos dos congressistas, quando houvesse mais de 30 mil assinaturas e endossadas por três entidades da sociedade civil. Como já apresentadas no Capítulo IV deste trabalho, as emendas populares foram abundantes e mobilizaram expressiva parcela da sociedade civil organizada.

O servidor José Ricardo da Costa e Silva, que assessorou a Relatoria da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo da Assembléia Nacional Constituinte, ao sintetizar aqueles longos meses vividos no Congresso Nacional, enfatiza que a elaboração da carta levou à organização de segmentos sociais, que “fizeram encontros e reuniões para entender sua participação na antiga Ordem, decidir o que queriam ser no novo Estado de Direito em construção. Esses grupos vieram a Brasília pressionar e fizeram manifestações”. “Nunca o Congresso foi a Casa do Povo como quando durante o Processo Constituinte de 1988” (Linha Direta/BC,7/10/2008).

A AC no Brasil teve uma divulgação cotidiana e farta. De acordo com Regimento Interno, foi instituído o *Diário da Constituinte*, que consistiu em um programa de TV, com duração de cinco minutos, que foi ao ar, durante toda a vigência da AC, de segunda a sexta-feira, duas vezes ao dia, apresentado por todas as emissoras de TV do Brasil em horários diferentes, definidos por cada uma das emissoras, desde que fosse das 12 às 14 horas e das 19 às 22 horas, ou seja, no horário nobre. O programa, produzido pela estatal Empresa Brasileira de Notícias, estreou em Abril de 1987 e estendeu-se até a aprovação da Carta, na primeira semana de Outubro do ano seguinte. No seu mês de estréia, o programa pecou pela má qualidade das imagens e das reportagens. O próprio presidente da AC, Deputado Ulysses Guimarães, admitia que o programa não estava bem. Disse: “Vamos melhorá-lo” (VE, N974, 6/5/87: p. 117). Porém, a qualidade do Diário da Constituinte eletrônico melhorou e foi uma importante ferramenta para difundir os trabalhos da AC, para que o cidadão pudesse se informar acerca dos trabalhos no Congresso Nacional.

O Deputado Virgílio Guimarães, que fazia seu estréia no Congresso Nacional como um dos 16 deputados do PT, recorda-se de a cobertura oficial, o *Dário Constituinte*, transmitido nas TVs abertas em horário comercial, “foi muito forte para o acesso da população ao que se era discutido e votado na AC, além do mais houve um equilíbrio de espaço entre os partidos nas coberturas. Foi fundamental”.

Além do tempo de antena livre em todas as emissoras de TV, de Norte a Sul do Brasil, que a AC beneficiou-se, na mídia - emissoras de rádio e TV, jornais diários e revistas semanais – a AC era pauta regular e recheava os noticiários.

Virgílio Guimarães avalia que o país vivia um momento de debate profundo e a imprensa participava ativamente dele. Na cobertura jornalística da AC, “foi uma efervescência geral, e a imprensa também vivia o seu momento mágico”. Assim, a cobertura estava muito

além do que os donos da mídia queriam ou não divulgar e “o papel do jornalista, independente de qual veículo trabalhasse, era fundamental”, lembra Guimarães. As direções dos veículos não tinham um controle total sobre o que era veiculado, pois “havia muitos jornalistas que eram de esquerda, então era muito difícil o controle de todo mundo”.

Para ele, a esquerda, assim, tinha espaço nos meios informativos. Na opinião do parlamentar, no período em tela, o segmento das revistas semanais era o mais fechado às propostas dos deputados da esquerda, mas, mesmo assim, acabava por divulgá-los. Entretanto, “os jornais diários e as rádios eram os segmentos mais abertos. Todavia, a TV era mais fechada, em especial a TV Globo. Depois da campanha das ‘diretas Já!’, movimento que passou quase despercebido pela maior rede de TV do país, o que levou à perda de audiência da emissora; na AC, ela melhorou um pouco, embora haja restrições quanto à sua cobertura” .

A AC recebeu, entretanto, forte pressão do Palácio do Planalto, que tentava interferir na elaboração da Carta. Quando a Comissão da Sistematização votou pelos quatro anos para Sarney e pelo parlamentarismo, muitos congressistas foram punidos pelo Palácio do Planalto pelas suas opções. O Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, por quem passavam as concessões de estações de rádios e TV em todo o país, foi um dos maestros das retaliações palacianas. Ele, por exemplo, assim se procedeu junto ao deputado Fernando Bezerra (PMDB/PE): “Cassou a concessão de uma rádio FM em Petrolina que já esta assegurada. Antonio Carlos telegrafou ao parlamentar e comunicou-lhe que a sua posição em favor dos quatro anos tornara inviável a concessão” (IE, N570, 25/11/87:p. 28). Mais além, a revista informava que havia um computador na assessoria do Planalto que continha um dossiê de cada parlamentar: “Basta apertar uma tecla”.

Eleita quando o Plano Cruzado gozava de aprovação da sociedade, “o presidente era quase um Rei”, recorda Moreira Leite. Assim, a ANC, embora não ameaçada de dissolução ou outras medidas drásticas, não nasceu para ser o centro do poder nacional. No equilíbrio dos três poderes, a existência de uma Constituinte forte, geralmente implica em um executivo fraco ou vice versa, como observado no caso portugueses, onde o poder forte e centralizado do MFA ofuscava a AC. A regra é que, em geral, um governo forte leva a uma Constituinte fraca, e vice-versa. Moreira Leite acredita que o desgaste do Governo Sarney “mudou a relação de forças e deu novo lugar à Constituinte, que chegou mesmo a colocar a hipótese de acabar com seu mandato – que é uma forma de mexer nas relações de poder”. Assim, a ANC “foi acumulando forças ao longo do processo e chegou muito perto de uma condição de soberania”.

Em uma escala de 0 a 10, pesquisa do Ibope aferia que a administração Sarney ganhava a nota de 0 a 4 para 58,1% dos entrevistados em todo o país. Ao mesmo tempo, 71% do universo pesquisado defendiam o mandato de Sarney de até quatro anos (IE, N574,23/12/87: p.20)

O processo era tão melindroso, que mesmo sem a formalização de pactos entre as lideranças políticas e militares, - como ocorreu em Portugal - os generais e brigadeiros estavam a acompanhar o difícil consenso entre as lideranças civis. O jornalista Ariosto Teixeira, ao recordar aqueles momentos, diz que “não havia consenso sobre quase nada. O processo de elaboração da nova Constituição foi permeado pelos problemas económicos e por uma transição política delicada, que precisava ser negociada ponto a ponto com as lideranças militares e políticas do regime decaído”.

O deputado Virgílio Guimarães, hoje, reconhece que, para o PT foi fundamental o governo de Sarney ter ido até março de 1990: “Com todo o desgaste do Governo, pois Sarney estava um bagaço”. Para o líder petista, a defesa dos quatro anos do Sarney “era pura

propaganda do PT”, pois era “indefensável a eleição para presidente em 1988. Se fosse, o PT não seria o que é”.

Nos embates entre Legislativo versus Executivo, é pertinente observar que o Congresso fora eleito pelo voto secreto, direto e universal, que abarcou, pela primeira vez na história do país, os votos dos analfabetos. Entretanto, Sarney foi eleito por um colégio eleitoral para vice-presidente. Além do mais, ingressou no PMDB nos últimos momentos do governo do General Figueiredo, pois sempre fora da base de sustentação civil da ditadura. No confronto decisivo entre o Congresso e o Executivo, Ulysses Guimarães, como já abordado no Capítulo IV, colocava aquela luta em alto e bom som em cadeia nacional de rádio e TV.

Cabe observar que à sociedade civil os partidos e os políticos eram percebidos com desconfiança. Pesquisa do Ibope, realizada em Dezembro de 1987, aferiu que 58% da população consideravam que os políticos mentiam sempre (IE,N574,23/12/87:p20). No final da década de 80, 75% dos brasileiros consideravam que os políticos tentavam enriquecer com o dinheiro público. Apenas 38% da população expressavam confiança no Congresso e apenas 41% no Presidente (Pzeworski et al., 1995: 57). Não se pode esquecer de que a mobilização das camadas médias e assalariadas ocorreu fora dos partidos institucionalizados. O PT era uma expressão desses movimentos e, por conseguinte, nem mesmo dentro da ANC sentia-se que estava a fazer a política parlamentar. Quando da votação das regras previdenciárias, em um momento em que aumentava a expectativa de vida da população, o PT defendeu a extensão ilimitada dos benefícios aos trabalhadores da cidade e do campo. “Eram proposta que se fossem levadas a cabo seriam inviáveis. O PT votou contra o acordo de Mário Covas”, lembra Guimarães. “Numa reunião da bancada, o então Deputado Lula disse: “Gente,vocês têm

certeza de que nós nunca chegaremos ao poder?”. Neste sentido, a Constituinte “foi importante para o amadurecimento do PT”, diz o líder petista.

As pressões dos movimentos sociais à ANC expressaram o hiato entre a sociedade e os seus representantes eleitos. Esta desconfiança não se restringia às classes populares. Como a própria mobilização em torno dos trabalhos do Congresso envolveu diferentes atores da sociedade civil, da direita e da esquerda, circunscritos em classes sociais e económicas, que iram desde os trabalhadores sem terra aos banqueiros, cada qual em busca de fazer prevalecer os seus próprios interesses.

Em contrapartida, em Portugal, os partidos que estavam representados na AC mobilizaram suas bases, porém, não entorno de propostas para a nova Carta. A mobilização foi em função de um debate ideológico mais amplo, que questionava qual modo de produção deveria ser adotado pelos portugueses: o socialista ou o capitalismo? O impasse para se definir o desenho social a ser conferido o país trazia embutido a discussão acerca do regime político: a democracia parlamentar ou um regime semelhante aos regimes do Leste ou um outro? Neste contexto revolucionário, os próprios partidos, em sua maioria, não mobilizaram suas bases para debater questões pontuais da Carta, porém, apenas para garantir o próprio funcionamento da AC, frente às várias tentativas de diminuí-la ou mesmo destituí-la.

Nos países em análise, nos longos processos das ACs, os consensos, algumas vezes foram possíveis, em outros, não. Nestes últimos prevaleceu a opinião da maioria. Porém, tanto em Portugal quanto no Brasil, na composição de forças partidárias dentro das ACs, a esquerda, embora minoritária, interferiu substancialmente nos conteúdos dos diplomas constitucionais. No Brasil, a representatividade da esquerda era bem menor do que fora em que Portugal. Como já pontuado no capítulo II deste trabalho, após as derrotas iniciais do PC e do MDP nas votações, o PC mudou de tática e procurou alianças com a

ala esquerda do PS, o que lhe garantiu influenciar no conteúdo do Diploma. Por caminhos semelhantes, a esquerda brasileira na AC aproximou-se da ala esquerda do também partido majoritário, o PMDB, para traçar alianças e influir no texto constitucional. “O bloco de esquerda, incluindo a ala progressista do PMDB, chegava a 120 constituintes, num universo de mais de 500 congressistas”, recorda Guimarães⁷⁶.

V. VI: Palavras cortadas: Nos estudos acerca da democracia, é destacada a questão da liberdade de informação, que, por conseguinte, desdobra-se nas liberdades de opinião e de expressão. Na sociedade poliárquica de Dahl, entre os requisitos da democracia, adquire relevo a existência de fontes alternativas e independentes de informação para que o cidadão tenha a compreensão esclarecida. Questiona Dahl: “Como os cidadãos podem adquirir a informação de que precisam para entender questões se o governo controla todas as fontes de informação?” E vai além: “Se apenas um grupo goza do monopólio de fornecer a informação? (...) Como poderiam os cidadãos participar realmente da vida política se toda a informação que pudessem adquirir fosse proporcionada por uma única fonte. (...) um único partido, uma facção ou um único interesse?” (Dahl, 2001: 111).

A liberdade de informação engloba a liberdade para se adquirir a informação, de ter-se acesso às fontes. Portanto, aquela se situa além do regime político adotado, diz respeito a um bem público, que “caracteriza o contexto social geral e é em si mesma respaldada por um sistema democrático legal” (O’Donnel, 1999: 622).

Ambos os países conviveram com a censura de forma direta e intensiva. Em Portugal, pela duração da ditadura, toda a geração de jornalistas que estava nas redações não conhecera a liberdade de imprensa, nasceu e ingressou na profissão sob a égide da

⁷⁶ Guimarães foi Deputado Constituinte pelo Partidos dos Trabalhadores – PT. Depoimento está no Anexo V.III.

censura. No Brasil, entretanto, havia uma geração de jornalistas que esteve nas redações no período democrático que abarcou de 1946 a 1964. Além disso, a censura no Brasil não foi exercida com a mesma intensidade durante os 21 anos de ditadura. O Governo Médici, sobremaneira, foi quando ela foi exercida com mais rigor. Mas havia contramarchas, pois em plena política de abertura do Governo Geisel, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, baixava a Portaria N 427/77, na qual instituía a censura prévia às publicações vindas do exterior (VE, N457, 8/6/77).

O jornalista brasileiro Moreira Leite ingressou na profissão em 1969, no *Jornal da Tarde*, em São Paulo. Ele acredita que a forma de se fazer o jornalismo não mudou muito na ditadura e no período de transição democrática, porém houve uma modificação na forma de pensar dos jornalistas: “Eu acho que a grande diferença é que a nova geração entrou nas redações após passar por um batismo político nas universidades. Era uma geração que pegou a saída da ditadura, mais politizada, que havia feito uma luta vitoriosa pela anistia, no apoio ao movimento operário, pelas diretas-já, pela reconstrução de entidades estudantis. Isso foi se refletir nas conversas, pautas e na sensibilidade dos repórteres, redatores e mais tarde editores. Eu acho que a cobertura política daquele período reflete isso”⁷⁷.

O jornalista português João Gomes, à época do 25 de Abril, era da equipe de o *República*. No dia da revolução recebeu o telefonema de um funcionário do Serviço de Censura, em que reclamava o envio das provas tipográficas a serem submetidas ao crivo censório. Gomes respondeu: “Estão ainda aí?” (VE, N 295, 1/5/74: p. 33). Portanto, ali começava uma nova etapa aos jornalistas portugueses, ao preparem a primeira edição livre de suas vidas profissionais. Dia seguinte, ao ter em mãos o *República*, Gomes exclamou: “Saiu o que eu escrevi!” (Idem).

⁷⁷ A íntegra da entrevista está no Anexo V.VI.

Em Portugal, entre os primeiros gestos dos vitoriosos em 25 de Abril foi a abolição da censura. Porém, a liberdade de informar e de ser informado ainda passou por turbulências. A comissão *ad hoc*, instituída pela Junta de Salvação Nacional, tinha poderes de aplicar multas e suspensões aos jornais que cometessem infrações (Mesquita, 1993: 361). Porém, havia uma preocupação dos militares vitoriosos em instituir uma lei para regular a imprensa. Assim, em início de Agosto de 1974 já era designada uma comissão para elaborar a referida legislação, que veio a ser promulgada em Fevereiro do ano seguinte.

No entanto, as tentativas de cercear a imprensa permearam parte do período pré-constitucional. Tanto *O Jornal* quanto *Expresso* assumiram importante papel de denuncia a qualquer gesto que pudesse arranhar a liberdade de imprensa. Alguns exemplos fazem-se necessários. *Expresso* sempre colocava tais tentativas de cercear a mídia na sua capa: “Considerando que ‘está na forja uma nova lei censória em tudo idêntica aos anteriores planos (Lei da Comissão Ad-hoc – decreto-lei 281/74, projeto Jesuíno e Lei de Censura Militar – e Lei dos quatro generais), os jornalistas de Lisboa, reunidos em Assembléia Geral, repudiaram apenas com oito abstenções e nenhum vota contra, qualquer tipo de censura contrária à deontologia profissional , nomeadamente “a exigência de identificação das fontes” que, segundo o texto da proposta “seria integrada em próxima regulamentação da Imprensa em debate no Conselho de Ministros”. (EX, N 169, 24/1/76: p.1)

Na capa de *Expresso*, na coluna “24 horas” estava: “Depusera, ontem na PJ, na fase de instrução preparatória Francisco Ponto Balsemão e João Isidro, num processo penal instaurado contra o jornal *Expresso*, por iniciativa do Ministério da Comunicação Social. A acusação formulada é da utilização do *animus jocandi* para injuriar o Presidente da República (art. 66 da Lei de Imprensa). O corpo do delito seria – no entender do MCS – o

Kafarnaum de 7 de Janeiro imagens 3 e 5 referentes ao general Costa Gomes. O *Expresso* filosofa: “vai mal uma Revolução que perdeu a capacidade de sorrir” (EX., N 168, 17/1/76: p.1)

Na coluna “O Jornal convida um jornalista”, escrevia Carlos Silva, chefe de redação do semanário Nova Terra e ex-presidente do sindicato dos jornalistas: “Os MCS tem sido algumas a única tribuna democrática (...) a missão de imprensa é a de ser testemunha e espaço de análise. Em Portugal, porém, pede-se-lhe geralmente que lidere os grandes movimentos sociais. A compulsão chegou aos jornais apoiada no ‘direito e na força’: administrações e direcções da confiança do MFA – e do Governo? – deixavam aos jornalistas a liberdade de escolher entre o ‘socialismo popular’ e o desemprego’.” (OJ,N49,2/4/76: p. 14).

Por sua vez, *O Jornal*, após o contragolpe de 25 de Novembro, e a consequente demissão de diretores de órgãos estatizados e suas substituições por outros do PS, colocava a importância de a imprensa ser plural e não estar sob controle de partido algum: “Colocar ao serviço de outro partido os órgãos de informação nacionalizados, que até agora tinham servido a políticas sectárias – será um triste e dramático erro de imprevisíveis conseqüências. Deve isso, sim, existir órgãos partidários que como tal se publiquem a fim de anular as ‘tentações’ de assaltar órgãos que são de todos como àqueles que são independentes, bastando-se a si mesmos” (OJ, N 32, 5/12/75, p. 14).

Porém, todas as tentativas de frear ou constranger a liberdade de imprensa não tiveram vida longa e conferiu o “triunfo de concepções democráticas e pluralistas” (Mesquita, 1994: 361).

No Brasil, em contrapartida, durante a transição democrática, não houve uma preocupação latente em mudar as leis que regiam a imprensa. Na Constituição de 1988, o artigo 5º reza sobre a livre manifestação e a liberdade de pensamento, a expressão da

atividade intelectual, científica e de comunicação, independente de censura ou licença. Especificamente à Comunicação Social, os artigos 220 a 224, que abrigados no Título VII do Capítulo V, proclamam a extinção formal da censura, a comunicação coletiva, o direito de respostas e o dever de informar e ser informado.

O Brasil, entretanto, há uma lei de imprensa totalmente ultrapassada e contraditória à Lei Suprema do país. A Lei 5.250/67 foi instituída pelos militares, com um caráter autoritário e punitivo aos donos dos periódicos e aos jornalistas. Na contramão da história, a lei não foi abolida em 1985, quando boa parte da legislação herdada dos militares foi revogada. Nem mesmo na Constituinte de 1988 o foi. Desde 1991 tramita no Congresso Nacional projeto de lei de uma nova lei de imprensa, mas que ainda não foi votado. Até 2008, ainda não há um consenso entre os donos dos meios de comunicação social e a Confederação Nacional dos Jornalistas sobre a necessidade ou não de se ter uma legislação específica para a imprensa. Neste impasse, a arcaica Lei 5.250/67, apenas foi praticamente revogada em 27 de Fevereiro de 2008, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) referendou a liminar do ministro Carlos Ayres Britto que suspendeu 20 dos 77 artigos da Lei de Imprensa. O Ministro Britto asseverou em sua liminar: “Imprensa e democracia, na vigente ordem constitucional, são irmãs siamesas”. Já para o Ministro Ricardo Lawandowski, “a Lei da Imprensa conflita com a Constituição” (Notícias STF, 27/2/08).

Mesmo com a Lei 5.250/67, a imprensa brasileira vive, na prática, sem censura desde o início da Nova República. Porém, ainda são registrados casos de violência e de cerceamento à liberdade profissional. Em 2006, por exemplo, quatro jornalistas foram assassinados no exercício da profissão (ANJ, 2007; FENAJ, 2007).

V.VII – Coro de vozes dissonantes: Quando o tema em pauta é a imprensa, logo surge uma velha polémica dos estudiosos da mídia: a imparcialidade dos meios versus as

opiniões acerca de factos por quem os processa em escala industrial, a construção da notícia. Como já abordada nos capítulos III e IV deste trabalho, a imparcialidade não existe na *práxis* jornalística, pois ao escolher a divulgação de um determinado facto e transformá-lo em notícia, inserem-se critérios técnicos como também valores culturais, ideológicos e políticos.

Regida por normas próprias de noticiabilidade e objetividade jornalística, a imprensa busca definir em seu dia a dia, o que deve ou não se tornar notícia em suas páginas. Na linguagem jornalística, trata-se do *news judgement*.

“A invocação do *news judgement* (perspicácia profissional) é uma atitude inerentemente defensiva, pois o *news judgement* é a capacidade de escolher ‘objectivamente’ de entre factos concorrentes para decidir quais os ‘factos’ que são mais ‘importantes’ ou ‘interessantes’. ‘Importantes’ e ‘interessantes’ denotam conteúdo. Por outras palavras, ao discutir a estruturação da informação, o jornalista deve relatar as suas noções de conteúdo ‘importante’ ou ‘interessantes’” (Tuchman, 1993A: 83).

Em consequência desse conceito, é importante tentar distinguir os fios tênues existentes entre factos e opiniões. Os primeiros dizem respeito a eventos de base empírica e só passam a existir se forem publicizados. Já as opiniões dizem respeito a interesses e a paixões, mesclam o racional e o irracional. A própria História comprova que os factos para existirem como tais precisam ser recortados e interpretados, para depois serem inseridos na construção histórica de uma determinada época de um determinado lugar.

Arendt questiona: “Os factos realmente existem, independentes de opinião e interpretação?” (1979: 296). Na linha divisória entre facto e opinião, Arendt adverte que, por mais que o narrador tenha a sua adequação dos factos à História e à forma narrativa escolhida, isto “não pode servir como uma justificação para apagar as linhas divisórias

entre facto, opinião e interpretação, ou como uma desculpa para o historiador manipular os factos a seu bel-prazer” (Idem).

Ao jornalista Moreira Leite, “informar corretamente os fatos já é uma tarefa muito difícil”. Sem dúvida informar corretamente os factos, sem distorcê-los é a primeira tarefa da imprensa, pois é neste ponto que ela transmite à sociedade o que estaria invisível. Como bem observa Moreira Leite, ao largo de seus 39 anos na profissão: “Fico muito feliz quando um órgão de imprensa consegue informar corretamente. A maioria não é capaz, porque não sabe ou não quer. Isso é o que faz diferença”.

Tal discussão remete à noção de verdade e sua manifestação na esfera pública. Muitas vezes, a verdade torna-se um “estorvo”, pois “pretende peremptoriamente ser reconhecida e proscree o debate”, que é a própria razão da política. “A verdade racional ilumina o entendimento humano, e a verdade factual deve informar opiniões, mas essas verdades, embora nunca seja obscura, tampouco são transparentes, e é de sua própria natureza resistir à ulterior elucidação, como é da natureza da luz resistir à iluminação!” (Idem: 300). Nesta mesma direção, Arendt argumenta que toda sequência de eventos apresenta-se como se fosse a única, mas isto seria “uma ilusão de ótica”. Portanto, a pluralidade de opiniões é fundamental para que se forme opiniões e ideias a respeito de factos. Nessa perspectiva, os meios informativos em análise foram palco privilegiado onde as lutas políticas e ideológica se expressaram com contundência.

Os textos jornalísticos, via de regra, são polifónicos, pois neles estão implícita ou explicitamente várias vozes, de diferentes procedências, apresentadas de diversas formas textuais. A polifonia não necessita, exclusivamente, da presença de um intertexto, cuja fonte é citada, portanto, “exige apenas que se representem, encenem, em dado texto, perspectivas ou pontos de vista de enunciadores diferentes” (Koch, 2006:154). Nesta direção, situa-se a metáfora que define a polifonia como um “coro de vozes”. Na polifonia,

relativo à encenação dentro de um texto, os enunciadores podem ser reais ou virtuais, pois estes “não precisam servir-se, necessariamente, de textos efetivamente existentes” (Idem) para compor o jogo de cena da linguagem.

No jornalismo, a polifonia explícita é utilizada para se dar mais credibilidade ao que está escrito. São as diferentes vozes que apontam à existência de um jornalismo plural e que retrata os dissensos sobre determinada temática. Porém, é importante frisar o termo ‘mais credibilidade’, pois, por si, o discurso jornalístico já é “antecipadamente legitimado, uma vez que foi o próprio leitor que o comprou” (Maingueneau, 2002: 40). Logo, ao leitor que assinava *Veja* ou *Istoé*, ao leitor que ia todas as sextas-feiras à banca de jornal, em 1975, comprar a edição de *O Jornal*, ou, aos sábados procurar por *Expresso*, ele o fazia porque acreditava naquela publicação. Neste contrato implícito entre produtor e leitor de informação, a mídia procura sanar os desejos, as dúvidas, as curiosidades e as necessidades de seu leitor potencial. A publicação jornalística, assim, “procura apresentar-se como quem responde a demandas explícitas ou não, dos leitores” (Idem). Parte-se do pressuposto de que o jornalista é digno de confiança e que nos relata aquilo que efectivamente aconteceu, “fazemos fé na credibilidade da sua palavra” (Rodrigues, 1993: 32).

Ao introduzir a polifonia jornalística, os recursos usados são os discursos direto, indireto e híbrido, que buscam apresentar as diversas vozes a que recorre o texto. No discurso direto, o enunciador não se coloca responsável pela fala, ao criar um distanciamento entre o autor do texto e o declarante. Mais além, por meio do discurso direto, o autor cria autenticidade ao seu próprio texto, pois indica “que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas” e também se mostra ao leitor “objetivo e sério” (Maingueneau, 2002: 142). “Os jornalistas vêem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de

prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os ‘factos falar’ (Tuchman, 1993A: 81).

Nos periódicos analisados, as duas revistas brasileiras utilizavam-se correntemente o discurso direto, ao passo que os semanários portugueses utilizavam com moderação tal recurso, com mais utilização do discurso indireto. Em reportagem de alto teor informativo de *O Jornal*, por exemplo, intitulada “Decisões históricas tomadas pela Constituinte” (OJ, N19, 5/9/75: p.5), o repórter utilizou todo o tempo o discurso indireto, no qual ele tem “uma infinidade de maneiras pra traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim, o conteúdo do pensamento” (Maingueneau, 2000: 149). Na reportagem em epígrafe, a qual o PC voltava a frequentar o período de antes da ordem do dia: “Otávio Pato explicou as razões de seu regresso, que de modo nenhum significava uma mudança do que o PC pensava sobre a Assembleia. O anticomunismo era, porém de tal modo avassalador, mesmo dentro de S. Bento que o seu partido decidira tomar posição. Para muitos observadores, esta mudança de atitude significa, antes, um recuo de PC (...)” (Idem). Afinal, onde estava o limite da fala de Pato e a própria posição de *O Jornal*? A ausência de aspas é problemática, pois não se sabe se tratam das próprias palavras de depoente.

Ao mesmo tempo, o comprometimento do repórter é muito grande sobre o texto relatado ao assumir total responsabilidade sobre o conteúdo que, em tese, quis transmitir à pessoa citada. Além do mais, a quase ausência de utilização das aspas, confunde o leitor sobre qual é o discurso do jornalista ou qual é o da pessoa citada.

Em outras reportagens de *O Jornal*, a tendência é a mesma, ou seja, há raras marcas de sinalização e há o predomínio do discurso indireto. Vamos a mais dois exemplos: O primeiro acerca da votação na AC da unicidade sindical: “O PC que repetiu a seu favor, mais uma vez os argumentos já conhecidos. Vital Moreira, Avelino Gonçalves e Manuel

Gusmão defenderam-se exaustivamente em longas e emocionadas intervenções. **A unicidade é vital para os trabalhadores**” (Idem). Quem achava a unicidade vital? O *Jornal* ou os comunistas ou ambos? O segundo exemplo envolve um discurso do líder CDS: “Causou sensação em S. Bento a intervenção do professor Freitas do Amaral, secretário-geral do CDS. Escutado em profundo silêncio, o orador analisou de uma maneira implacável os maiores erros da política portuguesa, explicando porque o seu partido não estava interessado em co-participar na chefia do Governo. No entanto, ele apoiava o almirante Pinheiro de Azevedo (...)” (OJ, N23, 3/10/75: p. 26). Aqui, mais uma vez optou-se pelo discurso indireto, pelo qual se relatou o conteúdo da intervenção de Amaral m detrimento de sua fala literal.

Expresso, por sua vez, embora utilizasse um pouco mais o discurso direto, ainda recorria, em predominância, ao discurso indireto nas reportagens: “O contencioso entre o PS e o PCP agravado, conjunturalmente, pela atitude dos socialistas face ao reconhecimento do governo de Luanda. De facto, o PS intensificou seus ataques ao PPD, chegando o deputado Carlos Lage, em plena Constituinte, referir-se ao partido de Sá Carneiro como reaccionário” (EX, N 173, 21/2/76:p. 3) .

A presença frequente do discurso indireto indica que o texto jornalístico seja mais opinativo e, ao mesmo tempo, responsabiliza totalmente o jornalista ou a direção da publicação sobre a frase citada, pois esta passa, muitas vezes, a ser a frase comentada. Ciente disso, *Expresso*, quando tratava de pessoas e temas por demais espinhosos, recorria ao discurso direto, talvez para se evitar controvérsias, de forma mais objetiva e simples possível: “Cunhal regressa de Moscovo e declara: ‘Desenvolvimento e da cooperação numa luta comum com os socialistas e com outros democratas portugueses (...)’” (EX, N 175, 6/3/75: p. 1).

Todavia, as revistas brasileiras *Veja* e *Istoé* optavam, muitas vezes, em suas reportagens pelo discurso híbrido – direto e indireto intercalados. O discurso direto, ao privilegiar a narrativa, consegue estabelecer ao leitor “uma relação mais imediata com o vivido, palavras próprias das pessoas, como se o leitor estivesse presente na situação” (Maingueneau, 2000: 150). Já as formas híbridas procuram manter o mesmo jornalismo vivo e, ao mesmo tempo, sem comprometer o repórter e a direção da publicação quanto ao texto narrado. A reportagem de *Istoé* oferece bons exemplos do discurso híbrido, o mais usual na imprensa brasileira. O tema era a decisão da Constituinte acerca do direito dos índios à terra: “O que pode levar a reduções substanciais das atuais reservas, segundo Raoni, pois em carta aos constituintes (...)” (**discurso indireto**). E na mesma reportagem: ‘Esse artigo só vai prejudicar as comunidades indígenas’, lamenta o cacique Raoni Metutire, dos Txucarramae”(**discurso direto**) (IE, N 597, 1/88, p. 22-23). Em resumo, não era a revista *Istoé* que disse ser o texto aprovado na AC prejudicial à comunidade indígena, mas um representante de tal comunidade.

Veja, por sua vez, optava claramente pelo discurso direto e usava, com parcimônia, o híbrido e o indireto. Quando na ANC votou-se a anistia às dívidas até certo valor monetário dos microempresários, a esquerda votou com o centro, isolando alguns setores mais reacionários do Congresso. A revista usou o discurso direto para apresentar a reação dos grupos mais à direita: “‘A esquerda, que se diz defensora das classes trabalhadoras, provou que é a verdadeira lobista dos banqueiros’, vingou-se ele” - Ronaldo Caiado, do grupo dos produtores rurais na ANC (VE, N1034 , 6/6/88:p. 35).

Mais além, tanto no discurso indireto quanto no direto, há os verbos que introduzem a fala citada ou comentada, são os *dicendi*, os *declarandi* e os *sentiendi*. Logo, são, muitas vezes, por meios deles, que o narrador coloca os seus pontos de vista. “A inclusão pura e simples de apenas verbos *discendi* de sentido geral, do tipo “disse ele”, “perguntou ele”,

desacompanhados de orações ou adjuntos adverbiais, só se justifica quando tem propósito esclarecedor. Fora disse, o diálogo torna enfadonho” (Garcia, 1999: 134).

Os verbos introdutórios “não são neutros, mas trazem consigo um enfoque subjetivo” (Maingueneau, 2000: 144), pois é por meio deles que o leitor será levado a interpretar os factos e o contexto em que eles estão circunscritos.

Observam-se características distintas nos periódicos portugueses e brasileiros em tela. No jornalismo brasileiro, havia um verdadeiro culto aos verbos *discendi*, *declarandi* e, sobretudo, aos *sentiendi*. Ao passo que nos periódicos portugueses os verbos elocutórios não eram tão diversificados e a carga maior caía sobre os adjetivos e os advérbios que estavam próximos ao nome do falante e do *discendi*, respectivamente. Aqui estão alguns exemplos:

Expresso: discurso indireto, com ênfase nos adjetivos e nos advérbios: “Otávio Pato fez um discurso **moderado**, de estilo ‘**bellingeriano**’, designadamente fazendo **insistente** ‘finca pé’ em que acatará a Constituição” (EX, N 179, 3/4/76:p.1).

Expresso, por sua vez, após a reforma editorial por que passou, em finais de 1975, valorizou mais os verbos em suas reportagens. Vamos aos exemplos:

Expresso: discurso indireto, com ênfase nos verbos *declarandi*: “Antes da ordem do dia, houve várias intervenções dos partidos. Santos Silva e Emídio Guerreiro (PPD) **atacaram** os partidos da coligação, sobretudo o PS no ‘Caso República’ e o PC que **acusou** de subordinado ao imperialismo soviético, e principal responsável pela actual situação do país” (EX, N 132, 12/7/75: p. 1).

Em Istoé, a ênfase nos verbos *sentiendi*, colocados nos relatos em discurso direto, quando das complexas negociações entre o Governo e o PMDB acerca da Carta: “O

deputado José Lourenço **admitiu** que ‘nada é inegociável’” (IE, N 982, 11/7/88: p. 32). Se Lourenço admitiu ceder em alguns aspectos, significava que aceitava negociar com reservas.

Veja utilizou o discurso direto, com ênfase no verbo *sentiendi*, para reportar a manifestação estudantil contrária ao aumento das mensalidades escolares: “Vamos mostrar a nossa disposição de luta’, **comemora** Valmir Santos, 26 anos, presidente da União Nacional dos Estudantes, aluno de História da Universidade Federal do Pará e militante petista” (VE, N1023, 13/4/88: p. 22).

Em O Jornal, neste exemplo, usou-se o verbo *dicendi* oculto e deu ênfase ao adjetivo e ao advérbio, relativo ao comportamento da AC para com o deputado da UDP: “Sob vaias **gigantescas** e gritos de ‘**assassino, assassino, fascista, porco, cão, assassino, assassino**’, Américo Duarte viu o seu requerimento ser rejeitado pela sala (...)” (OJ, N25, 17/10/75: p. 7).

V. VIII: Porta de entrada do texto: Os títulos que abrem as notícias e os artigos são fundamentais na construção jornalística. São por meio deles que o leitor tem o primeiro contato com a notícia e, a partir daí, poderá decidir se continuará ou não ler o texto. Ele faz a captura do leitor para determinado tema. Pela necessidade de utilizarem poucas palavras para expressarem o máximo de informação, os títulos trazem em si uma tensão sobre o facto narrado para despertar o interesse do leitor potencial. O principal recurso para dar essa tensão no título é colocar verbos que expressem dinamicidade e ritmo na frase. Deve conter informações novas ao leitor potencial. Logo, precisa apresentar o novo, o inédito, em uma angulação singular de uma ‘estória’. Como busca trazer ao leitor a idéia de atualidade, geralmente, utiliza-se, na titulação jornalística, o tempo presente do modo

indicativo. Mais do que informar, um bom título, geralmente, traz uma boa dose de suspense, que leve ao leitor prosseguir no texto.

O título traz o mais relevante de uma notícia, portanto, está além de um resumo da informação que o texto contém e busca otimizar a importância daquela história junto aos leitores. O título resume três funções interligadas: designação, indicação de conteúdo e sedução do público (Mesquita, 2004: 259).

A periodicidade de publicação interfere diretamente no estilo de texto escolhido pelos fabricantes de notícia. As publicações semanais sejam elas jornais ou revistas procuram fugir do factual, pois se presume que o leitor saiba as informações básicas daquele facto narrado. A não ser, é claro, de factos acontecidos bem próximos do *deadline*⁷⁸ da edição. Assim, os títulos dos semanários procuram interpretar o facto ou mesmo apresentar algum elemento novo à ‘estória’.

Uma diferença marcante entre as revistas brasileiras e os semanários portugueses em estudo diz respeito à existência, nas primeiras, de um paratexto, localizado entre o título e o texto. O paratexto explica o título e é uma instancia intermediária, que permite situar no tempo e no espaço o discurso narrativo. Outra diferença observada é que os títulos em revistas são menores do que os de jornais, em função da própria dimensão física das páginas das publicações.

Os títulos de *Veja* e de *Istoé*, em geral, eram formados de frases nominais, sem verbo, portanto, curtos. Algumas vezes, só poderiam ser totalmente inteligíveis caso o leitor também lesse o paratexto situado abaixo do título: “O voto do **cansaço**” e continuava o paratexto: “Em **alta velocidade**, a Constituinte impôs uma jornada pesada aos parlamentares e já aprovou mais de 60% da nova carta de leis”. (VE, N1025, 27/4/88: p.20). Tal título tende a valorizar os constituintes, pois se havia “cansaço” entre os

⁷⁸ Expressão da língua inglesa que significa na linguagem jornalística momento limite de fechamento da edição.

parlamentares era porque eles trabalhavam muito, estavam em estado de fadiga. O paratexto reforça esta idéia de trabalho e dinamismo da ANC, ao introduzir o adjetivo **alta** para qualificar **velocidade** e **pesada** para qualificar a **jornada**. No contexto da época, a ANC sofria o ataque do Executivo Federal, que pretendia esvaziá-a. *Veja* reforçava a importância do Legislativo e buscava legitimar aquele Poder.

Nas *páginas amarelas*, onde se apresenta uma longa entrevista de perguntas e respostas – pingue-pongue -, o entrevistado era o presidente da empresa norte-americana Shell de combustíveis e de mineração, Robert Broughton. Naquele momento, a Constituinte colocava barreiras ao capital estrangeiro para explorar o subsolo nacional. O título foi: “Por que ficamos no Brasil”, seguido do paratexto: “Apesar da hostilidade da Constituinte ao capital estrangeiro, o presidente da Shell declara-se otimista e aconselha investimentos no país”. O título é um segmento de uma das falas de Broughton ou talvez fosse o próprio pensamento da revista, o de que o capital estrangeiro deveria ser mais bem tratado no texto constitucional. Nota-se que há um agressor e um agredido, mas o último não revida e ainda está otimista: A Constituinte é hostil a Shell, mas ela ainda aconselha outras multinacionais a investir no Brasil. (VE, N1027,11/5/88: p.5).

Sobre o mesmo tema, é exemplar a reportagem sobre a votação do artigo que decidiu que a lavra de jazidas minerais seria privilégio exclusivo de brasileiros. *Istoé* colocava no título: “Propriedade da União”.O paratexto completava a mensagem: “Nova Carta **protege** empresa brasileira e proíbe estrangeiros no setor de mineração” (IE, N599,4/5/88:p.62). A frase do título tem um teor nacionalista, pois reforça a decisão da ANC. Por conseguinte, o verbo do paratexto **protege** deixa claro que tal decisão veio para defender a Nação das especulações de empresas estrangeiras.

Quando se votou o articulado relativo à propriedade da terra, o título de *Istoé* fora nitidamente *contrário* à decisão tomada pela ANC: “Porteiras **fechadas**”. Ou seja, fechada

é uma derivação do verbo fechar, que tem como sinónimos impedir, tampar, colocar limites, ter fim. Por conseguinte, o paratexto completava tal idéia: “A UDR dá um **nó** na reforma agrária” (IE, N595, 18/5/88: p. 21).

Quando a ANC foi entrecortada pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – que visava investigar supostos esquemas de corrupção no Governo Sarney, *Istoé* entrevistou um dos parlamentares integrantes da Comissão. Como em *Veja* (entrevista com o presidente da Shell), *Istoé* utilizou para o título uma frase também do entrevistado: “Sarney **violou** a lei”. Seguido do paratexto: “Senado José Ignácio Ferreira, da CPI da Corrupção, diz que administração **caótica** e favorecimentos **ilícitos** podem levar o presidente da República a perder o mandato” (IE, N 983, 18/7/88: p.4). Ou seja, fazia do discurso do entrevistado a sua própria opinião. A revista estava em clara oposição ao Presidente.

Em Portugal, nos primeiros meses da vida de *O Jornal*, as suas primeiras páginas eram bem criativas e os títulos bem provocantes. Foi usual o semanário utilizar seus títulos para enviar mensagens dirigidas aos GPs e, sobretudo, ao MFA: Por favor! **Governem** a sério que o Povo **faz** a Revolução”(OJ, N 8, 20/6/75: p. 1). O título tem dois verbos: o primeiro, no modo imperativo e, o segundo, no presente do indicativo. No primeiro, pela introdução da expressão “por favor”, o **governem** é uma ordem disfarçada de pedido e, no segundo verbo, o tempo indicativo diz que o povo estava a fazer a revolução.

Em Setembro de 1975, após a queda de Vasco Gonçalves, quando se discutia a formação do VI GP, assim *O Jornal* colocou na primeira página: “**Inquilino para São Bento, já!** Com esta cadeira vaga ninguém governa...” (OJ, N20, 12/9/75: p.1). Era mais que uma ordem aos governantes, era uma palavra de ordem! Ambos os títulos apresentados estão mais próximos das mensagens publicitárias que das jornalísticas, pois aquelas tem preferência ao modo imperativo e este modo não é usual na linguagem

jornalística. O semanário colocava-se como defensor no povo e, ao mesmo tempo, misturava-se a ele, enredado de autoridade para esse papel.

“‘Qualidade de vida’ no País mas não na Constituinte” (OJ, N24, 10/10/75: p.7), este foi o irônico título de *O Jornal* relativo à discussão na AC da propriedade privada e do lucro, na qual os partidos estabeleceram uma luta aberta, na defesa de seus princípios programáticos. As votações arrastaram-se de sessão a sessão. Por “**qualidade de vida**” estar entre aspas transmite ironia e, afere-se que, aos olhos do jornal, aos legisladores a expressão era apenas figura de retórica e que a situação real do povo não era preocupação do hemiciclo de São Bento. Novamente, observa-se, em *O Jornal*, mais além de uma opinião e de um comentário, mas uma postura de defesa dos interesses do povo.

Por sua vez, sobre a titulação, alguns exemplos elucidam como foram os títulos de o *Expresso*. O semanário colocou na primeira página uma reportagem sobre as cartilhas de dinamização cultural do MFA, produzidas pela V Divisão. O título já citava o conteúdo da cartilha, em discurso direto: “Segundo a Comissão Dinamizadora Central do MFA: ‘Nas democracias populares é o povo que está no poder’” (EX, N 127, 7/6/75: p. 1). Ao colocar a palavra **segundo** no título, o semanário distanciava-se do conteúdo do discurso citado. O texto literal da cartilha mostrava aos leitores a ideologia que a Comissão Dinamizadora estava a difundir. O título e o texto foram sutis, pois ao invés de terem um discurso oposicionista explícito frente às cartilhas, apresentaram o próprio discurso de que discordava para que ele, por si só, se desqualificasse frente aos leitores de *Expresso*.

Os títulos de o *Expresso*, muitas vezes, prendiam-se ao factual, ao conter apenas informações: “CR reafirma princípios da revolução pluralista” (EX, N 129, 21/6/75:p. 1), ou “Melo Antunes foi a Londres e depois iria para Bruxelas e Roma” EX, N 130, 28/6/75: p. 1) ou “Fixado o sistema da Constituinte” (EX, N 131, 5/7/75: p. 1) ou “AC: três importantes

discursos” (EX, N133, 19/7/75: p. 16). Ou seja, os títulos do semanário, muitas vezes, não eram elaborados de forma contundente. Na página 2, entretanto, quase sempre assinada por Marcelo Rebelo, os títulos eram mais bem elaborados e era por onde passavam mensagens mais ideológicas e, sempre opinativas, afinal, tratava-se de um discurso explicitamente opinativo: “Três longas semanas à procura de um governo **perdido**”, indagava o título quando se formou o fugaz V GP (EX, N135, 2/8/75: p. 2). Ou “O **mais** provisório dos governos provisórios e a **contestação aberta** a Vasco Gonçalves” (EX, N 136, 9/8/75: p. 2).

Porém, à medida que crise política avançava, os títulos de *Expresso*, em reportagens, e não mais somente em artigos e no editorial, ganharam contornos mais opinativos e críticos: “O Partido socialista (através de António Reis) **assume** a pureza do marxismo” (EX, N 136, 9/8/75, p. 5). Se o PS assumiu o marxismo seria porque antes não o assumiu? O assumir, neste sentido utilizado, tem a ver com **reconhecer** algo que não estava explicitado anteriormente ou era dúbio.

“Vasco Gonçalves: de militante de média burguesia a **instrumento** do PCP” (EX, N 138, 23/8/75, p. 13), assim foi a titulação à reportagem que continha o perfil do Primeiro-Ministro, no momento em que ele já estava próximo da porta de saída. O substantivo **instrumento** aqui aparenta estar em sentido figurado, relativo a alguém que se utiliza outrem para se chegar a um resultado. A reportagem e seu título foram apenas mais um empurrão para que Gonçalves ultrapassasse a porta.

Nas quatro publicações em análise as opiniões estão presentes nos títulos. Nas revistas brasileiras, de uma forma mais sutil, por intermédio da utilização de recursos lingüísticos nem sempre percebíveis a um leitor mais desatento. Entretanto, nos jornais portugueses as opiniões nos títulos são mais diretas, raramente com o uso de artifícios de textos e jogos de linguagem.

Ao partir do princípio de que cada palavra escrita em um texto tem sua razão de ser para a formação do discurso jornalístico, os termos qualificadores dos substantivos e dos verbos são reveladores de intenções e valores. No decorrer do texto, o narrador retoma ou refere-se aos personagens e instituições, por meio de adjetivos, advérbios ou expressões que dão força argumentativa e valorativa à narrativa.

Na Constituinte brasileira, a vitória da forma presidencialista de governo, por 343 contra 213 votos, ocorreu na mais significativa votação da ANC, pois conseguiu que todos os 559 parlamentares estivessem em plenário, em um placar que reuniu governistas e parte da esquerda, PT e PDT. Na sequência, votou-se a duração do mandato dos futuros presidentes da República: 304 votos para os cinco anos e 223 para os quatro anos. Cabe lembrar que o mandato de Sarney só seria votado nas “Disposições Transitórias” da Carta. Com a aprovação dos cinco anos para todos os presidentes vindouros, porém, abriu-se o caminho para Sarney consolidar os seus almejados cinco anos de governo.

Duas edições anteriores, *Veja* analisava que a votação estava empatada: “Qual será a decisão, não se sabe, e é provável que a bancada vitoriosa não consiga livrar uma vantagem superior a quarenta votos num plenário de 559 parlamentares” (VE, N 1019, 16/3/ 88: p.20). Aliás, a reportagem da revista, ao apresentar as vantagens comparativas entre presidencialismo e parlamentarismo, tende ao parlamentarismo como melhor forma de governo: “**Emagrecido**, mas não **desossado**, o presidente conserva na emenda de Egídio (parlamentarista) poderes suficientes para garantir **equilíbrio** e **estabilidade** ao sistema, como ocorre nos governos parlamentaristas europeus” (Idem: p.23) Ou seja, o parlamentarismo traria **estabilidade** e **equilíbrio**, palavras que eram de extrema significação na América Latina, que pretendia virar a página de períodos instáveis que levaram aos regimes autoritários anteriores. Quando abordava os possíveis desentendimentos que poderia haver entre Legislativo e Presidente da República, a

reportagem aferia que o presidente poderia, em casos excepcionais, demitir o gabinete inteiro. Mas a revista ponderava que aquelas medidas extremas visavam a “criar mecanismos que permitam **acomodações** na estrutura política sempre que um impasse se avizinha – o que no presidencialismo brasileiro tende a ser resolvido em situações mais críticas com o **rompimento** das instituições”. Ou seja, o **rompimento** poderia ser o próprio fechamento do Congresso ou qualquer medida autoritária. Visto assim, a reportagem tendia ao Parlamentarismo.

Entretanto, o editorial de *Veja*, na mesma edição, a ‘Carta ao leitor’ colocava uma foto do ex-Presidente João Goulart, ao lado do seu Primeiro-Ministro, Tancredo Neves, na época em que o Brasil experimentou o forma de gabinetes para solucionar a instabilidade política⁷⁹. Na legenda, estava a principal mensagem: “O gabinete de 1961: **fracasso**. Ao final, o editorial arrematava tal mensagem:“(...) sistema que foi **imposto** com a mesma ligeireza em 1961 e que acabou no **desastre** que todos conhecem” (Idem: p.19), em alusão ao golpe militar de 1964 que derrubou Goulart. Para o editorial, o parlamentarismo seria a tentativa de enfraquecer os poderes de Sarney. Alertava aos leitores: “ A Assembléia Nacional Constituinte está preparando um **embuste**. Este **embuste** se chama parlamentarismo”. Se o parlamentarismo no Brasil poderia ser sinônimo do substantivo **embuste**, este por sua vez seria sinônimo de mentira artificiosa.

Após a votação, cabe abordar alguns qualificadores utilizados por *Veja*. Afinam-se os discursos do editorial e da reportagem: “O presidencialismo venceu o parlamentarismo por uma diferença **arrasadora**” (VE, N1021, 30/3/88: p. 44). Para se justificar do prognóstico anterior, o de que as duas formas de governo disputam voto a voto, com chances iguais de vitória, *Veja* tendeu a culpar suas fontes: “Nada haveria de surpreendente nesse resultado se, nas últimas semanas, os constituintes mais

⁷⁹ O parlamentarismo foi implantado no Brasil em setembro de 1961, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros em Agosto. Os militares não queriam que o vice, Goulart, assumisse a presidência. A solução encontrada foi a instalação do Parlamentarismo, que durou 17 meses.

equilibrados não tivessem previsto uma disputa palmo a palmo” (Idem). Ou seja, a revista ouvira fontes **equilibradas**, mas elas se equivocaram.

O movimento em prol do parlamentarismo, mesclado pela defesa da diminuição do mandato do Governo Sarney para quatro anos, em que teve mais expressão o grupo de Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, é assim qualificado na reportagem de *Veja*: “era uma idéia **vistosa** – mas, como os balões, cheia de ar”; “os **teimosos** quatroanistas”; e referindo-se ao Deputado Euclides Salgado (PMDB/PR), daquele agrupamento de parlamentares: “comentou **nocauteado**”. Sobre a vitória: “movimento **vigoroso**”, “**luminoso** princípio da maioria”, “**maior** vitória”. E descartava a possibilidade de compra de votos dos constituintes pelo Governo: “Pode-se contestar de muitas maneiras o resultado da votação, mas é um **equívoco** atribuí-lo, numa Constituinte de 559 pessoas, à compra **maciça** de parlamentares por favores do governo”. Para *Veja*, Ulysses Guimarães, que tentara um acordo com o Palácio do Planalto em torno de um parlamentarismo com cinco anos para o governo Sarney, saiu ‘**chamuscado**’ do combate. E o presidente Sarney, no meio da polémica, para um amigo “queixou-se **amargurado**”.

O Colunista de *Istoé* José Antonio Severo, no entanto, mesmo escrevendo para uma publicação nitidamente parlamentarista, acertava o alvo: “Há ainda o impulso favorável ao presidente com a entrada em cena de um reforço temido e respeitado, o ministro Thales Ramalho” (IE, N 586, 16/3/87: p.28). Ramalho era Ministro do Tribunal de Contas, mas foi ser um dos assessores de Sarney, já que desfrutava a amizade de Ulysses Guimarães e poderia mediar os conflitos entre o Governo e o presidente da Constituinte. Porém, na reportagem que forneceu uma panorâmica sobre a votação que se realizou seis dias depois, *Istoé* duvidava da possibilidade de vingar um eventual acordo entre Sarney, Ulisses e os militares, pelo qual seriam cinco anos com parlamentarismo, pelas mãos de

Ramalho: “Uma negociação que, com o efeito de uma poção **mágica**, acomodaria os interesses de Sarney, de Ulysses e da caserna” (Idem: p.36). Ao mesmo tempo, *Istoé* acreditava que o plenário estava “rigorosamente dividido, a um ponto que nenhum dos lados arrisca qualquer previsão” (Idem).

Após a votação, ao contrário de *Veja*, *Istoé* tributou a vitória do presidencialismo às manobras palacianas. Ao facto de o PT e o PDT terem votado pelo presidencialismo, a revista pontuou: “composição **impensável**” (IE, N 588, 30/3/88: p. 20). Sobre o Deputado petista José Genuíno, que fora preso quando participou da luta camponesa em Goiás no início dos anos 70, *Istoé* ironizou o militante esquerdista: “Com a convicção do ex-guerrilheiro de **uma estrela** José Genuíno”. Para a revista, a vitória presidencialista fora alcançada em função de: “**pesada** pressão”, “munição **suficiente**”, “jogo **pesado**”, “Parlamentares **duramente manobrados**”, Sarney influenciou **decisivamente**”, “**vistosa exibição** de forças”. Mais expressivo ainda era um dos títulos: “Rolo **compressor**” (Idem: p. 20 a 30). Tais expressões, nas quais a força dos advérbios e adjetivos, evidenciam o carácter opinativo do texto.

Nas publicações portuguesas aqui analisadas, as opiniões eram emitidas sem sutilezas, pois os próprios jornais assumiam tal postura jornalística, na utilização de metalinguagem: ““(Estão apreensivos os militares operacionais) que planearam a contenção do golpe”, era o título da reportagem/artigo de Augusto de Carvalho (EX, N 165, 3/1/76: p.2). E o texto assim começava: “O título que escolhemos para encimar esta análise, que mais não é que uma **mistura de reportagem com reflexões** dentro vai desagradar a muita gente”.

Outro aspecto bem peculiar do jornalismo português foi a utilização da primeira pessoa, singular ou plural, em textos jornalísticos, o que não ocorria em reportagens brasileiras. No texto supracitado, Carvalho usou a primeira pessoa do plural: **escolhemos**. Assim, o semanário coloca-se integrante do texto narrativo, como um ator na cena.

Expresso referia-se sempre às divisões do MFA, entre operacionais e políticos. A força dos elementos qualificadores está presente no título e no desenrolar da reportagem/artigo, na qual as clivagens militares eram abordadas: “Existem militares **operacionais** e militares directamente **políticos**” (...) “Os derrotados em 11 de março são **golpistas**, puseram as suas armas a serviço de interesses fascistas, camuflados ou não”. “Os derrotados em 25 de Novembro são, igualmente, **golpistas**. Também **instrumentalizados** por outras forças que com as primeiras têm de comum o facto de pretenderem impor pelas armas a sua ideologia, roubando ao povo, pela **violência**, a possibilidade de ser ele a construir o seu destino”. Carvalho defendia os considerados operacionais, que conseguiram frear o golpe de 25 de Novembro: “São **forças** militares que, enquanto tais, pretendem e afirmam que deve ser o povo a decidir dos seus destinos que não querem ser **instrumentalizados ao serviço** de partidos políticos, sejam eles quais forem e que, por isso, exigem que os inquéritos cheguem ao seu termo”. No texto, informação havia pouca, pois as opiniões e os juízos de valor estavam em primeiro plano. A apresentação de dados que levassem aos leitores tirarem suas próprias conclusões era apenas um acessório.

No inverno de 1976, *Expresso* procurou transmitir uma ambiência, na qual haveria um isolamento de Álvaro Cunhal dentro da própria cúpula comunista. Ao mesmo tempo, demonstrava simpatia a alguns destacados militantes: “As **reservas** de Brejnev e da **linha dura** da *detén*te perante Álvaro Cunhal parecem ter reforçado perante dois factos **essenciais**: a morte de Franco e a necessidade do PCUS encontrar veículos de diálogo vizinho com o PCP e equipa de Carrillo, os acontecimentos de 25 de Novembro, **largamente** objecto de relatório de Zagladim – ao que consta **nada favorável** a Cunhal (...) O homem que começa a emergir é Carlos Aboim Inglês, que, curiosamente, não é nem da Comissão Política, nem do Secretário do Comitê Central, mas aparenta integra-se

muito mais na linha estratégia ‘marchaisina’ (...) “Apesar de **indubitavelmente inteligente, muito dificilmente** Avaro Cunhal conseguirá convencer as bases do Partido de que deve subsistir, **com o mesmo peso**, ao repensar estratégico do PCP” (...) Vital Moreira é a **revelação** na Constituinte: um **brilhantismo** de uma juventude **aberta** ao diálogo. ‘**marchesiano**’ (virá a ser **berlingueriano**⁸⁰?)” (EX, N 166, 10/1/76: p.13). Nota-se a utilização de expressões que desqualificam Cunhal. Aliás, reportagem de *O Jornal* relativa à visita de Cunhal a Moscovo, onde discursou no V Congresso do PC da União Soviética, informava que Leonid Brejnev aplaudiu veemente o discurso de Cunhal e também que este fora recebido com deferência pelos líderes soviéticos (OJ, N45, 5/3/76: p. 4). Onde estariam, então, as **reservas** do líder soviético a Cunhal?

Quando da queda do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, os alvos de *Expresso* estavam voltados a Gonçalves e ao PCP. Nem mesmo a chamada “extrema-esquerda” preocupava o semanário. Intitulada “História da Frente Unida revolucionária”, a reportagem também estava mais preocupada em opinar do que informar, para que o leitor formasse suas próprias idéias: “Tal união não pode durar (...). O PCP tenta **agarrar-se, desesperadamente**, a **tábuas de salvação** que lhe parecem fornecer o mínimo para sua tática **cupulista**” (EX, N 139,30/8/75, p.3). Em única frase, as expressões e verbos que veiculam juízo de valor negativo ao PC são a tónica. No caso, se a FUR caminharia ao fracasso, como ocorreu, isto se daria apenas pelos erros do PC? E os demais grupos participantes da Frente? Suas táticas eram corretas? Ressalta-se que não se tratava de um artigo assinado, mas de uma reportagem.

Em *Veja*, *Istoé* e *Expresso*, o falar “em nome do público” era evidente apenas no editorial, no qual este se colocava como defensor da opinião do público, de representá-lo.

⁸⁰ Os nomes e seus derivados aos quais se refere *Expresso* eram: Santiago Carrillo, secretário-geral do Partido Comunista Espanhol. “Marchesiano”, relativo ao secretário-geral do Partido Comunista Francês, Georges Marchais. “Berlingueriano”, relativo ao secretário-geral do Partido Comunista Italiano, Enrico Berlinguer. Os três foram os expoentes do Eurocomunismo.

Entretanto, nas páginas de *O Jornal*, como supracitado, mesmo em reportagens, o semanário português falava em nome da população.

Como observam Hall et al., cada meio de comunicação cria e adapta uma linguagem específica para falar com o seu público, pois é “a própria versão do jornal da linguagem do público a que se dirige principalmente”, que seria a criação de um idioma próprio de cada meio, de acordo a base de “reciprocidade entre produtor-leitor” (Hall et al., 1993: 232). E, ao criar seu idioma, sua forma de se comunicar com seu público, transmite-se o consenso de valores que possuem e aos quais o público leitor o legitima.

Embora de forma mais acentuada ou não, cada veículo de informação, emite opiniões, entretanto, estas não podem constranger o leitor a formar as suas próprias visões de mundo e a capacidade de análise crítica perante factos e acontecimentos. Desta forma, o excesso de opinião pode prejudicar a própria inteligibilidade da notícia pelo leitor. Nos semanários portugueses, mais acentuadamente em *O Jornal*, as opiniões, às vezes, suplantavam a própria informação, e esta passava a ser apenas um acessório e não o principal acerca dos acontecimentos. Esta visão, como pontuado no Capítulo III, não fora “criada” por *Expresso* ou por *O Jornal*. Mas refletia o peso da tradição e da cultura da mídia do país, de editorializar suas notícias. Mesmo que os dois semanários fossem inovadores na imprensa portuguesa sobre vários aspectos, ainda não haviam conseguido libertar-se dessa tradição.

Como já abordado no Capítulo III, *Expresso*, em Novembro de 1975, já fazia sua primeira transformação, ao procurar produzir um jornalismo mais plural. Além de ter introduzido modificações no seu *layout*, o que o tornou de mais fácil leitura. Por sua vez, *O Jornal* também introduziu algumas modificações antes mesmo de completar um ano. A seção ‘diálogo com o leitor’ explicava: “O leitor mais atento reparará que introduzimos ligeiras modificações no nosso jornal, aliás de acordo com muitas sugestões que nos tem sido

feitas”. Ao mesmo tempo, reafirmava as características do periódico, marcadas pelo “conteúdo verídico, não manipulado, respeitador das consciências” (N 38, 16/1/76: p. 3).

Na realidade, a grande modificação foi um jornal menos ideológico e menos direccionado para ideologias. As capas de *O Jornal*, que primaram pela opinião e pela propaganda do socialismo nos oito meses iniciais, passaram a abri espaço para a noticiabilidade, ao apresentar textos mais jornalísticos e menos propagandísticos. Ao mesmo tempo, abriu-se mais espaço para as agremiações situadas mais à direita no leque ideológico português, observadas em entrevistas longas com Sá Carneiro e Freitas do Amaral, entre outros.

Sobre *Expresso*, ao facto do peso de o Diretor do semanário estar vinculado ao PPD, é pertinente questionar até que ponto estaria a sua independência. *Expresso* não se caracterizou como uma espécie de órgão oficial pepedista, pois a personalidade da publicação não a amarraria a qualquer político específico. Porém, relativo à AC - como já analisado no Capítulo III – mesmo que houvesse reportagens específicas sobre os trabalhos de São Bento, artigos e opiniões dos partidos acerca de princípios da Carta, a coluna ou quase página assinada pelo diretor-adjunto e deputado constituinte pelo PPD, levava ao PPD ter duas entradas, dois espaços simultâneos. Logo, na coluna de Rebelo era onde havia o desequilíbrio pendente ao PPD.

No conjunto da publicação, porém, não há como negar o esforço de *Expresso* em fazer uma publicação plural e colada aos factos. Um bom exemplo disso foi a reportagem do jornalista Augusto Carvalho, um dos sub-diretores do semanário. Quando a questão agrária era discutida pelo Conselho de Ministros e pelo CR principalmente na definição do tamanho de propriedade que poderia ser expropriada, os agricultores do Norte mobilizaram-se com veemência, com o apoio do PPD e do CDS. Chama a atenção a reportagem de o *Expresso* sobre o plenário dos agricultores realizado em Braga,

organizado pela Confederação dos Agricultores de Portugal. Augusto de Carvalho procurou apresentar os factos com um viés crítico ao evento e seus organizadores. A equipe de o *Expresso* foi impedida de fotografar o evento e Carvalho relatou em minúcias o conflito: “Quando tentamos deslocar-nos para um outro lugar a fim de fazermos uma fotografia, fomos terminantemente proibidos” (EX, N 167, 10/1/76: p. 5). O repórter/editor transmitiu ao leitor a ambiência do encontro, em uma brilhante narrativa jornalística. Apesar de os organizadores dizerem que havia ali 100 mil pessoas, pelos cálculos do repórter havia de 10 a 45 mil pessoas. Mesmo sem uma foto, podem-se imaginar as cenas descritas e detalhadas com esmero: “Foram atacadas de frente, como demônio a abater todas as organizações de índole marxista. Na platéia houve um grupo que gritava: ‘Viva Marcello Caetano’. Um orador disse: “O comunismo internacional conseguiu trabalhar as FAP de maneira tal, que hoje surgem dúvidas, na maioria do povo português (...) se o 25 de Abril não foi um golpe de pequenos e ingênuos mercenários em vez de centuriões e pretorianos”. Para Carvalho, o plenário do Norte fora organizado pelos agricultores do Sul, “ao serviço de interesses de latifundiários e de ideais fascizantes que se sevem dos pequenos e médios agricultores para alcançarem seus objectivos (...) que foram dizer ao Norte que os comunistas e os socialistas querem a terra aos lavradores para a colectivizarem, lançando-os em meros funcionários e que isto já está a acontecer no Sul. Para a manipulação tudo serve inclusive o sentimento religioso tradicional das gentes”. Quanto aos partidos presentes e que discursaram estavam o PPD, CDS e PPM. Por esse exemplo, percebe-se que *Expresso* estava longe de ser um porta-voz ou uma caixa de ressonância das visões do PPD. O projeto do jornal de ser plural e moderno era visível.

Os textos dos quatro periódicos em análise devem ser percebidos como “construções culturais” (Bird e Dardene, 1993: 264), logo, estão inseridos no espaço e no tempo do

Brasil dos anos 80 e de Portugal dos anos 70. As revistas brasileiras apresentaram um outro tipo de jornalismo, uma outra forma de contar as 'estórias' para seus públicos, num jornalismo mais moderno e investigativo do que o praticado por *Expresso* e *O Jornal*. Estes, por sua vez, se comparados aos jornais estatizados, onde a propaganda e a distorção dos factos prevaleciam, ambos estavam além do seu tempo e abriram as portas para que se praticasse em Portugal outro tipo de jornalismo, mais investigativo e mais plural.

Conclusão

Constituinte pode ser notícia?

“Se um dia bastante mais tarde, quando for possível fazer a história, deste apaixonante tempo que vivemos, se poderão contabilizar perdas e ganhos”.

*Cáceres Monteiro*⁸¹

⁸¹ OJ, N 21, 19/9/75: p.2

No Brasil, após o longo período de censura, a mídia respirava os novos tempos de liberdade e atirava-se ao jornalismo investigativo, às reportagens políticas e económicas de corpo e alma. A política brasileira atravessava um momento impar: havia liberdade para a expressão de ideias e opiniões e, portanto, os debates não estavam circunscritos ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto. Simultaneamente, a sociedade civil que marchava rumo à conquista da cidadania, queria participar das decisões. Foi um tempo em que a temática política extrapolou os partidos, por conseguinte, estava nas ruas, nos ambientes de trabalho, nos círculos sociais brasileiros. Há que se ponderar que os partidos políticos nas jovens democracias latino-americanas deixaram de ocupar a posição central que ocupavam no sistema político, o que levou à baixa identidade partidária pelo eleitor (Kinzo, 2004: 36). No caso brasileiro, as discussões das propostas constitucionais tiveram baixa densidade política, quando das eleições que elegeram os parlamentares em 1986. Logo, a prestação de conta dos eleitos frente aos eleitores era também baixa. Isto levou que os atores sociais fossem cobrar e exigir posicionamentos diretamente aos eleitos dos pontos programáticos que não foram discutidos na época do pleito. Enfim, a característica marcante dos movimentos sociais que emergiram em meados da década de 70, a atuação nas brechas institucionais e legais, persistiu durante a elaboração da Carta. Acreditar ou não nos políticos era um fator menor, pois o mais importante era influir no comportamento deles.

A mídia, por sua vez, era protagonista dessa construção democrática, pois fornecia os ingredientes e as informações, para alimentar o debate na esfera pública brasileira. Logo, fê-lo com entusiasmo e afinco, em um de seus mais importantes desempenhos na história do país. *Veja* e *Istoé* são exemplos lapidares dessa pujança midiática.

A cobertura de uma Assembleia Constituinte exige fôlego jornalístico. Nos casos em análise, os processos constituintes foram longos: em Portugal, duraram dez meses; já no Brasil, um ano e nove meses. Então, os periódicos tiveram de criar estratégias jornalísticas para despertar o interesse de seus leitores para um trabalho moroso, como que tratasse de uma novela, na qual, capítulo a capítulo, desenrolava uma partícula da trama. A Constituinte, portanto, era sempre uma história em construção diária.

O próprio fazer jornalístico está focado nos factos e não em novelas de difícil desfecho. Traquina observa que “o trabalho jornalístico exige uma ênfase sobre acontecimentos e não problemáticas (...) os assuntos, processos e problemáticas só são abordados. Só entram no campo jornalístico através da existência de um acontecimento” (Traquina, 2001: 162).

O desafio às mídias estava colocado: como transformar o processo constituinte em acontecimento, que viesse a despertar o interesse da opinião pública? Há de se considerar que o próprio debate das comissões e do Plenário era de difícil compreensão ao cidadão, pela própria linguagem jurídica que o permeava. Afinal, Incisivos, alíneas, parágrafos, destaques, questões de ordem, substitutivos, são nomenclaturas que estão longe do vocabulário cotidiano dos cidadãos. Portanto, em nada contribuíam para que a discussão do articulado jurídico pudesse suscitar interesse nas heterogêneas camadas sociais.

A notícia, em regra geral, está ligada ao efêmero, ao que sai do padrão e do previsível. “A notícia é no mundo moderno negativo da racionalidade, no sentido fotográfico do termo. O racional é da ordem do previsível, da sucessão monótona das causas, regida por regularidades e por leis; o acontecimento é imprevisível, irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos” (Rodrigues, 1993: 29).

Na construção do mundo pela mídia, o facto noticioso, em sua maioria, vincula-se a um conflito, seja ele em qualquer campo. “O jornalismo do mundo livre gira em torno do conflito: nação contra nação, homem contra homem, homem contra a natureza. Um acontecimento noticioso típico é a ‘estória’ de um conflito” (Katz, 1993: 55).

De acordo com Tchuman (1993 B: 259) o *frame* é o princípio jornalístico que propicia a organização dos acontecimentos e o envolvimento subjetivo que o leitor passa a ter em cima deles. Eles orientam a organização social dos acontecimentos. O *frame* possibilita que um acontecimento solto seja transformado em um acontecimento público, no qual as particularidades devem ser realçadas. “Como *frames*, as ‘estórias’ oferecem definições da realidade social” (Idem). Assim, “as notícias embora não sejam ficção, são uma ‘estória’ sobre a realidade, não a realidade em si” (Ibidem: 276).

Veja colocou o debate da AC no mesmo patamar da importância dos temas económicos. Por conseguinte, procurou oferecer aos seus leitores um recorte bem amplo do que se passava no Congresso Nacional. O que foi uma decisão ousada da revista. Assim, teve de traduzir o debate jurídico em algo palatável aos seus leitores, por meio de uma linguagem acessível, entremeada por depoimentos de personagens conhecidos e mesmo anónima.

Veja procurava apresentar o cenário por onde descortinava a cena política. Em seus editoriais, principalmente, e não apenas neles, assumia a postura de cobrança ao poder. Era o verdadeiro “cão de guarda”, a que referia Giovanni Sartori, conforme exposto na Introdução deste trabalho. Então, a mídia inserida na cultura política, era um dos atores que estavam a construir as instituições democráticas. Para o jornalista Moreira Leite, “a imprensa, como ator social, é uma espécie de consciência da sociedade. Isso justifica sua existência e as relativas regalias de que seus profissionais usufruem, como acesso privilegiado a informações de interesse público, e mesmo benefícios de que as empresas

jornalistas têm direito, como subsídio para papel, e assim por diante”. Para o ex-editor de *Veja*, “os jornalistas são como a maioria das pessoas. Só conseguem entender os factos quando já é tarde demais. Neste caso, muitas vezes a revista conseguiu entendê-los quando era tempo de agir, fazer matérias, denunciar, contar histórias. Por isso nossa cobertura foi tão boa. Com certeza nossa cobertura teve diversos pontos negativos. Acho que não soubemos fazer uma discussão sobre alguns pontos específicos da carta, como economia, por exemplo”.

Por sua vez, frente à pergunta feita ao jornalista Ariosto Teixeira, um dos responsáveis pela cobertura de *Istoé* à AC, se havia dificuldade em transformar a AC em algo relevante do ponto de vista jornalismo, que interessasse ao público leitor, ele respondeu que realmente “havia esta dificuldade”. Pois “os problemas de natureza económica eram mais relevantes e de maior interesse do publico leitor”. Então, a estratégia jornalística adotada por *Istoé* foi a de conciliar as duas pautas, “especialmente nos casos em que as soluções em debate na Constituinte coincidiam com as questões conjunturais”.

Um bom exemplo dessa tática de *Istoé* foi a reportagem intitulada “Várias faces da explosão inflacionária” (IE, N 576, 6/1/88: pp.42-47), ao assinalar que o Brasil vivia a hiperinflação, anunciava que a taxa inflacionária do ano anterior foi de 365,9%,. No meio da reportagem, entretanto, a AC emerge à cena narrativa: “A possibilidade de a conjunção desses tropeços económicos ocorrer na prática não passa despercebida para quem acompanha a cena política. O presidente Sarney joga pesado para assegurar o mandato de cinco anos na batida final do martelo da Constituinte”.

Uma característica comum de ambas as revistas foi romper os muros do Congresso Nacional e colar as temáticas lá abordadas ao cotidiano das pessoas. Assim, atuaram em duas frentes que se complementaram. Na primeira, ouviam as vozes da sociedade civil organizada, tais como dirigentes de entidades classistas de empregados e de patrões,

líderes empresariais, comunitários, religiosos e indígenas, bem como de organizações do terceiro setor, sobre cada temática da Carta que mais se vinculava a cada segmento, no momento em que era debatida no Plenário ou nas comissões da AC.

Na primeira frente, é ilustrativa a discussão acerca do Título 'Ordem Econômica', para o qual UDR mobilizou seus militantes, fazendeiros, para dirigirem-se a Brasília a fim de pressionar os parlamentares a votarem contra a proposta nos moldes que estava no relatório de Bernardo Cabral. O líder da conservadora UDR, dizia: "Todos os militantes têm a mesma missão: investir sobre os parlamentares de sua região para que não aprovem a reforma agrária (...) Só nos retiramos da cidade quando a Ordem Econômica for votada" (IE, N592 ,27/4/88: p. 18).

As páginas de *Veja* eram recheadas de vozes da sociedade civil organizada. Quando a Comissão dos Direitos individuais debatia se o terrorismo iria figurar entre os crimes inafiançáveis, ao lado da tortura, o advogado Belisário dos Santos Júnior, presidente da Associação dos Advogados Latino-Americanos pela Defesa dos Direitos Humanos assim posicionou: "O terrorismo também é tortura" (VE, N 996, 7/10/87: p. 23).

Com uma bem estruturada rede jornalística nas principais capitais brasileiras, que tinha como suporte a sede da revista em São Paulo, *Veja* repercutia as decisões da AC nos estados, o que trouxe mais robustez à sua cobertura. No momento em que a Comissão de Sistematização votou pelo mandato de quatro anos a Sarney, o que depois seria revertido em plenário, a revista teceu todos os bastidores da movimentação dos governadores. Sobretudo, daqueles provisoriamente vitoriosos e, por conseguinte, opositores de Sarney, em estados importantes, como o governador da Bahia Waldir Pires, da ala progressista do PMDB, que teve muito trabalho para convencer a bancada baiana a votar pelos quatro anos (VE, N 1003, 25/11/87: p,44)

Já na segunda frente, estava a voz anónima que vinha das ruas. *Istoé* entrevistava gente de perfis variados: “‘Acho que na verdade a democracia no Brasil ainda nem existe. O presidente é muito repressor’, pondera o professor de capoeira Jorge Facão, 28” (IE, N574, 23/12/87: p. 28). Outro exemplo: “‘O que estamos vendo na Constituinte é uma briga de grupos, em torno de interesses próprios’, julga o comerciante baiano Paulo Reis, 37” (Idem:p.29). E outro, de um pequeno depoimento do engraxate Antônio Cândido, morador no Estado do Rio Grande do Sul: “Mesmo que alguns políticos sejam elitistas, eu ainda acredito neles” (Ibidem: p. 29).

Na tentativa de levar a Carta ao cotidiano do brasileiro, o que foi feito com êxito por *Veja*, no momento em que se discutia em uma das subcomissões dos Direitos Civis, temas como a sociedade conjugal, pátrio poder, entre outros, assim a revista situou a temática: “Tudo indica que a Constituinte criará um mundo melhor para as mulheres brasileiras. Num projeto conservador do ponto de vista dos costumes e moderno na defesa dos direitos femininos, a Subcomissão da Família abriu o caminho para a retirada do entulho legal que manteve a mulher na condição de cidadã de segunda classe ao longo de toda a História Brasileira” (VE, N 978, 3/6/87: p. 32). Frente a tais propostas da AC, a revista ouviu a atriz Regina Duarte: “É bom que isso conste em lei, ainda que se trate de uma reivindicação bem antiga” (Idem).

Embora tenha dado menos voz aos cidadãos anónimos se comparada a *Istoé*, esses também estiveram presentes em *Veja*. Quando se votaram os direitos trabalhistas, em que a estabilidade no emprego fora derrotada, a revista, por exemplo, ouviu o operário Alcebíades Macedo, metalúrgico da Empresa Brasileira de Compressores, de Joinville, Estado de Santa Catarina: “A estabilidade dificulta a abertura de novos empregos e impede o trabalhador de progredir na vida” (VE, N 1017, 2/3/88: p.22)

Por conseguinte, *Veja* e *Istoé* conseguiram captar o momento político e levar as múltiplas vozes da sociedade para suas páginas. Ao mesmo tempo, foram prodigiosas ao transformar os temas em debate na ANC em assuntos de interesse ao cidadão. Há de pontuar que a maioria da mídia nacional também noticiou a ANC com um bom destaque. Além do mais, o Diário da Constituinte, veiculado pelas emissoras de TV e rádio diariamente, citado no Capítulo V, contribuiu para popularizar a AC.

Do ponto de vista da noticiabilidade jornalística, aquilo que Katz e Rodrigues disseram acerca dos critérios que levam um facto a se transformar em facto jornalístico, tanto *Veja* quanto *Istoé* fizeram da cobertura da AC uma ‘estória’ jornalística. Entretanto, *Veja* fê-lo com mais consistência e sistematicidade ao longo dos quase dois anos de vigência da AC. Fora uma verdadeira trama jornalística que estava em pauta, dividida em capítulos, que duraram um ano e nove meses, recheados de estórias humanas e de conversas de bastidores. Logo, em toda trama bem concebida, há personagens anónimos e conhecidos, há conflitos, interesses divergentes, e até mesmo torcidas organizadas. Os dois protagonistas eram Ulysses e Sarney, que lutavam pelo poder político. Em seguida, perfilavam no *casting* os líderes dos partidos e dos blocos parlamentares, como Covas, Lula, Fernando Henrique e outros. Os assessores e ministros do Planalto, como Antônio Carlos Magalhães e Thales Ramalho, também estavam entre os destaques. Já a sociedade civil organizada, que esteve presente nas galerias do Congresso e mesmo esteve permanentemente representada no amplo gramado da Praça dos Três Poderes, – quase como uma miniatura do Brasil e suas disparidades – era bem mais que mera figurante da trama. O cidadão queria ser ator e participar do elenco. Por sua vez, a mídia era o meio pelo qual o grande enredo se desenrolava e onde os vários segmentos sociais poderiam ter eco, no discurso polifónico que a mídia se propôs.

O enredo desenrolava-se desta forma: já no início dos trabalhos da ANC, quando se votava o Regimento Interno, *Veja* já colocava em título: “Em pé de guerra” (VE, N 969, 1/4/87: p.28). A linguagem coloquial ajudava a contar a ‘estória’: “Sarney pisou na bola”, assim era o título das *páginas amarelas*, em que Lula era o entrevistado (VE, N 974, 6/5/87: p. 5). Quando Ulysses foi vaiado por populares em pleno Congresso: “Pedestal quebrado” (VE, N989, 19/8/87: p.18). E a trama teve nuances de aspectos subjetivos: no momento em que o relator Bernardo Cabral apresentou o seu relatório de mais 500 artigos e foi criticado pelo multifacetado Congresso. Cabral disse e *Veja* vociferou em título: “Eles têm inveja de mim” (VE, N987, 5/8/87: p.5). Quando da promulgação da Carta, Ulysses fez veemente discurso em que afirmou “A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo”. Era o último capítulo da trama e o final feliz ainda tinha o gosto do conflito. O título de *Veja* foi: “Carta na mão, o leão vai para o ataque – num discurso histórico, Ulysses promulga a nova Constituição e anuncia que sente nojo e ódio da ditadura” (VE, N1048, 12/10/88: p. 42). Fora uma trama bem construída do ponto de vista jornalístico, que se aproximou da realidade.

Como um lamento, o jornalista e deputado constituinte Marcelo Rebelo, quase no fecho da Carta, escreveu em *Expresso*: “Muito pouco ou nenhum interesse têm suscitado na Opinião Pública portuguesa os trabalhos da AC” (EX, N175, 6/3/75:p.2). O semanário, edição a edição, colocou a AC entre suas pautas prioritárias. Já nas campanhas legislativas de 1975, abria suas páginas para as diversas agremiações políticas. *O Jornal*, por sua vez, não priorizou a Constituinte em sua cobertura. Os trabalhos da AC eram noticiados sem grandes destaques. Só mesmo quando o CR e os partidos discutiam o Pacto II, *O Jornal* noticiou com vigor as articulações e os bastidores relativos ao tema. E, é claro, a AC também ganhou destaque quando os operários da construção civil cercaram

São Bento, em Novembro de 1975. Por outro lado, na vigência da AC, aos jornais diários, a maioria estatizados, a AC era “bem esquecida”, como abordado no Capítulo III.

Ao perguntar ao jornalista José Carlos de Vasconcelos, o por que de a cobertura de *O Jornal* não ter sido mais farta, ele respondeu que a equipe não considerava que a Constituinte fosse a pauta mais importante, pois havia outros temas que tinham mais relevância naquele momento⁸². Logo, já em sua primeira edição, *O Jornal* já colocava em título: “Uma AC para um pacto consumado” (N1, 2/5/75:p. 8). Assim, a AC limitada e subalterna ao pacto não motivava os jovens jornalistas do semanário a voltarem suas atenções ao hemiciclo de São Bento. Porém, em todas as coberturas que fez aos trabalhos da AC *O Jornal* contemplou as diferentes clivagens ideológicas, tal como bem ilustrado na reportagem “Sete partidos em busca de uma constituição” (OJ, N 6, 6/6/75: p. 3).

Na reportagem intitulada “qualidade de vida no país mas não na Constituinte” (OJ, N 24,10/10/75:p.7) , o título bem expressa a distancia que havia entre os trabalhos e São Bento e o cotidiano dos portugueses, pelo menos aos olhos de *O Jornal*.

Nos últimos meses de 1975, observa-se que *O Jornal* voltava os olhos para São Bento, talvez atraído pelos debates realizados antes da ordem do dia, momento em que os partidos tiveram uma tribuna livre para expressarem acerca da conjuntura política. Aliás, esse espaço foi único fórum em que os partidos apresentavam seus consensos e dissensos, em um debate substancial relativo aos rumos que deveria trilhar a revolução, independente da presença dos militares revolucionários.

Entretanto, em algumas reportagens de *O Jornal* foi elaborada a ideia de conflito, no núcleo do critério jornalístico de noticiabilidade, o que deu mais vida ao texto e à notícia. Dois títulos ilustram bem a ideia nuclear de conflito, por onde se tece a ‘estória’

⁸² Entrevista à autora. A íntegra está no Anexo V.II.

jornalística: “Desestabilização galopante na ordem do dia” (OJ, N 23, 3/10/75: p.26) e “PS ataca PPD na Constituinte – O plebiscito permanente é o golpe de estado permanente” (OJ, N 38, 16/1/76: p. 2).

Embora sem colocar a AC no centro de suas notícias, observa-se que *O Jornal* deu importante contribuição ao jornalismo português ao caminhar na direção da reportagem investigativa, o que era uma lacuna visível na imprensa de Portugal de então. Como pontuado por Mesquita, a reduzida capacidade investigativa fora uma das “vulnerabilidades do jornalismo português” (1994:388). A perspectiva de trazer a luz factos que estejam subterrâneos e trazê-los à superfície, de ir além da superfície dos factos e de procurar compreendê-los sob os diversos ângulos é a base que orienta o jornalismo investigativo. *O Jornal* procurou descortinar aos seus leitores os bastidores que permeavam o CR e o MFA. Aliado a isto, o semanário, por ter fontes decisivas nos meios militares, afeitos à linha do Grupo dos Nove, pode divulgar em primeira mão importantes documentos, tal como a proposta do CR para o Pacto II, em Janeiro de 1976, como citado no Capítulo III.

O Jornal começou com uma tiragem de 50 mil exemplares, entretanto, decorridos seis meses, o semanário dobrou sua tiragem, o que confirma a sua aceitabilidade junto ao público.

Em *Expresso*, entretanto, a cobertura da AC foi assumida quase como uma missão jornalística. Independente da conjuntura política, o espaço para relatar os acontecimentos da AC era um ritual semanal do periódico. Esta regularidade trouxe credibilidade ao veículo, pois caso o leitor interessasse em informar-se sobre a Constituinte, saberia onde poderia encontrá-lo.

Já no início dos trabalhos de São Bento, *Expresso* abriu suas páginas para todas as agremiações que tinham assento na AC e ao mesmo tempo trouxe à cena análises de

juristas acerca das propostas partidárias à futura Carta, como apresentado no Capítulo III. Quanto à reportagem em si, apesar de colocar aos seus leitores boa parte dos impasses vividos no hemisfério, não conseguiu trazer a discussão do articulado jurídico ao nível do quotidiano dos cidadãos portugueses. O fator decisivo para que a discussão da AC não envolvesse a sociedade civil foi a própria marginalização que tentavam imprimir a AC na dinâmica revolucionária. Isto teve como consequência a fraca e, quase sempre política cobertura dos jornais diários. *Expresso* fez quase um voo quase solitário na defesa da AC.

Apesar de ter aberto a discussão para as agremiações, do ponto de vista jornalístico, não conseguiu traduzir o debate jurídico de São Bento para o cidadão de forma a mostrar a importância do conteúdo da Carta para a vida cotidiana dos portugueses, no sentido de contar uma ‘estória’, de acordo com que Tuchman define acerca da construção da notícia. Por outro lado, o contencioso *Expresso* versus PC, que redundou na ausência das posições dos comunistas nos momentos mais importantes da AC, desafinou a polifonia de vozes veiculadas pelo semanário. Não se trata aqui de aferir juízo de valor sobre as posições do PC no período revolucionário. Mesmo que *Expresso* sempre tenha convidado formalmente o PC a se manifestar sobre pontos específicos da Carta, como o fez a todos os partidos representados na AC, a quebra de confiança da agremiação comunista relativa ao *Expresso* já havia ocorrido. Sem dúvida, quem perdeu com tal contencioso foi a opinião pública. Como já apresentado ao longo deste trabalho, aliás, uma de suas teses nucleares, a atividade jornalística não prescinde a imparcialidade e a neutralidade perante a realidade. O compromisso daquela está na veracidade do que se veicula e não na distorção dos factos. O mais importante, neste particular, é a mídia ser justa com quem discorda. Nesta perspectiva, *Expresso* fugiu ao dissenso democrático.

As lacunas, todavia, não invalidam o conjunto do trabalho jornalístico de *Expresso* no período em tela. O semanário se impôs na história da mídia portuguesas, com contundência, como um verdadeiro *quality*, ao apresentar a realidade por meio de olhares mais profundos e analíticos aos seus potenciais 700 mil leitores⁸³.

Como abordado na Introdução deste trabalho, as leis de opinião, que são *doxa* e não *episteme*, dizem respeito aos cidadãos poderem expressar e julgar as virtudes, os vícios e as bondades, de acordo com Locke. Somente a expressão destas leis de opinião permite a transparência da política. Logo, nas sociedades modernas, a imprensa é o *locus* privilegiado onde os públicos expressam suas opiniões. Mais além, à mídia informativa está reservada a missão de tornar visíveis aos públicos as ações e articulações do poder. De acordo com a premissa de Kant, também destacada na Introdução deste trabalho, o tornar público é o elemento que possibilita o constrangimento da política e a “faz dobrar de joelhos diante da moral”.

De acordo com essas premissas, os quatro periódicos em análise cumpriram sua missão: dar mais visibilidade do poder aos seus públicos, abrir a pluralidade de opiniões da sociedade, esclarecer a opinião pública e, em alguns momentos, lançar a agenda política no cotidiano dos cidadãos. Tais premissas qualificam-nos como mediadores entre a esfera do poder político e a esfera social.

Cumprir ressaltar que a mídia não apenas reflete a cultura de uma determinada comunidade. A mídia é integrante da cultura de um povo e de uma Nação. Nesta perspectiva, mais além de refletir as mentalidades e convicções de um determinado tempo e de um determinado lugar, colabora para a própria formação daquelas mentalidades que brotam na sociedade. Logo, os discursos jornalísticos que marcaram os periódicos brasileiros e portugueses lançaram bases e parâmetros para a formação de

⁸³ A tiragem de *Expresso* em Dezembro de 1975 era de 150 mil exemplares. A estimativa é que cada exemplar seja lido por cinco pessoas, o que dá um cálculo aproximado de 750 mil leitores de *Expresso* à época.

opiniões e pontos de vista. Foram, a um só tempo, informadores à opinião pública e formadores da opinião pública. Dois aspectos que se interagem e que se mesclam quando o tema em pauta é a mídia nas sociedades modernas.

Os caminhos quais pelos quais trilharam esses quatro meios de comunicação no período pós-constituintes são outra história, que aqui já não é pertinente abordar. São outras 'estórias' a serem contadas e analisadas pela História.

Bibliografia

Brasil

ABRANCHES, Sérgio H.(1988). Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*. Vol.1, **31**: 5-34.

ABRANCHES, Sérgio H. (1982). Crise e Transição: uma interpretação do momento político nacional. *Dados*. Rio de Janeiro, **25**: 307-329.

ABREU, Alzira (2003). Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In *Mídia e política no Brasil*.(ABREU, Alzira et al) 1ª edição, FGV Editora: Rio de Janeiro, 7-74

ALMEIDA, Maria Hermínia (1983). O Sindicalismo brasileiro entre a Conservação e a Mudança. In: ALMEIDA, Maria Hermínia (org.). *Sociedade e Política o Brasil pós-64*. Brasiliense:São Paulo, 191-214.

ANASTASIA, Fátima et al. (2005). *Governabilidade e representação política na América do Sul*. 1ª edição, Unesp: São Paulo.

ARANTES, Rogério e COUTO, Cláudio (2006). Constituição, governo e democracia no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, **61**: 41-62.

AVRITZER, Leonardo (2000). O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do impeachment de Fernando Collor de Melo. In: DOWNES, Richard. e ROSENN, Keith. *Corrupção e reforma política no Brasil – o impacto do impeachment de Collor*. FGV Editora: Rio de Janeiro, 167-193.

CARDOSO, Ruth (1983). Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico. In: ALMEIDA, Maria Hermínia. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. Editora Brasiliense: São Paulo, 215- 239.

CARVALHO, José Murilo de (1997). Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 40, **2**: 229 a 250.

CHAUÍ, Marilena (1986). *Conformismo e Resistência*. Editora Brasiliense: São Paulo.

CRUZ, Sebastião e MARTINS, Carlos Estevam (1983). De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na pré-História. In: ALMEIDA, Maria Hermínia. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. Editora Brasiliense: São Paulo, 13-61.

DOWNES, Richard. e ROSENN, Keith. A corrupção no Brasil e as instituições políticas. In: DOWNES, Richard. e ROSENN, Keith. *Corrupção e reforma política no Brasil – o impacto do impeachment de Collor*. FGV Editora: Rio de Janeiro, 1-22.

FARIA, Vilmar (1983). Desenvolvimento, Urbanização e mudanças na Estrutura do Emprego: a Experiência Brasileira dos últimos 30 anos. In: ALMEIDA, Maria Hermínia. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. Editora Brasiliense: São Paulo, 118-163.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Editora FGV: Rio de Janeiro.

GASPARI, Elio (2003). *A ditadura derrotada*. Companhia das Letras: São Paulo.

GASPARI, Elio (2004). *A ditadura encurralada*. Companhia das Letras: São Paulo.

GONTIJO, Cláudio. (1987). O Plano de Estabilização e a Economia brasileira: aspectos gerais. In: PIMENTA, H. (coord. ed.). *Plano Cruzado – ataque defesa*. Cedeplar/UFMG, Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1-38.

HOLLANDA, Sérgio (1994). *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. Companhia das Letras: São Paulo.

LAINS, Pedro (2005). Economia Portuguesa no século XX: crescimento e mudança estrutural. IN PINTO, António Costa (Coord.). *Portugal Contemporâneo*. Dom Quixote: Lisboa, 117-136.

KINZO, M. D.(2004). Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19, 54: 23-40.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando (2003). Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-optico no Brasil. In: ABREU, Alzira et al. *Mídia e política no Brasil*. 1ª edição, FGV Editora: Rio de Janeiro, 129-183.

LEMOS, Cândida et al. (Org.) (2003). *Por entre fatos, fotos e telas o Brasil elegeu Lula*. Armazém de idéias: Belo Horizonte.

LEMOS, Maurício e FERNANDES, Cândido A (1987). O Plano de estabilização e as perspectivas de crescimento da economia brasileira. In: PIMENTA, H. (coord. ed.). *Plano Cruzado – ataque defesa*. Cedeplar/UFMG, Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 167-191.

LEMOS, Maurício B. et al. (1987). O Programa de estabilização, a dívida e o déficit público. In: PIMENTA, H. (coord. ed.). *Plano Cruzado – ataque defesa*. Cedeplar/UFMG, Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 71-114

LEMOS, Mauro e NABUCO, Regina (1987). Choque heterodoxo na agricultura?. In: PIMENTA, H. (coord. ed.). *Plano Cruzado – ataque defesa*. Cedeplar/UFMG, Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 133-165.

- MCDONOUGH, P. (1981). *Power and Ideology in Brazil*, Princeton University Press: Princeton.
- MEDINA, Cremilda (Org.) (1987). *O Jornalismo na Nova República*. Summus Editorial: São Paulo
- MELO, Carlos Ranulfo F. (2000) Por que mudam de partidos os deputados brasileiros?. *Teoria e Sociedade*, n. 6. pp. 122-177.
- MELO, Carlos R. (2004). *Retirando as cadeiras do lugar – migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. 1ª edição, Editoria UFMG: Belo Horizonte.
- MORAES NETO, Geneton (2005). *Os segredos dos presidentes*. Editora Globo: Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Francisco (1977). *A teoria da dependência imperfeita*. Graal: Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Nelson (2001). Véus da intransparência nas transições brasileiras. In: SANTOS, Reginaldo (ORG). *Políticas sociais e transição democrática - análises comparativas de Brasil, Espanha e Portugal*. Edições Madacarú – Cetead -:Salvador e São Paulo,19-52.
- O'DONNELL, Guillermo (Outubro, 1991). Democracia Delegativa? *Novos Estudos Cebrap*, **31**:25-40.
- PEREIRA, Moacir (1979). Política e Censura. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*,**17**, Editora Civilização Brasileira: 151-167
- PRZEWORSKI, Adam (1994). *Democracia e mercado: no Leste Europeu e na América Latina* Relume-Dumará: Rio de Janeiro.
- PRZEWORSKI, Adam et al. (1995). *Sustainable Democracy*. Cambridge University Press> Cambridge.
- REIS, Fábio (1983). O eleitorado, os Partidos e o Regime Autoritário Brasileiro. In: ALMEIDA, Maria Hermínia. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. Editora Brasiliense: São Paulo, 62-86.
- SALGADO, Joaquim Carlos (1986). Os direitos fundamentais e a Constituinte (1986). In: Amorim, E.. *Constituinte e Constituição*. UFMG:Belo Horizonte, 9-41
- SANTOS, Reginaldo Souza (org.) (2001). *Políticas sócias e transição democrática – análises comparativas de Brasil, Espanha e Portugal*. Mandacarú/ Cetead: São Paulo
- SILVA, Vera Alice (1986). Introdução ao estudo da Assembléia Nacional Constituinte. In: AMORIM, E..*Constituinte e Constituição*. UFMG: Belo Horizonte, 1-8.
- SKDMORE, Thomas (2004). *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8ª edição. Editora Paz e Terra: São Paulo.

SKDMORE, Thomas (2000). A queda de Collor: uma perspectiva história. In: DOWNES, R. e ROSENN, K. *Corrupção e reforma política no Brasil – o impacto do impeachment de Collor.*, FGV Editora: Rio de Janeiro, 23-46

Portugal

AGEE, K. Warren e TRAQUINA, Nelson (1987). *O Quarto Poder frustrado – os Meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário*. Vega: Lisboa.

ANTUNES, Freire (1986). *Os americanos e Portugal – Os anos de Richard Nixon – 1969-1974*. Publicações Dom Quixote: Lisboa. Vol. 1.

ANTUNES, Manuel Luís Marinho (2001). A crise da Igreja. In: CARNEIRO, Roberto (coord. Geral) e MATOS, Artur Teodoro de. *Memória de Portugal – o milénio português*. Circulo de Leitores: Lisboa, 518-519.

AVRITZER, Leonardo e SANTOS, Boaventura e Sousa (2002). Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura e Sousa (org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 39-82.

CHITAS, E. (2000). *150 anos do Manifesto do Partido Comunista*. Edições Colibri: Lisboa.

CORREIA, Pedro Pizarat (1992). Portugal na hora da descolonização. In: REIS, António (direcção). *Portugal Contemporâneo*. Alfa: Lisboa. Vol.6, 117-170.

COSTA, João Bénard da (1998). Breve história mal contada de um cinema mal visto. In: FERREIRA, Vitor Waldomiro (coord.). *Portugal 45/95 nas artes e idéias*. Centro Nacional de Cultura – Artes Gráficas Ltda: Lisboa, 45-80.

CRATO, Nuno (1992). *Comunicação social – a imprensa*. Editorial Presença, 4ª edição: Lisboa.

FERREIRA, António Matos (2001). As aparições de Fátima. In: CARNEIRO, Roberto (Coord. Geral). *Memória de Portugal – o milénio Português*. Circulo de Leitores: Lisboa, 498-499.

FERREIRA, José Medeiros (1990). Ensaio Histórico sobre a revolução de 25 de abril - o período pré-constitucional. Vol. 6. In: REIS, António (direcção). *Coleção Testemunhos contemporâneos* Alfa: Lisboa, 1-202.

FERREIRA, José Medeiros (1993). Portugal em transe – 1974-1985. In: Mattoso, José (direcção). *História de Portugal*. Editorial Estampa: Lisboa. Vol.8

FERREIRA, Vítor Waldomiro (coord.) (1998). *Portugal 45-95 nas artes, nas letras e nas idéias*. Centro Nacional de Cultura – Artes Gráficas Ltda: Lisboa.

- GEADA, Eduardo (1976). *O imperialismo e o Fascismo no cinema*. Moraes Editores :Lisboa.
- GASPAR, Jorge e VITORINO, Nuno (1976). *As eleições de 25 de abril - Geografia e imagem dos partidos*. Livros Horizonte: Lisboa.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira (1998). O Portugal político: continuidade e rupturas. In: FERREIRA, Vítor Waldomiro (coord.). *Portugal 45-95 nas artes, nas letras e nas ideias*. Centro Nacional de Cultura – Artes Gráficas Ltda: Lisboa, 17-40.
- MATOS, Luís Salgado (2001). Os custos sociais e políticos da guerra colonial. In: CARNEIRO, Roberto (Coord. Geral). *Memória de Portugal – o milénio Português*. Circulo de Leitores: Lisboa, 516-517.
- MEDINA, João (direcção) (1993) *História Contemporânea de Portugal*. Multilar: Lisboa. Vol. 4.
- MESQUITA, Mário (2003). *O quarto equívoco – o poder dos media na sociedade contemporânea*. Edições Minerva: Coimbra.
- MESQUITA, Mário (1994). Os meios de Comunicação Social – O universo dos media entre 1974-1986. In: REIS, António (org.). *Portugal – 20 anos de Democracia*. Circulo de Leitores: Lisboa, 360-396.
- MESQUITA, Mário e REBELO, José (1994). *O 25 Abril nos media internacionais*. 1ª edição, Edições Afrontamento: Porto.
- REIS, António (1992) A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização. In: REIS, António. *Portugal Contemporâneo*. Alfa: Lisboa. Vol. 6, 13-62.
- REIS, António (1994). *Portugal – 20 anos de Democracia*. Circulo de Leitores: Lisboa.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1997). *O pulsar da revolução – cronologia da revolução de 25 de abril*. Edições Afrontamento: Coimbra.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. (2005). Entre a África e a Europa: A política Externa Portuguesa – 1890-2000. In: PINTO, A C. (Coord.). *Portugal Contemporâneo*. Dom Quixote: Lisboa, 87-116.
- TELO, António José (2007). *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à actualidade*. Presença: Lisboa.
- VARELA, João Gomes (1980). *Tempo de resistência*. Livraria Ler: Lisboa.

Geral

ARENDT, Hannah (1981). *A Condição Humana*. Forense Universitária: São Paulo

ARENDT, Hannah (1979). *Entre o passado e o futuro*. 2ª edição, Editora Nova Perspectiva: São Paulo.

ARNOLD, Douglas (1990). *The logic of congressional action*. Yale University Press: New Haven.

BIRD, Elizabeth e DARDENE, Robert (1993). Mito, registro e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'*, 1ª edição, Vega: Lisboa, 263-277

DAHL, Robert. (2001). *Sobre a Democracia*. Editora UnB: Brasília.

DAHL, Robert (1989). *Prefácio à Teoria Democrática*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro.

DALLEK, Robert (1983). *American Style of Foreign Policy: cultural politics and foreign affairs*. Knopf: New York.

GARCIA, Othon M.(1999). *Comunicação em prosa moderna*. 17ª edição, Editora FGV: Rio de Janeiro.

GRAMISC, Antonio (1987). *A concepção dialética da História*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

HABERMAS, Jurgen (1984). *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Biblioteca Tempo Universitário: São Paulo.

HALL, Stuart et al. (1993). A produção social das notícias: o mugging nos media. In:TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'*, 1ª edição, Vega: Lisboa, 224-248.

HOBSBAWM, Eric (2001) *Era dos Extremos – O breve século XX – 1914-1991*. 2ª edição, Companhia das Letras: São Paulo.

HUNTINGTON, Samuel (1975). *A Ordem Política nas sociedades em mudança*. Forense Universitária: Rio de Janeiro

HUNTINGTON, Samuel (1994). *A Terceira onda – a democratização no final do século XX*. Editora Ática: São Paulo.

KANT, Immanuel (2002) *A paz perpétua e outros opúsculos*. Edições 70: Lisboa.

KATZ, Elihu (1993). Os acontecimentos mediáticos e o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'*, 1ª edição, Vega: Lisboa, 5-60.

KENNEDY, Paul (1989). *Ascensão e queda das grandes potências. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. 11ª Ed., Campus: Rio de Janeiro.

KOCH, Ingedore (2006). *Introdução à linguística textual*. Martins Fontes: São Paulo.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom (2003). *Os elementos do jornalismo*. Geração editorial: São Paulo.

LENINE, Wladimir Y. (1979 A). *Cartas de longe*. Editora Vega: Belo Horizonte.

LENINE, Wladimir Y. (1979 B). *Teses de Abril*. . Editora Vega: Belo Horizonte.

LIJPHART, Arend (1989) *As democracias contemporâneas*. Gradiva: Lisboa.

LOCKE, John (1987A). Ensaio acerca do entendimento humano. In: *Os pensadores*. 2ª ed, Editora Abril: São Paulo, 133-344.

LOCKE, John (1987B). Segundo Tratado de Governo. In: *Os pensadores*. 2ª ed, Editora Abril: São Paulo, 31-131.

LOWELL, Lawrence (1953). *Public Opinion and Popular Government*. Longmans Green: New York.

MAINGUENEAU, Dominique (2002). *Análise de textos de comunicação*. 2ª edição. Cortez: São Paulo.

MANIN, Bernard (1995). As metáforas do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2: 5-35.

MATTEUCCI, Nicola (2001). Opinião Pública. In: BOBBIO, Norberto et al. (2001). *Dicionário de Ciência Política*. 5ª edição, Editora UnB: Brasília. Vol. 2, 842-845

MAXWELL, Kennety (2006). *O império derrotado – revolução e democracia em Portugal*. Companhia das Letras: São Paulo.

MCCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald (2000). A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *O poder do jornalismo – análise e textos da Teoria do Agendamento*. Coleção Comunicação, MESQUITA, Mário (direcção). Minerva: Coimbra, 125 -135.

MILL, Stuart (1963). *Da liberdade*. Ibrasa: São Paulo.

O'DONNELL, Guillermo (1999). Teoria Democrática e Política Comparada. *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 42, 4: 577 a 654.

PASQUINO, Gianfranco (2001). Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto et al (2001). *Dicionário de Ciência Política*. 5ª edição. Editora UnB: Brasília. Vol. 1, 1121-1122

PRZEWORSKI, Adam (2002). Accountability social en América Latina y más allá. In: PERUZOTTI, E. et al., *Controlando la política*. Temas Grupo Editorial SRL: Buenos Aires, 73-85.

PUTNAM, Robert (1998). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Adriano D. (1993). O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'*, 1ª edição, Vega: Lisboa, 27-33.

ROUSSEAU, Jean Jacques.(1978A). *Do Contrato Social*. 2ª edição, Editora Abril Cultural: São Paulo.

ROUSSEAU, Jean Jacques (1978B). *Discurso da origem da Desigualdade*. In: *Os Pensadores*. Editora Abril Cultural: São Paulo.

SARTORI, Giovanni (1994). *A Teoria da Democracia Revisitada*. Editora Ática: São Paulo.

SCHLESINGER, Philip (1993). Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'*, 1ª edição, Vega: Lisboa, 177-190.

SCHUMPETER, Joseph (1975). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Harper & Row: New York.

TANNERY, Paul (org.) (1954). *Platão – Diálogos*. Globo: Porto Alegre.

TRAQUINA, Nelson (1993). As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'*, 1ª edição, Vega: Lisboa, 167-176.

TRAQUINA, Nelson (2001). Teorias das notícias: o estudo do jornalismo no século XX. In: TRAQUINA, Nelson, CABRERA, Ana, PONTE, Cristina e SANTOS, Rogério. *O Jornalismo Português em análise de casos*. Editorial Caminho: Lisboa, 19-91

TRAQUINA, Nelson (2001). O jornalismo Português e a problemática VIH/SIDA: um estudo exploratório. In: TRAQUINA, Nelson, CABRERA, Ana, PONTE, Cristina e SANTOS, Rogério. *O Jornalismo Português em análise de casos*. Editorial Caminho:Lisboa, 153-193.

TSEBELIS, George (1997). Processo Decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicamaralismo e pluripartidarismo. *RBCS*. Vol. 12, **34**, 89-117

TUCHMAN, Gaye (1993A). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'*, 1ª edição, Vega: Lisboa, 74-90.

TUCHMAN, Gaye (1993 B) Contando 'estórias'. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, teorias e 'estórias'*, 1ª edição, Vega: Lisboa, 258-277.

WEBER, Max (1993). *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte I, 2ª edição, Editora da Unicamp: Campinas.

Artigos em versão eletrónica

Brasil

COUTO, C. e ARANTES, R. (2003). *Constituição ou políticas públicas? Uma avaliação dos anos FHC*. www.pucsp.br/claudiocouto/acrobat.

DELLA CAVA, Ralph (1988). *The Church and the abertura in Brazil -145-1985*, Oxford Press University: New York and Oxford [versão eletrónica] Acedido 12/8/2008: <http://kellogg.nd/ublications/workingpapers/WPS/144.pdf>.

GOMES, S. (2006). The impact of legislative procedural rules on voting by members of congress: a case study on the 1987/1988 Brazilian Constitutional Congress. [versão eletrónica]. *Dados* (on-line). 2006, vol.49, n 1, p 193-224. Acedido em 7/8/2007: <http://www.scielo.br>

KUGELMAS, Eduardo e SALLUM Jr., Brasílio (1991). O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. *Estudos Avançados*. Vol. 4, **13**: São Paulo. [versão eletrónica]. Acedido em 28/8/2007: <http://www.scielo.org.br>.

MARINI, Ruy Mauro (1991). *Sobre o socialismo*. [Versão eletrónica]. Acedido em 15/9/2008: www.marini.unam.m/001.memoria.

MAUÉS, A e SANTOS, E.(2002). *Os acordos no processo constituinte: Brasil e Espanha*.

Acedido em: www.conpedi.org/manaues/arquivos/anais. Acedido em 26/8/2007.

POWER, Timothy (1997). *Why Brazil slept: the search political institutions, 1985-1997*. Louisiana. [versão eletrônica]. Acedido em 1/8/2007:

<http://168.96.200.17/ar//lasa97/power.pdf>

SMITH, Rossell (Janeiro-Março 1988). Política salarial, mercados de trabalho e salário industrial: uma análise por propriedade e tamanho da empresa [versão eletrônica]. *Revista de Economia Política*, 1: 1-22. Acedido em 7 de Julho de 2007, em: <http://www.rep.org.br>.

Portugal

MIRANDA, Jorge (Dez. 2005). A Constituição e a Democracia Portuguesa. *Revista Crítica Jurídica*. 24: Lisboa. [versão eletrônica]. Acedido em 14/4/2009: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/critica/cont/24/pr/pr.pdf>

Geral

LENINE, W. Y. (1902). *O que fazer?*, [Versão eletrônica]. Acedido em 18/9/2007: http://marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/05_cap.5.htm.

RUSTOW, D. (1999). *Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model*. Columbia University Press.[versão eletrônica]. Acedido em 6/8/2008:

<http://www.cinnet.org/book/anderson/anderson02.html>.

Documentos eletrônicos

Brasil

Anteprojeto, Projeto, e Emendas do Processo Constituinte 87/88 – Apem -, Brasília.

Acedido 26/7/2007: www.senado.com.br/legislacao/baseshistoricas.

Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores (1º de maio de 1979), São Paulo. Acedido em 4/10/2008: www.pt.org.br/portalpt/index.hph.

Centro de Documentação e Informação – Coordenação de publicações – Tribunal Superior Eleitoral, Brasília. *Tribunal Superior Eleitoral: Eleições de 15 de novembro de 1986* (1987). Acedido em 7/2/2007: www.tse.org.br.

Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (6/9/68), São Paulo. Acedido em 9/9/2008: www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/historia.

Diário da Assembléia Nacional Constituinte – DANC – (15/2/87), N 15; (25/2/87). N 20; (26/2/87), N 21; (18/3/87), N 29; (17/7/87), N 95; (6/1/88), N 163; (28/1/88), N 172; (1/3/88), N 193. Acedido no período de Fevereiro a Setembro de 2007: <http://imagem.camara.gov.br>.

Diários das Sessões –DS -, N 35,5/3/75. Acedido em 7/9/2007: <http://debates.parlamento.pt>.

Estatuto do Partido dos Trabalhadores (2001), São Paulo. Acedido em 10/1/2007: www.pt.org.br.

Histórico do PSDB (1988), São Paulo. Acedido em 20/8/2007: <http://www2.psdb.org.br/opartido/ahistoria.asp>.

Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, Lista Publicações do Senado Federal, Brasília. Acedido em 5/2/2007: <http://6.senado.gov.br/lista>.

Lei modificativa da Lei Orgânica dos Partidos políticos, nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, assinada pelo Presidente João Figueiredo, Brasília. Acedido em 21/11/2006: http://6.senado.gov.br/lista_publicacoes.action?id=125767.

Mulheres na População Economicamente Ativa – PEA – Acedido em 22/1/2007: www.fcc.org.br/mulher/séries/históricas.

Perfil do Eleitorado Brasileiro – resultado do recadastramento eleitoral 1986 (1989). Coordenação Geral de Informática, Tribunal Superior Eleitoral, Brasília. Acedido em 20/1/2007: www.tse.gov.br.

Relatório Anual da ANJ sobre Liberdade de Imprensa no Brasil (2007), Rio de Janeiro. Acedido em 18/9/2008: <http://liberdadedeimprensa.org.br>

Relatório Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil. Federação Nacional dos Jornalistas (2007), Brasília. Acedido em 18/9/2008: <http://www.fenaj.org.br/liberdade/Relatorio2006.pdf>

Resolução nº 3. Diário da Assembléia Nacional Constituinte, ano II, nº 163, 6/1/88, Brasília. Acedido em 3/8/2007: <http://camara.org.br>

Substitutivo I ao Anteprojeto Constitucional. Seção de Documentação Parlamentar, volume 235, Brasília. Acedido em 7/8/2007: www.camara.gov.br,

Substitutivo II ao Anteprojeto Constitucional. Seção de Documentação Parlamentar, volume 242, Brasília. Acedido em 8/8/2007: www.camara.gov.br.

Portugal

Aliança Povo/MFA – Para a construção da sociedade socialista de Portugal (8/7/75). Acedido em 21/1/2008: www.uc.pt/cd25a.

Confidencial – Memorandum for the president (22/3/75), CIA, aprovado para divulgação em Nov. 2002. Acedido em 18/1/2008: www.uc.pt/cd25a.

Documento COPCON (12/8/75) Acedido em 12/2/2007: www.uc.pt/cd25a.

Diário da Assembleia Constituinte – DAC – (2/6/75), N1;(12/6/75), N5 ; (16/6/75), N 6; (18/6/75). N8; (8/7/75), N14; (31/7/75), N 24; (1/8/75), N25; (5/8/75), N26; (6/8/75), N27; (12/8/75), n 30; (14/8/75). N32; (29/8/75), N40; (9/9/75), N43; (14/10/75), N63; (15/10,75), N64; (16/10/75), N65; (28/10/75), N71; (31/10/75), N74; (2/4/76), N 132. Acedido no período de Janeiro a Agosto de 2008: <http://debates.parlamento.pt>.

História dos partidos. Acedido em 7/3/2008:www.uc.pt/cd25a.

Lei de imprensa nº 85 –C/75, de 26 de Fevereiro de 1975. Acedido em 17/1/2008: www.uc.pt/cd25a.

Plano de Acção Política (21/6/75). Conselho da Revolução. Acedido em 20/1/2008: www.uc.pt/cd25a.

Plataforma Constitucional Partidos/MFA (11/4/75).Acedido em 16/1/2008: www.uc.pt/cd25a.

Geral

BERLINGUER, Enrico (1975). Intesa e lotta le forze democratiche e popolari per la salvezza e la rinascita dell' Itália. *XIV Congresso del Partito Comunista Italiano – ATTI e risoluzioni* : Riunti: Roma: 15-76. [versão eletrônica]. Acedido em 20/7/2008: www.pciml.org

PAULO VI (21/11/64). Constituição Dogmática Lúmen Gentium sobre a Igreja. Roma. Acedido em 4/11/2007: http://www.vatican.va/archive/hist_councils.

TRUMAN, Harry (12/3/1947). *The Truman Doctrine speech*. Washington [versão eletrônica]. Acedido em 30/10/2008: <http://www.famousquotes.me.uk/speechs>

Teses e dissertações acadêmicas

LE MOS, Cândida (1988). *Uma legião urbana canta: toquem o meu coração, façam a revolução – os reflexos do autoritarismo no comportamento da juventude dos anos oitenta*. Departamento da Ciência Política da UFMG: Belo Horizonte (mimeo). 297pp.

STARLING, Sandra (1984). *As salvaguardas visíveis e invisíveis: o Governo Geisel*. Departamento da Ciência Política da UFMG: Belo Horizonte (mimeo). 210 pp.

Periódicos eletrônicos ou versão eletrônica

Brasil

Drummond, Angela (2008) Pacto social viabiliza a diversidade em unidade federativa. *Linha Direta do Banco Central do Brasil*. N6386. Acedido em 7/10/2008: adrumnond@bc.org.br.

“77 milhões passam fome” (9/4/1986). *Folha de S. Paulo* Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_09abril.1986. Acesso em 1/3/2007

“STF mantém suspensão parte da Lei de Imprensa”. *STF Notícias*. Acedido em 18/9/2008: www.stf.gov.br.

Portugal

“Nostalgia da Universidade”. *Revista Autores*. N 3, Julho_Setembro de 2004. Acedido em 14/1/2008: www.spautores.pt.

TELES, Viriato (8/9/2005). Última entrevista de Vasco Gonçalves. Acedido em 4/11/2007: <http://viriatoteles.com.sapo.pt>

Letras musicais e Poema

HOLLANDA, Francisco Buarque (1970). *Apesar de você*. Acedido em 19/11/2008: <http://musica.com/letras>

HOLLANDA, Francisco Buarque (1976). *Cálice*. Acedido em 19/11/2008: <http://musica.com/letras>

HOLLANDA, Francisco Buarque e GUERRA, Ruy (1971). *Fado Tropical*. Acedido em 19/11/2008: <http://musica.com/letras>

HOLLANDA, Francisco Buarque (1967). *Roda Viva*. Acedido em 19/11/2008: <http://musica.com/letras>

HOLLANDA, Francisco Buarque (1975). *Tanto mar*. Acedido em 19/11/2008: <http://musica.com/letras>

PESSOA, Fernando. Horizonte (2000). Horizonte. In: *O mar sem fim*. 1ª edição, Instituto Português do Patrimônio arquitetónico: Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa.

Periódicos

Brasil

A tesoura da Nova República (16/9/1985). *Ilustrada*, N 86, Folha de S. Paulo: p. 1.

Congresso Nacional rejeita diretas para presidente (26/4/1984). *Jornal do Brasil*; p.1.

Casa Grande (18/1/87). *Caderno B*, JB: p 1.

Pedreiros Param (12/2004). *Revista Página*, N 1. Belo Horizonte, Curso de Jornalismo da Faculdade Estácio de Sá: Belo Horizonte: p. 17.

Verbas para a educação (21/10/79). *Folhetim*, N 144, Folha de S. Paulo, p.3.

Portugal

A consulta a um povo pouco esclarecido não pode comprometer o processo revolucionário (11/4/75). *República*, N 15713: pp. 1 e 24.

A Primeira medida do Conselho Superior da Contra-revolução (25/3/75). *Luta Popular*, N 51: p. 12.

A transformação dos jornalistas em meros funcionários públicos só é possível se alguém quisesse implantar um dirigismo total (1/4/75). *República*, N 15704: p. 12.

A situação política e as tarefas imediatas (17/7/750. *Avante!*. N 63: p. 1.

Apoio internacional ao nosso partido e à revolução (21/8/75). *Avante!*. N 73: p. 1.

Assinado o pacto com o MFA (11/4/75). *República*, N 15713: p. 1.

Avante! Legal! (17/5/74). *Avante!*, N 1: p. 1.

100.000 pessoas no Estádio 1º de Maio (20/3/75). *Avante!*. N 46: p. 1.

Começou a campanha eleitoral (2/4/75). *República*, N 15705: p. 1.

Nota do Comitê Central (27/3/75). *Avante!*. N 47: pp: 1 e 3.

Os actuais órgãos do poder são os órgãos do poder são os órgãos fundamentais da Contra-revolução (1/4/75). *Luta Popular*, N 52: p.11.

O MFA e a Constituinte (10/4/75). *República*, N 15712: p. 7.

Passo em frente no caminho do socialismo (16/4/75). *República*, N 15717: p. 1.

Sartre entre os estudantes – a lição difícil! (3/4/75). *República*, N 15705: p. 24.

Uma caricatura de eleições (1/4/75). *Luta Popular*, N 52: p. 1.

Periódicos (Fonte Primária)

Expresso, Grupo Edimpresa: Lisboa: (6 de janeiro de 1973) nº 1; (12 de janeiro de 1973) nº2; (10 de março de 1973) nº8; (3 de maio de 1973), nº 16; (10 de maio de 1973), nº 17; (5 de janeiro de 1974), nº 57; (19 de janeiro de 1974) nº 59; (12 de janeiro de 1974) nº60; (26 de janeiro de 1974), nº61; (9/3/740, nº 62; (4 de janeiro de 1975), nº105; (11 de janeiro de 1975), nº 106; (18 de janeiro de 1975), nº 107; (25 de janeiro de 1975), nº 108, , (1 de fevereiro de 1975), nº 109; (8 de fevereiro de 1975), (15 de fevereiro de 1975), nº 111; (22 de fevereiro de 1975), nº 112; (1 de março de 1975) nº 113; (8 de março de 1975), nº 114; (15 de março de 1975), nº 115; (22 de março de 1975), nº 116; (28 de março de 1975), nº 117; (5 de abril de 1975), nº 118; (12 de abril de 1975), nº 119; (19 de abril de 1975), nº 120; (25 de abril de 1975), nº 121; (3 de maio de 1975), nº 122; (17 de maio de 1975), nº 124; (31 de maio de 1975), nº 126; (7 de junho de 1975), nº 127; (13 de junho de 1975), nº 128; (21 de junho de 1975), nº 129; (28 de junho de 1975), nº 130; (6 de julho de 1975), nº 131; (12 de julho de 1975), nº 132 ;(19 de julho de 1975), nº 133;

(26 de julho de 1975), nº 134; (2 de agosto de 1975), nº 135; (9 de agosto de 1975), nº 136; (15/8/75) nº 137; (23 de agosto de 1975), nº 138; (30 de agosto de 1975), nº 139; (6 de setembro de 1975), nº 140; (13 de setembro de 1975), nº 141; (20 de setembro de 1975), nº 142; (27 de setembro de 1975), nº 143; (4 de outubro de 1975), nº 144; (11 de outubro de 75), nº 145; (18 de outubro de 1975), nº 146; (25 de outubro de 1975) nº 147; (31 de outubro de 1975), nº 148; (5 de novembro de 1975), nº 149; (12 de novembro de 1975), nº 151; (15 de novembro de 1975), nº 152; (19 de novembro de 1975), nº 153; (22 de novembro de 1975), nº 154; (1 de dezembro de 1975), nº 155; (6 de dezembro de 1975) nº 157; (10 de dezembro de 1975), nº 158; (13 de dezembro de 1975), nº 159; (17 de dezembro de 1975), nº 160; (20 de dezembro de 1975), nº 161; (27 de dezembro de 1975), nº 163; (3 de janeiro de 1976), nº 165; (7 de janeiro de 1976), nº 166; (10 de janeiro de 1976), nº 167; (17 de janeiro de 1976), nº 168; (24 de janeiro de 1976) nº 169; (31 de janeiro de 1976), nº 170; (7 de fevereiro de 1976), nº 171; (14 de fevereiro de 1976), nº 172; (21 de fevereiro de 1976), nº 173; (28 de fevereiro de 1976), nº 174; (6 de março de 1976), nº 175; (13 de março de 1976), nº 176; (20 de março de 1976), nº 177; (27 de março de 1976), nº 178; (3 de abril de 1976), nº 179; (17 de novembro de 2007), nº 1829.

Istoé, Lançamento Editorial: São Paulo: (maio de 1976), nº 1; (14 de abril de 1977), nº 15; (4 de maio de 1977), nº 18; (9 de novembro de 1977), nº 46;

Istoé, Gazeta Mercantil Editora: São Paulo: (13 de julho de 1983), nº 342; (25 de janeiro de 1985), nº 370; (8 de fevereiro de 1984), nº 372; (15 de fevereiro de 1984), nº 373; (2 de fevereiro de 1984) nº 375; (20 de março de 1985), nº 430; (17 de abril de 1985), nº 434; (24 de abril de 1985), nº 345; (1 de maio de 1985), nº 436; (19 de novembro de 1986), nº 517; (26 de novembro de 1986), nº 518; (7 de janeiro de 1987) nº 524; (14 de janeiro de 1987) nº 525; (21 de janeiro de 1987) nº 526; nº 523; (28 de janeiro de 1987), nº 527; (4 de fevereiro de 1987), nº 528; (11 de fevereiro de 1987), nº 529; (18 de fevereiro de 1987), nº 530; (25 de fevereiro de 1987), nº 531; (4 de março de 1987), nº 532; (11 de março de 1987), nº 533; (25 de março de 1987), nº 535; (29 de abril de 1987), nº 540; (6 de maio de 1987), nº 541; (13 de maio de 1987), nº 542; (20 de maio de 1987), nº 543; (27 de maio de 1987), nº 544; (3 de junho de 1987), nº 545; (10 de junho de 1987), nº 546; (17 de junho de 1987), nº 547; (24 de junho de 1987), nº 548; (4 de novembro de 1987) nº 567; (11 de novembro de 1987), nº 568; (18 de novembro de 1987) nº 569; (25 de novembro de 1987), nº 570; (2 de dezembro de 1987), nº 571; (9 de dezembro de 1987) nº 572; (16 de

dezembro de 1987), nº 573; (23 de dezembro de 1987), nº 574, (30 de dezembro de 1987), nº 575; (6 de janeiro de 1988), nº 576; (13 de janeiro de 1988), nº 577; (20 de janeiro de 1988), nº 578; (27 de janeiro de 1988), nº 579; (3 de fevereiro de 1988), nº 580; (10 de fevereiro de 1988), nº 581; (24 de fevereiro de 1988), nº 583; (2 de março de 1988), nº 584; (9 de março de 1988), nº 585; (16 de março de 1988), nº 586; (23 de março de 1988), nº 587; (30 de março de 1988), nº 588; (6 de abril de 1988), nº 589; (13 de abril de 1988), nº 590; (20 de abril de 1988), nº 591; (27 de abril de 1988), nº 521; (4 de maio de 1988), nº 593; (11 de maio de 1988), nº 594; (18 de maio de 1988), nº 595; (25 de maio de 1988), nº 596; (1 de junho de 1988), nº 597; (8 de junho de 1988), nº 598; (15 de junho de 1988), nº 599; (22 de junho de 1988), nº 600; (29 de junho de 1988), nº 601;

Istoé/Senhor, Editora Três: São Paulo: (11 de julho de 1988), nº 982⁸⁴; (18 de julho de 1988), nº 983; (25 de julho de 1988), nº 984; (1º de agosto de 1988), nº 985; (9 de agosto de 1988), nº 986; (17 de agosto de 1988), nº 987; (24 de agosto de 1988), nº 988; (31 de agosto de 1988), nº 989; (7 de setembro de 1988), nº 990; (14 de setembro de 1988), nº 991; (21 de setembro de 1988), nº 992; (29 de setembro de 1988), nº 993; (5 de outubro de 1988), nº 994; (12 de outubro de 1988), nº 995.

O jornal, Editora Projornal: Lisboa: (2 de maio de 1975), nº 1; (9 de maio de 1975), nº 2; (16 de maio de 1975), nº 3; (6 de junho de 1975), nº 6; (13 de junho de 1976), nº 7; (20 de junho de 1975), nº 8; (27 de junho de 1975), nº 9; (4 de julho de 1975), nº 10; (11 de julho de 1975), nº 11; (18 de junho de 1975), nº 12; (25 de julho de 1975), nº 13; (1 de agosto de 1975), nº 14; (8 de agosto de 1975), nº 15; (5 de setembro de 1975), nº 19; (12 de setembro de 1975), nº 20; (19 de setembro de 1975), nº 21; (26 de setembro de 1975), nº 22; (3 de outubro de 1975), nº 23; (10 de outubro de 1975), nº 24; (17 de outubro de 1975), nº 25; (24 de outubro de 1975), nº 26; (31 de outubro de 1975), nº 27; (7 de novembro de 1975), nº 28; (14 de novembro de 1975), nº 29; (21 de novembro de 1975), nº 30; (28 de novembro de 1975), nº 31; (5 de dezembro de 1975), nº 32; (12 de dezembro de 1975), nº 33; (19 de dezembro de 1975), nº 34; (23 de dezembro de 1975), nº 35; (30 de dezembro de 1975), nº 36; (9 de janeiro de 1976), nº 37; (16 de janeiro de 1976), nº 38; (23 de janeiro de 1976), nº 39; (30 de janeiro de 1976), nº 40; (6 de fevereiro de 1976), nº 41; (13 de fevereiro de 1976), nº 42; (20 de fevereiro de 1976), nº 43; (27 de fevereiro de 1976), nº 44; (5 de março de 1976), nº 45; (12 de março de 1976), nº 46; (19

⁸⁴ Com a mudança no controle acionário da revista, *Istoé/Senhor* passou a ter a numeração da revista *Senhor*.

de março de 1976), nº 47; (26 de março de 1976), nº 48; (2 de abril de 1976), nº 49.

Veja, Editora Abril: São Paulo: (11 de setembro de 1968), nº1, (1º de maio de 1974), nº 295, (6 de abril de 1977) nº448; (8 de junho de 1977), N 457; (15 de junho de 1977, nº 458; (1º de fevereiro de 1984), nº 804, (20 de março de 1985), nº863, (1 de maio de 1985), nº865; (12 de novembro de 1986), nº909; (19 de novembro de 1986), nº 910; (26 de novembro de 1986), N911, (7 de janeiro de 1987), nº 957, Editora Abril:São Paulo; (14 de janeiro de 1987), nº 958; (21 de janeiro de 1987), nº 959; (28 de janeiro de 1987), nº 960; (4 de fevereiro de 1987), nº 961; (11 de fevereiro de 1987), nº 962; (18 de fevereiro de 1987), nº 963; (25 de fevereiro de 1987), nº 964; (4 de março de 1987), nº 965;(11 de março de 1987), nº 966; (18 de março de 1987), nº 967; (25 de março de 1987), nº968; (1º de abril de 1987), nº 969; (8 de abril de 1987), nº 970; (15 de abril de 1987), nº 971; (22 de abril de 1987), nº 972; (29 de abril de 1987), nº 973; (6 de maio de 1987), nº 974; (13 de maio de 1987), nº 975; (20 de maio de 1987), nº 976; (27 de maio de 1987), nº 977; (3 de junho de 1987), nº 978; (10 de junho de 1987), nº 979; (17 de junho de 1987), nº 980; (24 de junho de 1987), nº 981; (1º de julho de 1987), nº 982; (8 de julho de 1987), nº 983; (15 de julho de 1987), nº 984; (22 de julho de 1987), nº 985; (29 de julho de 1987), nº 986; (5 de agosto de 1987), nº 987; (12 de agosto de 1987) nº 988,; (19 de agosto de 1987), nº 989; (26 de agosto de 1987), nº 990; (2 de setembro de 1987), nº 991; (9 de setembro de 1987), nº 992; (16 de setembro de 1987), nº 993; (23 de setembro de 1987), nº 994; (30 de setembro de 1987), nº 995; (7 de outubro de 1987), nº 996; (14 de outubro de 1987), nº 997; (21 de outubro de 1987), nº 998; (28 de outubro de 1987), nº 999; (4 de novembro de 1987), nº 1000; (11 de novembro de 1987), nº 1001; (18 de novembro de 1987), nº 1002; (25 de novembro de 1987), nº 1003; (2 de dezembro de 1987), nº 1004; (9 de dezembro de 1987), nº 1005; (16 de dezembro de 1987), nº 1006; (23 de dezembro de 1987), nº 1007; (30 de dezembro de 1987), nº 1008; (6 de janeiro de 1988), nº 1009; (13 de janeiro de 1988), nº 1010; (20 de janeiro de 1988), nº 1011; (27 de janeiro de 1988), nº 1012; (3 de fevereiro de 1988), nº 1013; (10 de fevereiro de 1988), nº 1014; (17 de fevereiro de 1988), nº 1015; (24 de fevereiro de 1988), nº 1016; (2 de março de 1988), n] 1017; (9 de março de 1988), nº 1018; (16 de março de 1988), nº 1019; (23 de março de 1988), nº 1020; (30 de março de 1988), nº 1021;(27 de abril de 1988), nº 1024; (4 de maio de 1988), nº 1025; (11 de maio de 1988), nº 1026; (18 de maio de 1988), nº 1027;(25 de maio de 1988), nº 1028; (1º de junho de 1988), nº 1029; (8 de junho de 1988), nº 1030; (15 de junho de 1988), nº 1031; (22 de

junho de 1988), nº 1032; (29 de junho de 1988), nº 1033; (6 de julho de 1988), nº 1034, (20 de julho de 1988), nº 1037; (27 de julho de 1988), nº 1038; (3 de agosto de 1988), nº1039; (10 de agosto de 1988), nº 1040; (17 de agosto de 1988), nº 1041; (24 de agosto de 1988), nº 1042; (31 de agosto de 1988), nº 1043; (7 de setembro de 1988), nº 1044; (14 de setembro de 1988), nº 1045;(21 de setembro de 1988), nº 1046; (28 de setembro 1988), nº 1047; (5 de outubro de 1988), nº 1048; (12 de outubro de 1988), nº 1049; (19 de outubro de 1988), nº 1050, (23 de novembro de 1988), nº 1056.; (21 de dezembro de 1988), nº 1062.